ISSN 0100 - 1922

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL

An. Bibl. Nac.	Rio de Janeiro	v. 96	p. 1 - 233	1976

ISSN 0100 - 1922

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL

SUMÁRIO

An. Bibl. Nac.	Rio de Janeiro	v. 96	p. 1 - 233	1976

Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional
Anais da Biblioteca Nacional... v. 1— Rio de Janeiro, 1876—

v. il.

Título do v. 1—50: Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

1. Brasil — História. 2. Brasil — Bibliografia. 3. Literatura brasileira — Bibliografia. 4. Manuscritos — Brasil. I. Título.

CDD 027.581

Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional.
Escola brasileira de gravura; catálogo de estampas organizado por Eunice de Manso Cabral, colab. de Cecilia Duprat de Britto Pereira. Plantas fluminenses descritas por frei Veloso. O Visconde de Sepetiba, ministro dos Negócios Estrangeiros, 1840-1843 [Duas Memórias]. Manuscritos sobre a África e a Ásia. Relatório da Diretora da Biblioteca Nacional, 1976. Rio de Janeiro, 1976.

233 p. il.

1. Gravuras brasileiras. 2. Botânica — Rio de Janeiro (Estado). 3. Brasil — Relações exteriores — 1822-1889. 4. África — Manuscritos. 5. Ásia — Manuscritos. I. Cabral. Eunice de Manso. Escola brasileira de gravura. II. Pereira, Cecília Duprat de Brito, colab. III. Veloso, José Mariano da Conceição, sacerdote, 1741-1811. Plantas fluminenses. IV. Sepetiba, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, visconde de, 1800-1855. Duas memórias. V. Manuscritos sobre a África e a Ásia.

CDD 027.581

APRESENTAÇÃO

Com o presente volume, completam os Anais da Biblioteca Nacional *cem anos de publicação, dando cumprimento, assim, ao Decreto n.º 6.141, de 4 de março de 1876, que, em seu artigo 4.º, assim os define: ...* "Annaes da Bibliotheca Nacional, *revista periodica onde deverão ser publicados os manuscriptos interessantes da Bibliotheca, e trabalhos bibliographicos de merecimento, compostos pelos empregados da repartição, ou por individuos extranhos a ella". Coube ao ilustre Diretor Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão iniciá-los, declarando desejar fazer deles "um livro apreciado do bibliophilo e do litterato, do amador e do sabio".*

Nesta oportunidade, creio poder afirmar, traduzindo consenso geral dos pesquisadores, tanto nacionais, como estrangeiros, que os Anais *vêm cumprindo aquela missão.*

Tal como ocorrido com outros volumes, este, de n.º 96, inclui matéria vária, resultante da contribuição da Seção de Iconografia e da de Manuscritos, ambas da Divisão de Referência Especializada.

Atendendo às recomendações gerais quanto à normalização de publicações, este volume dá início à adoção de normas para apresentação de periódicos — no caso, os Anais *— como, aliás, já vem sendo feito, na medida do possível, para as demais obras editadas pela Biblioteca Nacional.*

JANNICE MONTE-MÓR
Diretora

ESCOLA BRASILEIRA DE GRAVURA

CATÁLOGO DE ESTAMPAS

ORGANIZADO POR EUNICE DE MANSO CABRAL

COLABORAÇÃO DE CECILIA DUPRAT DE BRITTO PEREIRA

Destacam-se, na Seção de Iconografia, como um dos mais preciosos setores especializados, os conjuntos de estampas artísticas de várias escolas, razão primeira de uma Seção criada em 1876, para conservar, catalogar e divulgar opulento núcleo de obras gráficas de artistas europeus, trazido de Portugal como parte integrante da Real Biblioteca.

A partir de 1808, graças ao enriquecimento que paulatinamente se fez, multiplicou-se o número de peças daquele núcleo real, com estampas tiradas no Rio de Janeiro por artistas vindos da metrópole.

Nos primeiros tempos do Brasil independente, não foram numerosas as peças incorporadas ao acervo, pois ainda não se formara uma escola brasileira de gravura. Somente no fim do século, a arte de gravar sobre metal ou madeira encontra seus seguidores mais numerosos, entre os que se radicaram e se especializaram na arte gráfica dos contrastes preto e branco.

É, entretanto, a partir do século XX que desabrocha florescente e já consagrada plêiade de gravadores nacionais, cujas expressivas obras têm vindo se incorporar ao acervo da Seção de Iconografia, através de vários processos de aquisição. Deve-se destacar que, do conjunto de 1.845 peças gráficas, 1.156 estampas artísticas foram incorporadas nos últimos 25 anos da presente direção, graças às possibilidades de verbas destinadas ao enriquecimento do acervo e aos entendimentos diretos com os artistas interessados em se fazerem representar na coleção nacional.

Um século depois de criada e organizada a Seção de Iconografia (primitivamente 3.ª Seção), de tal monta se constitui o expressivo conjunto de estampas brasileiras que a atual chefia considerou o momento adequado para tornar público seu catálogo.

Preparado a partir de 1950, segundo normas especiais, o Catálogo da coleção de estampas da escola brasileira de gravura, se não espelha totalmente a produção dos artistas gráficos nacionais, representa copioso e expressivo núcleo da arte de gravar no Brasil.

Deve-se a organização deste Catálogo à documentarista Eunice de Manso Cabral, especializada em artes plásticas, que durante os últimos 25 anos, sob nossa orientação, preparou o fichário da Escola Brasileira de Gravura, obtendo recentemente a colaboração de Cecilia Duprat de Britto Pereira, bibliotecária e técnica de museus.

Fizemo-lo preceder do estudo, já clássico e muito raro, do Professor Floriano Bicudo Teixeira, chefe da antiga Seção de Estampas entre 1937-1950. Pouco divulgado, é a única informação mais completa sobre as origens da arte de gravar no Brasil, que atualizamos com as notas bibliográficas não existentes no trabalho original. Publicando e divulgando essa pesquisa nos *Anais da Biblioteca Nacional,* prestamos homenagem não só ao Chefe que nos

antecedeu na direção da Seção de Iconografia, como também ao professor e amigo que primeiro nos guiou e orientou nos estudos de história da gravura.

A divulgação de todo o conjunto de *estampas da escola brasileira de gravura* está inserida no programa de divulgação parcial do acervo da Seção de Iconografia, planejado pela atual chefia.

Trabalho do qual este Catálogo representa uma das etapas, deverá ser continuado, dentro das possibilidades de recursos técnicos e orçamentários, nos anos vindouros.

A acolhida pelos interessados será a melhor prova do reconhecimento de um dever que se pretendeu cumprir com o maior interesse e dedicação.

LYGIA DA FONSECA FERNANDES DA CUNHA
Bibliotecária
Chefe da Seção de Iconografia

PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DA GRAVURA NO BRASIL (*)

Por Floriano Bicudo Teixeira

Apesar da escassez de documentação, sempre conseguimos traçar o esboço da história da gravura no Brasil, a partir da trasladação da corte portuguesa para o Rio de Janeiro. ([1])

Quanto à fase que precede a vinda da família real, somente por simples referência ou conjecturas, podemos assinalar alguma coisa sobre a matéria.

Estudando a história da arte da gravura no Brasil, não se pode dizer que, aqui, tenha havido uma escola desse gênero, entendendo-se como tal um centro artístico determinado pela direção ou mesmo influência de um mestre. E compreende-se que o Brasil, como colônia que era de Portugal, com população escassa e inculta, não poderia ter iniciativas, principalmente numa arte tão intimamente ligada à tipografia, uma vez que o estabelecimento dessa indústria era positivamente proibido por disposição régia.

Além disso, não se concebe que artistas feitos trocassem o seu centro de atividade, por pequeno que fosse, pelo Brasil, que estava na completa dependência da Metrópole e nenhum auxílio recebia. Daí, a ausência de um artista que pudesse reunir discípulos e, conseguintemente, formar *escola*.

Não fossem os motivos que acabamos de apontar, e sobretudo a proibição real, a gravura estaria sendo cultivada, por certo, muito antes da vinda da corte portuguesa, e talvez por iniciativa de brasileiros que atravessariam os mares, para, na Europa, fazerem os seus estudos artísticos e procurarem depois exercer, na sua pátria, os conhecimentos aí adquiridos. E tanto assim é que, lá, fora do Brasil, esses brasileiros se fizeram gravadores, como atesta a água-forte de Manoel Dias de Oliveira, o Romano, pintor fluminense, nascido em 1764. ([2])

Com a idade de 14 anos, Dias de Oliveira partiu para Portugal e dali seguiu para Roma, a mando de Pina Manique, para aperfeiçoar-se na Academia Portuguesa de Roma, e voltou à pátria após 27 anos de ausência.

A água-forte mencionada intitula-se: *Facto Milagroso de Santa Izabel Rainha de Portugal.* Representa o milagre da transformação dos pães em rosas. A estampa é dedicada ao intendente Pina Manique e traz a indicação: "Manoel Dias de Oliveira Brazilience (*sic*) inventou e abriu em Roma no anno 1798". ([3])

Foi por esta estampa que se teve a notícia de ser Dias de Oliveira também gravador, pois todos os seus biógrafos o mencionam somente como pintor.

(*) *A Biblioteca*. Rio de Janeiro 3 (1-2):24-41, jan.-fev. 1946 il.

Antes da trasladação, existira a Tipografia de Antonio Izidoro da Fonseca, criada com permissão do Conde de Bobadela (Gomes Freire de Andrade), mas o governo de Lisboa mandou desmontá-la e censurar a Gomes Freire por haver permitido a Fonseca uma tal indústria.

Neste período de proibição real, as mais antigas gravuras, que trazem a indicação de terem sido executadas no Brasil, estão no livro intitulado *Exame de Bombeiros,* da autoria do oficial de artilharia e lente da Academia Militar do Rio de Janeiro, José Fernandes Pinto Alpoym. (4)

Essa obra, que trata de assuntos militares, é ilustrada com 20 estampas, abertas a buril pelo gravador José Francisco Chaves. Dentre as estampas, que são em grande parte assinadas pelo artista, uma, além da assinatura, contém: Rio, 1749.

Por muito tempo se conjecturou o lugar de impressão dessa obra, e dessa indecisão formaram-se duas correntes: uma de opinião de haver saído da tipografia de Izidoro da Fonseca, alegando que o endereço da *folha de rosto:* "Madrid, na oficina de Francisco Martinez Abad" era falso e servia para despistar, por causa da proibição real; outra afirmava ser de procedência estrangeira. No entanto, hoje está plenamente provado que a obra foi impressa em Madrid, na oficina citada, e que somente as estampas foram feitas no Rio. (5)

De data anterior à destas gravuras de José Francisco Chaves, sabe-se apenas que havia aqui alguns desenhistas e pintores e a história lhes registra os nomes. Existiam também alguns abridores de cunhos, com funções nas casas da moeda ou de fundição do país, e, como tais, obrigados a conhecer o desenho, fundamento da sua arte. Entre esses, poder-se-ia citar o nome de João Gomes Batista, da Casa da Moeda de Vila Rica. (6)

É possível, como algumas vezes sucede, que esse, como outros abridores de cunhos, também fosse gravador de estampas, senão como profissional, ao menos como amador; mas, se assim foi, cumpre confessar que nenhum documento ainda apareceu confirmando essa hipótese.

Cirilo Volkmar Machado, na sua obra "Collecção de memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architetos e gravadores portuguesces", dá-nos a seguinte nota bastante interessante: "Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus da Província do Brasil, abrio huma estampa da Natividade com bôa maneira". (7)

A essa nota, podemos acrescentar outra que faz referência ao fato de que, já em meados do século XVIII, o historiador Jaboatão havia praticado a arte da gravura no Brasil. Esta nota nos é dada por D. Domingos de Loreto Couto em seu livro "Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco", no seguinte trecho, tratando desse eminente historiador pernambucano: "tinha grande destreza em abrir sutis estampas e primorosas imagens ao buril, e rara habilidade para executar tôdas as artes". (8)

Dentre os brasileiros, que faziam seus estudos em Portugal e que voltaram à sua pátria já diplomados em ciências, ou artistas completos, deve-se citar o Padre José Joaquim Viegas de Menezes, natural de Vila Rica. (9)

Viegas era de nascimento obscuro, mas muito talentoso. Ordenou-se no bispado de São Paulo e sempre se preocupou com a cultura do espírito. Em 1797, dirigiu-se a Coimbra com o fim de doutorar-se na Universidade, o que não conseguiu em virtude da sua fraca saúde. Retirou-se então para Lisboa, onde, por proteção de Frei José Mariano da Conceição Veloso, empregou-se na

Oficina Tipográfica, Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, adquirindo aí variada instrução, que mais tarde, de regresso à pátria, veio celebrizá-lo. Viegas, além de muito instruído, tornou-se hábil pintor e gravador.

Já de volta à sua terra, como distração, praticava a gravura. Para isto, dispunha de um pequeno tórculo por ele mesmo fabricado e de algumas chapas de cobre. Seus assuntos preferidos eram os de sua devoção; assim, gravou diversas imagens de santos e, dentre estas, a Biblioteca Nacional possui um S. Francisco. ([10])

No tempo em que Pedro Maria de Athayde e Mello foi governador da Capitania de Minas Gerais, era de seu hábito solenizar com pompa as datas festivas do lar.

Numa dessas datas, a do seu aniversário, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, um dos convivas, recitou um poemeto em sua homenagem. Por vaidade, o Governador mostrou vontade de ver impressos os versos que tanto lhe agradaram. E, apesar da proibição existente, autorizou Viegas de Menezes a abrir, em chapas de cobre, o *Canto* recitado por Diogo de Vasconcelos e, bem assim, o seu retrato e o de sua esposa.

Com a publicação deste interessante trabalho, em 1807, ficaram patenteadas as grandes qualidades artísticas do Padre Viegas, mormente se levarmos em conta os acanhados recursos de que podia lançar mão.

Desta obra gravada, hoje só restam dois exemplares conhecidos: um no Arquivo Público Mineiro e o outro na Biblioteca Nacional.

O exemplar existente na Biblioteca Nacional consta de 10 ff. inn. in-4.º só para o assunto, com a matéria gravada em cada lado das folhas. Como já vimos, é assunto da obra o *Canto* com 20 oitavas rimadas. Precede-o uma carta dedicatória e, como anexos, umas notas e um mapa de donativos oferecidos ao Príncipe pelo povo de Minas, em 1806.

Infelizmente, o exemplar está incompleto, pois falta o retrato do Governador. ([11])

Feita a mudança da corte portuguesa para o Brasil, o Príncipe Regente D. João teria fatalmente necessidade de fazer a publicação dos atos oficiais.

Fundou-se então a Impressão Régia, aproveitando-se o material que Antonio de Araujo de Azevedo, depois Conde da Barca, trouxera de Lisboa, nos porões da nau "Medusa".

Foi, pois, de acordo com o seguinte decreto do Príncipe Regente, assinado a 13 de maio de 1808, fundada a Impressão Régia: "Tendo-me constado que os prelos, que se acham nesta capital, eram os destinados para a Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, e da Guerra; e atendendo à necessidade de que há da oficina de Impressão nestes meus Estados; sou servido, que a casa, onde eles se estabeleceram sirva interinamente de impressão régia, onde se imprimam exclusivamente toda a legislação, e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição de meu real serviço; e se possam imprimir todas e quaesquer outras obras; ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra o tenha assim entendido, e procurará dar ao emprego da oficina a maior extensão, e lhe dará todas as instruções e ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as estações o que mais

convier ao meu real serviço". (Col. de Leis promulgadas no Brasil. Tomo I — 1811).

Na oficina, recém-fundada, além dos atos oficiais, poderiam imprimir-se trabalhos particulares, depois de aprovados pela Mesa Censória, composta de elementos de destaque como: Desembargador José Bernardes de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca, José da Silva Lisbôa e Silvestre Pinheiro Ferreira.

Com a instalação da Impressão Régia, a gravura foi nela praticada por artistas portugueses trazidos de Lisboa por Frei José Mariano da Conceição Veloso. Disto temos conhecimento por um Aviso do Conde de Aguiar, dirigido aos Diretores da Impressão Régia, e transcrito nos "Annaes da Imprensa Nacional", que diz: "Havendo chegado a esta Corte os gravadores Romão Eloi Cazado e Paulo dos Santos Ferreira, que vieram de Lisboa, com o Padre Frei José Veloso, Vs. Ms. procurarão dar logo algum trabalho a estes oficiais, que podem principiar pela gravura da cidade do Rio de Janeiro, tirada do Arquivo Militar, e pelas chapas para a obra de Geometria de Le Gendre. — Deus guarda a Vs. Ms.

Palácio do Rio de Janeiro, em 30 de Janeiro de 1809. Conde de Aguiar — Srs. Diretores da Impressão Régia." ([12])

Como vimos nesse Aviso, sugeriu o Conde de Aguiar a idéia de começarem os gravadores os seus trabalhos pela *Planta da cidade do Rio de Janeiro*, levantada em 1808, desenhada por J. A. dos Reis, no Arquivo Militar. Esta carta só ficou pronta em 1812, tendo-a gravado Paulo dos Santos Ferreira Souto, sob a direção de João Caetano Rivara, que, pela letra desse documento, se sabe já estar no Brasil por esse tempo. ([13])

Os *Elementos de Geometria de Le Gendre*, traduzidos por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, saíram a lume em 1809 e, conforme a descrição da obra, são acompanhados de treze estampas numeradas, não dizendo infelizmente Valle Cabral se são anônimas ou não. É provável, porém, que nelas tenham trabalhado os dois gravadores. ([14])

Além da Planta da cidade do Rio de Janeiro, gravou Ferreira Souto em 1810 o *Mappa Geográphico da Capitania do Maranhão e parte das capitanias circundantes para servir a viagem de Coronel Berford*. Esse é o mapa que acompanha o roteiro da viagem do Maranhão ao Rio de Janeiro, empreendido pelo Coronel Sebastião Gomes da Silva Berford, fidalgo da Casa Real. ([15])

Romão Eloy de Almeida gravou o retrato de *Alexandre Pope*, segundo gravura de Holloway, em 1810. O retrato ilustra o *Ensaio sobre a crítica* do mesmo autor, traduzido para o português pelo Conde de Aguiar e impresso nesse mesmo ano na Impressão Régia.

O frontispício gravado dessa obra, assim como o dos *Ensaios moraes*, também de Alexandre Pope, igualmente vertidos para o vernáculo pelo mesmo Conde, não têm o nome do artista, mas devem ser do buril de Eloy de Almeida. ([16])

Depois desses, outros gravadores vieram para o Brasil, não sabemos se por iniciativa própria ou contratados.

Os nomes geralmente citados são os de João José de Souza, Braz Sinibaldi, José Joaquim Marques e A. do Carmo [Antonio do Carmo Pinto de Figueiredo Mendes Antas].

João José de Souza parece que foi, na Corte do Brasil, o gravador de maior representação. Se não foi discípulo de Bartolozzi, parece ter se influen-

ciado na sua escola, tanto que deixou prova da sua aprendizagem na raríssima obra intitulada: *Colecção de retratos de todos os homens que adquirirão nome pelo gênio, talento, virtudes &c, desde o principio do mundo até os nossos dias,* saída da Impressão Régia em fascículos, de 1816 a 1818. Os fascículos eram mensais e continha cada um três retratos.

A coleção da Biblioteca Nacional, a mais completa que se conhece, contém 18 fascículos e 54 retratos. Ignoramos se a obra foi concluída, porque não há nela nenhuma indicação nesse sentido, nem há qualquer característica gráfica que nos esclareça. Publicados os retratos, segundo a ordem alfabética dos nomes dos retratados, termina o nosso exemplar na letra S, com a palavra Suze (Condessa de La).

Com este nome ter-se-ia extinguido a série organizada pelo artista e, portanto, a publicação da obra; ou outros retratos haveria depois desse, que não chegaram a sair do prelo, deixando-a por completar? Os desenhos dos retratos são de A. do Carmo.

João José de Souza foi pessoa de destaque no Brasil. Foi tenente-coronel de engenheiros e professor de desenho na Academia Militar. ([17])

O desenhista A. do Carmo delineou e gravou, em 1826, a *Allegoria á morte da I.ª Imperatriz do Brasil — D. Leopoldina,* em busto, figurada na estampa, dentro de um medalhão, em cima, à direita. Embaixo além do nome gravado ocorre um verso de José Eloy Ottoni.

Gravou ainda um diploma da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, segundo desenho de João Batista Debret. Este diploma foi conferido a Camillo Cleau.

Estas duas estampas vieram revelar as suas qualidades de gravador, pois até então era ele conhecido apenas como desenhista. ([18])

De Braz Sinibaldi, que só conhecemos através da informação de Valle Cabral, apenas sabemos ter gravado em 1817 as *Armas reais.* Nos "Annaes da Imprensa Nacional" figura uma estampa representando-as, tirada de chapa ainda existente no tempo de Valle Cabral naquele estabelecimento. Não tem data a estampa, nem ocorre nela qualquer letra. É gravada a buril e supomos que são essas, as *Armas do Brasil* e as do *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves,* as que genericamente ele designa com a expressão de *Armas reais.* ([19])

José Joaquim Marques, provavelmente o mesmo que assina algumas estampas da coleção do Arco do Cego, apenas com o nome *Marques,* abriu em 1812 uma estampa avulsa de *S. José* e, em 1819, a gravura alegórica para o poema *A Assumpção,* de Frei Francisco de S. Carlos, representando o poeta de joelhos oferecendo à Virgem o seu livro. ([20])

Da mesma forma como o gravador acima referido produziu a imagem de *S. José,* M. Delfin gravou outra do mesmo santo e pela feitura idêntica parece ser da mesma época. Até o presente, este gravador não foi citado em livro algum e dele só temos conhecimento pela sua assinatura na mencionada estampa. ([21])

Ainda se menciona, para esses primeiros tempos, o nome de um gravador francês, Claudio Dondeleur, estabelecido na Rua do Sabão, hoje General Câmara, que também abriu para a Impressão Régia. Valle Cabral admite a possibilidade de serem deste gravador as chapas abertas, talvez em 1822, para representar os *Uniformes dos generaes do Império do Brasil,* coleção que só conhecemos pela referência desse autor, não tendo dela nenhuma outra notícia. ([22])

Termina aqui a lista dos gravadores que praticaram a sua arte na Impressão Régia. Se não conseguiram reunir discípulos para formar uma verdadeira escola de gravura, executaram, no entanto, apesar dos acanhados recursos de que dispunham, algumas estampas de valor bastante apreciável.

Não foi só na Impressão Régia que havia gravadores. A esses poderemos acrescentar o artista que Balbi somente indica por Paula e que diz ser "gravador no Rio de Janeiro". Esse artista gravou, antes de 1822, uma coleção de vistas do Rio de Janeiro, segundo desenhos de Roberto Ferreira da Silva. Este foi pintor e desenhista distinto, discípulo de Eleuterio Manoel de Barros e da Escola do Nu, em Lisboa, e substituto do professor de desenho na Academia Militar. Ferreira da Silva também fez os desenhos do Paço da cidade, na atual Praça 15 de Novembro, e do Palácio da Boa Vista, hoje Museu Nacional, gravados pelo mesmo Paula.

Infelizmente, tais estampas se perderam. Não há colecionador que as conheça e também não figuraram na Exposição de História do Brasil, realizada em 1881. ([23])

A essa primeira turma de gravadores que, na Impressão Régia, trabalharam e também aos elementos estranhos que militavam na mesma arte, veio juntar-se a chamada *Missão artística francesa,* contratada por Antonio de Araújo de Azevedo, Conde da Barca. ([24])

Essa missão chegou ao Rio de Janeiro em 1815, tendo por chefe Joaquim Lebreton. E entre os artistas que a compunham encontram-se João Batista Debret e Carlos Simão Pradier.

Debret foi, dentre os membros da missão, o que melhores serviços prestou ao ensino da pintura, tendo formado grande número de discípulos. Durante sua permanência no Brasil, além de preocupar-se com seus discípulos, fez muitos retratos, desenhou aspectos da cidade e costumes dos seus habitantes, material este que serviu para a sua grande obra intitulada: *Voyage pittoresque et historique au Brésil.* Essa obra monumental foi impressa em Paris nos anos 1834-39, em três volumes, sendo as ilustrações feitas em litografia. ([25])

Como gravador, suas qualidades se revelam em duas estampas magistralmente gravadas em água-forte, com os títulos: *Solemne desembarque de S. A. R. a S. D. Leopoldina... a 6 de Novembro de 1817, e Ceremônia da Faustíssima Acclamação de S. M. o Senhor D. João VI... celebrada no Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1818.* Ambas têm na margem inferior a indicação: "Pint. e gra. por Debret, pencionado de S. M. F. no Rio de Janeiro". ([26])

Com referência a Pradier, outro é o caso. Veio ele contratado como gravador da missão e, como tal, com a obrigação de exercer sua arte e também ensinar a gravura a talho doce na Academia de Belas-Artes, a ser fundada.

Infelizmente, não conseguiu formar discípulos no Brasil, pois sua permanência foi muito curta. Regressou à França dois anos após sua chegada.

Tendo recebido a incumbência de gravar o retrato de D. João VI, em trajes majestáticos, e ainda outros de personagens de destaque, todos pintados por Debret, alegou que, só na França, poderia dar desempenho a essa tarefa, uma vez que, no Brasil, não havia meios, nem mesmo papel, para tal impressão. A licença para ir à Europa lhe foi concedida até concluir os trabalhos, continuando a lhe ser paga a pensão. Foi pensionista do Estado até 1820; depois desta data, não encontramos mais notícias suas.

Conhecemos dele os seguintes retratos: *D. João VI em trajes magestáticos, D. Pedro I, Da. Leopoldina, Conde da Barca, Antonio Canova, segundo F. Gerard e Frei Manoel do Cenaculo Villas Boas.* ([27])

Um pouco mais tarde, em 1822, Felix Emilio Taunay abriu uma chapa a água-forte, intitulada: *Acclamação de S. M. D. Pedro I. Imperador Gal. do Brasil no dia 12 de Outubro de 1822,* assinado com as suas iniciais F. E. T. ([28])

Do segundo quartel do século em diante, predomina a litografia e, por esse processo, temos a maior parte da nossa documentação iconográfica.

O presente estudo — incompleto como somos o primeiro a confessar — não passa, pois, de uma simples tentativa; mas, ainda assim, poderá servir algum dia de modesto adjutório a futuros escritores que tiverem de tratar desta matéria e, com tanto mais vantagem, por ser um trabalho baseado sobre estampas da Biblioteca Nacional, que por nós foram examinadas e estudadas.

NOTAS

(1) Não há, até a data presente, um estudo mais completo sobre a história da gravura no Brasil. Com exceção do trabalho do Professor Floriano Bicudo Teixeira, ora reproduzido, referências sobre o tema se encontram em:

BARATA, Mario. Primórdios da gravura brasileira, até Goeldi. *In*: — *Mostra de gravura brasileira, novembro-dezembro 1974.* São Paulo, Fundação Bienal de São Paulo, 1974. p. 11-24.

FERREIRA, Orlando da Costa, 1915-1975. *Imagem e letra, introdução à bibliologia brasileira, a imagem gravada.* São Paulo, Melhoramentos/Ed. USP, 1976.

LEITE, José Roberto Teixeira. *A gravura brasileira contemporânea.* [Rio de Janeiro, Ed. Expressão Cultura, 1966].

SANTOS, Francisco Marques. As Belas Artes na Regencia. *Estudos Brasileiros,* Rio de Janeiro, 9 (25/27) :16-150, jul./dez. 1942.

———. As Belas Artes no 1.º reinado. (1822-31) *Estudos Brasileiros,* Rio de Janeiro, 4 (11) :471-515, mar./abr. 1940.

———. O ambiente artístico fluminense à chegada da Missão Francesa de 1816. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,* Rio de Janeiro 5 (213-240), 1941.

SILVA, Orlando da. *A arte maior da gravura,* participação gráfica de Marcello Grassmann. São Paulo, Espade, 1976.

(2) PONTUAL, Roberto. *Dicionário das artes plásticas no Brasil.* Introd. histórico-crítica de Mario Barata [e outros] [Rio de Janeiro] Civilização brasileira [1969] p. 86.

(3) OLIVEIRA, Manuel Dias de, chamado o Brasiliense. *Fatto milagrozo de Santa Izabel, Rainha de Portugal...* Manuel Dias de Oliveira Brasilience (sic) inventou e abrio em Roma, no Anno de 1798. Água-forte 440 x 550.
Acervo da Seção de Iconografia.

(4) ALPOYM, José Fernandes Pinto. *Exame de bombeiros.* Madrid, en la Oficina de Francisco Martinez Abad [1748]
20 estampas gravadas a buril, sendo que a n.º XVII traz assinado Chaves. Rio, 1749.

(5) MORAIS, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana...* Rio de Janeiro, Amsterdam, Colibris Ed. Ltda., ca. 1958. vol. I, p. 21.

(6) DICIONÁRIO BRASILEIRO DE ARTISTAS PLÁSTICOS. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1973. v. I, p. 191.
MENEZES, Ivo Porto & BAPTISTA, João Gomes. *Barroco,* Belo Horizonte, 5(99-128), 1976.

(7) MACHADO, Cyrillo Volkmar. *Colleção de memorias relativas às vidas dos pintores e escultores, architetos e gravadores portuguezes e dos estrangeiros que estiverão em Portugal...* Lisboa, Imp. de V. R. da Silva, 1823.

(8) COUTO, Domingos do Loreto, frei. *Desaggravos do Brasil e Glorias de Pernambuco.* Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1904. Edição do manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,* vols. 24, 25, 1904.

(9) PONTUAL, op. cit., p. 539.
GRAVATÁ, Helio. *José Joaquim Viegas de Menezes: contribuição bibliográfica, ordenada cronologicamente.* 9 p. datilog. (inclui 46 itens bibliográficos sobre o Padre Viegas) oferecido à Seção de Iconografia.

(10) MENEZES, José Joaquim Viegas de, padre, 1778-1841. [São Francisco de Assis] buril 140 x 92.
Inscrição: Signasti Domine servum tuum Franciscum. Segue-se a concessão de indulgências: O Exmo e Revmo Snor D. Fr. Cypriano de S. José, Bispo de Marianna, concede 40 dias de indulgencia aos que devotamente rezarem diante desta Estampa um P.N. e AV.M.
Assinatura: Viegas de Menezes gravou em Villa Rica.
Do acervo da Seção de Iconografia.

(11) MENEZES, José Joaquim Viegas de, padre, 1778-1841. [Canto ao Illmo e Exmo Snor Pedro Maria Xavier de Athaide e Mello, Governador e Capitão General da Capitania de Minas Geraes no dia de seu natalicio] Villa Rica, 1807. 2 f. p. 12 p. gravado a buril. Falta ao exemplar da Seção de Iconografia o frontispício — retrato do Capo General e sua mulher.
Conhecem-se atualmente quatro exemplares deste precioso cimélio — dois na Biblioteca Nacional — a) Seção de Iconografia (faltando o retrato); b) Seção de Obras Raras. Idem; c) No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (faltando o frontispício e dedicatória); d) No Arquivo Público Mineiro — completo, único exemplar com o frontispício.

(12) CABRAL, Alfredo do Valle. Annaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1881. p. XLVII.

(13) PLANTA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO, levantada por ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor no anno de 1808. Feliz e memoravel epoca de sua chegada à dita cidade. [Rio de Janeiro] Impressão Regia, 1812.
Gravura a buril 1198 x 903.
Dirigida por João Caetano de Rivara, gravada por Paulo Santos Ferreira Souto, desenhada no Real Archivo Militar por J. A. dos Reis.
Acervo da Seção de Iconografia.

(14) LEGENDRE, Adrien Marie. *Elementos de geometria,* traduzidos do francez e dedicados ao Principe Regente Nosso Senhor por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães... Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1809.
Acervo da Seção de Obras Raras.

(15) MAPPA geographico da capitania do Maranhão e de parte das capitanias circundantes para servir à viagem feita pelo coronel Berford. [Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810]
Gravura a buril 570 x 340.
Paulo Santos Ferreira Souto gravou.
Acervo da Seção de Iconografia.

(16) ALMEIDA, Romão Eloy. *Ensaios moraes de Alexandre Pope.* Trad. pelo Conde de Aguiar. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810.
Gravura a buril, da folha de rosto 240 x 165.
———. *Ensaios sobre a critica de Alexandre Pope.* Trad. pelo Conde de Aguiar. Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810.
Gravura a buril da folha de rosto 240 x 165.
———. *Retrato de Alexandre Pope.* [Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1810]
Buril segundo gravura de Holloway 240 x 165.
Incluído na obra Pope & Ensaios sobre a crítica. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1810. Tiragens feitas em 1881 das chapas originais existentes na Imprensa Nacional e que figuraram na obra de A. Valle Cabral; Annaes da Imprensa Nacional... etc
Acervo da Seção de Iconografia.

(17) PONTUAL, op. cit., p. 501.
COLLEÇÃO DE RETRATOS de todos os homens que adquirirão nome pelo genio, talentos, virtudes, etc., desenhados das medalhas e dos retratos pintados pelos mais celebres artistas. Com hum resumo historico de suas vidas. Rio de Janeiro, na Impressão Regia, 1816-1818. 18 fasc., 54 retratos gravados a buril por João José de Souza.
Coleção da Seção de Iconografia.
PLANTA DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO. [ca. 1818-20] buril por João José de Souza. 240 x 283.
Coleção da Seção de Iconografia.

(18) CARMO, Ado. [Diploma da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional] [ca. 1826] buril, segundo desenho de Jean Baptiste Debret. 406 x 555.
Acervo da Seção de Iconografia.
———. [Alegoria ao falecimento da primeira Imperatriz do Brasil, D.ª Leopoldina] 1826. Buril e pontilhado 245 x 330.
Acervo da Seção de Iconografia.

(19) CABRAL, op. cit., p. XLIX.
pr. 4
PONTUAL, op. cit., p. 497

(20) PONTUAL, op. cit., p. 341
DICIONÁRIO BRASILEIRO, op. cit., V. I, p. 67.
MARQUES, José Joaquim. São José. 1812. buril 138 x 185
Acervo da Seção de Iconografia.
———. "Eu só procuro com meus versos rudes
Teos Triunfos cantar, tuas virtudes".
Alegoria, buril 145 x 950.
Frontispício da obra. *São Carlos,* Francisco de, frei. *A Assumpção;* poema composto em honra da Santa Virgem... Rio de Janeiro, Impressão Regia, 1819.

(21) DELFIM, M. S. Jozé. buril 156 x 226.
Acervo da Seção de Iconografia, que também possui a chapa de cobre.

(22) CABRAL, op. cit., p. L
PONTUAL, op. cit., p. 183
DICIONÁRIO BRASILEIRO... v. 2, p. 77
A grafia correta é Claude Dandeleux.

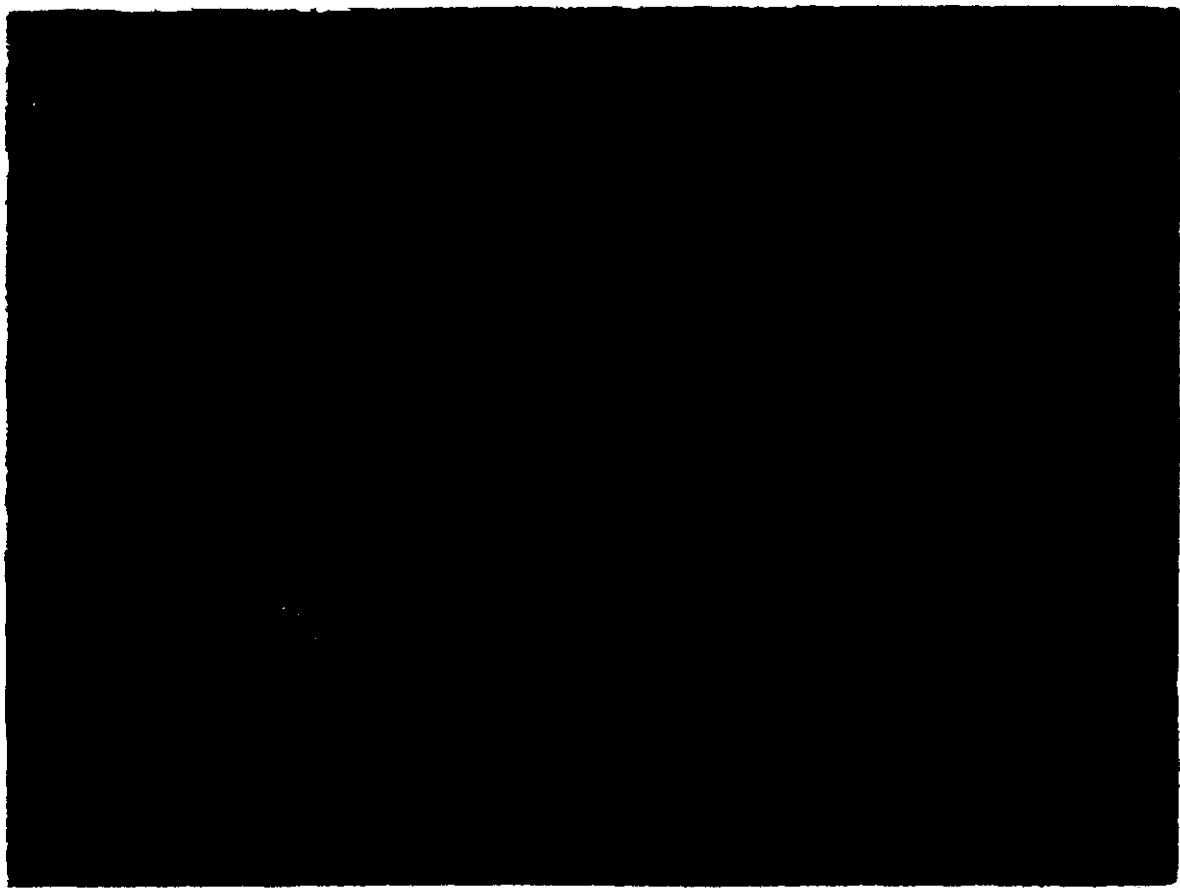
(23) *Anais da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro. V. 9, 1881 — Catálogo da Exposição de História do Brasil.
BALBI, Adrien. *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et Algarves.* Paris, chez Rey et Gravier, 1822. Tomo II, p. CXCVIIJ e CCIIJ.

(24) TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *A Missão artística de 1816.* [Rio de Janeiro, Revista dos Tribunais] 1956.

(25) DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Bresil;* ou Séjour d'un artiste français au Bresil, depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement... Paris, Firmin Didot, 1834-1839. 3 v. 100 p. litog.
Acervo da Seção de Iconografia.
PONTUAL, op. cit., p. 162-164.
DICIONÁRIO BRASILEIRO... V. I, p. 20-21.

(26) DEBRET, Jean Baptiste. Solemne desembarque de S.A.R. a S.D. Leopoldina Carolina Josefa... 1817, água-forte 320 x 480.
Acervo da Seção de Iconografia.
———. Ceremonia da faustissima acclamação de S.M. o Senhor D. João VI... 1818. água-forte 320 x 476.
Acervo da Seção de Iconografia.

(27) PRADIER, Charles Simon. D. João VI [ca. 1818-1820] buril segundo desenho de J.B. Debret 650 x 410 (oval)
Acervo da Seção de Iconografia.
———. S.A.R. A Serenissima Archiduqueza D. Carolina Leopoldina... [ca. 1818-1820] buril segundo desenho de J.B. Debret 145 x 120.
Acervo da Seção de Iconografia.
———. S.A.R. O Serenissimo Principe (sic) D. Pedro... [ca. 1818-1820] buril segundo pintura de J. B. Debret 245 x 200 (oval)
———. Conde da Barca [ca. 1817] buril 115 x 850.
Acervo da Seção de Iconografia.
———. Canova [s.d.] buril segundo F. Gerard 195 x 160.
Acervo da Seção de Iconografia.
———. D. Frei Manoel do Cenaculo Villas Boas, Arcebispo d'Evora.
A Seção de Iconografia possui apenas uma cópia fotográfica da estampa.

(28) TAUNAY, Felix Emile. Acclamação de S.M. D. Pedro I Imperador Gal. do Brasil no dia 12 de Outubro de 1822. água-forte 925 x 445.
Acervo da Seção de Iconografia.
PONTUAL, op. cit., p. 514-5.

·Pôr de sol· 3/5

ELEMENTOS DA FICHA TÉCNICA

Autor, datas
título da peça — data de impressão
processo da gravura — tiragem — dimensões da mancha
In: (incluída em álbum)

As edições limitadas, de livros ilustrados por gravadores brasileiros, bem como litografias de caráter documentário, figurarão em trabalhos especiais a serem publicados oportunamente.

ABRAMO, Livio, 1903–
Casario paraguaio, 1966
xilogravura 5/110 286 x 403
In: Gravura de arte editora, 2.ª série

Composição, 1956
xilogravura 1/20 205 x 255

Cubatão, 1933
linóleo 16/50 220 x 145

España, 1953
xilogravura 26/50 127 x 250

Festa, 1956
xilogravura 98/100 340 x 330
Série "Os Amigos da gravura"

Itaparica, 1933
xilogravura 21/50 118 x 130

Macumba, 1955
xilogravura 325 x 260

Mandola, 1955
xilogravura 270 x 260

Negra, 1951
xilogravura 26/50 195 x 240

Rio arcaico, 1961
xilogravura p.a. 370 x 263

ADERNE, Isa.
Parem os ventos, 1969
xilogravura 27/60 200 x 600

AGUILAR, José Roberto, 1941–
Igrejas barrocas de Minas
10 xilogravuras 142/250 260 x 370
In: Álbum

AIRES, Lula Cardoso, 1910–
Assombrações do Recife velho |1955|
14 linoleogravuras
In: Álbum

AKLANDER, Ruth, 1926–
Permutação, 1974
serigrafia a cores 6/10 560 x 420
In: Lithos Edições de arte

Permutação, 1974
serigrafia a cores 13/25 420 x 560
In: Lithos Edições de arte

Permutação, 1975
serigrafia a cores 8/90 570 x 420
In: Lithos Edições de arte

ALENCAR, Leonardo, 1940–
Composição, 1964
3 xilogravuras 250 x 200
In: 8 Poemas densos (álbum)

ALMEIDA, Antonio.
Discussão de Manoel Chiquinho com Antonio Pauferro
xilogravura 140 x 090

ALTINO, José, 1946–
Giramundo, 1968
5 xilogravuras 04/150 260 x 245
In: Álbum

O beijo, 1974
xilogravura a cores 19/30 470 x 390

A mulher e o seu pássaro de prata
xilogravura 24/30 542 x 427

A Princesa do Miramar no jardim
xilogravura a cores 15/30 395 x 285

ANDRADE, Farnese de, 1926–
[*Abstração*] 1963
grav. sobre latão 121/200 245 x 210
In: História da gravura no Brasil, v. 2

ANÔNIMO.
[*Xilogravuras populares*]
4 xilogravuras em cores
In: História da gravura no Brasil, v. 1

Xilogravuras sobre temas populares
10 xilogravuras 140 x 090

ANTUNES, Jarbas Juarez, 1936–
Caeté, 1973
xilogravura 301 x 420
In: Minas & Drummond (álbum)

APOCALYPSE, Álvaro, 1937–
[*São João del Rei*]
xilogravura 300 x 428
In: Minas & Drummond

APOLINARIO, Manoel.
[*Xilogravuras sobre temas populares*] 140 x 090
2 xilogravuras

ARAUJO, Emanuel, 1940–
Bairro residencial, 1964
xilogravura a cores 410 x 310
In: Bahia (álbum)

Candomblé, 1964
xilogravura a cores 420 x 360
In: Bahia (álbum)

Composição, 1964
3 xilogravuras 250 x 185
In: 8 Poemas densos (álbum)

Dança de Orixá, 1964
xilogravura a cores 530 x 350
In: Bahia (álbum)

Gato, 1964
xilogravura a cores 465 x 340
In: Bahia (álbum)

Pelourinho, 1964
xilogravura a cores 425 x 310
In: Bahia (álbum)

Pelourinho, 1964
xilogravura a cores 470 x 315
In: Bahia (álbum)

Vendedor de cataventos, 1964
xilogravura a cores 490 x 335
In: Bahia (álbum)

ARAUJO, Manuel, dito Manezinho, 1910–
Candomblé, 1967
serigrafia 195/350 330 x 540
In: Meu Brasil (álbum)

Escola de samba, 1967
serigrafia 195/350 330 x 540
In: Meu Brasil (álbum)

Favela, 1967
serigrafia 195/350 330 x 540
In: Meu Brasil (álbum)

ARAUJO, Manuel, dito Manezinho, 1910–
Feira livre, 1967
serigrafia 195/350 330 x 540
In: Meu Brasil (álbum)

[*Festa de igreja*] 1967
serigrafia 195/350 330 x 540
In: Meu Brasil (álbum)

Parque de diversões, 1967
serigrafia 195/350 330 x 540
In: Meu Brasil (álbum)

ARAUJO, Octávio, 1926–
[*Composição*] 1957-58
xilogravura a cores 121/200 250 x 160
In: História da gravura no Brasil, v. 2

BABINSKI, Maciej Antoni, 1931–
Mulheres, 1963
água-forte 121/200 153 x 187
In: História da gravura no Brasil, v. 1

BANDEIRA, Antonio.
Antonio Bandeira
5 litografias 480 x 345
In: Álbum

BARCELOS, Vera Chaves, 1938–
[*Abstração*] 1969
xilogravura a cores 121/200 305 x 260
In: História da gravura no Brasil, v. 2

BARTH, Luís Fernando Voges.
Composição abstrata, 1973
6 serigrafias 4/30 550 x 400
In: Reestruturações (álbum)

BEHRING, Edith, 1916–
[*Abstração*]
água-forte a cores 121/200 272 x 207
In: História da gravura no Brasil, v. 1

[*Abstração*]
água-tinta 5/110 235 x 300
In: Gravura de arte editora, 2.ª série

[*Composição*] 1953
água-forte 19/50 160 x 277

[*Composição*] 1954
água-forte/água-tinta 2/50 237 x 177

[*Composição*] 1954
água-forte/água-tinta 9/50 280 x 378

[*Composição*] 1955
água-tinta 178 x 400
prova do artista XI

[*Composição*] 1955
água-forte/água-tinta/buril a cores 21/50 346 x 495

[*Composição*] 1955
água-tinta a cores 400 x 495
prova do artista III

[*Composição*] 1955
água-tinta a cores 28/50 390 x 220

[*Composição*] 1955
água-forte a cores 295 x 490
prova do artista V

[*Composição*] 1955
água-forte/água-tinta a cores 20/50 236 x 340

[*Composição*] 1956
água-forte/água-tinta a cores 4/50 490 x 490

[*Composição*] 1957
água-forte a cores 3/20 290 x 690

[*Composição*] 1957
água-forte a cores 290 x 690
prova de estado III

[*Composição*] 1964
água-tinta a cores 330 x 480
prova de estado

[*Composição*] 1964
água-tinta a cores 295 x 580
prova de estado

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores 350 x 500
prova do artista IV

[*Composição*] 1964
água-tinta a cores 500 x 350
prova de estado

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores 600 x 400
prova de estado

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores 450 x 450
prova de estado

BEHRING, Edith, 1916–

[*Composição*] 1964
água-tinta a cores 28/30 330 x 480

[*Composição*] 1964
água-tinta a cores 27/30 295 x 580

[*Composição*] 1966
água-tinta a cores 23/30 365 x 520

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores 7/40 495 x 345

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores 17/40 390 x 595

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores relevo 2/40 220 x 390

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores 30/40 450 x 450

[*Composição*] 1969
água-tinta a cores 14/40 600 x 400

[*Composição*] 1961
água-tinta a cores 290 x 570
prova do artista III

[*Composição*] 1962
água-tinta a cores 200 x 600
prova do artista V

[*Composição*] 1966
água-tinta a cores 500 x 350
prova do artista IV

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores 340 x 500
prova do artista I

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores 400 x 600
prova do artista IV

[*Composição*] 1968
água-tinta a cores 600 x 400
prova do artista II

[*Composição*] 1969
água-tinta a cores 600 x 400
prova do artista I

Gravuras (álbum)
10 água-tinta/água-forte 67/100 100 x 145

1. Abramo, Livio — Negra — xilogravura

BELTRAME, Luís Gonzaga, 1947–
[*Lenda*]
serigrafia 48/100 505 x 470
In: Lithos edições de arte

BERNARDELLI, Henrique.
[*Diploma do Instituto Nacional de Música*] 1914
água-forte 290 x 380

BERNHARDT, Plinio, 1927–
Mulheres trabalhando em fumo, 1951
linoleogravura 13/100 210 x 283

BETTIOL, Zoravia, 1935–
Namorados
10 xilogravuras a cores
In: Álbum

BIANCHETTI, Ailema, 1926–
Sapateiro, 1952
linoleogravura 99/100 210 x 255

BIANCHETTI, Glenio, 1928–
Fazendo marmelada, 1952
linoleogravura 2/100 260 x 206

Feira, 1953
xilogravura 260 x 210

BIANCO, Enrico, 1918–
Pescadores, 1953
ponta seca 98/100 297 x 395
Série "Os amigos da gravura"

Roda de samba, 1975
serigrafia 15/100 760 x 560
In: Lithos edições de arte

BIONDI, Angela.
Peixe, 1974
xilogravura 800 x 140
prova do artista

BONOMI, Maria, 1935–
Balada do terror, 1970
xilogravura a cores 15/30 2.340 x 1.015

[*Folha de índice*] 1971
litografia Tiragem n.º 16 1.010 x 710

Germinal, 1971
xilogravura a cor 20/20 1.000 x 710

BRENTANI, Gerda, 1908–

[*Crocodilo*] 1969
ponta-seca 47/100 193 x 145
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

[*Jacaré*] 1969.
ponta-seca 47/100 193 x 145
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

[*Mico*] 1969
ponta-seca 47/100 160 x 177
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

[*Papagaio*] 1969
ponta-seca 47/100 193 x 145
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

[*Pássaros*] 1969
ponta-seca 47/100 160 x 177
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

[*Sapo*] 1969
ponta-seca 47/100 160 x 177
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

[*Tamanduá-bandeira*] 1969
ponta-seca 47/100 160 x 177
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

[*Tartaruga*] 1969
ponta-seca 47/100 160 x 177
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

[*Tatu*] 1969
ponta-seca 47/100 193 x 145
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

[*Tucano*] 1969
ponta-seca 47/100 160 x 177
In: Pequeno bestiário brasileiro (álbum)

BROCOS Y GOMEZ, Modesto, 1852-1936.

Agonia de Herodes
xilogravura 195 x 160

Ata da inauguração da Biblioteca Nacional, 1910
água-forte 325 x 235
prova de ensaio 1.º estado

Ata da inauguração da Biblioteca Nacional, 1910
água-forte/toques de aquarela 340 x 260
1.º estado com os dizeres da ata em manuscrito

Ata da inauguração da Biblioteca Nacional, 1910
água-forte a cor 340 x 260
prova de ensaio 2.º estado

Ata da inauguração da Biblioteca Nacional, 1910
água-forte 340 x 260
2.º estado

Ata da inauguração da Biblioteca Nacional, 1910
água-forte 340 x 260
estado definitivo

Ata da inauguração da Biblioteca Nacional, 1910
água-forte 335 x 259
Tiragem moderna por Orlando da Silva em 1976

[*Cardápio do almoço ao Dr. H. T. Dodsworth*]
água-forte 135 x 095
1.º estado

[*Cardápio do almoço ao Dr. H. T. Dodsworth*]
água-forte 135 x 095
2.º estado

Defeza de Lugo, 1887
xilogravura 300 x 230

[*Descascando goiabas*] 1912
água-forte 87/110 190 x 260
In: Gravura de arte editora, 1.ª série

[*Descascando goiabas*] 1912
água-forte 180 x 260

[*Descascando goiabas*] 1912
água-forte em sépia 180 x 260

As Estações, 1890
água-forte 235 x 150
1.º estado

As Estações, 1890
água-forte 235 x 150
2.º estado

As Estações, 1890
água-forte 175 x 150
4.º estado

As Estações, 1890
água-forte 175 x 150
5.º estado

Estudo, 1890
água-forte 400 x 280
3.º estado

Estudo, 1890
água-forte 400 x 280
4.º estado

BROCOS Y GOMEZ, Modesto, 1852-1936.

Estudo, 1890
água-forte 400 x 280
5.º estado

[*A feiticeira com um ramo de arruda na mão*] [ca. 1932]
água-forte 260 x 180
1.º estado

[*A feiticeira com um ramo de arruda na mão*] [ca. 1932]
água-forte 260 x 180
sem terminar

[*Monumento a João Caetano dos Santos*]
xilogravura 170 x 100

A Pulga
xilogravura 185 x 145

[*Retrato de Afonso Pena*] 1907
ponta-seca/água-forte 120 x 088
prova de estado

[*Retrato de Dr. Alcebíades Furtado*] [ca. 1911]
água-forte 137 x 100

[*Retrato de Dr. Alcebíades Furtado*] [ca. 1912]
água-forte 135 x 093

[*Retrato de Álvaro de Melo Coutinho de Vilhena*] 1909
água-forte/aguada 260 x 165

[*Retrato de Frei Antônio de Arrabida*] [ca. 1906]
água-forte 220 x 150

[*Retrato de Frei Antônio de Arrabida*] [ca. 1906]
água-forte 215 x 150
1.º estado

[*Retrato de Frei Antônio de Arrabida*] [ca. 1906]
água-forte 215 x 150
2.º estado

[*Retrato de Frei Antônio de Arrabida*] [ca. 1906]
água-forte 215 x 150
3.º estado

[*Retrato de Artur de Azevedo*] 1910
água-forte 135 x 190
1.º estado

[*Retrato de Artur de Azevedo*] 1910
água-forte 135 x 190
2.º estado

[*Retrato de Artur de Azevedo*] 1910
água-forte 135 x 190
3.º estado

2. Brocos y Gomez, Modesto — Descascando goiabas — água-forte

[*Retrato de Augusto Teixeira de Freitas*] [ca. 1905]
água-forte 135 x 100

[*Retrato do Almirante Barroso*] [ca. 1902]
água-forte 120 x 085

[*Retrato do Almirante Barroso*] [ca. 1902]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato do Dr. Benjamin F. Ramiz Galvão*] [1905]
água-forte 200 x 140

[*Retrato do Dr. Benjamin F. Ramiz Galvão*] [1905]
água-forte 235 x 175
prova "avant la lettre"

[*Retrato do Dr. Benjamin F. Ramiz Galvão*] 1905
água-forte 235 x 175
1.º estado

[*Retrato do Dr. Benjamin F. Ramiz Galvão*] 1905
água-forte 235 x 175
2.º estado

[*Retrato do Dr. Benjamin F. Ramiz Galvão*] 1905
água-forte 235 x 175
prova de estado

[*Retrato de Frei Camilo de Monserrate*] 1905
água-forte 185 x 125
1.º estado

[*Retrato de Frei Camilo de Monserrate*] 1905
água-forte 185 x 125
2.º estado

[*Retrato de Frei Camilo de Monserrate*] 1905
água-forte 185 x 125
prova "avant la lettre"

[*Retrato de Frei Camilo de Monserrate*] 1905
água-forte 185 x 125

[*Retrato de Dr. Campos Sales*] [ca. 1902]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato de Dr. Campos Sales*] [ca. 1902]
água-forte 125 x 085

[*Retrato de Ciro Cândido Martins de Brito*] [ca. 1911]
água-forte 260 x 165
1.º estado

[*Retrato de Ciro Cândido Martins de Brito*] [ca. 1911]
água-forte 260 x 165
prova "avant la lettre"

BROCOS Y GOMEZ, Modesto, 1852-1936.

[*Retrato de Ciro Cândido Martins de Brito*] [ca. 1911]
água-forte 260 x 165

[*Retrato do Marechal Deodoro*] [ca. 1902]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato do Marechal Deodoro*] 1891
água-forte 150 x 110

[*Retrato do Dr. Fajarlo*] [ca. 1903]
água-forte 150 x 110
prova "avant la lettre"

[*Retrato do Dr. Ferreira de Araújo*] [ca. 1902]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato do Dr. Ferreira de Araújo*] [ca. 1900]
água-forte 143 x 100
1.º estado

[*Retrato do Dr. Ferreira de Araújo*] 1900
água-forte 145 x 100
prova "avant la lettre"

[*Retrato do Marechal Floriano Peixoto*] [ca. 1903]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato do Marechal Floriano Peixoto*] 1903
água-forte 325 x 260

[*Retrato do Dr. Francisco Batista Marques Pinheiro*] [ca. 1903]
água-forte 265 x 185
1.º estado

[*Retrato do Dr. Francisco Batista Marques Pinheiro*] [ca. 1903]
água-forte 265 x 185
2.º estado

[*Retrato do Dr. Francisco Batista Marques Pinheiro*] [ca. 1903]
água-forte 190 x 130

[*Retrato de F.J. Bittencourt da Silva*] [ca. 1911]
água-forte/ponta-seca 265 x 185
1.º estado

[*Retrato do Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio*] [ca. 1905]
água-forte 185 x 125
1.º estado

[*Retrato do Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio*] [ca. 1905]
água-forte 185 x 125
2.º estado

[*Retrato do Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio*] [ca. 1905]
água-forte 185 x 125
prova "avant la lettre"

[*Retrato do Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio*] [ca. 1905]
água-forte 185 x 125

[*Retrato do Dr. Francisco Mendes da Rocha*] [ca. 1903]
água-forte 200 x 140
1.º estado

[*Retrato do Dr. Francisco Mendes da Rocha*] [ca. 1904]
água-forte 140 x 090
2.º estado: tiragem para bilhete postal

[*Retrato do Dr. Francisco Mendes da Rocha*] [ca. 1903]
água-forte 200 x 140
prova "avant la lettre"

[*Retrato de Francisco Mendes da Rocha*] 1903
água-forte 200 x 140

[*Retrato de Francisco Pradilla*] 1885
xilogravura 260 x 200
Tiragem preliminar

[*Retrato de Francisco Pradilla*] 1885
xilogravura 260 x 200

[*Retrato de A. Gonçalves Dias*] [ca. 1902]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato de A. Gonçalves Dias*] [ca. 1903]
água-forte 115 x 080

[*Retrato de Grandjean de Montigny*] [ca. 1907]
água-forte 140 x 100
prova "avant la lettre"

[*Retrato de Grandjean de Montigny*] [ca. 1907]
água-forte 140 x 100

[*Retrato de Henri Lehmann*] [ca. 1885]
xilogravura 245 x 200
In: L'Art

[*Retrato de Henri Lehmann*] [ca. 1885]
xilogravura 245 x 200

[*Retrato do Marechal Hermes da Fonseca*] 1911
água-forte 140 x 100

[*Retrato do Barão Homem de Melo*] [ca. 1903]
água-forte 155 x 115
prova "avant la lettre"

BROCOS Y GOMEZ, Modesto, 1852-1936.

[*Retrato do Barão Homem de Melo*] [ca. 1903]
água-forte 155 x 115

[*Retrato da Princesa Isabel*] [ca. 1902]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato da Princesa Isabel*] [ca. 1902]
água-forte 125 x 095

[*Retrato do Cônego Januário da Cunha Barbosa*] [1905]
água-forte 215 x 147
1.º estado

[*Retrato do Cônego Januário da Cunha Barbosa*] [1905]
água-forte 215 x 147
2.º estado

[*Retrato do Cônego Januário da Cunha Barbosa*] [1905]
água-forte 215 x 147
3.º estado

[*Retrato do Cônego Januário da Cunha Barbosa*] [ca. 1905]
água-forte 215 x 147
4.º estado

[*Retrato do Cônego Januário da Cunha Barbosa*] [ca. 1905]
água-forte 220 x 147

[*Retrato do Dr. João Saldanha da Gama*] [ca. 1903]
água-forte 250 x 324
1.º estado

[*Retrato do Dr. João Saldanha da Gama*] [ca. 1903]
água-forte 187 x 178
2.º estado

[*Retrato do Dr. João Saldanha da Gama*] [ca. 1903]
água-forte 160 x 230
3.º estado

[*Retrato do Dr. João Saldanha da Gama*] [ca. 1903]
água-forte 240 x 175
4.º estado

[*Retrato do Dr. João Saldanha da Gama*] [ca. 1903]
água-forte 240 x 175
prova "avant la lettre"

[*Retrato do Dr. João Saldanha da Gama*] [ca. 1903]
água-forte 225 x 160

[*Retrato do Dr. Joaquim Caetano da Silva*] [ca. 1931]
água-forte/ponta-seca 200 x 180

[*Retrato do Dr. Joaquim Murtinho*] [1898-1902]
água-forte/aguada 261 x 212

[*Retrato de Joaquim Pires Machado Portela*] [ca. 1912]
água-forte/ponta-seca 265 x 190

[*Retrato do Dr. José Alexandre Teixeira de Melo*] [ca. 1903]
água-forte 184 x 167
1.º estado

[*Retrato do Dr. José Alexandre Teixeira de Melo*] [ca. 1903]
água-forte 170 x 120
2.º estado

[*Retrato do Dr. José Alexandre Teixeira de Melo*] [ca. 1903]
água-forte 163 x 120
3.º estado

[*Retrato do Dr. José Alexandre Teixeira de Melo*] [ca. 1903]
água-forte 195 x 135
4.º estado

[*Retrato do Dr. José Alexandre Teixeira de Melo*] [ca. 1903]
água-forte 195 x 135
prova "avant la lettre"

[*Retrato do Dr. José Alexandre Teixeira de Melo*] [ca. 1903]
água-forte 200 x 140

[*Retrato do Dr. José de Assis A. B. M. Barreto*] [ca. 1906]
água-forte 200 x 148
1.º estado

[*Retrato do Dr. José de Assis A. B. M. Barreto*] [ca. 1906]
água-forte 200 x 148
2.º estado

[*Retrato do Dr. José de Assis A. B. M. Barreto*] [ca. 1906]
água-forte 200 x 148
3.º estado

[*Retrato do Dr. José de Assis A. B. M. Barreto*] [ca. 1906]
água-forte 200 x 148

[*Retrato de José Benlliure*] 1885
xilogravura 215 x 160

[*Retrato do Dr. José Joaquim Seabra*] [ca. 1906]
água-forte 205 x 166
1.º estado

[*Retrato do Dr. José Joaquim Seabra*] [ca. 1906]
água-forte 326 x 245
2.º estado (No verso o 4.º estado)

[*Retrato do Dr. José Joaquim Seabra*] [ca. 1906]
água-forte 330 x 257
3.º estado

BROCOS Y GOMEZ, Modesto, 1852-1936.

[*Retrato do Dr. José Joaquim Seabra*] 1906
água-forte 320 x 260
prova "avant la lettre"

[*Retrato do Dr. José Joaquim Seabra*] 1906
água-forte 320 x 260

[*Retrato de Lauro Müller*] [ca. 1902-1906]
água-forte 340 x 260

[*Retrato do Dr. Leopoldo de Bulhões*] [ca. 1902]
água-forte 270 x 210
1,º estado

[*Retrato do Dr. Leopoldo de Bulhões*] [ca. 1902-1905]
água-forte 270 x 210
2.º estado

[*Retrato do Dr. Leopoldo de Bulhões*]
água-forte 335 x 260
3.º estado

[*Retrato do Dr. Leopoldo de Bulhões*] 1902-1906
água-forte 335 x 260

[*Retrato de Luís N. F. Varela*] [ca. 1902]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato de Luís N. Fagundes Varela*] [ca. 1903]
água-forte 135 x 100

[*Retrato de Luís de Resende*] [ca. 1900]
água-forte 265 x 170
1.º estado

[*Retrato de Luís de Resende*] [ca. 1900]
água-forte 265 x 170
2.º estado

[*Retrato de Luís de Resende*] [ca. 1900]
água-forte 265 x 170

[*Retrato de Magalhões Azeredo*] 1903
água-forte 138 x 100

[*Retrato de Manuel Cícero Peregrino da Silva*] [ca. 1926]
água-forte 240 x 175

[*Retrato do Dr. Martins Júnior*] [1903]
água-forte 155 x 115
prova "avant la lettre"

[*Retrato do Dr. Martins Júnior*] [ca. 1902]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato de Melo Barreto*] [ca. 1935]
água-forte 140 x 100

[*Retrato do Dr. Miguel Vieira Ferreira*] 1891
xilogravura 108 x 075

[*Retrato de D. Pedro II*] [ca. 1902]
água-forte 185 x 125

[*Retrato de Pedro Veloso Rebelo*] [ca. 1914]
água-forte 240 x 180

[*Retrato de Quintino Bocaiúva*] [ca. 1903]
água-forte 150 x 100

[*Retrato do Dr. Raul d'Ávila Pompéia*] [ca. 1904]
água-forte 198 x 140
1.º estado

[*Retrato do Dr. Raul d'Ávila Pompéia*] [ca. 1904]
água-forte 198 x 140
2.º estado

[*Retrato do Dr. Raul d'Ávila Pompéia*] [ca. 1904]
água-forte 198 x 140
3.º estado

[*Retrato do Dr. Raul d'Ávila Pompéia*] [ca. 1904]
água-forte 200 x 140

[*Retrato de um escritor não identificado*] 1890
xilogravura 130 x 120

[*Retrato de Rodolfo Bernardelli*] 1902
água-forte 390 x 290

[*Retrato do Barão do Rio Branco*] [ca. 1903]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

[*Retrato do Visconde do Rio Branco*] [ca. 1902]
água-forte 140 x 090
Tiragem para bilhete postal

Santa Isabel, reina de Hungria
xilogravura 300 x 225
Tiragem preliminar

Santa Isabel, reina de Hungria
xilogravura 300 x 225

Urna funerária [ca. 1870-80]
xilogravura 030 x 035

Urna funerária [ca. 1870-80]
xilogravura 090 x 090

BROCOS Y GOMEZ, Modesto, 1852-1936.
Urna funerária [ca. 1870-80]
xilogravura 095 x 080

Urna funerária [ca. 1870-80]
xilogravura 125 x 085

Vaso [ca. 1870-80]
xilogravura 040 x 060

BRUNNET, Teresa, 1928–
[*Formas*] 1975
serigrafia 490 x 400
In: Lithos edições de arte

Interior linear
serigrafia 32/80 463 x 361

CABRAL, Rubens Galant Costa, 1928–
[*Composição abstrata*] 1973
6 serigrafias 4/30 550 x 400
In: Reestruturações (álbum)

CAMARGO, Iberê, 1914–
[*Atelier*] 1956
água-tinta/pincel 245 x 325
1.º estado

[*Atelier*] 1956
água-tinta/pincel 245 x 325
2.º estado

[*Atelier*] 1956
água-tinta/pincel 245 x 325
3.º estado

[*Atelier*] 1956
água-tinta/pincel 4/20 245 x 325

Dois carretéis
água-tinta/relevo 5/110 155 x 215
In: Gravura de arte editora, 2.ª série

[*Fauno*] 1956
água-tinta 6/10 370 x 270

[*Figura e frutas*] 1955
água-tinta/pincel 330 x 245
1.º estado

[*Figura e frutas*] 1955
água-tinta/pincel 330 x 245
contraprova

[*Figura e frutas*] 1955
água-tinta/pincel 3/15 330 x 245

[*Natureza morta*]
água-tinta 247 x 197
1.º estado

[*Natureza morta*]
água-tinta 247 x 197
2.º estado

[*Natureza morta*]
água-tinta 247 x 197
contraprova

[*Natureza morta*]
água-tinta 247 x 197
prova do artista

[*Natureza morta*]
estudo a guache colorido 247 x 197

[*Natureza morta*] 1956
água-tinta/pincel 395 x 295
1.º estado

[*Natureza morta*] 1956
água-tinta/pincel 395 x 295
contraprova

[*Natureza morta*] 1956
água-tinta/pincel 6/15 395 x 295

[*Natureza morta*] 1956
estudo a fusain 395 x 295

[*Natureza morta*] 1956
água-tinta/pincel 395 x 292
1.º estado

[*Natureza morta*] 1956
água-tinta/pincel 395 x 292
2.º estado

[*Natureza morta*] 1956
água-tinta/pincel 4/15 395 x 292

[*Paisagem*] 1956
água-tinta/pincel 5/15 395 x 293

[*Paisagem*] 1956
água-tinta/pincel 395 x 293
1.º estado

[*Paisagem*] 1956
água-tinta/pincel 395 x 293
2.º estado

[*Paisagem*] 1956
crayon litográfico 395 x 293

CARELLI, Antonio, 1926—
Capela de Sto. Antonio/São Roque
8 águas-fortes
In: Álbum

CARMO, A. do.
[*Diploma da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*]
buril segundo desenho de J. B. Debret 406 x 555

[*Alegoria ao falecimento da 1.ª Imperatriz D. Leopoldina*] 1826
buril e pontilhado 245 x 330

CARNEIRO, Mário Augusto de Berredo, 1930—
Briga de galo, 1957
monotipia 390 x 250

Janela, 1955
água-tinta 2/5 130 x 205

A Mesa
água-forte 98/100 298 x 595
Série "Os Amigos da gravura"

CARVALHO, Antonio Pedro de, 1936—
O Arruado
xilogravura 230 x 310

Cáis de mendigos
xilogravura 100 x 170

O gari
xilogravura 170 x 100

Girassol
xilogravura 210 x 100

Lua e favela
xilogravura 150 x 100

CARYBÉ, Hector Bernabó, 1911—
Vaquejada, 1955
água-forte 98/100 390 x 300
Série "Os Amigos da gravura"

CAULOS.
Eureka, 1976
serigrafia 414 x 270
prova do artista

CAVALCANTI, Newton, 1930—
Amor e morte
ponta-seca sobre veludo 196 x 098

Ballet, 1973
litografia/aquarela 500 x 700

Ballet, 1973
litografia 500 x 700

A Bela e a tarde, 1971
xilogravura 340 x 400
prova do artista

O bode, 1973
litografia/lápis de cor 360 x 565

A briga, 1957
xilogravura 1/5 158 x 193

Cachaça, 1959
xilogravura 1/20 300 x 230

[*Cartaz para Exposição no M.N.B.A.*] 1973
litografia 656 x 478

Comunicação, 1971
xilogravura 735 x 515

Corvos
água-forte 093 x 118
prova do artista

Corvos, 1958
água-forte 093 x 118
prova do artista, negativo

Corvos, 1963
água-forte 093 x 118

Do grotesco ao arabesco, 1966
xilogravura 135 x 187
prova do artista

Os fantasiados, 1966
xilogravura 165 x 200

A feiticeira, 1960
xilogravura 260 x 480
prova do artista

Festa no céu, 1959
xilogravura 330 x 415
prova do artista

Festa no céu, 1961
xilogravura 200 x 147

Gafieira. 1967
xilogravura 190 x 255

CAVALCANTI, Newton, 1930–
O gato preto, 1966
xilogravura 2/10 137 x 187

Máquina voadora, 1958
xilogravura 098 x 176

O mito, 1971
xilogravura 735 x 505

Palco de ilusões, 1973
xilogravura 275 x 225
prova do artista

O papagaio misterioso, 1957
xilogravura 12/15 240 x 188

O pavão misterioso, 1956
xilogravura 270 x 105
prova do artista

Porto de Vitória, 1956
xilogravura 190 x 300

Sinal de trânsito, 1954
xilogravura 137 x 210

Sururú, 1957
xilogravura 180 x 250
prova do artista

CELA, Raimundo, 1890-1954
Anúncio de circo
água-forte 310 x 335

Barra do Ceará
água-forte 1/30 255 x 365

Bumba-meu-boi
água-forte 315 x 410

Casa de vaqueiro
água-forte 320 x 425

Dia de feira em Saint'Agrève
água-forte 255 x 350

Engenho
água-forte 355 x 440

Uma forja em Saint'Agrève
água-forte 260 x 355

Fundição
água-forte 2/30 280 x 340

Jangadas pra o mar
água-forte 3/50 345 x 410

Jangadeiro
água-forte 2/60 405 x 310

[*Retirantes*]
água-forte 385 x 285

Uma viela romana, 1922
água-forte 1/50 330 x 245

CHAPMAN, Grover, 1924–
Coleção em verdes e azuis, 1976
serigrafia 2/5 457 x 610

Natividade na roça [1974]
serigrafia 65/100 517 x 420
In: Lithos edições de arte

CHENOT, A. ca. 1821-ca. 1881
São Francisco de Paula [1843]
buril 160 x 215
Tiragem em 1919

COELHO, Beatriz.
Belo Horizonte
xilogravura 300 x 422
In: Minas & Drummond (álbum)

COGNAT, Edgard, 1919–
Casebre, 1961
xilogravura 205 x 165

Erasmo, 1958
água-tinta 230 x 185

A esmola, 1952
água-forte 228 x 300

Igreja de Itacurussá [1965]
água-forte 075 x 100

Manhã nebulosa, 1956
ponta-seca 150 x 100

Michelangelo, 1961
buril 170 x 110

Paisagem
xilogravura 090 x 065

Prometeu, 1952
água-forte 460 x 290

Reverie, 1964
xilogravura 165 x 307

Vetustez, 1961
verniz brando 315 x 218

CONCÍLIO, Marcos, 1945–
Paisagem, 1975
serigrafia 48/100 395 x 410
In: Lithos edições de arte

COSTA. David da.
Bahia, 1976
serigrafia 11/13 497 x 330

CRAVO, Mário, 1923–
Cabeça, 1953
litografia 7/7 450 x 340

Peixe
água-tinta 13/25 500 x 350

CRUZ, Carmelio.
Orixá, 1974
serigrafia 48/100 600 x 410
In: Lithos edições de arte

CUNHA, Argemiro.
Barcos [ca. 1943]
água-forte 205 x 145

CUNHA, Vera Bocaiuva, 1920–
A Escada
Litografia 6/6 240 x 280

DACOSTA, Milton, 1915–
Venus, 1969
água-forte 121/200 165 x 194
In: "História da gravura no Brasil", v. 2

Venus [1974]
serigrafia 43/50 190 x 250
In: Lithos edições de arte

DAREL, 1924–
ABC das catástrofes, 1956
água-forte 125 x 195

Árvore, 1958
litografia 2/6 440 x 350

Berenice, 1951
água-forte 150 x 235

[*Cabeça de homem com chapéu*] 1952
litografia 8/12 240 x 280

[*Cabeça de menino*]
água-forte 125 x 197

[*Cabeça feminina*] 1951
água-tinta 2/15 295 x 395

[*Casas*] 1951
água-forte 1/15 295 x 198

[*Casas*]
água-forte 295 x 150

[*Casebres*] 1955
litografia 7/9 245 x 345

Ciclista na demolição escura, 1956
litografia 445 x 345

Ciclista na demolição [1956]
litografia 450 x 360
prova única

[*Cidade*] 1968
água-forte 121/200 175 x 222

[*Composição*]
água-forte 090 x 087

[*Composição*]
água-forte/água-tinta 120 x 215

Demolição, 1956
litografia 4/5 460 x 360

Demolição, 1956
litografia 3/6 455 x 345

Demolição (com ciclista em vertical) 1957
litografia 5/12 370 x 485

[*Duas casas*]
água-forte 300 x 222

Duas figuras, 1957
litografia 4/8 370 x 250

Estaleiro e cais, 1957
litografia 3/6 335 x 580

[*Figura feminina com pássaro*]
buril/água-forte 170 x 200

Figuras HC, 1955
água-forte 190 x 290
prova do artista

[*Figuras femininas*]
água-forte 120 x 200
Sem assinatura

[*Galeria*]
água-forte 235 x 300

DAREL, 1924–

[*Garotos e ave*] 1949
água-forte 9/15 120 x 175

[*Gato comendo*] 1952
litografia a cores 1/15 325 x 250

[*Gato comendo*] 1952
litografia 7/11 325 x 250

Gravuras de Darel
12 águas-fortes 45/100
In: Álbum

H. C., 1956
litografia a cores 310 x 450
prova do artista

H. C., 1954
água-tinta/água-forte 187 x 285

H. C., 1955
água-forte 190 x 290

Hop-trog, 1951
água-forte 150 x 235

Uma janela, 1957
litografia 3/5 450 x 345

Ligéia, 1951
água-forte 150 x 240

Meizengerstein, 1951
água-forte 147 x 235

Meza redonda, 1955
água-forte 1/15 302 x 220

Meza redonda
água-forte 302 x 220
sem assinatura

[*Moça com o véu*]
água-tinta/água-forte 232 x 320
Sem assinatura

[*Moça com o véu*]
água-tinta/água-forte 232 x 320
1.º estado

Noite em Botafogo, 1955
litografia 98/100 353 x 440
Série: "Os Amigos da gravura"

Noite em Botafogo
litografia 350 x 435

3. Darel — [Duas casas] — água-forte

[*Paisagem*] 1965
água-forte 87/110 255 x 295
In: Gravura de Arte Editora, 1.ª série

[*Paisagem marítima*]
água-forte 290 x 195

[*Parque de diversões*] 1955
água-forte 390 x 397
2.º estado

[*A partida*]
água-tinta 195 x 295

[*Pavão*] 1949
água-tinta/água-forte 5/15 120 x 200

[*Pavão*]
água-tinta/água-forte 120 x 200
sem assinatura

[*Peixes*] 1952
água-forte 1/25 125 x 175

[*Peixes*] 1952
água-forte 1/1 125 x 175

[*Pensativa*] 1955
litografia 2/9 290 x 225

O porão, 1956
litografia 3/5 455 x 345

[*Transeuntes*] 1950
maneira negra 10/15 295 x 200

[*Três poses*]
água-forte 195 x 295

A volta, 1956
litografia 92/110 220 x 310

DASILVA, Orlando *ver* SILVA, Orlando da

DEBRET, Jean-Baptiste, 1768-1848
Solemne desembarque de S.A.R. a S.D. Leopoldina Carolina Josefa, ...1817
água-forte 320 x 480

Ceremonia da faustissima acclamação de S.M. o Senhor D. João VI, ...1818
água-forte 320 x 476

DE LAMONICA, Roberto, 1933—
[*Composição*] 1965
água-forte/água-tinta 87/110 245 x 198
In: Gravura de arte editora, 1.ª série

DELFIM, M.

S. Jozé
buril 156 x 226

S. Jozé
buril 211 x 150
Tiragem moderna por Orlando da Silva

DENICOLA, Siro.

Baiana [ca. 1944]
água-forte/água-tinta a cores 130 x 100

Baiana [ca. 1944]
água-forte/água-tinta a cores 130 x 100
1.º estado

Barcos [ca. 1944]
água-forte 090 x 145

Bois [ca. 1944]
maneira negra 098 x 220

Cabeça [ca. 1944]
ponta-seca 120 x 098

Cão [ca. 1944]
água-forte 068 x 095

Comboio no Amazonas [ca. 1944]
água-forte 120 x 098

Convento Santo Antonio do Iguape [ca. 1944]
água-forte 315 x 235

Natureza morta [ca. 1944]
água-forte/água-tinta em cor 240 x 170

Navios [ca. 1944]
água-tinta 155 x 095

Paisagem [ca. 1944]
ponta-seca 098 x 120

Paisagem [ca. 1944]
água-forte 165 x 098

Paisagem [ca. 1943]
água-forte 068 x 098

Paisagem [ca. 1944]
água-forte 100 x 120

Sobre o rio [ca. 1944]
água-forte 120 x 098

DILLON, Osmar, 1930–
Nuvem
serigrafia 48/100 595 x 500

DJANIRA, 1914–
[*Alambique*] 1967
serigrafia 260 x 235
In: Djanira (álbum)

[*Bananeiras e cacaueiros*] 1967
serigrafia 150 x 200
In: Djanira (álbum)

[*Casa vista através de grade*] 1967
serigrafia 260 x 235
In: Djanira (álbum)

[*Casas*] 1967
serigrafia 270 x 150
In: Djanira (álbum)

[*Cena de engenho*] 1966
serigrafia 320 x 485
In: Álbum

[*Colheita de café*]
xilogravura 150 x 230
In: Djanira (álbum)

[*Conversando na varanda*] 1967
serigrafia 200 x 180
In: Djanira (álbum)

[*Fazenda*] 1966
serigrafia 320 x 485
In: Álbum

[*Festa popular*] 1967
serigrafia 160 x 270
In: Djanira (álbum)

Imaculada Conceição, 1970
xilogravura color. 44/100 405 x 315
In: Oratório de Djanira (álbum)

[*Melancia*] 1966
serigrafia 475 x 320
In: Álbum

[*Moendas*] 1967
xilogravura 250 x 200
In: Djanira (álbum)

Nossa Senhora do Bom Parto, 1970
xilogravura color. 44/100 405 x 315
In: Oratório de Djanira (álbum)

DJANIRA, 1914–

Orfeu da Conceição, 1956
linoleogravura 760 x 550

[*Pescador*] 1966
serigrafia 370 x 230
In: Álbum

[*Pescadores*] 1967
xilogravura 130 x 200
In: Djanira (álbum)

Retrato de um amigo, 1949
buril 121/200 250 x 163
In: História da gravura no Brasil, v. 1

Santa Ana e a Virgem, 1970
xilogravura color. 44/100 0,405 x 0,315
In: Oratório de Djanira

Santa Luzia, 1967
xilogravura 200 x 150
In: Djanira (álbum)

Santa Rita, 1970
xilogravura color. 44/100 405 x 315
In: Oratório de Djanira

Santa Tereza, 1970
xilogravura color. 44/100 0,405 x 0,315
In: Oratório de Djanira

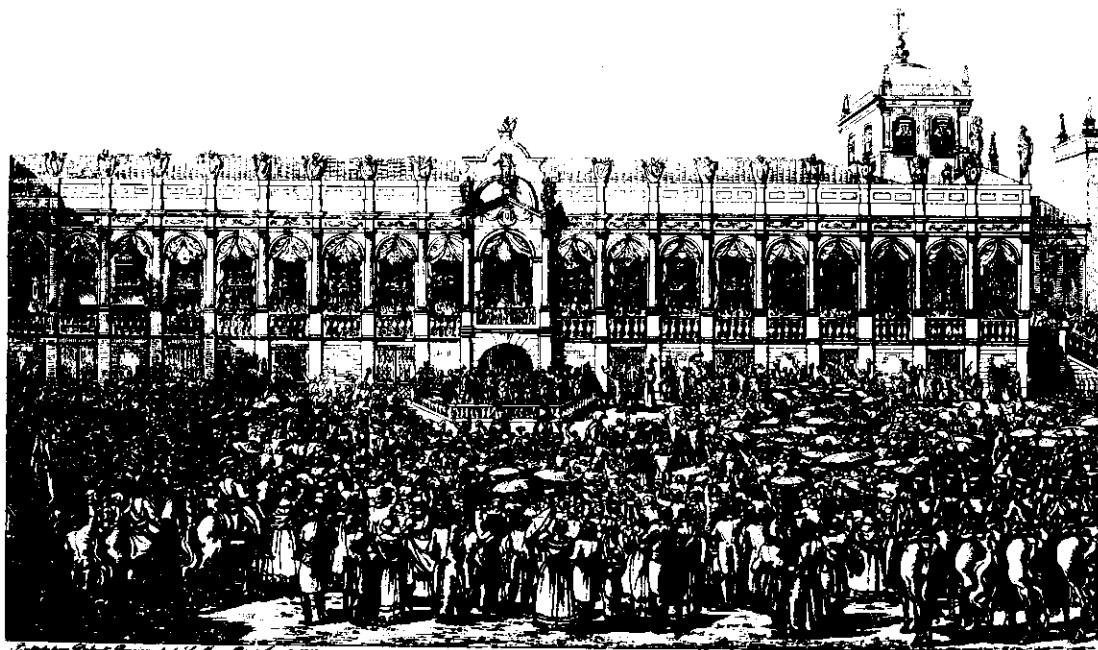
Santo Antonio, 1970
xilogravura color. 44/100 405 x 315
In: Oratório de Djanira

São Bento, 1970
xilogravura color. 44/100 405 x 315
In: Oratório de Djanira (álbum)

São José, 1970
xilogravura color. 44/100 0,405 x 0,315
In: Oratório de Djanira

São Matias, 1970
xilogravura color. 44/100 405 x 315
In: Oratório de Djanira

São Pedro, 1970
xilogravura color. 44/100 0,405 x 0,315
In: Oratório de Djanira

[*Serenata*] 1966
serigrafia 320 x 480
In: Álbum

CEREMONIA DA FAUSTISSIMA ACCLAMACÃO
DE S. M. O SENHOR D. JOÃO VI. REI DO REINO UNIDO
De Portugal e do Brasil, e Algarves, Cellebrada no Rio de Janeiro em 6 de Fevereiro de 1818.

4. Debret, Jean-Baptiste — Ceremonia da faustissima acclamação de S.M. o Senhor D. João VI — água-forte

ESMERALDO, Sérvulo Cordeiro, 1929–
Variations sur une courbe..., 1973
13 serigrafias, 1 relevo 45/50 305 x 305
In: Álbum

ESPINDOLA, Julio.
[*Mariana*] 1973
xilogravura 300 x 427
In: Minas & Drummond [álbum]

ESTEVES, Honório.
[*Estátua de Tiradentes*] 1919
água-forte 070 x 051

Nossa Senhora das Mercês e Perdões, 1925
água-forte sobre zinco 121 x 096

Nossa Senhora dos Prazeres de Lavras Nova, 1901
litografia/aquarela 085 x 140

Palácio de Marília, 1919
água-forte 070 x 075

[*Retrato de Tomás Antônio Gonzaga*] 1919
água-forte 037 x 037

[*São Francisco de Assis*] 1901
litografia a cor 160 x 118

ETZ, Hans.
Lavoura, 1939
xilogravura 155 x 192

Paisagem, 1975
serigrafia 48/100 410 x 500
In: Lithos edições de arte

Paquetá, 1939
xilogravura 152 x 192

Porto, 1939
xilogravura 147 x 190

Trabalhadores, 1939
xilogravura 160 x 190

Viaduto do Chá, 1941
litografia 210 x 138

FONTOURA, Celina, 1902-1971.
Acendedcr de lampiões [ca. 1967]
água-forte/água-tinta sobre latão 267 x 382
Tiragem moderna por Orlando da Silva

FONTOURA, Celina, 1902-1971.
Beata [ca. 1963]
água-forte/água-tinta sobre latão 111 x 098
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Bondinho de burros "Santo Cristo 101" [ca. 1966]
água-forte/água-tinta sobre latão 148 x 198
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Feira paraguaya [ca. 1965]
água-forte/água-tinta sobre latão 222 x 295
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Gentileza, 1967
água-forte/água-tinta 167 x 259

Pássaros [ca. 1968]
água-forte/água-tinta sobre latão 298 x 390
Tiragem moderna por Orlando da Silva

GEIGER, Ana Bella, 1933–
Bocado azul, 1966
água-tinta/a cores/relevo 22/25 280 x 295

Carne na tábua, 1969
água-forte/água-tinta/a cores/relevo 7/30 550 x 400

Embrião, 1967
água-tinta/água-forte/a cores/relevo 14/25 415 x 370

Gravura 10, 1961
água-tinta/a cores/relevo 13/20 360 x 245

Raio X de um olho, 1968
água-tinta/água-forte/a cores/relevo 16/30 365 x 490

GEYER, Carlos.
Cais das sombras, 1939
ponta-seca/água-forte 290 x 380

Dedo de Deus, 1939
ponta-seca 118 x 177

Jangada, 1940
ponta-seca 245 x 295

Mato brasileiro, 1939
ponta-seca 210 x 305

Mercado [ca. 1947]
ponta-seca a cores 300 x 365

Orgia carnavalesca, 1940
ponta-seca 250 x 305

Pão de Açúcar [ca. 1947]
água-forte 205 x 160

Paquetá [ca. 1947]
água-tinta a cores 255 x 330

[*Pedra da Gávea*] [ca. 1947]
água-forte/pontilhado a cores 375 x 490

GOELDI, Oswaldo, 1895-1961.
Aparição macabra, 1973
xilogravura 198 x 140
Tiragem póstuma por Reis Júnior

[*Baiana doceira*]
xilogravura 150 x 120

Baiana
xilogravura 150 x 150

Bairro pobre
xilogravura 10/20 145 x 150

Bairro pobre
xilogravura 125 x 110

Bandeirantes
xilogravura 210 x 270

Beco
xilogravura 1/20 115 x 120

Beco, 1973
xilogravura 178 x 245
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Beira do rio, 1974
xilogravura 145 x 148
Tiragem póstuma por Reis Júnior

"Bettelweiber" — Mendigas
xilogravura 140 x 150

Briga na praça, 1973
xilogravura 150 x 198
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Brutalidade, 1974
xilogravura 140 x 140
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Cabeça
xilogravura 110 x 085

Cabeça
xilogravura a cores 1/4 270 x 210

Cabeça de pescador
xilogravura 150 x 115

GOELDI, Oswaldo, 1895-1961.

Cabeça de pescador
xilogravura 9/12 257 x 267
Tiragem póstuma de Reis Júnior

Cabeça fantástica
xilogravura 145 x 145

[*Cabeças*]
xilogravura a cor 135 x 090

"Casa dos Mortos"
xilogravura 080 x 100

"Casa dos Mortos"
xilogravura 120 x 180

Cascata
xilogravura 275 x 145

Cavaleiro [ca. 1942]
xilogravura a cores 4/6 270 x 210

Cavalos, 1974
xilogravura a cores 210 x 310
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Cena de rua, 1973
xilogravura 145 x 150
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Cepo, 1974
xilogravura a cores 9/12 255 x 300
Tiragem póstuma por Reis Júnior

"Cobra Norato" [1937]
xilogravura 210 x 275

De guarda, 1974
xilogravura 175 x 178
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Dentro da noite, 1973
xilogravura 250 x 305
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Desespero
xilogravura 285 x 245

Desespero, 1974
xilogravura 150 x 145
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Dois pescadores, 1973
xilogravura a cores 3/10 265 x 365
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Ele voltou, 1974
xilogravura 140 x 142
Tiragem póstuma por Reis Júnior

[*Enforcado*]
xilogravura 175 x 150

Escravos negros
xilogravura 185 x 265

Estudo de garça, 1974
xilogravura 140 x 158
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Fábrica
xilogravura 220 x 170

Fábrica, 1973
xilogravura 198 x 140
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Feiticeiros, 1974
xilogravura 140 x 150
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Freiras
xilogravura a cores 175 x 195

Fugindo do cão, 1973
xilogravura 218 x 298
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Fundo do mar, 1973
xilogravura a cores 8/15 310 x 430
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Gaivotas, 1975
xilogravura a cores 4/10 272 x 205
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Garça no jardim, 1974
xilogravura 275 x 210
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Gato e cabeça de peixe, 1974
xilogravura a cores 8/10 284 x 206
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Gavião
xilogravura 275 x 210

Guarás
xilogravura a cores 4/5 270 x 210

Homens na praia
xilogravura a cor 5/8 415 x 225

GOELDI, Oswaldo, 1895-1961.

"Humilhados e ofendidos"
xilogravura 180 x 125

Luar
xilogravura 220 x 300

Mar morto, 1970
8 xilogravuras 215 x 140
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Monstro do mar e ar
xilogravura a cores 2/5 270 x 210

Morada de outrora, 1974
xilogravura 140 x 158
Tiragem póstuma por Reis Júnior

[*Morto*]
xilogravura 185 x 115

Mulher passeando, 1973
xilogravura 190 x 145
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Neblina, 1974
xilogravura 2/5 220 x 300
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Noite
xilogravura 275 x 200

Paisagem urbana, 1973
xilogravura 300 x 225
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Peixaria com garrafão, 1974
xilogravura a cores HS/1 195 x 270
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Peixe vermelho
xilogravura a cores 6/8 275 x 210

Peixe vermelho na banca, 1974
xilogravura a cores HS/1 210 x 270
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Perigos do mar
xilogravura a cores 5/7 275 x 210

Pesadelo
xilogravura 190 x 145

Pescador de siri, 1975
xilogravura a cores 10/10 275 x 210
Tiragem póstuma por Reis Júnior

[*Pescadores*]
xilogravura 210 x 270
In: História da gravura no Brasil, v. 1

Pescadores
xilogravura a cores 3/5 275 x 210

Pescadores
xilogravura 1/6 430 x 310

Pescadores
xilogravura a cores 4/7 270 x 210

[*Pescadores*]
xilogravura 210 x 125

Pôr de sol
xilogravura a cor 3/5 270 x 210

Porto
xilogravura 125 x 130

[*Quitanda*]
xilogravura 145 x 145

Retirantes
xilogravura 185 x 150

Roceiro
xilogravura 105 x 100

Sentinela, 1974
xilogravura 147 x 147
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Sobrados, 1973
xilogravura 275 x 198
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Sol, 1974
xilogravura a cores 250 x 350
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Solidão
xilogravura a cores 4/12 200 x 325
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Solitário, 1975
xilogravura a cores 14/15 290 x 235
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Subúrbio, 1973
xilogravura 130 x 180
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Subúrbio, 1974
xilogravura 115 x 147
Tiragem póstuma por Reis Júnior

GOELDI, Oswaldo, 1895-1961.

Tarde, 1954
xilogravura a cores 98/100 265 x 205
Série: "Os Amigos da gravura"

Tres pescadores, 1973
xilogravura 155 x 175
Tiragem póstuma por Reis Júnior

Urubus, 1974
xilogravura 150 x 150
Tiragem póstuma por Reis Júnior

[*Urubus*]
xilogravura 150 x 150

Velha mangueira, 1974
xilogravura a cores HS/1 260 x 300
Tiragem especial por Reis Júnior

Velhice [ca. 1942]
xilogravura a cores 4/8 270 x 210

Ventania
xilogravura a cores 1/5 275 x 210

Viajante e burrinho, 1975
xilogravura a cores 205 x 275
Tiragem póstuma por Reis Júnior

GONÇALVES, Danúbio Villamil, 1925—

Puxando carretilha
xilogravura 270 x 200

GRASSMANN, Marcelo, 1925—

Incubos e sucubos
xilogravura 121/200 285 x 280
In: História da gravura no Brasil, v. 1

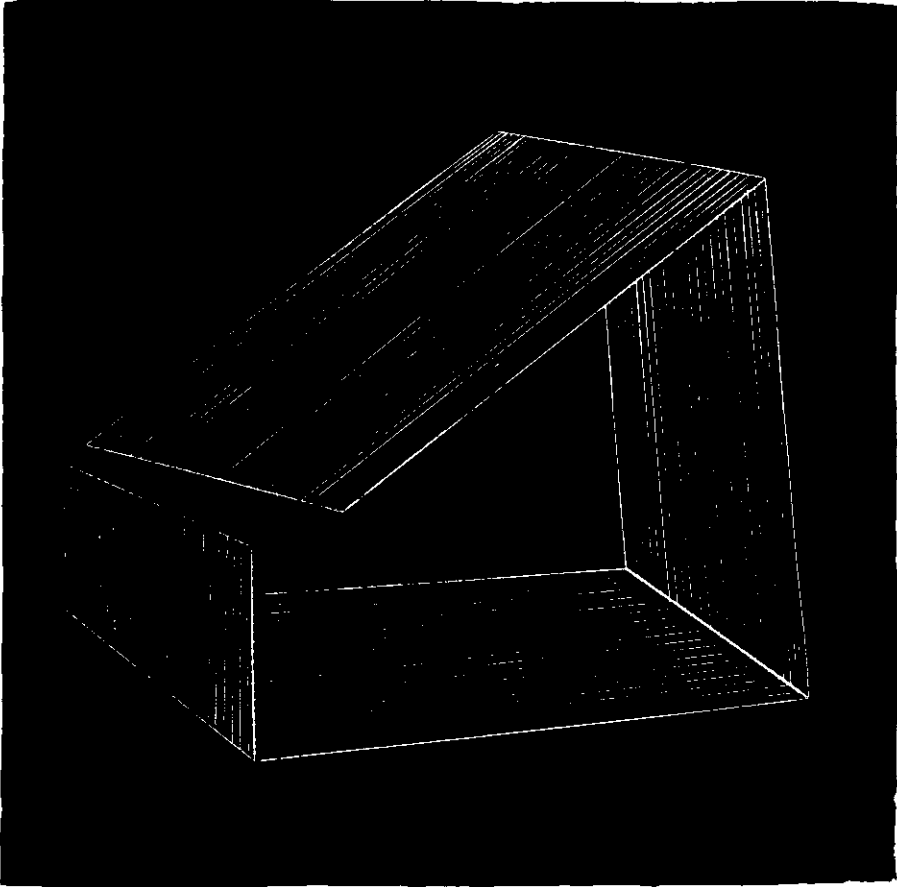
Duas figuras fantásticas
água-tinta/ponta-seca 87/110 240 x 312
In: Gravura de arte editora, 1.ª série

[*Xilogravuras*] 1949
4 xilogravuras 10/20 300 x 307
In: Álbum

[*Xilogravuras Madeira de topo*] 1949
4 xilogravuras 12/20 300 x 307
In: Álbum

GRUBER, Mário, 1927—

Bacia do Mercado
linoleogravura 121/200 145 x 195
In: História da gravura no Brasil, v. 1

[*Gravura em dois sentidos*]
água-tinta/água-forte/verniz mole 5/110 162 x 203

5. Esmeraldo, Sérvulo Cordeiro — composição

GUIGNARD, Alberto da Veiga, 1896-1962.

Beijo de Judas [1930]
buril 1/10 110 x 070

Cristo e duas madonas [1930]
buril 1/10 110 x 070

Cristo rodeado de tres madonas [1930]
buril 5/10 110 x 070

Ecce homo [1930]
buril 1/14 110 x 070

São Sebastião [1930]
buril 1/12 110 x 070

Último momento [1930]
buril 1/10 110 x 070

HANSEN-BAHIA, Karl-Heinz, 1915—

Calle
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Candomblé, 1957
xilogravura 27/28 320 x 185

Cebu descansando
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Drama da Paixão, 1949
5 xilogravuras dimensões variadas

[*Drama do Calvário*] 1952
6 xilogravuras 150 x 260

Duas figuras, 1955
xilogravura 225 x 535
Prova

Esquina
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Festa do Bonfim, 1957
xilogravura a cores 24/30 325 x 185

Flor de S. Miguel
16 xilogravuras no texto, 26 xilogravuras fora do texto
Texto de José Pedreira

Galo, 1954
xilogravura 2/8 415 x 285

Jovenes en el baño
xilogravura 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

HANSEN-BAHIA, Karl-Heinz, 1915–

Largo do Pelourinho, 1957
xilogravura 10/20 318 x 182

Matriz da rua do Passo, 1957
xilogravura 16/20 318 x 185

Mulata
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Navio negreiro, 1958
23 xilogravuras no texto, 11 xilogravuras fora do texto
Texto de Castro Alves

Navio negreiro, 1960
20 xilogravuras fora do texto, 5 xilogravuras no texto 420 x 290
In: Álbum

Negra, 1955
xilogravura 700 x 180
Prova

Niña sentada en un sillon
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Pesca do xaréu, 1958
xilogravura a cores 29/20 392 x 280

Pescador
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Pescador com red
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Vaca com cria
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Velório
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Ventana
xilogravura 80/250 200 x 290
In: Pequeña Pasión (álbum)

Zebus, 1955
xilogravura 420 x 290
Prova

HELLER, Geza, 1902–

Alagados, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador – Bahia (álbum)

Arcos, 1966
água-forte 36/50 206 x 296
In: Rio de Janeiro (álbum)

Botafogo, 1966
água-forte 36/50 205 x 297
In: Rio de Janeiro (álbum)

Caes do São Joaquim, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador – Bahia (álbum)

Centro, 1966
água-forte 36/50 206 x 296
In: Rio de Janeiro (álbum)

Cidade baixa, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador – Bahia (álbum)

Copacabana, 1966
água-forte 36/50 206 x 296
In: Rio de Janeiro (álbum)

Cruzeiro do São Francisco, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador – Bahia (álbum)

Dique, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador – Bahia (álbum)

Encosta da Barra, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador – Bahia (álbum)

Favela, 1966
água-forte 36/50 206 x 297
In: Rio de Janeiro (álbum)

Gloria, 1966
água-forte 36/50 206 x 298
In: Rio de Janeiro (álbum)

HELLER, Geza, 1902–
Ilha das Cobras, 1966
água-forte 36/50 206 x 296
In: Rio de Janeiro (álbum)

Laranjeiras, 1966
água-forte 36/50 206 x 296
In: Rio de Janeiro (álbum)

Largo do Boticário, 1966
água-forte 36/50 206 x 296
In: Rio de Janeiro (álbum)

Ouro Preto I, 1965
água-forte 36/50 290 x 200
In: Ouro Preto (álbum)

Ouro Preto II, 1965
água-forte 36/50 198 x 290
In: Ouro Preto (álbum)

Ouro Preto III, 1965
água-forte 36/50 196 x 290
In: Ouro Preto (álbum)

Ouro Preto IV, 1965
água-forte 36/50 190 x 293
In: Ouro Preto (álbum)

Ouro Preto V, 1965
água-forte 36/50 190 x 293
In: Ouro Preto (álbum)

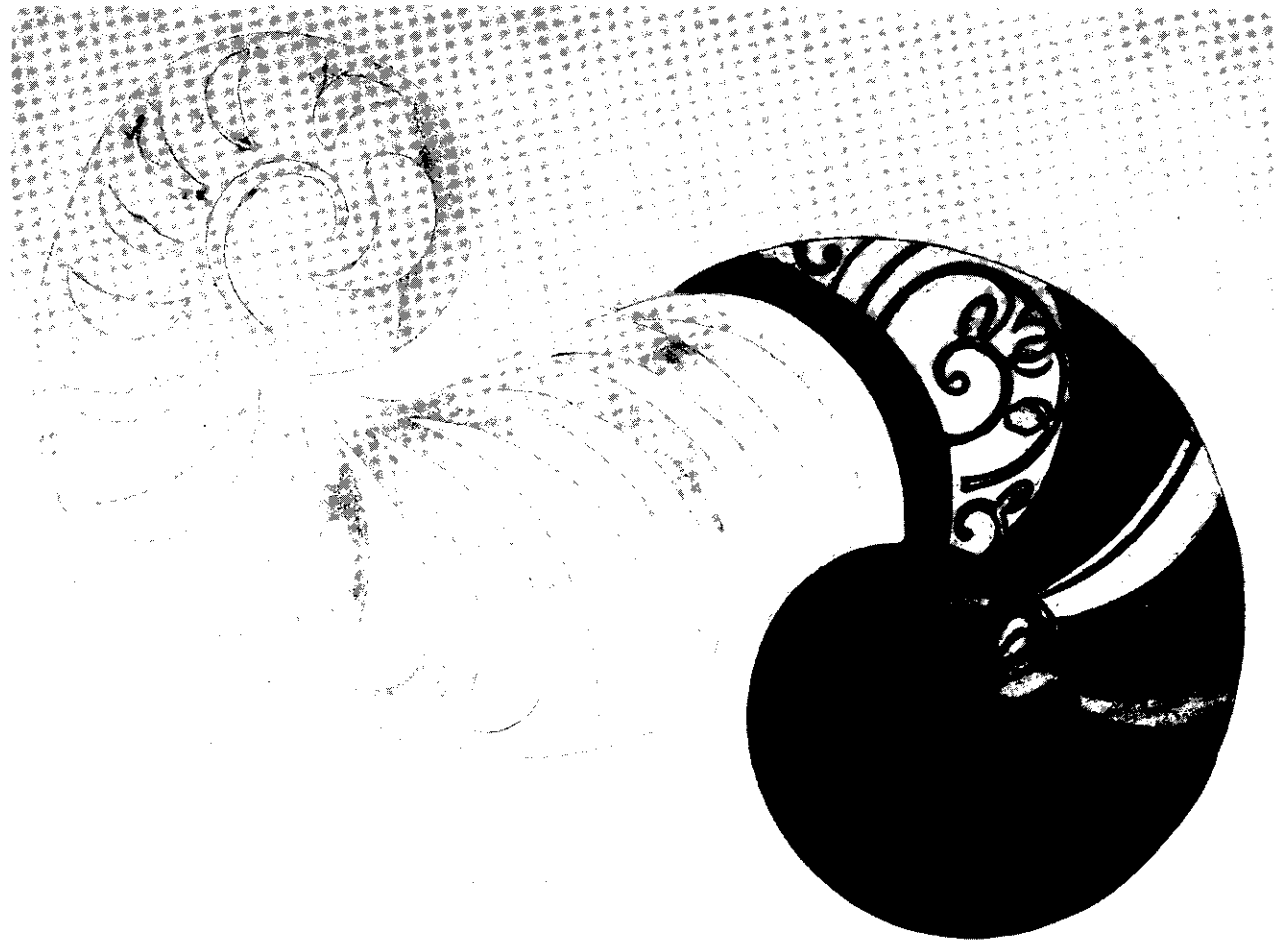
Ouro Preto VI, 1965
água-forte 36/50 192 x 295
In: Ouro Preto (álbum)

Ouro Preto VII, 1965
água-forte 36/50 190 x 293
In: Ouro Preto (álbum)

Ouro Preto VIII, 1965
água-forte 36/50 190 x 296
In: Ouro Preto (álbum)

Ouro Preto IX, 1965
água-forte 36/50 190 x 296
In: Ouro Preto (álbum)

Ouro Preto X, 1965
água-forte 36/50 196 x 284
In: Ouro Preto (álbum)

Pelourinho, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador — Bahia (álbum)

6. Leticia, Ana — Composição n.º 7 — ponta-seca relevo

Rampa do mercado, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador — Bahia (álbum)

Rua São José, 1966
água-forte 36/50 206 x 296
In: Rio de Janeiro (álbum)

Santo Antonio além do Carmo, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador — Bahia (álbum)

Solar do Unhão, 1967
água-forte 208 x 297
prova do artista
In: Salvador — Bahia (álbum)

Subúrbio, 1957
água-forte 98/100 425 x 310
Série: "Os Amigos da gravura"

HOFSTETTER, Gastão, 1917—
Obras, 1952
linoleogravura 210 x 255

HORI, Marlene.
[*Composição*] 1973
água-tinta/relevo, verniz mole 20/20 598 x 420

[*Folha e fruto*] 1974
água-tinta/relevo, verniz mole 5/20 428 x 465

[*Tronco de árvore*] 1973
água-tinta/relevo, verniz mole 10/20 460 x 350

ISOLDA, Hermes da Fonseca.
Cabeça, 1974
litografia 2/5 640 x 480
Tiragem por Genaro Rodrigues

Rosto [1974]
serigrafia em sépia 39/70 470 x 320
In: Lithos edições de arte

Rosto [1974]
serigrafia em ouro 11/50 470 x 323
In: Lithos edições de arte

JARDIM, Evandro Carlos.
[*Plantação*] 1967
água-forte/buril 121/200 200 x 240
In: História da gravura no Brasil, v. 1

JULIO.
Festas juninas, 1970
serigrafia 680 x 480

KATZ, Renina, 1925–
Árvores
xilogravura 121/200 255 x 176
In: História da gravura no Brasil, v. 2

Barra Funda, 1951
litografia 2/3 500 x 355

O Parque, 1956
xilogravura 1/30 500 x 255

Serigrafias [1970]
10 serigrafias
In: Álbum

KIKOLER, Maria
[*Composição*] 1975
serigrafia 560 x 400
prova do artista
In: Lithos edições de arte

KOETZ, Edgar, 1914–
Lavadeiras das Malocas, 1951
linoleogravura 4/100 250 x 178

LACERDA, Wilde, 1929–
Itabira, 1973
xilogravura 300 x 425
In: Minas & Drummond (álbum)

LAU, Percy, 1906-1972.
Aguadeiros
xilogravura 235 x 175
1.º estado

Aguadeiros
xilogravura 235 x 175
2.º estado

Aguadeiros
xilogravura 235 x 175
3.º estado

[*O almoço no campo*]
ponta-seca 150 x 160

Cenas diversas no campo
ponta-seca/buril 250 x 355

Cenas diversas no campo
ponta-seca/buril/sépia 255 x 350

Cena no campo
buril/ponta-seca 255 x 180

A colheita da carnaúba
ponta-seca/buril 230 x 170

Colheita do café
xilogravura 5/8 165 x 220

A colheita do café
ponta-seca 220 x 170

Coqueiros
ponta-seca 125 x 170

[*A cultura da cana*]
ponta-seca 195 x 170

Uma fazenda
ponta-seca 165 x 230

Garimpeiros
xilogravura 9/10 150 x 215

Lavadeiras
ponta-seca 1/5 160 x 200

Lavadeiras
ponta-seca 1/5 205 x 140

À margem do rio São Francisco, 1954
água-forte 98/100 310 x 230
Série: Os Amigos da gravura

Nu artístico
ponta-seca 1/3 160 x 210

Nu artístico
ponta-seca 1/5 160 x 205

Palmeiras
buril 225 x 150

[*À procura do ouro*]
buril/ponta-seca 185 x 155

LEAL, Geraldo Trindade, 1927–
Amazona
xilogravura a cores 121/200
In: História da gravura no Brasil, v. 1

LEÃO, Carlos, 1906–
Moça repousando, 1976
serigrafia 555 x 480
prova do artista

LEE, Wesley Duke, 1931–
Aparição do touro, 1953
buril 121/200 165 x 200
In: História da gravura no Brasil, v. 2

LEITE, José Costa, 1927–
Xilogravura popular no Nordeste, 1968
20 xilogravuras

LESKOSCHEK, Axel, 1889–
Dois dedos, 1947-48
6 xilogravuras 100 x 145

Galater, 1940
xilogravura 155 x 075

Uma luz pequenina [1946]
10 xilogravuras 105 x 170

Saudade II, 1942
xilogravura 150 x 215

LETICIA, Ana, 1929–
Cavalo, 1959
água-forte/água-tinta 500 x 200
prova em negativo

Cavalo, 1959
água-forte/água-tinta 500 x 200
prova 2.º estado

Cavalo, 1959
água-forte/água-tinta 500 x 200
prova 4.º estado

Cavalos, 1958
água-forte/água-tinta/relevo 500 x 200
prova do artista

Composição n.º 3, 1962
ponta-seca 9/10 500 x 390

Composição, 1965
água-forte/água-tinta 87/110 295 x 200
In: Gravura de arte editora, 1.ª série

Composição n.º 5, 1967
ponta-seca/relevo 455 x 620
prova do artista

Composição n.º 3, 1967
ponta-seca/relevo 5/15 500 x 300

Composição n.º 31, 1967
ponta-seca/relevo 355 x 495
prova do artista

Composição n.º 1, 1968
ponta-seca/relevo 620 x 470
prova do artista

Composição n.º 3, 1968
ponta-seca/relevo 595 x 360
prova do artista

Composição n.º 4, 1968
ponta-seca/relevo 14/15 565 x 395

Composição n.º 6, 1968
ponta-seca/relevo 10/15 385 x 445

Composição n.º 9, 1968
ponta-seca/relevo 5/15 740 x 545

Composição n.º 7, 1969
ponta-seca/relevo 4/15 760 x 560

[*Composição*] 1968
ponta-seca/relevo 121/200 391 x 320
In: História da gravura no Brasil, v. 2

Folhas, 1961
ponta-seca/relevo/água-forte 4/15 325 x 495

Formigas, 1956
água-forte/relevo 8/5 080 x 300

Formigas carregando uma folha, 1951
litografia 365 x 500

Formigueiro, 1956
água-tinta/água-forte 6/10 060 x 240

Fruteira, 1958
relevo/água-tinta/ponta-seca 14/15 340 x 320

Laranjas, 1959
água-forte/água-tinta/relevo 7/15 170 x 390

Natureza morta, 1957
litografia 350 x 525
prova do artista

Paineira, 1958
água-tinta/ponta-seca 320 x 155

Pássaro, 1959
verniz mole/água-forte 7/15 340 x 155

LETICIA, Ana, 1929–
Pássaro, 1959
ponta-seca/água-forte 8/15 225 x 500

Peras, 1956
água-tinta 297 x 145

Planta, 1959
ponta-seca/relevo 14/20 280 x 230

Planta, 1957
relevo/água-forte 7/10 245 x 100

Tatu amarelo. composição n.º 17, 1966
ponta-seca/relevo a cor 490 x 250
prova do artista

Tatu vermelho, 1962
ponta-seca a cor 295 x 500
prova do artista

Velha, 1957
relevo/água-forte/ponta-seca 11/15 300 x 195

LIMA, Darcílio Paula, 1944–
Contrôle, 1969
litografia 715 x 500
prova do artista

Nascimento de uma nação, 1969
litografia 12/50 720 x 500

LINDEMBERG, Luís Carlos, 1950–
[*Sapatos*]
serigrafia 48/100 470 x 505
In: Lithos edições de arte

LUTZENBERGER, Rose.
Composição abstrata, 1973
6 serigrafias 4/30 550 x 400
In: "Reestruturações" (álbum)

MACHADO, Ahmés Paula, 1921–
Circo
água-forte 265 x 220

O Escultor, 1955
água-forte 327 x 240

Meninos mascarados, 1954
água-forte 3/20 245 x 315

Paisagem, 1953
água-forte 98/100 318 x 247
Série: Os Amigos da gravura

MACIEL, Margareth Dunhan, 1949–
[Certidão de nascimento] 1975
serigrafia 48/100 350 x 215
In: Lithos edições de arte

MAGALHÃES, Roberto de Oliveira, 1940–
Entrega a Caronte das almas condenadas, 1963
xilogravura 9/2 350 x 380

Gravura sem peso algum, 1966
xilogravura 480 x 350
prova do artista

Mulher com um peixe, 1965
xilogravura 7/20 300 x 300

Pandora libertando os males do mundo, 1963
xilogravura 310 x 520
prova do artista

Que rezem por mim, 1969
xilogravura 300 x 300
prova do artista

Retôrno triunfal, 1963
xilogravura 16/20 250 x 290

MALISA.
Cabeça, 1959
monotipia sépia 310 x 260

Cabeça
monotipia 360 x 270

Paisagem, 1959
monotipia 250 x 190

MANCUSO, Carlos, 1930–
Retrato, 1951
linoleogravura 210 x 270

MARIONI.
Rio de Janeiro – Botafogo, 1945
água-tinta/sépia 185 x 245

Rio de Janeiro – Rio Branco, 1945
água-tinta/sépia 185 x 245

Rio de Janeiro – Rua Payssandu, 1945
água-tinta/sépia 185 x 245

Rio de Janeiro – Theatro Municipal, 1945
água-tinta/sépia 185 x 245

MARIONI.

Rio de Janeiro — Trecho de Sta. Thereza, 1945
água-tinta/sépia 183 x 245

Rio de Janeiro — Vista do Corcovado, 1945
água-tinta/sépia 180 x 245

MARQUES, José Joaquim.

[*Eu só procuro com meus versos rudes...*] 1819
buril 130 x 80
Alegoria; frontispício da obra: São Carlos, Francisco de, frei. "Assumpção"

S. Joze [sic] 1812
buril 138 x 185

MARTINS, Aldemir, 1922–

Caju, 1963
serigrafia 295 x 300
In: Aldemir em cores (álbum)

Cangaceiro, 1956
água-forte 98/100 290 x 185
Série: Os Amigos da gravura

Cangaceiro, 1963
serigrafia 480 x 300
In: Aldemir em cores (álbum)

Flor, 1963
serigrafia 512 x 193
In: Aldemir em cores (álbum)

Galo, 1963
serigrafia 343/500
In: Aldemir em cores (álbum)

Gato, 1963
serigrafia 300 x 300
In: Aldemir em cores (álbum)

Pavão, 1963
serigrafia 482 x 310
In: Aldemir em cores (álbum)

Peixe, 1963
serigrafia 450 x 287
In: Aldemir em cores (álbum)

MARTINS, Manoel, 1911–

Trabalhadores
xilogravura 13/3 295 x 210

MARTINS, Orlando.

[*Gravuras populares nordestinas*]
40 xilogravuras 260 x 195
In: Álbum

MATOS, Haroldo de Almeida, 1929–
São Francisco de Assis
xilogravura 300 x 423
In: Minas & Drummond (álbum)

MEDEIROS, Anisio Araujo de, 1922–
Mendigo músico, 1951
xilogravura 4/30 160 x 195

MENESES, José Joaquim Viegas de, padre, 1778-1841.
[*Canto ao Illmo. e Exmo. Snor. Pedro Maria Xavier de Athaide e Mello,* governador e capitão general da capitania de Minas Geraes no seu dia natalicio.] Vila Rica, 1807.
2 f.p., 12 p. gravadas a buril, front. (ret.)
Obs.: No exemplar da B.N. falta o frontispício

[*São Francisco de Assis*]
buril 140 x 92

MESTRE NOSA.
Via Sacra
15 xilogravuras 103 x 138
In: Álbum

MIRANDA, Ronaldo, 1940–
Barcos [1975]
serigrafia 26/100 300 x 400
In: Lithos edições de arte

Casa [1974]
serigrafia 74/100 300 x 400
In: Lithos edições de arte

MORVAN, Roberto, 1917–
Abstrato, 1974
serigrafia 26/100 600 x 405
In: Lithos edições de arte

[*Abstrato amarelo*] 1975
serigrafia 760 x 557
In: Lithos edições de arte

[*Preto II*] 1975
serigrafia 3/100 760 x 557
In: Lithos edições de arte

MOTA, Agostinho José da, 1824-1878
[*Paisagem*]
litografia 435 x 300

MUND Jr., Hugo, 1933–

Cabelos, 1958
xilogravura 2/3 160 x 105

Dilacerações, 1958
xilogravura 2/3 175 x 100

Monja, 1958
xilogravura 2/3 180 x 105

OLIVEIRA, Ceurio de.

Antiga fazenda de café, 1944
ponta-seca 1/IV 197 x 245

Auto-retrato, 1941
ponta-seca e aguada 210 x 148

Auto retrato, 1942
ponta-seca 3/V 190 x 165

Barcos para carregamento de sal [ca. 1942]
água-forte 218 x 115

O conserto da vela, 1945
ponta-seca 10/XV 280 x 390

Convento da Penha [ca. 1945]
água-forte 7/XV 105 x 160

Copo de leite, 1942
ponta-seca e água-forte 3/IV 188 x 163

Coqueiro da Bahia [ca. 1945]
ponta-seca 5/X 340 x 207

Domingo na praia [ca. 1950]
ponta-seca 245 x 328

Empurrando a jangada, 1945
ponta-seca 10/XVII 140 x 135

À espera da onda, 1945
ponta-seca 12/XVI 210 x 165

Família de negros [ca. 1942]
ponta-seca/aguada de nanquim 205 x 130

Fazenda Bom Sucesso [ca. 1942]
ponta-seca 2/V 083 x 120

Fazenda Santa Tereza [ca. 1942]
ponta-seca 117 x 153

Um grande jangadeiro, 1945
ponta-seca 15/XV 273 x 400

Gruta do Bom Jesus da Lapa, 1945
água-tinta 8/15 155 x 217

Igreja de S. Pedro, 1942
ponta-seca 4/XV 225 x 160

Igrejinha de Mangaratiba [ca. 1946]
ponta-seca 9/XI 155 x 117

Jangada [ca. 1942]
ponta-seca 177 x 235

Jangadas ao crepúsculo, 1945
ponta-seca 12/XV 285 x 395

Negro Velho Piraí [ca. 1946]
ponta-seca e água-forte 9/XX 275 x 225

Negros [ca. 1942]
ponta-seca 080 x 132

Num mercado cearense [ca. 1950]
ponta-seca 5/XV 140 x 185

Ordenhando [ca. 1950]
ponta-seca 3/X 140 x 185

Ovelha [ca. 1946]
ponta-seca e água-forte 10/XIII 150 x 157

Praia de Mucuripe, 1945
ponta-seca 5/XV 270 x 387

Remendando a rede [ca. 1942]
ponta-seca 117 x 127

Rio Preto, 1943
ponta-seca 165 x 165

Velho Chico [ca. 1942]
ponta-seca 110 x 080

Verdes mares bravios [ca. 1951]
ponta-seca 8/XX 125 x 165

Vida praieira [ca. 1950]
ponta-seca 10/XV 185 x 090

Vista de Sta. Tereza, 1946
água-forte e água-tinta 218 x 155

OLIVEIRA, Fortunato Câmara de, 1916—
Rinha, 1951
linoleogravura 2/100 210 x 283

OLIVEIRA, Manoel Dias de, 1764-1837.
Fatto milagrozo de Santa Izabel..., 1798
água-forte 435 x 550

OLIVEIRA, Raimundo de, 1930-1966.
Adão e Eva expulsos do Paraiso, 1966
xilogravura a cores 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

Adão no Paraíso, 1966
xilogravura a cores 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

Adoração dos pastores, 1966
xilogravura a cores 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

Apocalipse, 1965
serigrafia 320 x 410
In: Raimundo (álbum)

A Ceia, 1966
xilogravura 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

Composição bíblica, 1966
xilogravura a cores 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

Cristo expulsa os mercadores do Templo
serigrafia 430 x 320
In: Raimundo (álbum)

A Crucificação, 1966
xilogravura a cores 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

David triunfante entra em Jerusalém
serigrafia 420 x 320
In: Raimundo (álbum)

David triunfante entra em Jerusalém, 1966
xilogravura a cores 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

Fuga para o Egito, 1965
serigrafia 415 x 320
In: Raimundo (álbum)

A Fuga para o Egito, 1966
xilogravura a cores 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

Negação de S. Pedro, 1965
serigrafia 430 x 320
In: Raimundo (álbum)

Pesca milagrosa, 1966
xilogravura a cores 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

A Torre de Babel, 1966
xilogravura a cores 250 x 370
In: Pequena Bíblia (álbum)

OLSZEWSKI, Sofia.
[*Cartaz comemorativo...*] 1971
xilogravura 5/5 920 x 500

OSTROWER, Fayga, 1920–
Abstração n.º 6809, 1968
xilogravura a cores 22/30 350 x 795

Abstração n.º 6901, 1969
xilogravura a cores 8/25 375 x 800

Abstração n.º 6902, 1969
xilogravura a cores 8/30 955 x 400

Abstração n.º 6903, 1969
xilogravura a cores 800 x 350
prova do artista

Abstração n.º 6904, 1969
xilogravura a cores 7/30 300 x 700

Abstração n.º 6905, 1969
xilogravura a cores 12/20 845 x 350

Abstração n.º 6906, 1969
xilogravura a cores 23/50 500 x 290

Abstração n.º 6907, 1969
xilogravura a cores 5/25 400 x 600

Anunciação, 1973
serigrafia 197/200 265 x 180
In: Os anjos e os demônios de Deus (álbum)

Belém, 1973
serigrafia 197/200 265 x 180
In: Os anjos e os demônios de Deus (álbum)

Beleza da terra, 1973
serigrafia 197/200 210 x 290
In: Os anjos e os demônios de Deus (álbum)

Beleza da vida, 1973
serigrafia 197/200 210 x 290
In: Os anjos e os demônios de Deus (álbum)

Composição com luz
xilogravura a cores 97/100 224 x 165

Composição, 1953
xilogravura a cores 98/100 223 x 160
Série: Os Amigos da gravura

OSTROWER, Fayga, 1920–
Composição, 1966-67
3 xilogravuras a cores 1/28 400 x 250
In: "20 gravuras, 1954-1966"

Composição, 1966
água-tinta/buril/ponta-seca 5/110 247 x 470
In: Gravura de arte editora, 2.ª série
Impressão feita por Orlando da Silva

Estrela, 1973
serigrafia 197/200 268 x 180
In: Os anjos e os demônios de Deus (álbum)

Fuga para o Egito, 1973
serigrafia 197/200 180 x 265
In: Os anjos e os demônios de Deus (álbum)

Nascimento de Jesus, 1973
serigrafia 197/200 210 x 290
In: Os anjos e os demônios de Deus (álbum)

Reis Magos, 1973
serigrafia 197/200 160 x 160
In: Os anjos e os demônios de Deus (álbum)

OSWALD, Carlos, 1882-1969.
[*Árvores*] 1909
água-forte 240 x 137

Árvores em Pieti, 1909
água-forte 220 x 338
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Árvores nos arredores de Florença (1909)
água-forte 250 x 120

Auto-retrato
verniz brando 200 x 130
1.º estado

Auto-retrato
verniz brando 200 x 130

Bois à noite, 1909
água-forte/água-tinta 5/100 390 x 250
In: Carlos Oswald, o gravador (álbum)
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Bois carregando madeira [1909]
água-tinta/água-forte 230 x 580
1.º estado?

Bois descansando [1910]
água-tinta 220 x 320
1.º estado?

Bois descansando [1910]
água-tinta 220 x 320

Bois na praia [1910]
água-forte/água-tinta 250 x 390

Bordando sózinha, 1908
água-forte 200 x 149
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Brincando com a chama [1914]
água-tinta 270 x 190
1.º estado

Brincando com a chama [1914]
água-tinta/ponta-seca/chapada em azul 270 x 160

Brincando com a chama [1914]
água-tinta/ponta-seca/chapada em vermelho 270 x 190

Brincando com a chama [1914]
água-tinta/ponta-seca 270 x 190

Brincando com a chama [1914]
água-tinta/ponta-seca a cores 270 x 190

Cabeça de Cristo, 1914
ponta-seca 270 x 190

Canto da praça della Signoria [1909]
água-forte 250 x 180

Carregando mármores [1909]
água-tinta/água-forte 240 x 360

Centauro, 1908
água-forte 150 x 196
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Ciprestes [1909]
água-forte 180 x 240

Claustro da igreja de Sta. Maria Novella [1912]
água-forte 230 x 350

Contrastes [1909]
água-forte 080 x 220

Coroa de ciprestes, 1909
água-tinta 380 x 410
1.º estado

Coroa de ciprestes, 1909
água-tinta 380 x 410

Debaixo do chapéu de sol [1909]
monotipia 200 x 100

OSWALD, Carlos, 1882-1969.

Estudo de árvores [1909]
água-forte 240 x 140

O Galinheiro [1914]
água-forte 300 x 400

O Galinheiro [1914]
água-tinta 300 x 400

A Grande bananeira [1913]
água-forte 400 x 600
1.º estado

A Grande bananeira [1913]
água-forte/sépia 400 x 600
2.º estado

A Grande bananeira [1913]
água-forte/água-tinta 400 x 600

Lanterna [1909]
monotipia 200 x 100

Lendo [1909]
água-forte/água-tinta/sépia 180 x 240

Lendo, 1909
água-forte 242 x 177
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Luar [1909]
água-forte 180 x 250

A Mãe [1913]
água-tinta/água-forte 390 x 300

"Mimma" [1914]
água-forte 270 x 190
1.º estado

"Mimma" [1914]
água-forte 270 x 190
2.º estado

"Mimma" [1914]
água-forte 270 x 190
3.º estado

"Mimma" [1914]
água-forte 270 x 190

Mulher com chapéu grande sôbre a cabeça, 1908
água-forte 210 x 098
No verso da chapa a gravura "Oliveiras"
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Fatto milagrozo de Santa Izabel Rainha de Portugal

7. Oliveira, Manoel Dias — Fatto milagrozo de Santa Izabel... — água-forte

Mulher costurando, 1908
água-forte 148 x 200
No verso da chapa a gravura "Centauro"
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Na praça della Signoria [1909]
água-forte 250 x 150

No galinheiro, 1914
água-forte/água-tinta 296 x 391
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Oliveiras, 1908
água-forte 210 x 098
No verso da chapa a gravura "Mulher com chapéu grande sobre a cabeça"
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Paisagem com palmeiras, 1964
água-forte/ponta-seca 5/100 199 x 280
In: Carlos Oswald, o gravador (álbum)
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Paisagem, 1964
água-forte 5/100 290 x 201
In: Carlos Oswald, o gravador (álbum)
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Paisagem, 1964
água-forte 5/100 277 x 199
In: Carlos Oswald, o gravador (álbum)
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Pequena bananeira, 1913
água-forte 198 x 140
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Pequena bananeira, 1913
água-forte 200 x 140

A Pequena palmeira [1909]
água-forte 210 x 100

Pescadores puxando a rede [1910]
água-forte 170 x 130

Pierrot [1914]
água-forte a cores 270 x 190

Poeta [1919]
ponta-seca 200 x 140

Poeta [1919]
ponta-seca 200 x 140
1.º estado?

OSWALD, Carlos, 1882-1969.

Ponte Vecchio [1912]
água-forte 220 x 340
1.º estado

Ponte Vecchio [1912]
água-forte 220 x 340

Porta Romana [1909]
água-forte 330 x 430

Rameau, 1919
água-forte 2/100 140 x 190

[*Retrato de Adalberto Matos*] 1914
água-forte 270 x 190

[*Retrato de Afonso Arinos*]
água-forte 280 x 190

[*Retrato de Alberto Nepomuceno*] [1933]
água-tinta 270 x 190

[*Retrato de Alexandre Levy*] [1933]
água-tinta 270 x 190

[*Retrato de Beethoven*] 1919
água-forte 270 x 190
2.º estado

[*Retrato de Carlos Gomes*] [1916]
água-forte 270 x 190

[*Retrato de Chopin*] 1919
água-forte 270 x 190
1.º estado

[*Retrato de Elísio de Carvalho*] 1919
água-forte 7/100 290 x 190

[*Retrato de Francisco Braga*] [1933]
água-forte/água-tinta 270 x 190

[*Retrato de Francisco Manuel*] [1933]
água-tinta 270 x 190

[*Retrato de Franz Liszt*] 1915
água-forte 270 x 190

[*Retrato de Glauco Velasquez*] [1933]
água-tinta 270 x 190

[*Retrato de Henrique Oswald*] 1914
água-forte 270 x 190

[*Retrato do Padre José Maurício*] [1933]
água-forte 270 x 190

[*Retrato de Richard Wagner*] 1914
água-forte 270 x 190
1.º estado

[*Retrato de Richard Wagner*] 1914
água-forte 270 x 190
2.º estado

[*Retrato de Richard Wagner*] 1914
água-forte 270 x 190

Santa Cecília
água-tinta/água-forte 270 x 200

Sonho [1912]
ponta-seca 120 x 120

Tartaruga e patos, 1908
água-forte 081 x 222
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Tocando Debussy [1914]
água-forte 190 x 270
1.º estado

Tocando Debussy [1914]
água-forte 190 x 270
2.º estado

Tocando Debussy [1914]
água-forte 190 x 270
3.º estado

Tocando Debussy [1914]
água-forte 190 x 270
4.º estado

Tocando Debussy [1914]
água-forte 190 x 270
5.º estado

Tocando Debussy [1914]
água-forte 190 x 270

Trecho de procissão
água-forte 5/100 279 x 198
In: Carlos Oswald, o gravador (álbum)
Tiragem moderna por Orlando da Silva

A Última Ceia [1932]
água-forte/água-tinta 280 x 390

A Última Ceia [1932]
água-forte 280 x 390
1.º estado

OSWALD, Carlos, 1882-1969.
A Última Ceia [1918]
água-forte 420 x 620

A Última Ceia [1918]
água-forte 420 x 620
1.º estado

O Último esfôrço, 1909
água-forte 380 x 400

Velha Igreja [1910]
água-forte/água-tinta 370 x 400

Velho carvalho [1908]
água-forte 210 x 100

Velho carvalho, 1908
água-forte 210 x 100
Tiragem moderna por Orlando da Silva

Velho navio na praia de "Forte dei Marmi" [1910]
água-forte/sanguínea 250 x 360

Velhas figueiras, 1930
água-forte 295 x 394

A Visitação [1915]
ponta-seca 190 x 270

OSWALD, Henrique Bicalho, 1918-1965.
[*Câmera e prensa*] 1953
água-forte/água-tinta 310 x 218
In: Gravura de arte editora, 2.ª série
Impressão póstuma por Orlando da Silva

[*Composição*]
6 águas-fortes e águas-tintas 57/150
In: Álbum [Edição póstuma...]
Tiragem feita por Emanuel Araujo

Retirantes
água-forte 11/100 238 x 177

Retirantes, 1953
água-forte 98/100 312 x 223
Série: Os Amigos da gravura

PAPE, Ligia, 1929—
Composição, 1955
xilogravura 1/4 295 x 245

PARAIZO, Juarez, 1934—
Composição, 1964
xilogravura 250 x 210
In: 8 Poemas densos (álbum)

Composição, 1964
xilogravura 250 x 215
In: 8 Poemas densos (álbum)

PEDROSA, Olga-Mary.
A Bahiana das cocadas
ponta-seca 195 x 148
Prova do artista

PEDROSA, Raul.
Um bom negócio
água-forte 390 x 297
Prova do artista

PENTEADO, Darci, 1926–
Alagado de Parati, 1975
serigrafia 28/100 375 x 580
In: Lithos edições de arte

Anjo, 1975
serigrafia 92/100 650 x 477
In: Lithos edições de arte

Bahia, 1975
serigrafia 49/100 760 x 560
In: Lithos edições de arte

Gaiola, 1975
serigrafia 98/100 760 x 560
In: Lithos edições de arte

Garoto, 1975
serigrafia 99/100 760 x 560
In: Lithos edições de arte

Menina, 1975
serigrafia 29/100 675 x 480
In: Lithos edições de arte

Menina do bambolê, 1975
serigrafia 80/100 758 x 560
In: Lithos edições de arte

Musa, 1975
serigrafia 98/100 760 x 560
In: Lithos edições de arte

PEREIRA, Telmo de Jesus, 1914–
[*Fábrica*] [ca. 1950-55]
linoleogravura 250 x 170

PEREZ, Rossini Quintas, 1932–
[*Abstração*] 1962
litografia em cor 10/12 240 x 280

PEREZ, Rossini Quintas, 1932–
Brecha, 1963
litografia em cor 7/10 445 x 562

Cinta bordada, 1968
água-tinta/relevo 3/20 634 x 310

[*Corda torcida*]
ponta-seca 314 x 720

[*Curvas em abstração*] 1965
água-tinta/relevo 87/110 310 x 495
In: Gravura de arte editora, 1.ª série

Morro, 1958
água-tinta/água-forte 98/100 392 x 392
Série: Os Amigos da gravura

O porto, 1956
água-tinta 1/10 585 x 370

PETRILLO, Misabel Pedroza.
Desolação, 1956
xilogravura 10/50 290 x 220

PETRUCCI, Carlos Alberto, 1919–
Paisagem gaucha, 1951
linoleogravura 2/100 300 x 196

PIMENTEL, Vanda, 1943–
[*Máquina de costurar*]
serigrafia 48/100 520 x 330
In: Lithos edições de arte

PLAZA, Julio, 1938–
Objetos, 1969
10 serigrafias 62/100 400 x 580
In: Álbum

PORTINARI, Cândido, 1903-1962.
[*Gravura para o livro "Mensagem etérea"*]
água-forte 095 x 120

POTY, Napoleão Potyguara Lazzarotto, 1924–
[*Acorrentado*] 1947
água-forte/água-tinta 220 x 145
prova de estado

Agua de meninos, 1957
água-forte 565 x 395

Bahia, 1957
água-forte 590 x 238

[*Baile de travestis*] 1948
ponta-seca 235 x 315
prova de estado

O barbeiro [ca. 1945]
ponta-seca 12/25 250 x 325

Bois, 1958
água-forte 595 x 365

[*Bois*] 1958
água-forte 500 x 335

[*Briga de rua*] 1949
ponta-seca/água-tinta 290 x 365
prova de estado

Cão danado
ponta-seca 6/25 180 x 220

Os carpinteiros [ca. 1944]
ponta-seca 20/50 295 x 355

Casa de aço [ca. 1944]
ponta-seca 3/20 065 x 100

Casal
água-forte 1/10 280 x 147

[*Casal de velhos*] 1943
ponta-seca/sépia 150 x 150

Circo
ponta-seca 4/30 120 x 090

[*O circo*] 1943
ponta-seca 120 x 200

Companheiros [ca. 1944]
ponta-seca 5/20 165 x 190

Companheiros [ca. 1944]
ponta-seca 165 x 190
prova de estado

[*Conspiração*] 1943
ponta-seca 205 x 200

[*Crucifixo*] 1958
água-forte 550 x 365

Delirium
ponta-seca 110 x 125
1.º estado; prova única

O desvio [ca. 1944]
ponta-seca 4/20 160 x 250

POTY, Napoleão Potyguara Lazzarotto, 1924–

O desvio
ponta-seca 11/20 160 x 215

[*Ébrios*] 1943
ponta-seca/sépia 165 x 120

[*Espantalho na paisagem*] 1943
ponta-seca/sépia 210 x 175

[*Espantalho na paisagem*] [ca. 1943]
ponta-seca 210 x 195
prova de estado

O foguista
ponta-seca 15/20 220 x 245

Fora do compasso, 1943
ponta-seca 210 x 205

Fora do compasso [ca. 1943]
ponta-seca 240 x 270
5.º estado

Força e lama, 1944
Ponta-seca 14/25 310 x 390

Força e lama, 1944
ponta-seca 310 x 390
prova de estado

[*Fornalha*] 1948
ponta-seca 350 x 445
prova de estado

Full-back
ponta-seca 9/20 220 x 150

A fundição [ca. 1944]
ponta-seca 16/20 290 x 350

A fundição [ca. 1944]
ponta-seca 290 x 350
prova de estado

Os guarda-freios [ca. 1944]
ponta-seca 280 x 375
prova de estado

Os guarda-freios [ca. 1944]
ponta-seca 280 x 375

[*Homem de muleta*] 1943
ponta-seca 220 x 100

[*Homem sentado na janela*] 1943
ponta-seca/sépia 165 x 120

Impressão de viagem
ponta-seca 4/20 060 x 140

Interior, 1957
água-forte 198 x 160

Interior, 1955
água-forte 198 x 160
1.º estado

[*Jogo de cartas*] 1943
ponta-seca 220 x 245

[*Lavadeiras*] 1943
ponta-seca 120 x 200

[*Lavando os pés*] 1945
ponta-seca 290 x 370

[*Mangue*] 1948
água-forte 145 x 115
prova de estado

[*Mangue*] 1948
ponta-seca 235 x 215
prova de estado

[*Mangue*] 1948
ponta-seca 370 x 280
prova de estado

Marcha fúnebre [ca. 1945]
ponta-seca 9/20 250 x 310

Matadouro, 1954
água-forte 98/100 296 x 395
Série: Os Amigos da gravura

Matadouro
água-forte 320 x 190
1.º estado

Matadouro, 1957
água-forte 322 x 190

Matadouro, 1957
água-forte 226 x 207

Matadouro, 1957
água-forte 295 x 225

Missa de corpo presente, 1945
ponta-seca 1/1 400 x 595
prova B

Missa de corpo presente, 1945
ponta-seca/nanquim 1/1 410 x 595
prova D

POTY, Napoleão Potyguara Lazzarotto, 1924–

Nasce uma rua [ca. 1944]
ponta-seca 13/15 345 x 450

Nasce uma rua [ca. 1944]
ponta-seca 345 x 450
prova de estado

Noturno
ponta-seca 295 x 380
prova

Noturno
ponta-seca 1/20 295 x 380

Noturno
ponta-seca 1/1 295 x 380
2.º estado

Noturno
ponta-seca 295 x 380
prova V

Noturno
ponta-seca/nanquim 295 x 380

Os que esperam
ponta-seca 2/5 200 x 160

[*Paisagem urbana*] 1949
ponta-seca 230 x 265
prova de estado

Os pobres diabos [ca. 1944]
ponta-seca 5/20 170 x 240

Os pobres diabos [ca. 1944]
ponta-seca 170 x 240
prova de estado

Recife
água-forte 320 x 238

Rua, 1958
água-forte 335 x 270

São Francisco, 1958
água-forte 480 x 250

Os sapateiros [ca. 1944]
ponta-seca 8/25 220 x 230

Seis horas [ca. 1945]
ponta-seca 14/20 280 x 495

Os sinos
ponta-seca 10/20 200 x 235

O trapezio [ca. 1944]
ponta-seca 17/20 130 x 095

[*Velório*] 1946
água-forte 200 x 140
prova de estado

Vidro [ca. 1945]
ponta-seca 8/20 280 x 395

Vigília [ca. 1945]
ponta-seca 6/20 240 x 300

PRADO, Carlos, 1908–
Intermezzo, 1957
relevo 121/200 265 x 220
In: História da gravura no Brasil, v. II

RAMOS, Marieta, 1907–
[*Artesanato*] 1974
serigrafia 48/100 530 x 375
In: Lithos edições de arte

RODERFELD, Geraldo, frei, 1914–
Adão e Eva, 1937
ponta-seca 240 x 160

Alma sertaneja, 1937
xilogravura 1/20 280 x 195

Anunciação, 1937
xilogravura 250 x 153
3.ª prova

O apóstolo de todos os tempos, 1937
água-forte 103 x 080
6.º estado

O apóstolo do Rio de Janeiro, 1937
água-forte 1/10 185 x 125

Auto-retrato, 1937
água-forte 1/5 090 x 075

Auto-retrato, 1937
água-forte 1/10 165 x 108

Auto-retrato, 1937
xilogravura aquarelada 265 x 173
1.º estado

O cacique, 1937
xilogravura 1/10 285 x 200

Christo na cruz, 1937
água-forte 1/50 100 x 078

RODERFELD, Geraldo, frei, 1914–
Cristo-Redentor, 1938
xilogravura 1/10 282 x 200
prova

Eu sou a luz do mundo, 1937
xilogravura aquarelada 155 x 110
4.º estado

Faça-se a luz..., 1937
xilogravura aquarelada 250 x 185

Feliz ano novo, 1937
água-forte 1/10 103 x 078

Feliz ano novo, 1937
xilogravura aquarelada 118 x 140
1.º prova

Franciscus alter Christus, 1937
água-forte 1/20 115 x 080

O Genio da guerra, 1937
água-forte 1/30 310 x 200

O Genio da paz, 1937
água-forte 1/20 310 x 198

A Imaculada, 1938
xilogravura 1/100 310 x 150

Jesus Cristo, 1937
xilogravura 1/20 155 x 110

A mãe do Belo Amor, 1937
xilogravura 1/20 297 x 215

A mãe do nosso tempo, 1937
xilogravura 1/20 245 x 170

A marcha da morte pelo mundo, 1937
água-forte 273 x 187
3.º estado

Mater amabilis, 1937
xilogravura 1/100 280 x 200

O Menino Jesus, 1937
água-forte 1/10 105 x 080

Meu Deus e meu tudo..., 1937
xilogravura 210 x 143
2.ª prova

A morte, 1937
água-forte 1/20 312 x 200

Natal franciscano, 1937
água-forte 1/10 237 x 168

Nosso Salvador, 1937
xilogravura 1/10 290 x 205

Pequeno engano, 1937
água-forte 1/10 155 x 238

O pequeno jornaleiro, 1937
xilogravura 1/10 260 x 210

O portador de Christo, 1937
água-forte 314 x 200
4.º estado

O Poverello, 1937
xilogravura 1/10 265 x 195

[*Retrato de frei Dionísio*] 1937
água-forte 1/10 180 x 125

O Salvador do mundo, 1937
água-forte 1/20 240 x 170

São Tarcísio
xilogravura 285 x 207
3.ª prova

Situação trágica, 1937
água-forte 240 x 160
2.º estado

A sorte do marido, 1937
água-forte 160 x 240
4.º estado

Velho colono, 1937
xilogravura 1/20 300 x 230

[*Vinheta*] 1937
água-forte 1/10 055 x 085

A vela do Advento, 1937
xilogravura 192 x 122
1.ª prova

A vida, 1937
água-forte 1/30 313 x 200

RODRIGUES, Glauco, 1929–
O Cântico dos Cânticos, 1967
5 serigrafias 21/200 460 x 315

[*Composição*] 1968
serigrafia 21/85 460 x 310

[*Composição*] 1970
serigrafia 460 x 310
prova do artista
Série: Terra Brasilis

RODRIGUES, Glauco, 1929–
[*Composição*] 1970
serigrafia 460 x 310
prova do artista
Série: Terra Brasilis

Cruzeiro..., 1970
serigrafia 460 x 310
prova do artista

[*Moça de biquíni*] 1967
serigrafia 460 x 310
prova do artista

Paisagem, 1951
linoleogravura 284 x 135

Terra brasilis, 1970
serigrafia 45/50 460 x 310

Verão na Guanabara, 1969
serigrafia 35/40 460 x 310

RODRIGUES, Marília, 1937–
Árvores, 1961
água-forte 7/10 390 x 295

Besouro, 1964
água-tinta a cores 170 x 490
prova do artista II

Cigarra, 1964
água-forte/água-tinta a cores 290 x 270
prova do artista I

Cigarra, 1962
água-forte 6/10 270 x 390

Frutos, 1966
água-tinta/relevo a cores 250 x 490

O Grande fruto vermelho, 1967
água-tinta/relevo a cores 455 x 445
prova do artista VI

Módulo, 1969
água-tinta/relevo a cores 4/20 295 x 625

Módulo, 1969
água-tinta/relevo a cores 17/20 590 x 395

A Semente, 1968
água-tinta/relevo a cores 10/15 410 x 415

ROMANELLI, Armando.
Baiana-Marron
serigrafia 11/100 277 x 575
In: Lithos edições de arte

Baianas [1974]
serigrafia 80/100 375 x 575
In: Lithos edições de arte

D. Quixote [1974]
serigrafia 2/100 550 x 374
In: Lithos edições de arte

ROTHKIRCH, O.
Carregador
ponta-seca 120 x 192

Feira dos Arcos
água-forte 155 x 195

Lapa — Rio
água-forte 155 x 175
1.º estado

Lapa — Rio
água-forte 155 x 175
2.º estado

Panorama do Rio
água-tinta 198 x 147

Panorama do Rio de Janeiro
água-tinta 285 x 322

Pão de Açúcar
água-tinta 290 x 330

[*Paquetá — Rio*]
água-tinta 185 x 280

Paquetá — Rio
água-tinta 218 x 168
1,º estado

Paquetá — Rio
água-tinta 218 x 168
2.º estado

Paquetá — Rio
água-tinta 218 x 168
3.º estado

Rio de Janeiro
água-forte 290 x 190
1.º estado

ROTHKIRCH, O.
Rio de Janeiro
água-forte 290 x 190
2.º estado

Rio de Janeiro
água-forte/aquarela 290 x 190
1.º estado

Serras de Therezopolis
água-tinta 238 x 290

SALES, Jorge de.
O enterro do pintor [1975]
serigrafia 760 x 557
In: Lithos edições de arte

SAMICO, Gilvan José Meira Lins, 1928–
A queda do anjo, 1965
xilogravura 87/110 330 x 265
In: Gravura de arte editora, 1.ª série

SANTOS, Enéas Tavares dos.
Carta de Satanaz a Roberto Carlos
xilogravura 142 x 090
Tiragem para postal

SANTOS, José Martins dos.
[*Gravuras populares em madeira*]
10 xilogravuras

SANTOS, Manoel Messias dos, 1945–
Nossa fome, 1967
xilogravura 2/20 1.100 x 500

SCLIAR, Carlos, 1920–
Bananas, 1972
serigrafia 14/60 560 x 370
In: Scliar – Serigrafias (álbum)

Barco, 1972
serigrafia 14/60 370 x 560
In: Scliar – Serigrafias (álbum)

Bule em movimento, 1975
serigrafia 18/100 560 x 370
In: Lithos edições de arte

Café e cafeteiras, 1971
8 serigrafias 560 x 370
Tiragem em cores diferentes

8. Oswald, Carlos — Estudo de árvores — água-forte

Cafeteira, 1972
serigrafia 14/60 560 x 370
In: Scliar — Serigrafias (álbum)

Cafeteiras, 1972
serigrafia 6/6 370 x 560
In: Scliar — Serigrafias (álbum)

Cafeteira, 1971
5 serigrafias 560 x 370
Tiragem em cores diferentes

Caixas, 1971
4 serigrafias 600 x 400
Tiragem em cores diferentes

Caixas 1, 1967
5 serigrafias 37/50

Caixas 2, 1967
5 serigrafias 24/50

Carreta e carroça no galpão, 1956
camafeu 475 x 325
In: 5 Gravuras originais em "camaieu" (álbum)

Carroça com arreios, 1953
linoleogravura a cores 255 x 400

Castiçais, 1972
serigrafia 14/60 560 x 370
In: Scliar — Serigrafias (álbum)

Cavalete II, 1955
linoleogravura e pochoir a cores 240 x 330

Clareira, 1955
linoleogravura 650 x 475

Composição, 1971
9 serigrafias 560 x 370
Tiragem em cores diferentes

Curral, 1955
camafeu 475 x 325
In: 5 Gravuras originais em "camaieu" (álbum)

[*Ferros*] 1975
serigrafia 663 x 505
In: Lithos edições de arte
prova do artista

Frutas, 1967
5 serigrafias 23/50 310 x 465

SCLIAR, Carlos, 1920–
[*Fruto*] 1975
serigrafia 592 x 492
In: Lithos edições de arte
prova do artista

Gauchinha, 1951
linoleogravura a cores 245 x 300

Lampião, 1972
serigrafia 14/60 560 x 370
In: Scliar – Serigrafias (álbum)

Leia enquanto é tempo, 1975
serigrafia 1/100 365 x 560

Leiteira e cafeteira, 1971
7 serigrafias 560 x 370
Tiragem em cores diferentes

Menino dormindo, 1943
linoleogravura a 2 cores 268 x 254

Orfeu da Conceição, 1956
linoleogravura 777 x 510
Cartaz para a peça

Paisagem, 1972
serigrafia 14/60 370 x 560
In: Scliar – Serigrafias (álbum)

Peão
linoleogravura 660 x 478
Cartaz para exposição de gravuras

Pipa d'água, 1955
camafeu 475 x 325
In: 5 gravuras originais em "camaieu"

Ponche emalado, serigote e pelegos
linoleogravura 660 x 478
Cartaz para exposição de gravuras

Porca na cangalha, 1953
linoleogravura/aquarela 330 x 240

Porteira, 1955
camafeu 475 x 325
In: 5 gravuras originais em "camaieu"

Sesta, 1955
camafeu 475 x 325
In: 5 gravuras originais em "camaieu"

Sesta IV, 1955
linoleogravura/pochoir a cores 680 x 520
3.ª e definitiva tiragem

Tosquia II, 1953
linoleogravura 121/200 208 x 265
In: História da gravura no Brasil, v. 2

Tres barcos, 1972
serigrafia 14/60 370 x 560
In: Scliar — Serigrafias (álbum)

SEGALÁ, Manuel, 1917-1958.
Composição
xilogravura 210 x 095
In: Catálogo da exposição

SEGALL, Lasar, 1891-1957
Negros dansando [1934]
xilogravura 290 x 215

SERPA, Ivan, 1923—
[*Abstração*]
água-tinta/relevo 5/110 355 x 233
In: Gravura de arte editora, 2.ª série

SIGAUD, Eugenio de Proença, 1899—
Cavalo
serigrafia 31/100 760 x 506
In: Lithos edições de arte

Construção
serigrafia 30/100 760 x 506
In: Lithos edições de arte

Jangada, 1974
litografia 665 x 510
prova do artista

Operário
serigrafia 32/100 760 x 506
In: Lithos edições de arte

SILVA, José Barbosa da, 1948—
[*A Mulher, seus anjos e o universo*]
água-tinta/água-forte 5/110 300 x 296
In: Gravura de arte editora, 2.ª série

SILVA, Julio Vieira da, 1933—
[*Casa*]
xilogravura 300 x 195

[*Paisagem*]
xilogravura 195 x 230

SILVA, Orlando da, 1923–
Alucinação do frevo
ponta-seca 3/20 125 x 165

Aves, 1971
água-tinta/verniz mole/recorte de papel colorido 6/30 180 x 298
In: Álbum n.º 2

Cabeça de mulher, 1971
água-tinta/verniz mole/recorte de papel colorido 6/30 300 x 238
In: Álbum n.º 5

A chegada do pescado
ponta-seca 9/25 230 x 290

Coqueiro, 1970
água-tinta/verniz mole/ponta-seca/recorte de papel colorido
5/150 245 x 185
In: Álbum n.º 1

Coqueiro, 1970
verniz mole 5/150 295 x 235
In: Álbum n.º1

Coruja, 1971
água-tinta/água-forte/recorte de papel colorido 6/30 248 x 182
In: Álbum n.º 4

Criação, 1973
papelogravura 350 x 375
In: Álbum

Criação
papelogravura 255 x 280
12 provas
In: Álbum

Descarga
ponta-seca 5/25 170 x 170

[*Futebol*] 1944
ponta-seca 2/16 075 x 130

Gato, 1971
água-tinta/verniz mole 6/30 178 x 240
In: Álbum n.º 3

Girafa, 1971
água-tinta/verniz mole 6/30 300 x 195
In: Álbum n.º 2

[*Homem de túnica*] 1946
ponta-seca 1/10 200 x 050

Leão, 1971
água-tinta/verniz mole 6/30 210 x 195
In: Álbum n.º 4

Macumba — Rito africano, 1945
ponta-seca 8/25 165 x 170

Macumba — Rito indio, 1945
ponta-seca 5/13 120 x 180

Macumba — Falange africana, 1945
ponta-seca 6/25 165 x 130

[*Moringa na janela*]
monotipia 125 x 170

Mulher, 1971
água-tinta/água-forte 6/30 300 x 198
In: Álbum n.º 3

Na forja, 1945
ponta-seca 8/20 125 x 170

Paisagem com urubús
ponta-seca 2/20 195 x 250

Pássaro sobre a paisagem, 1971
água-tinta/verniz mole 6/30 168 x 298
In: Álbum n.º 5

Pavão, 1971
água-tinta/verniz mole 6/30 198 x 298
In: Álbum n.º 4

Peixeiro — Motivo carioca, 1945
ponta-seca 13/20 180 x 155

Peixes, 1970
água-tinta 5/150 225 x 295
In: Álbum n.º 1

Peixes, 1971
água-tinta a cores 6/30 150 x 198
In: Álbum n.º 2

Peixes, 1971
água-forte/verniz mole 6/30 178 x 238
In: Álbum n.º 3

Peixes, 1971
água-tinta/verniz mole 6/30 148 x 198
In: Álbum n.º 5

Silêncio à sombra [1976]
6 papelografias
In: Álbum

SILVA, Oswaldo P. da.
Amigo número um
xilogravura 230 x 185

Berenice
xilogravura 200 x 135

Cabeça de cão
xilogravura

Pão de Assucar, 1942
xilogravura a cores 070 x 100

[*Retrato de D. Pedro II*]
xilogravura 195 x 120

[*Retrato de G. D. Vargas*]
xilogravura 190 x 130

[*Retrato de Grey Owl*]
xilogravura 255 x 220

[*Retrato de W. Churchill*] 1944
xilogravura 240 x 300

Romagnol, 1942
xilogravura 110 x 095

SILVEIRA, Regina.
As loucas, 1964
xilogravura a cores 121/200 200 x 246
In: História da gravura no Brasil, v. 2

SOMBERG, E. L.
Composição, 1957
xilogravura 590 x 395

Composição
água-forte 397 x 298

SOUSA, João José de.
[*Retrato de Afonso de Albuquerque*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Américo Vespúcio*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Ana d'Áustria*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Charles le Brun*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de George Louis Leclerc, conde de Buffon*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Ana Bolena*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Luís de Camões*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Carlos III*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Marie Anne Charlotte Corday*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Dom Diniz*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Anna Lefevre Dacier*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de José Dorat*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Epicuro*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Erasmo*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Gabriela d'Estrées*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Dona Filipa*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Bernardo Fontenelle*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Francisco I*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

SOUSA, João José de.

[*Retrato de Cláudio Galeno*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Vasco da Gama*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Pedro João Batista Gerbier*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Filipe Hecquet*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Henrique Cristiano Heinecken*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Joana d'Arc*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Dom João II*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Dom João V*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Manuel Kant*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de João Kepler*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Angélica Kauffmann*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Maria Teresa, princesa de Lauballe*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de João Gaspar de Lavater*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Carlos von Linneo*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Maria Teresa d'Austria*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Cosme de Medicis*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Carlos de Secondat, barão de Montesquieu*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Jacques Necker*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Nero*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Numa Pompilio*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Gaspar de Gusmão, conde de Olivares*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Othon I, imperador da Alemanha*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Ovídio*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Guilherme Penn*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de João Pic*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato do Marquês de Pombal*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Francisco Quevedo*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Filipe Quinault*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

SOUSA, João José de.
[*Retrato de Ângela Maria Quirini*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Josias, conde de Rantzaw*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Francisco Ravaillac*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Sir Walter Raleigh*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Solimão II*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Souvarow*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

[*Retrato de Henriqueta de Chatillon, condessa de Suze*]
buril segundo desenho de A. do Carmo 215 x 138
In: Collecção de retratos de todos os homens...

SOUSA. José Assunção, 1924—
Composição, 1965
água-tinta 87/110 200 x 290
In: Gravura de arte editora, 1.ª série

SOUSA, Vladimir Alves de, 1908—
[*Vinte personagens de "Os Maias"*] 1958
20 águas-fortes 90/150

STEINER, Hans, 1910-1974.
Amanhecer, 1954
buril 98/100 295 x 390

Atalaia, 1946
ponta-seca 110 x 135

Avenca, 1940-45
água-forte 310 x 215

Avenca, 1940-45
água-forte 320 x 230

Avenca [1959]
água-forte 300 x 212
No verso "Timbó"

Baiana [ca. 1942]
água-forte 175 x 115

Baiana [ca. 1942]
água-forte 175 x 115
1.º estado

Baixada fluminense, 1939
água-forte 175 x 235

Bicudo no Xingu [1961]
buril/água-tinta 365 x 215

Campanha eleitoral, 1967
água-forte/água-tinta 210 x 310
5.ª prova

Cangora ou monjolo, 1946
ponta-seca 290 x 256

Capuchinhas, 1942
ponta-seca 395 x 315
1.º estado

[*Carregando água*] [1939]
buril 2/38 122 x 086

[*Cascata*] 1949
ponta-seca 275 x 198

Cascata azul, 1947
água-forte 395 x 273
prova

Casinha de sapé, 1938
água-forte 135 x 196
1.º estado

Casinha de sapé, 1939
água-forte 135 x 196

Ciclo Timbó, I [1959]
água-forte 330 x 234
1.ª prova

Ciclo Timbó, II [1959]
ponta-seca 325 x 242
1.ª prova

Ciclo Timbó, III [1959]
ponta-seca 395 x 273
4.ª prova

Corcovado — Rio, 1938
água-forte 090 x 136

STEINER, Hans, 1910-1974.

Corcovado — Rio, 1940
água-forte 175 x 240

Corcovado — Rio, 1940
água-forte 180 x 235
1.º estado

Corcovado — Rio, 1940
água-forte 180 x 235
2. estado

Corcovado — Rio, 1940
desenho a lápis 178 x 238
estudo

Crepúsculo [ca. 1939]
água-forte 088 x 136

Cumieira de palhoça Waurá-Xingu, 1960
xilogravura a cores 225 x 780
prova

Dança Aruanã
xilogravura 240 x 170
1.º estado

Dança Aruanã
xilogravura a cores 240 x 165

Dança Aruanã
xilogravura 275 x 130

Dedo de Deus, 1939
ponta-seca 108 x 070

Do alto da colina, 1940
ponta-seca 245 x 235
estado

Do alto da colina, 1940
ponta-seca 240 x 240

Elementos em luta [1940]
água-forte 300 x 393
2.º estudo

Elementos em luta [1940]
água-forte 395 x 400

Engenho em Rio Bonito [1939]
água-forte 11/38 158 x 216

Família Camaiurá [1961]
ponta-seca/água-tinta 195 x 135

A figueira branca, 1941
água-forte 412 x 272
1.º estado

A figueira branca, 1941
água-forte 412 x 272
2.º estado

A figueira branca, 1941
água-forte 412 x 272
3.º estado

A figueira branca, 1941
água-forte 412 x 280

Floresta, 1939
litografia 245 x 180

Galhos
buril/água-tinta 270 x 190

Igreja do Rosário, 1949
água-forte 390 x 276
1.º estado

Igreja do Rosário, 1949
água-forte 390 x 276
prova do artista

Ilha do Governador, 1939
litografia 190 x 285

Ilha na Guanabara, 1939
água-tinta 115 x 178

Indio preparando o algodão [1959]
água-forte 280 x 195

Interior da mata [1947]
ponta-seca 170 x 240
1.ª prova

Jurubayba [1945]
ponta-seca 110 x 145

Jurubayba [1945]
ponta-seca 232 x 148
1.ª prova

Jurujuba, 1940
ponta-seca 088 x 133

Jurujuba, 1938
água-forte e água-tinta 090 x 140

Kuarup [1961]
ponta-seca 395 x 550
1.º estado

[*Mãe e filho*] 1960
ponta-seca/água-tinta e textura em água-forte 610 x 445

STEINER, Hans, 1910-1974.

Mata-pau, 1945
água-forte 235 x 135

Mata-pau [1941]
buril 300 x 400
1.º estado

Mata-pau (Ficus Moraceae), 1941
água-forte 360 x 215
1.º estado

Mata-pau (Ficus sp. Moraceae), 1941
água-forte 295 x 202

Mignon [ca. 1949]
água-forte 140 x 095

Na roça, 1939
água-forte/água-tinta 175 x 115

Nicteroy — Praia Vermelha, 1940
água-tinta 097 x 145

Ninho de João de Barro, 1945
água-forte 078 x 130

Orchidea [1939]
buril 180 x 117
1.º estado

Orchidea [1939]
buril/água-tinta 5/59 180 x 117

Pagé afugentando doença [1961]
ponta-seca/água-tinta 495 x 340

Paisagem
água-forte 060 x 045

Paisagem, 1945
água-forte 110 x 080

Palmeiras, 1947
água-forte 133 x 093

Passeio público, 1938
água-forte 117 x 175

Pedra da Gávea — Rio [ca. 1938]
água-forte e água-tinta 7/38 090 x 137

Peixeiro [ca. 1942]
água-forte 126 x 080

Pilão de café [1939]
água-forte 275 x 230

Porto Suruy, 1939
água-forte 135 x 180

Praia Vermelha — Nicteroy [1940]
água-forte 242 x 250
1.º estado

Praia Vermelha — Nicteroy [1940]
água-forte 242 x 250
2.º estado

Praia Vermelha — Nicteroy, 1940
água-forte 235 x 340

Queimada, 1946
ponta-seca 290 x 275

Rancho com Dedo de Deus, 1939
água-forte 185 x 130

Regressando, 1938
ponta-seca 135 x 090

Relogio, 1945
água-forte e buril 245 x 164

Rio de Janeiro, 1940
água-forte 103 x 144

Rio de Janeiro [1940]
ponta-seca 175 x 120

Rio de Janeiro, 1940
água-forte 088 x 135

Sepultura tapirapé, 1951
água-tinta/água-forte 240 x 146
7.ª prova

Serra dos Órgãos, 1944
ponta-seca 245 x 198

Serra dos Órgãos, 1944
ponta-seca 245 x 198
1.º estado

Serra dos Órgãos, 1944
ponta-seca 245 x 198
2.º estado

Serra dos Órgãos, 1940
água-forte e água-tinta 088 x 135

Serra dos Órgãos, 1938
água-forte 085 x 135

Serra dos Órgãos, 1947
ponta-seca 175 x 233

STEINER, Hans, 1910-1974.

Sophronitis Cocinea, 1945
água-forte 160 x 110

Timbó [1959]
ponta-seca 374 x 273
1.ª prova
No verso "Avenca"

Timbó Karajá [1959]
ponta-seca 390 x 273
4.ª prova

Timbó Karajá — Pescaria [1959]
ponta-seca 395 x 270
5.ª prova

Timbó Karajá
água-forte 395 x 270

Urubu, 1953
água-forte 87/100 235 x 177

Vegetação, 1945
água-forte 232 x 137

Vegetação, 1947
água-forte 203 x 147

STENZEL, Erbo.

[*Busto de um caipira*]
água-forte 125 x 075

Busto de um homem
água-tinta/pontilhado 6/10 120 x 070

[*Busto de um homem de longas barbas*]
água-forte 080 x 060
1.º estado

[*Busto de um homem de longas barbas*]
água-forte 080 x 060

[*Busto de um homem de perfil*]
água-tinta 130 x 100

Busto de um homem de três quartos à esquerda
água-tinta 260 x 160
1.º estado

Busto de um homem de três quartos à esquerda
água-tinta com retoques de verniz mole 260 x 160

[*Busto de um homem inclinado para a esquerda*]
verniz mole em papel crepom 150 x 125

Erbo Stenzel
buril 150 x 100

9. **Rodrigues, Marília — Cigarra — água-forte**

Estátua de Rio Branco
água-forte 135 x 100

Krishnamurti
buril 185 x 125
gravura sobre celulóide

Krishnamurti
água-tinta a cores 185 x 125

Nu feminino
verniz mole 230 x 170
1.º estado

Nu feminino
verniz mole/água-tinta 125 x 165

[*Paisagem*]
água-forte 100 x 070
1.º estado com velaturas

[*Paisagem*]
água-forte a cores 100 x 070

Paisagem
verniz mole 090 x 175

Paisagem com pinheiros
água-forte 160 x 225
1.º estado

Paisagem com pinheiros
água-forte 160 x 225
2.º estado

Paisagem com pinheiros
água-forte 18/50 160 x 230

Paisagem paranaense
ponta-seca 140 x 200
1.º estado

Paisagem paranaense
ponta-seca 140 x 200

Paisagem paranaense "Fantasia"
ponta-seca 140 x 200

SUED, Eduardo, 1925–
Ariane, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 180
In: Álbum

A Carta, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 150
In: Álbum

SUED, Eduardo, 1925—

Cartão postal, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 145
In: Álbum

Com obsessão, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 120 x 160

[*Composição*]
água-forte/água-tinta 5/110 196 x 250
In: Gravura de arte editora, 2.ª série

Corpos solúveis, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 180
In: Álbum

D. Juan, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 145
In: Álbum

"Eu vi", 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 150
In: Álbum

Genesis, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 175
In: Álbum

Gesto inútil, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 150
In: Álbum

Infância, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 145
In: Álbum

Magia do sonho, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 110 x 160
In: Álbum

Marionettes, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 180
In: Álbum

O mau espectro, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 180
In: Álbum

O Monarca falido, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 150
In: Álbum

A mulher 100 olhos, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 150 x 180
In: Álbum

No espelho, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 175
In: Álbum

Primeira imagem, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 180
In: Álbum

Retrato, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 125
In: Álbum

Retratos, 1965
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 180
In: Álbum

Sem saída, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 150
In: Álbum

Vertigem, 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 150
In: Álbum

Visão n.º 1
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 180
In: Álbum

Visão n.º 2
água-forte/água-tinta 29/30 130 x 180
In: Álbum

Vitrine Pss..., 1964
água-forte/água-tinta 29/30 100 x 150
In: Álbum

TAUNAY, Felix Émile.
Acclamação de S. M. o Sr. D. Pedro I, Imperador Cal. do Brasil..., 1822
água-forte aquarelada 327 x 470

TEIXEIRA, Oswaldo, 1905–
Cabeça de menino, 1934
buril 320 x 260

Casa de S. Francisco de Assis [ca. 1930-1940]
buril 295 x 300

Christo, 1935
buril 180 x 130

Estudo de adolescentes, 1934
buril 325 x 270

Estudo de nus, 1934
buril 325 x 285

TEIXEIRA, Oswaldo, 1905–
Itália [ca. 1930-1940]
buril 180 x 130

TIMÓTEO, Gioietta.
[*Cabeça*] 1968
xilogravura a cores 245 x 145

TUPINAMBÁ, Iara, 1932–
Sabará
xilogravura 300 x 410
In: Minas & Drummond (álbum)

VENTURA
Orfeu da Conceição, 1956
linoleogravura 775 x 530

VINCENT, Paulo.
Cabeça [1946]
monotipia 398 x 280

O Cego [1946]
ponta-seca 5/15 140 x 075

[*Garoto*] [1946]
ponta-seca 3/15 140 x 075

[*Homem bebendo*] [1946]
monotipia 398 x 280

[*O homem e o gato*] [1946]
ponta-seca/água-tinta 1/12 140 x 140

[*O homem e o inseto*] [1946]
ponta-seca 2/20 210 x 230

[*Vênus*] [1946]
ponta-seca 4/12 115 x 115

[*Vênus*] [1946]
ponta-seca 115 x 115
Prova única

VOLPI, Alfredo, 1896–
Bandeira
serigrafia 8/15 475 x 238
In: Lithos edições de arte

Bandeira amarela
serigrafia 233 x 326
prova do artista

Fachada
serigrafia 3/15 330 x 235
In: Lithos edições de arte

[*Fachada rosa*]
serigrafia 3/12 760 x 561
H.C.
In: Lithos edições de arte

WEYHIRG.
Arvore [1974]
serigrafia 37/100 470 x 350
In: Lithos edições de arte

ZALUAR, Abelardo, 1924–
Abertura I, 1968
serigrafia 44/100 320 x 460

Abertura II, 1969
serigrafia 70/100 320 x 460

Forma na paisagem, 1968
serigrafia 10/100 640 x 440

New Stile, 1973
serigrafia 12/133 340 x 340

Ornato barroco, 1973
serigrafia 7/10 335 x 335
prova do artista

Ornato barroco, 1973
serigrafia 91/133 340 x 340

Signo do círculo, 1973
serigrafia 35/133 340 x 340

ZIMMERMANN, Carlos Eduardo, 1952–
[*Envelope*] 1975
serigrafia 48/100 500 x 595
In: Lithos edições de arte

ÁLBUNS

AGUILAR, José Roberto — *Igrejas barrocas de Minas.* Texto de Neli Dutra. São Paulo, Julio Pacello, 1967.

AIRES, Lula Cardoso — *Assombrações do Recife velho.* [Rio de Janeiro] Ed. Condé, 1955.

ALTINO, José — *Giramundo o el demonio de la maldad.* La Plata, Ed. Diagonal Cero.

ARAUJO, Emanuel — *Bahia.* Apresentação de Odorico Tavares. São Paulo. Ed. Cultrix, 1965.

ARAUJO, Manuel, dito Manezinho — *Meu Brasil.* Apresentação de Aldemir Martins. Rio de Janeiro, Liv. Kosmos Ed. 1968.

BANDEIRA, Antonio — *Antonio Bandeira.* 5 poemalhitos. Buenos Aires, Galeria Bonino Ed., 1961.

BEHRING, Edith — *Gravuras de Edith Behring.* Poema de Walmir Ayala. São Paulo. Julio Pacello, 1968.

BETTIOL, Zoravia — *Namorados.* Texto de Jorge Amado. São Paulo, Julio Pacello, 1969.

BRENTANI, Gerda — *Pequeno bestiário brasileiro.* Texto de Paulo Vanzolini. São Paulo, Julio Pacello, 1969.

CARDOSO, Joaquim — *Os anjos e os demônios de Deus,* pastoril. Ilustrado com 8 serigrafias de Fayga Ostrower. Rio de Janeiro, Diagraphis, 1973.

CARELLI, Antonio — *8 águas-fortes originais.* Texto de Mário de Andrade. São Paulo, Atelier 74, 1972.

COLLECÇÃO de retratos de todos os homens que adquirirão nome pelo genio, talentos, virtudes &., desenhados das medalhas e dos retratos pintados pelos mais célebres artistas. Com hum resumo historico de suas vidas. Rio de Janeiro, Na Impressão regia, 1816-18.
18 facs., 54 retratos gravados a buril

DAREL — *Gravuras de Darel.* Texto de Clarice Lispector. São Paulo, Julio Pacello, 1968.

DJANIRA — *Djanira.* Rio de Janeiro, Galeria de Arte Moderna Ed., 1967.

———. *Djanira.* Texto de Rodrigo de Mello Franco de Andrade. São Paulo, Ed. Cultrix, 1966.

———. *Oratório de Djanira.* Poema de Odylo Costa Filho. São Paulo, Julio Pacello, 1970.

GRASSMANN, Marcelo — *5 Xilogravuras madeira de tôpo.* 1949.

———. *Xilogravuras.* 1949.

GRAVURA de Arte Editora; 1.ª série para assinantes. Rio de Janeiro, 1966.

GRAVURA de Arte Editora; 2.ª série para assinantes. Rio de Janeiro, 1967.
HANSEN, Karl-Heinz — *Navio negreiro.* Pref. de Rolf. Italiaander. Hamburg, Duckerei Hans Cristian, 1960.
———. *Flor de S. Miguel; Navio negreiro; Drama do Calvário; Drama da Paixão.*
———. Pequeña Pasión grabada en madera. Texto de Sigwart Blum. Buenos Aires, Bonino Ed., 1955.
HELLER, Geza — *Ouro Preto.* 1965.
———. *Rio de Janeiro.* 1966.
———. *Salvador — Bahia.* 1967.
HISTÓRIA da gravura no Brasil. Texto de José Roberto T. Leite. 2 v. São Paulo, Julio Pacello, 1969.
KATZ, Renina — *Serigrafias.* Poema de Hilda Hils. São Paulo, Julio Pacello, 1970.
LEITE, José Costa — Xilogravura popular do nordeste. Coleção organizada por Evandro Rabello e Vital Fernandes. Recife, 1968.
MARTINS, Aldemir — *Aldemir em cores.* Texto de Érico Veríssimo. São Paulo, Ed. Cultrix, 1963.
MARTINS, Orlando — *Gravuras populares nordestinas.* Recife, Luzeiro do Norte, 1962.
MESTRE NOSA — *Via Sacra.* Texto de Maria Eugenia Franco. São Paulo, Julio Pacello, 1969.
MINAS GERAIS. Universidade federal. — *Minas & Drummond.* Poesias de Carlos Drummond de Andrade. Belo Horizonte, Conselho de Extensão Universitária da UFMG, 1973.
8 POEMAS DENSOS. Aracaju, Liv. Regina ltda., 1964.
OLIVEIRA, Raimundo de — *Pequena Bíblia.* Texto de Jorge Amado. São Paulo, Ed. Lia Cesar, 1966.
———. *Raimundo.* Rio de Janeiro, Ed. Galeria Bonino, 1966.
OSWALD, Carlos — *Cinco gravuras originais.* Rio de Janeiro, Gravura de Arte Ed., 1969.
OSWALD, Henrique Carlos Bicalho — Edição póstuma de sete gravuras originais autenticadas e datadas pelo escultor Mario Cravo Júnior e Jacyra Oswald, viúva do artista. Tiragem feita diretamente das matrizes pelo gravador Emanuel Araujo. 1966.
PLAZA, Julio — *Objetos.* Poema de Augusto de Campos. São Paulo, Julio Pacello, 1969.
RIO GRANDE DO SUL. Universidade federal. Instituto de Artes. *Reestruturações.* 1973.
SANTOS, José Martins dos — Gravuras populares em madeira. Maceió [s.d.]
SCLIAR, Carlos — *5 Gravuras originais em "camaieu".* Rio de Janeiro, Ed. Estampa, 1956.
———. *Serigrafias.* Texto de Roberto Pontual. Rio de Janeiro [1973]
SILVA, Orlando da — *Criação,* uma poesia. Rio de Janeiro, Centro Cultural Lume, 1974.
———. *Silêncio à sombra.* Texto de Marina Colasanti. Rio de Janeiro, 1976.
SOUSA, Vladimir Alves de — *Vinte personagens de Os Maias.* Rio de Janeiro, Clube do Eça, 1963.
SUED, Eduardo — *25 Gravuras, 1964-65.*

PROCESSOS DE GRAVURA

EM METAL (chapas de cobre, zinco ou latão)

ÁGUA-FORTE: Sobre a chapa protegida por um verniz desenha-se com uma ponta de aço. Pela aplicação do ácido nítrico, a chapa é corroída nas partes em que foi feito o desenho. A tinta penetra nos sulcos e se transfere ao papel, por pressão.

ÁGUA-TINTA: A chapa é protegida com uma camada de resina granulada, sobre a qual se desenha com uma ponta ou pincel molhado em ácido. A tinta penetra nos pequenos poros, deixados no desenho pela corrosão, e se transfere ao papel, por pressão. O efeito é de aguada sobre papel.

BURIL: Desenha-se diretamente na chapa, com o auxílio de um instrumento de ponta talhada em bisel. A tinta se deposita nos sulcos e é transferida ao papel, por pressão.

PONTA-SECA: O desenho, feito diretamente na chapa com o instrumento ponta-seca, levanta rebarbas do metal. A tinta é absorvida pelas saliências e depositada nos sulcos, permitindo belos efeitos aveludados. Tiragem reduzida, decorrente do rápido desgaste das rebarbas.

RELEVO: Incisões profundas na chapa, algumas retirando pedaços, permitem aberturas no metal. Por pressão, o papel apresenta efeitos de volume.

VERNIZ MOLE: Variante da gravura a água-forte. Sobre a chapa, a película de verniz bastante fina é distribuída com um rolo e qualquer material que lhe seja sobreposto cola, desnudando o metal e permitindo, posteriormente à secagem, a mordida do ácido. Neste princípio se baseia a técnica do verniz mole, cujo primeiro passo foi chamado "maneira de lápis"; atualmente os artistas utilizam com mais liberdade o processo, para conseguir soluções de estrutura, sobrepondo no metal tecidos, linhas, folhagens, papéis espessos, obtendo na estampa efeitos surpreendentes.

EM MADEIRA

XILOGRAVURA: O desenho é feito sobre um bloco de madeira lisa, desbastado nas partes que figurarão em branco na impressão. A tinta é distribuída nas partes em relevo do bloco, transferindo se, por pressão, ao papel.

EM LINÓLEO

LINOLEOGRAVURA: Processo de técnica idêntica ao anterior, sendo usado material mais fácil de entalhar. O efeito é semelhante, na estampa.

NA PEDRA

LITOGRAFIA: Processo de impressão no plano, baseado no princípio de repulsão da água pelas substâncias graxas. A pedra litográfica é desenhada com um lápis gorduroso, passando, em seguida, por um tratamento químico (água + ácido). A tintagem fixa o desenho, permitindo contraste com as partes não desenhadas. Transferido o desenho ao papel por pressão.

NA SEDA

SERIGRAFIA: Processo de impressão por transposição. Sobre uma tela de seda, com os moldes do desenho em recortes, espalha-se a tinta que, comprimida por um rodo de borracha, transfere-se ao papel. Para cada cor, repete-se o processo, que é considerado como de "reprodução" e de grande aplicação atualmente. Tem tido muita aceitação pelos artistas que, embora não elaborando a matriz, acompanham o trabalho de impressão, apondo sua assinatura aos exemplares assim reproduzidos.

EM PAPEL

PAPELOGRAFIA: Técnica recente, utilizada pelo artista gráfico Orlando DASILVA. Consiste no uso de uma folha de papelão espesso (que substitui as tradicionais pranchas de metal); sobre esta são colados materiais variados, para conseguir soluções de estrutura. Tintada a prancha, por pressão o desenho se transfere à folha de papel, apresentando a estampa efeitos variados.

NO VIDRO

MONOTIPIA: O desenho é pintado sobre uma chapa de vidro e transferido para o papel por pressão. A estampa obtida é prova única.

PLANTAS FLUMINENSES
DESCRITAS POR FREI VELOSO

MANUSCRITOS E AQUARELAS

No catálogo em que se relacionavam os manuscritos da biblioteca dos marqueses de Castelo Melhor a serem leiloados em 1879 [1], figuravam, sob o número 341, várias descrições de plantas brasileiras acompanhadas de 33 aquarelas e um *mapa botânico* de introdução ao sistema de Lineu. Sob o número seguinte, um conjunto semelhante, mas desfalcado de dois desenhos e das coberturas alegóricas que o primeiro apresentava. As peças de 341, juntamente com algumas dezenas de manuscritos sobre o Brasil, foram arrematadas pela Biblioteca Nacional [2]; do outro conjunto não se teve notícia até recentemente, quando surgiu num leilão, em Londres, procedente do condado de Liechtenstein [3].

O catálogo Castelo Melhor não identifica os executores das peças; mas já em 1885 se atribui a autoria intelectual de escritos e desenhos ao naturalista brasileiro Frei José Mariano da Conceição Veloso, à vista, naturalmente, das numerosas referências que se levantam nas descrições das plantas [4]. Embora englobados num só verbete do catálogo, deve-se distinguir entre o mapa botânico e as descrições, creditando-se a feitura do primeiro ao Ajudante de Engenheiros José Correia Rangel de Bulhões, que assina a alegoria da folha de rosto [5].

DESCRIÇÃO DAS PEÇAS

O conjunto incorporado ao acervo da Biblioteca Nacional compreende:

I. MAPA BOTÂNICO. 12 fls., numeradas por páginas a partir da 2.ª folha. Na 1.ª, a legenda *Mappa Botanico* [6]; na 2.ª, rosto, desenho alegórico, em cujo centro vem a legenda *Mappa botanico para uzo do Il.mo e Ex.mo S.r Luis de Vasconcellos e Soiza Vice Rey do Est.o do Brazil.* O desenho figura, na parte inferior, um índio sentado no chão; dos cabelos saem-lhe dois ramos de árvores com folhas, flores e frutos, entrelaçados de faixas com os nomes de diversas famílias botânicas. Na parte superior, entre dois outros ramos e sobreposto àquela legenda, o brasão do vice-rei. Ao pé da alegoria, a declaração: *Dezenhado pelo Ajud.e Ingenheiro Jozé Correia Rangel.* Segue-se, nas fls. 2 v. e 3 r., *XXIV Classes de Linneo,* uma série de pequenos desenhos a nanquim com texto esquemático e finalmente a ilustração, com figuras também pequeninas, das diferentes classes botânicas (fls. 3 v. — 12 r.). As 12 folhas corres-

pondem a 6 fólios dobrados ao meio. No final, mais uma folha branca, à maneira de capa. Desenhos e legendas a tinta preta e marrom. 340 x 200 mm.

II. DESCRIÇÃO DE PLANTAS. 57 fls. não numeradas, sendo 22 de texto, 31 de desenhos e 4 brancas. Capa solta com desenho alegórico a nanquim, de fino acabamento, que representa, numa paisagem litorânea, uma índia de pé, ornada de penas e armada de arco e aljava. Cercam-na outras sete índias em diversas posições e olhando o brasão de D. Luís de Vasconcelos e Sousa, que ela lhes aponta. O brasão, na parte superior do desenho, é circundado por três anjinhos: um que o sustenta, outro tocando duas trombetas e o terceiro com uma coroa de louro e uma palma nas mãos. Na base do desenho, epígrafe de Horácio (Odes, I, 12, vv. 17-20 e a rubrica *L. Bº fecit*[7]). Descrições e desenhos formam, por sua vez, quatro grupos, cuja ordem inicial se desconhece, já que as folhas não são numeradas. As plantas se distribuem deste modo: *A*) *Canas.* 15 aquarelas, sem texto. *B*) *Cássias.* 6 folhas de texto e 6 aquarelas. *C*) *Dorsteniae.* 5 folhas de texto e 6 figuras aquareladas, a 2 por folha. *D*) *Plantas Piperitas e Juliferas.* 11 folhas de texto e 7 aquarelas. As primeiras e as segundas trazem o respectivo nome indígena ao pé de cada desenho; as terceiras são descritas mas não nomeadas; as últimas trazem só no texto os seus nomes, ou indígenas, ou vulgares. Dos quatro grupos, apenas o primeiro tem os desenhos assinados (*Muzi fes*)[8]. O papel apresenta várias marcas-d'água, em geral holandesas, e mede 320 x 160 mm. Desenhos e descrições devem ser vistos como trabalhos preliminares ao levantamento da flora do Rio de Janeiro, realizado na penúltima década do século XVIII por Frei José Mariano da Conceição Veloso.

O PINTOR MUZZI

Francisco Marques dos Santos, referindo-se a esses estudos botânicos[9], equivoca-se ao atribuir ao executor das 15 primeiras aquarelas (dadas como *Canas*) a autoria de todos os trabalhos iconográficos, inclusive o mapa, e ao chamar aos desenhos de plantas, que são peças independentes, "2.ª parte do mapa botânico". O mapa tem autor declarado; em relação aos outros 16 desenhos, só a assinatura os autenticaria. Das cópias de Londres, por exemplo, nenhuma é assinada.

A primeira notícia sobre o pintor João Francisco Muzzi, provável delineador das aquarelas, é dada por Manuel de Araújo Porto-Alegre, numa curta memória a respeito do que chama *antiga escola de pintura fluminense*[10]. De filiação italiana mas nascido no Brasil, aplicara-se à cenografia, que exercitou na Casa da Ópera, ao tempo do vice-rei Vasconcelos. Não lhe refere Porto-Alegre qualquer obra nem menciona a fonte de sua informação. Os desenhos que assina para os estudos de Frei Veloso são, assim, seus mais antigos trabalhos conhecidos, pois só nos anos 40 deste século se identificariam outras obras suas, com a descoberta, em Lisboa, dos originais de dois quadros até então atribuídos a outro artista[11].

O pintor devia aparentar-se com outros Muzzi de seu tempo: os médicos Gonçalo José e Júlio César, pelo menos. A falta de informação a respeito dos Muzzi tornaria ambígua, até certo ponto, a atribuição de autoria dos desenhos assinados, não prevalecesse em favor de João Francisco a condição de pintor, pois pelo menos em Gonçalo José, dado a estudos de história natu-

ral[12], encontraríamos pendores para o desenho[13]. De qualquer modo, os trabalhos assinados por Muzzi devem ter sido feitos não em campo, mas posteriormente, talvez sobre riscos originais, já que o pintor não pertenceu ao corpo de desenhistas da expedição botânica chefiada por Veloso. Nem Frei Antônio de Arrábida o inclui na relação dos *delineadores* da *Flora Fluminensis,* quando da primeira edição da obra, nem entre os documentos que se referem àquela empresa aparece jamais seu nome.

A EXPEDIÇÃO BOTÂNICA

Os desenhos e descrições de plantas que agora se divulgam constituíam, dissemos, trabalhos preliminares de um levantamento mais ambicioso: o de recursos naturais da capitania do Rio de Janeiro, com interesse especialmente posto na riqueza vegetal. Em ondas sucessivas, as solicitações de amostras naturais da Colônia vinham da administração metropolitana ao vice-rei e aos capitães-generais governadores das diversas capitanias e desciam dos governadores a quantos mostrassem condições de bem se desincumbir das tarefas de seleção, descrição e acondicionamento das amostras pedidas. No momento em que surgem estes desenhos[14], já o franciscano Frei José Mariano da Conceição Veloso se encontrava no Rio de Janeiro, trazido da aldeia indígena de São Miguel, em São Paulo, pela perspicácia do vice-rei[15]. Naqueles sítios provara sua habilidade na procura de "variedades e plantas virtuosas para a História Natural", de que o encarregara o governador Lobo de Saldanha[16]. Em pouco tempo aprontara doze caixões de ervas que, recebidos no Rio de Janeiro, despertaram em Vasconcelos a admiração "pela boa ordem e explicação" com que eram declaradas as virtudes das mesmas plantas[17].

Antes que aqui chegasse Frei Veloso, reunira já o vice-rei algumas pessoas hábeis na preparação de espécimes naturais: Francisco Xavier Cardoso, que se encarregava de pássaros, quadrúpedes, insetos e peixes; João Hopman, Jerônimo Vieira de Abreu e o cirurgião-mor José Ildefonso da Costa, que preparavam as plantas[18]. Com a vinda do frade, no qual Vasconcelos, pelas amostras de "alguas descripçoens principiadas e figuras das Plantas, que tem notado", achava "conhecimento, boa vontade e talento para similhante trabalho", nasce a idéia de uma empresa maior, cujo resultado surgirá ao cabo de oito anos nos 1640 desenhos e descrições da *Flora Fluminensis*[19].

A empresa, traduzida em termos oficiais como *Expedição Botânica,* é a primeira de tal natureza que se organiza no sul do país, coincidindo com a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira[20], destinada à observação da terra, do homem, de flora e fauna das capitanias do norte. Embora sem os recursos de que dispunha a última, e portanto sem os resultados com que ela culminaria, a Expedição Botânica ideada pelo vice-rei pretendeu ser mais do que a mera busca de curiosidades naturais para os jardins da corte portuguesa. Um documento administrativo que dela subsistiu nos dá idéia de suas proporções a seis anos de criada[21]. Mais de 40 pessoas (a metade escrava) giravam em setembro de 1788 entre a Ilha Grande e Santos, em ponto não determinado[22]. Dessas, três são sacerdotes (Frei Veloso, que dirige; Frei Francisco Solano, que desenha as espécies, e Frei Anastácio de Santa Inês, que escreve as definições científicas). Há 13 militares, dos quais quatro são *desenhadores,* mas houve outros com a mesma tarefa em diferentes épocas: José

Correia Rangel de Bulhões, então ajudante de infantaria com exercício de engenheiro, fora o primeiro a ser designado para acompanhar Veloso, não só pela condição de militar como por ter "grande habilidade para debuxar as plantas"; José Aniceto Rangel, "escolhido pela grande perícia no desenho" e o próprio amanuense que assina o mapa estatístico, 2.º tenente Francisco Manuel da Silva Melo. Este dará testemunho de viagens por mar e terra, com riscos de vida, transitando a Expedição "por Parati, Ilha Grande e outros lugares adjacentes a esta Capital, e passando por serras escabrosas até o centro da Capitania de São Paulo" [23].

Dos sítios por onde anda vai Veloso fazendo remessas ao vice-rei, que as passa à Corte: sementes, frutos, espécimes curiosos, o que seja. De Lisboa louvam a perícia no acondicionamento dos produtos, ao mesmo tempo que pormenorizam o material de interesse para seus naturalistas: plantas em geral, minerais, cristais, terras e areias, pedras de todas as qualidades com os nomes dos sítios onde existem. E mais: cobras, lagartos, peixes grandes e pequenos, caranguejos, estrelas e ouriços do mar; nomes vulgares dos peixes, conchas bivalves e univalves etc. Na mesma carta de ofício de Martinho de Melo e Castro para o vice-rei Vasconcelos, em que vêm estas especificações do Jardim Botânico de Lisboa [24], se encontra o reconhecimento dos méritos de Veloso, tanto mais expressivo quanto se sabe da formação autodidática, amadorística do naturalista: "Vejo ... que todas estas explicações a tal respeito dos productos mencionados são superfluas, e desnecessarias, pois conheço que o Prof.^{or}, que os recolhe, não precisa de tal instrucção, pois é o mais exacto, ou para melhor dizer o unico, que remeteu para este Real Gabinete productos tão bem acondicionados."

Embora se concentre no levantamento da flora peculiar à capitania o interesse de Veloso, o trabalho realizado entre os anos de 1782 e 1790 excede o reino vegetal. No mapa estatístico já citado [25] há uma rubrica — *Coleção de Peixes* — na qual se assinala a "prontificação" de 24 espécimes no período. O dado se relaciona com um caderno manuscrito, apógrafo no seu texto mas enriquecido de notas por mão de Frei Veloso, onde se pode perceber projeto, em parte já bem adiantado, de uma ictiologia fluminense. O título, de resto, ocorre numa das folhas [26].

O EDITOR ECONÔMICO

A atividade agronômica do franciscano Frei José Mariano da Conceição Veloso pode ser considerada em dois tempos: o de formação do botânico e o de revelação do economista. O primeiro decorre no Rio de Janeiro; é a fase de interesse pelos fatos da história natural, de atendimento às solicitações do Jardim Botânico de Lisboa e de fixação, por natural pendor, no estudo das plantas. O segundo se desenvolve em Lisboa; é a fase dedicada ao incremento da agricultura e ao estímulo à adoção de técnicas e procedimentos respeitantes à economia do solo. Da primeira fase resulta, ao cabo de oito anos, o impressionante inventário da flora litorânea da capitania do Rio de Janeiro; da segunda, prolongada por mais de dez anos, a vasta enciclopédia rural que é *O Fazendeiro do Brazil* — onze volumes de textos monográficos que tratam desde o fabrico açucareiro até a cultura de especiarias e o preparo do leite e derivados. Muito no espírito enciclopedista e fisiocrático da época, Veloso procura, com os recursos que lhe propiciam a distinção do Príncipe Regente

e o apoio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário dos Negócios de Marinha e Ultramar, tirar da experiência estrangeira as lições "que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para o melhoramento da sua economia rural, e das Fabricas" [27]. Sucedem-se nas tipografias as edições instrutivas destinadas à recuperação de culturas nativas ou à introdução de culturas exóticas [28], ao mesmo tempo que se divulgam as técnicas de preparo da terra, irrigação do solo, aperfeiçoamento dos engenhos e métodos de coleta e preservação museológica de amostras naturais, seja pela tradução de memórias estrangeiras [29], seja pela impressão de trabalho aparentemente original, como as instruções para o acondicionamento e transporte de produtos naturais [30].

Da Corte amiúdam-se as remessas, destinadas aos governadores, dessa literatura prática, livros e folhetos que deveriam ser vendidos aos lavradores e que — reza a tradição — o descaso burocrático deixava esquecidos nas sedes administrativas. Alguma coisa, porém, atingia seu fim: o Senado da Câmara do Rio de Janeiro institui prêmios a quantos se distingam nas culturas recomendadas e na inovação de técnicas [31]. Viúva e filhas de João Hopman, "bem conhecidas pela sua grande applicação á agricultura Hortense", se destacam no cultivo da caneleira; Teresa Ferminiana de Azambuja introduz arado e bois no seu Engenho da Serra; as fornalhas se aperfeiçoam pelo espírito inventivo de Jerônimo Vieira de Abreu e o próprio Senado encomenda uma memória sobre a canela do Rio, que será "muito mais accrescentada com observaçoens posteriores pelo mesmo Autor" [32].

LAIVOS DE NATIVISMO

Há na atividade editorial de Frei Veloso certa manifestação de incipiente sentimento nativista, que se percebe não só na titulação do enciclopédico *O Fazendeiro do Brazil*, mas, também, nas dedicatórias, introduções ou advertências dos vários volumes. A especificação do título, procura o editor justificá-la seguramente com a epígrafe tomada do *Journal du Commerce* de 40 anos antes (1759): *Le Brésil suffiroit seul par ses productions naturelles pour porter le commerce du Portugal au plus haut degré de ses richesses.* Tal sentimento transparece igualmente no encarecimento da terra, seja pela referência explícita (os animais "maravilhosamente se reproduzem no vasto continente do Brasil" [33]), seja, implicitamente, pela censura aos processos predatórios da fabricação açucareira e mesmo da mineração. Aqui, trazia o testemunho pessoal de quem nascera no Brasil e nele estivera "mais de quarenta anos" e vira e pisara "tres das suas mais notaveis Capitanias, Minas Gerais, S. Paulo, Rio, e o Governo do Espirito Santo" [34]. Acusa a devastação das matas pelos senhores de engenho para alimentarem as fornalhas mal construídas, "que deveriam ter outro feitio, e consummir outro pabulo". "A pobre Natureza vegetante... é annualmente assassinada nestas maquinas assucareiras, pela indiscrição de seus donos", acrescenta.

Com a idéia posta no "melhoramento da economia rural e das fábricas" e a lembrança dos estragos produzidos nas matas pela cultura canavieira é que certamente põe em apêndice ao primeiro volume d'*O Fazendeiro do Brazil* uns planos de reforma de moendas, picadeiros e engenhos de açúcar de Jerônimo Vieira de Abreu, vizinho do Rio de Janeiro, cuja eficiência e real economia fora já atestada na mesma cidade, ao tempo do vice-rei Conde de Resende.

O relevo que procura dar Frei Veloso a quantos, brasileiros ou apenas *inquilinos,* revelavam talento e empenho no progresso da agricultura do país, se percebe em vários passos: historiando a introdução da cultura do anil no Rio de Janeiro, ressalta, junto aos nomes de Manuel da Costa Cardoso, João Opman (*sic*), ou do cirurgião João Batista Daguirre, o do citado Jerônimo Vieira de Abreu, "homem de suma industria, mui atinado, e feliz em tudo, quanto se propunha fazer", a quem cabia o mérito de ter descoberto o ponto de fermentação e batedura ideal daquela tinta; imprimindo o tomo V de sua obra, acrescenta às traduções de textos sobre o algodão duas memórias dos brasileiros José de Sá Betancour e Manuel Arruda da Câmara [35]; quando trata da cochonilha do Rio de Janeiro, põe nas observações de *illuminados Autoptas* a decisão quanto a semelhança, ou não, do produto com seu congênere mexicano. E ao realçar o estímulo do Príncipe a quantos se aplicavam aos estudos agronômicos, vê, como conseqüência disso, o aparecimento, no país, não só de "alguns genios observadores em alguns ramos d'Agricultura, como o Doutor Arruda sobre os Algodões, o Capitão José Caetano Gomes sobre o Assucar, João Manso Pereira sobre as aguas ardentes, e muitos outros productos naturaes", como outros "que examinárão de perto a Entomologia Brasiliana, onde ainda espero que hajão de fazer descobertas magnificas não só em plantas, como a do Doutor Arruda, d'hum novo Indigo, mas também de novos Bombyces, como a dos Casullos, vindos do Maranhão, e de novas Cochonilhas, como a que apresentou o Doutor Muzzi, encontrada no Araçá, (*Psydium pomiferum*) e vinda do Rio de Janeiro" [36].

Na *Flora Alographica,* escrita como apêndice à tradução da *Alographia dos alkalis fixos* [37], é que, entretanto, mais claramente manifesta Veloso certo entusiasmo nativista — a começar pela preocupação de enriquecer a nômina botânica da obra com a enumeração de outras tantas espécies brasileiras, do que resultou o apêndice. Conjuga então amor à terra e espírito prático: "Outras muitas arvores e arbustos Brasilianos poderão enriquecer a Flora Alografica, das quaes apontaria muitas, se não temesse engrossar este volume e encarecer o seu preço", diz ele (p. 232), citando algumas plantas e seus resíduos. Ou encarece a prodigalidade do solo: "Ordinariamente se queixão no Brasil de verem que as suas terras cançadas só produzem Fetos. Nas suas mãos está tirarem delles este util, que não he limitado. E para que conheção a abundancia que possuem, ajuntarei hum Catalogo sómente das especies de Polypodios Americanos" (entenda-se: brasileiros) (p. 233), ao que acrescenta uma relação de 39 plantas. A "hum douto Brasiliano" (Mendes de Oliveira) atribui experiências para extração de produtos úteis da bananeira, a exemplo do que fizera Baudier de la Gaudeloupe, e a Manso Pereira, também empenhado na obtenção de potassa, refere-se mais de uma vez como "o benemérito Professor", terminando com uma referência à própria obra ao falar das bananeiras-do-mato, conhecidas "pelo nome Brasiliano de *Pacobás,* ... das quaes tenho no meu trabalho *(Flora Fluminensis)* especies novas" (ps. 229-230).

As plantas cujos esboços agora se divulgam, classificaram-se provisoriamente, à luz de um sistema que, já no tempo, estava em processo de superação. Quando da publicação do álbum *Plantas Fluminenses* [38], em que se reuniram os 15 desenhos assinados por Muzzi, tivemos oportunidade de mostrar que daquele número de plantas, apenas duas subsistiam como *Canas,* sendo as demais espécies distribuídas por novas famílias: *Zingiberaceae, Marantaceae* e *Musaceae.* Por serem de divulgação recente, excluíram-se desta publicação

aqueles desenhos — os únicos, de resto, que não possuem descrição. Os demais são aqui reproduzidos com o respectivo texto.

A natureza fac-similar desta edição prescinde da tentativa de atualização classificatória, o que, a partir deste momento, passa à competência dos especialistas. Razões óbvias não permitiram tampouco que, assim como se fizera antes, se reproduzissem a cores os desenhos. A clareza das descrições e a meticulosidade dos riscos suprirão de certa forma esta falta.

Saindo de um ineditismo de dois séculos, esperamos que o belo texto de Veloso e suas ilustrações sirvam à ciência e encontrem nela o reconhecimento que acaso ainda se lhe deva.

DARCY DAMASCENO

NOTAS

1 *Catalogo dos preciosos manuscriptos da bibliotheca da Casa dos Marquezes de Castello Melhor*... Lisboa, 1878.

2 Vieram-nos 31 aquarelas, não 33.

3 *The magnificent botanical library of the Stiftung fur Botanik. Vaduz. Liechtenstein. Collected by the late Plesch.* [London]. Sotheby Parke Bernet & Co. Part 3 Q-Z and addenda, 789. A Biblioteca Nacional tentou arrematar esse segundo conjunto, mas sem êxito, desta vez.

4 Cf. *Catalogo da exposição permanente de cimelios da Bibliotheca Nacional.* Rio de Janeiro, 1885, ps. 518 e 519. Frei José Mariano da Conceição Veloso, franciscano, nasceu em Minas Gerais (1741) e morreu no Rio de Janeiro (13-7-1811). Deve-se ao botânico paranaense Carlos Stellfeld a descoberta, corrigindo erro antigo, da data de batismo de José Veloso Xavier, como no século se chamava o sacerdote: 14 de outubro de 1741. De acordo com os hábitos da época, seu nascimento deve ser estimado entre os oito dias precedentes. Cf. STELLFELD, Carlos. *Os dois Vellozo. Biografias de Frei José Marianno da Conceição Vellozo e Padre doutor Joaquim Vellozo de Miranda.* Gráfica Editora Sousa. Rio de Janeiro, 1952, ps. 19 e 20.

5 O mapa tem, artisticamente, grande semelhança com um *Rezumo do Systema Sexual Botanico*, manuscrito da Biblioteca Nacional, cuja autoria se deve creditar ao mesmo Rangel.

6 No conjunto de Londres se anuncia com outro título: *Methode de Linné*, com 24 folhas, embora na gravação da lombada (encadernação do século XIX) ocorra: *Mappa botanico e Descripção e Classificação de Algumas Plantas do Brazil.* Ao pé, as iniciais *A. A. C. M.*

7 Ao precário conhecimento das artes e de outros aspectos da vida brasileira no séc. XVIII se deve a impossibilidade de identificação não só deste *L. B.º* como de outros pintores e *delineadores*. É exemplificador o caso de João Francisco Muzzi, como veremos adiante. Esta alegoria, bem como a *estampa 14.ª* das chamadas *Canas*, já foi divulgada. Cf. BARDI, P. M. *The tropical gardens of Burle Marx.* Colibris Editora. Amsterdam-Rio de Janeiro, 1964, p. 28.

8 A Biblioteca Nacional editou um álbum com as 15 plantas delineadas por Muzzi: VELOSO, José Mariano da Conceição, frei. *Plantas Fluminenses.* Desenhos de Muzzi. Introdução de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro, 1976. Também ao conjunto de Londres falta o texto das *Canas.*

9 SANTOS, Francisco Marques dos. "Artistas do Rio colonial", *in Terceiro Congresso de História Nacional. Anais.* Oitavo volume. (Bol. do Instituto Histórico). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, ps. 431-542.

10 Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 3.º, 1841, ps. 547-557.

11 Os quadros, que pertencem hoje à Fundação Castro Maya, do Rio de Janeiro, figuram o incêndio e a reconstrução da Igreja e Recolhimento de N. S.ª do Parto, em 1789. As cópias, tidas por mais de século e meio por originais e atribuídas ao artista Leandro Joaquim, existem na irmandade do mesmo nome.

12 Duas referências encontramos, no século XVIII, ao médico Gonçalo José: a primeira, de Frei Veloso, ao falar, n'*O Fazendeiro do Brazil* (t. II, p.te II) de uma nova cochonilha "que apresentou o Doutor Muzzi, encontrada no Araçá *(Psydium pomiferum)* e vinda do Rio de Janeiro, que produz a cera"; a segunda, do doutor Vicente Gomes da Silva, num trabalho ainda inédito existente na Biblioteca Nacional, em que, tratando do Andá-Guaçu,

fala de uma *Vasconcellia Anda Muzzi*, sinônima da *Joannesia Princeps Velloso (sic)* e da *Anda Pison*. ("Descripção botanica e medica de alguns vegetais do Brasil uteis na medicina, para servir de ensaio da Materia Medica, indigena do Brasil...". 1800).

13 Há na Biblioteca Nacional um estudo, em manuscrito e com desenho, intitulado *Gynandria Hexandria. Vasconcelia*, que homenageia o vice-rei: *Nomen* Vasconcelia *(Andd) in memoriam D. L. Vasconcelos S. Pro-Reg. an. 1785*. Trata-se, não há dúvida, da planta a que se refere Gomes da Silva (Cf. n. 12), embora o manuscrito não traga assinatura. Convém notar, entretanto, que a aquarela apresenta grande semelhança com o desenho da *Johannesia Princeps*, que Veloso insere na *Alographia dos alkalis fixos...* (1798). A admitir-se que o manuscrito (autógrafo ou apógrafo) seja de Gonçalo José Muzzi, pode-se também admitir que dele seja a aquarela, o que reabre a questão da assinatura *Muzzi* aposta nos 15 desenhos que aqui publicamos.

14 São, provavelmente, de 1783. Por três vezes o manuscrito de que tratamos se refere ao envio de descrições e desenhos: 1.ª) ao tratar da "Est. 3.ª" das Cássias ("Nos Folhetos que se forem seguindo darei as noticias, que observar."); 2.ª) ao comentar a "Est. 3.ª Fig. 2.ª" das Dorsteniae ("Ainda que as estampas, que foram copiadas sobre vivos originais, parécão mostrar outras differenças...") e 3.ª) ao anotar às mesmas Dorsteniae ("Nota 1.ª"): "Fora as especies, que aqui vão estampadas, que são as que tenho encontrado neste tracto Fluminense,..."). Ora, em ofícios para Martinho de Melo e Castro, o vice-rei promete-lhe seguidamente a remessa de descrições e estampas: "Destas, e das demais Plantas, q' se forem seguindo, se estão fazendo as descripçoens com suas Estampas, cuja Colecção hei de remeter a seo tempo" (24-5-1783); "... as quaes Plantas são das comprehendidas na Colecção das descripçoens, q' hei de remeter" (27-5-1783 e, literalmente, a 28 e a 30 do mesmo mês). E em 17 de junho seguinte, falando de Veloso, diz que já se tinha valido de seu préstimo, "q' na realidade me promete grandes progressos, porque já me tem apresentado algumas descripçoens principiadas, e figuras das Plantas, que tem notado, cuja colecção espero q' possa ser muito agradavel a S. M., quando estiver completa; e com as ultimas plantas, q' tenho remetido, já annunciei a V. Ex.ca". Do citado pode-se concluir que descrições e desenhos seriam reproduzidos no Rio de Janeiro, permanecendo com o vice rei os originais mandados do campo pelo naturalista e encaminhando-se para Portugal as suas cópias. Note-se ainda que, conquanto prossigam os trabalhos da Expedição Botânica — só encerrados quando termina o governo de Vasconcelos — não há mais referências, na correspondência para a Corte, aos trabalhos de Veloso.

15 O frade deve ter chegado ao Rio de Janeiro em fins de 1782, pois em novembro desse ano já se fizeram designações para a expedição de história natural. Cf. documentos citados adiante, n. 23. Quanto à presença do franciscano em São Paulo, cf. ODULFO, Frei: "Frei Veloso entre os índios". *In Vozes de Petrópolis*, março-abril, 1946, ps. 226-233.

16 Cf. *Documentos interessantes para a história de São Paulo*, v. 43, ps. 390 e seguintes.

17 Carta de Vasconcelos a Saldanha (22-2-1781). *Apud* ODULFO, Frei, obr. cit. na n. 15.

18 Carta de Vasconcelos para Martinho de Melo e Castro (17-6-1783). (Biblioteca Nacional, S. Mss., códice 4,4,5).

19 A obra ficou inédita por quase 40 anos. Em 1825 publicou-se o texto, mas incompletamente; Ladislau Neto retomou o encargo da publicação íntegra das descrições *(Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. V, 1880). Os desenhos saíram em 11 volumes, a partir de 1827.

20 Realizou-se entre os anos de 1783 e 1792.

21 "Mappa da Expedição Botanica, q' por Ordem do Ill.mo e Ex.mo Senhor Vice Rey, se achão empregados *(sic)* em Serviço de S. Majestade, das praças que existem, trabalho que fez, e o mais respetivo a beneficio da mesma expedição: desde 6 de Setembro de 1788, até o último do d.to méz e anno" (Biblioteca Nacional, S. Mss., I-32,12,13).

22 Talvez Parati, que tantas vezes nomeia a *Flora Fluminensis* sob a designação de Pharmacopolis, versão latina do antigo nome da freguesia eclesiástica: Nossa Senhora dos Remédios.

23 Cf. documentos biográficos do mesmo (Biblioteca Nacional, S. Mss., C. 215,6).

24 Datada de 30 de julho de 1784. (Bibliotéca Nacional, S. Mss., 4,4,6).

25 Cf. n. 21.

26 *Ichtheologia (sic) Fluminensis*. (Biblioteca Nacional, S. Mss., I-32,12,11).

27 T. I, p.te I. *O Fazendeiro do Brazil* compreende 10 volumes do *cultivador* e um do *criador*. Publicou-se entre 1798 e 1806.

28 "Espero que sendo esta Memoria espalhada pelo Brasil, e particularmente pelos povos de Beira Mar, ... haja de produzir um efeito no commercio nacional, pela grande falta que se experimenta desse genero, assim na Europa, como na Asia", diz Veloso da cochonilha.

E acrescenta que, quando do governo de Vasconcelos e Sousa no Rio de Janeiro, se animou tanto sua cultura "nas freguezias que ficão pela praia ao Norte da mesma Cidade, isto he, Taipú, Maricá, Saquarema, Yraruama", que não só se fizeram grandes remessas para o Reino como se mudou o tom de vida dos "ichtiophagos povos" seus habitantes. (*Memoria sobre a cultura da Urumbeba, e sobre a criação da Cochonilha*... Lisboa, 1799).

29 *O Naturalista instruido nos diversos methodos antigos e modernos de ajuntar, preparar e conservar as producções dos tres reinos da natureza*. T. I. 1800. Publicou-se apenas a tradução da obra de Manesse sobre o modo de encher e conservar os animais.

30 *Instrucções para o transporte por mar de arvores, plantas vivas, sementes, e de outras diversas curiosidades naturaes dadas à luz por* ... 1805.

31 Cf. Flora Fluminensis *de Frei José Mariano da Conceição Vellozo. Documentos*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1961, ps. 271 e 272.

32 O autor era o médico português Bernardino Antônio Gomes, que escreveu vários trabalhos sobre botânica, medicina e saúde pública. A *Memoria sobre a Canella do Rio de Janeiro* foi publicada na mesma cidade em 1809.

33 *O Fazendeiro do Brazil criador* ... T. I, p.te I. (Da dedicatória).

34 *O Fazendeiro do Brazil*, [*cultivador*] ... T. I, p.te I. (Da dedicatória).

35 Os nomes são citados conforme aparecem impressos. Note-se que nos trabalhos do segundo vem sempre Manuel Arruda ou Manuel Arruda da Câmara.

36 *O Fazendeiro do Brasil*, [*cultivador*] ... T. I, p.te I. (Da dedicatória).

37 *Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda e dos seus nitratos... segundo as melhores memorias extrangeiras. Parte Primeira. Do Alkali fixo vegetal ou Potassa*. (1798). Como apêndice, *Flora Alographica das hervas contheúdas nesta obra, e de outras do Brazil*... com 20 estampas.

38 Cf. n. 8.

...nil majus generatur ipso;
Nec viget quidquam simile, aut secundum;
Proximos illi tamen ocupavit
Pallas honores.

L.B.º fecit. *Horac. lib. 1.º Carm. 12.*

Estampa 1.ª

Decandria Monogynia.

Cassia

Descripçaõ

Raiz = Lenhozas, horizontaes hũas, perpendicolares outras, flexiveis, perennes, multiplicadas, divididas em outras capilares obliquas, amargozas, algum tanto aromaticas; a Epiderme parda escura, a derme quazi amarela.

Tronco = Suffruticozo, erecto com alguãs torturas, cylindrico com alguns refegos, oũ nós, sicatrizes dos ramos deciduos, meduloso, subdividido em muitos ramos, aromatico, algum tanto amargozo; a Epiderme verde, alguãs vezes atro rubra, a derme branca, grossura uncial; altura de dous a trez pez, eás vezes mais.

Ramos = Muitos espalhados, ascendentes, divididos em outros; descrevem angulos agudos: estipulas na baze junto a axilã, os petiolos rubros.

Folhas = Ovaes, elipticas, agudas no apice, quadrijugas, simplices, inteiras, integerrimas, venozas, petiolatas, rameas, planas,

planas, membranacea, as duas extremas maiores: a pagina superior verde claro, e liza; a inferior o mesmo.

Pedunculos – Axilares, e terminaes. A eflorescencia he por agregação, porque alem do pedunculo forma pedicellos vagos.

Calis – Periantio, penthafilo, laxo, concavo, colorato luteo, deciduo.

Corola – Pentapetala subrotunda, concava; Os petalos inferiores mais distantes, mais patentes, maiores.

Estamines – Filamentos 10 declinados: 3 inferiores com maior comprimento. os superiores mais pequenos. Anteras inferiores 3 maximas arcuadas, rostradas quero dizer com bico, abertas dehiscentes; as quatro Lateraes dehiscentes, mas sem bico: as 3 supremas minimas, quazi infecundas.

Pistilo – Germen chato comprido pedunculato. Estilo brevissimo. Estigma obtuzo, e asurgente.

Pericarpio – Legume comprido, com dissepimentos transversaes.

Sementes

Sementes = Muitas, redondas, largas, compressas, fuscas, pouco maiores que Lentilhas.

Qualidades = Intensamente fria conforme Pizo, quente conforme Fernandes.

Faculdade = Refrigerante, e desobstruente (Pizo). Detersiva, aperitiva, vulneraria (Lemiry).

Uzo = Applica-se o suco novo das suas folhas com as mesmas pizadas contra a corrupção do anus. 2 Em todas as inflamações, principalmente das pernas. 3 O Cozimento de suas folhas, e flores bebido move as ourinas com maior efficacia do que as do Orobo; tempera os ardores dos rins, e da bexiga. 4 Da sua Semente pizada com vinagre contra as impingens. 5 Da sua raiz contra a engurrla. 6 Da sua planta pizada, e applicada quente contra dôr de côstas, ou pleuris. 7 Da agoa destilada da planta bebida, contra as pedras da bexiga. 8 Das folhas pizadas com cebo, contra os Antrazes. 9 Do Cozimento de suas folhas, contra os decubitos, que descem aos olhos.

Synonimos.

Ono=

O nome generico, que lhe dá o Senhor Lynео hé Cassia, o especifico Senne Occidental. Rajo o equivocou com o Orobo Panonico, mas advertido pelo Doutor Paulo Hermano corrigio o seo erro confessando que era Senne, os Indigenas o denominaõ Paiomirioba. Os Inquilinos Europeos, Fedigozo.

Autôres.

Mons. Lin. nas suas obras. Joaõ Rajo em a sua Historia das plantas. Lemiry no Dictionario das Drogas. Marcgrave, e Pizo na Historia natural do Brazil. O Doutor Hernandes em a Historia natural do Mexico debaixo do nome Ecapatli, ou pequeno Sabugueiro: Elle lhe attribue as seguintes forças Medicas: para curar os tumores, e feridas; pacificar a dor dos ouvidos; soccorrer as crianças, que vomitaõ Leite, pondo cataplasmas das suas folhas pizadas sobre o ventriculo; para as dores de cabeça, e febres, ungindo o corpo, e as fontes com o suco das suas folhas, ou bebendo a quantidade de hum pugillo; para o frio, lepra, e impingens. Diz finalmente, que naõ obstante a quantidade desta planta, que produz o campo = intra domos quoque, et viridaria remedii causa soleat coli =

Estam=

Estampa 2.ª

Decandria Monogynia

Cassia 2.ª

Differe da precedente, primò em ser quinquejuga, e sexjuga, secundò, o Livro da raiz mais amarelo, e amargozo, Terceiro os Silicos naõ pelo feitio de Espada Polonica, como a primeira, mas sim redondos (naõ observei as sementes) maior altura q. a primeira.

Estampa 3.ª

Decandria Monogynia

Cassia 3.ª

Raiz = Lenhozas horizontaes (alguãs vezes perpendiculares) rijas, perennes, divididas em outras, capilares obliquas, bastantemente amargozas, grossura biuncial, e mais; a derme escura, o livro de huã cor amarela forte, o Lenho tinto da mesma cor.

Tronco

Tronco - Fruticozo, simples, cylindrico, direito, a casca grossa, medulozo, dividido em poucos ramos, altura de 6 a 7 pez, grossura uncial, de hũa cor verde tendente a subcinericia.

Ramos - Poucos, terminaes, reclinados, alternos, descrevem angulos obtuzos, e alguas vezes agudos

Folhas - Peciolares, bijugas, ovaes elipticas, as duas extremas desiguaes maiores; peciolos grandes, torsidos em-a baze, planas, inclinadas hũas para as outras; hũa, e outra pagina liza, e verde: A estipula entre as duas folhas primeiras contando da baze para o apice com differença á estipula da primeira, e segunda Cassia, que a tem na baze do peciolo junto a axila.

Pedunculos - Rameo axilar, e terminal: forma varios pedicellos, e cada pedicello outros, desorte que a sua efflorescencia pela multiplicidade de pedicellos, fazem a semelhança de umbela.

Calis - Perianthio, Corola &c. Como em-a primeira, e a segunda.

Pericarpio - A estação ainda me não permittio observala. Florece nestes mezes de Abril, e Mayo. Nos Fo-

lhetos

thetes que se forem seguindo darei as noticias, que observar.

Qualidades. Quente

Faculdades. Febrifuga.

Uzo. Em todos os cordeaes, que uzaõ os homens do Campo, em toda a sorte de febres malignas, pleuriticas &c. O uzo hé da Casca da raiz em Cozimentos. Supre á casca Peruviana.

Autôres

Naõ me consta de algum. O mesmo dos Synonimos: a excepçaõ dos que lhe convem pela Clase, genero, e especie.

Estampa 4.ª

Decandria Monogynia.

Cassia. 4.ª

Differe

Differe da precedente primò em ser o tronco mais debil, e delgado. Secundò as folhas muito breves, e sem huã mancha, que tem a especie precedente em-a-pagina superior. Tertio, em que os petalos da sua Corola, e todas as outras partes constitutivas da flor, tem proporçaõ dupla, relative, aos petalos, pestilos, e estamines da imèdiata. Qualidades, faculdades, uzos, Autôres, Synonimas o mesmo.

Estampa 5.a

Decandria Monogynia

Cassia 5.a

Raiz - Lenhozas, obliquas, amargas, perennes, divididas em outras capilares fetidas.

Tronco - Suffruticozo, cylindrico, grossura uncial, côr verde, medulozo, escabrozo por huãs pequenas protuberancias.

Ramos - Ascendentes, alternados, compridos, divididos em outros.

Folhas.

Folhas – Trijugas, ovaes estreitas na baze, mais largas no apice, petioladas, grave olentes; a pagina superior verde, a inferior alguã couza felpuda com o nervo longitudinal, e veias obliquas; estipula filiforme entre as folhas, que ficaõ proximas à baze do peciolo: duas glandulas colateraes ao mesmo: as duas folhas supremas maiores, as inferiores menores, cada huã igual à sua opposta: quãdo o Sol se pôem, fechaõ-se, e explicaõ-se quando nasce o Sol.

Pedunculos – Axilares, e terminaes.

Calis – Perianthio, Corola, Estamines &c. como a primeira.

Pericarpio – Legume comprido, redondo, bivalve com dissepimentos transversaes.

Sementes – Muitas quadrangulares agudas.

Qualidades – Faculdade, uzo Medico, como em a primeira.

Synonimos, e Autores.

Os Indi-

Os Indigenas a denominaõ Tareregui. Os Inquilinos Ma-tapasto, ou Fedigozo pelo seo fetido. Os Botanicos lhe daõ o nome generico acima posto de Cassia, e o especifico Senne Occi-dental. Trataõ della Sines, Rajo, Marcgrave, Piso, Her-mano.

Estampa 6.ª

Decandria Monogynia

Cassia.

Raiz — Varias, obliquas, grossas, divididas em outras mui-tas capillares: a Epiderme escura.

Talo — Frutecozo, cylindrico, erecto da grossura de hum athe dous dedos, da altura de trez athé seis pez.

Ramos — Muitos, divididos em outros ascendentes.

Folhas—

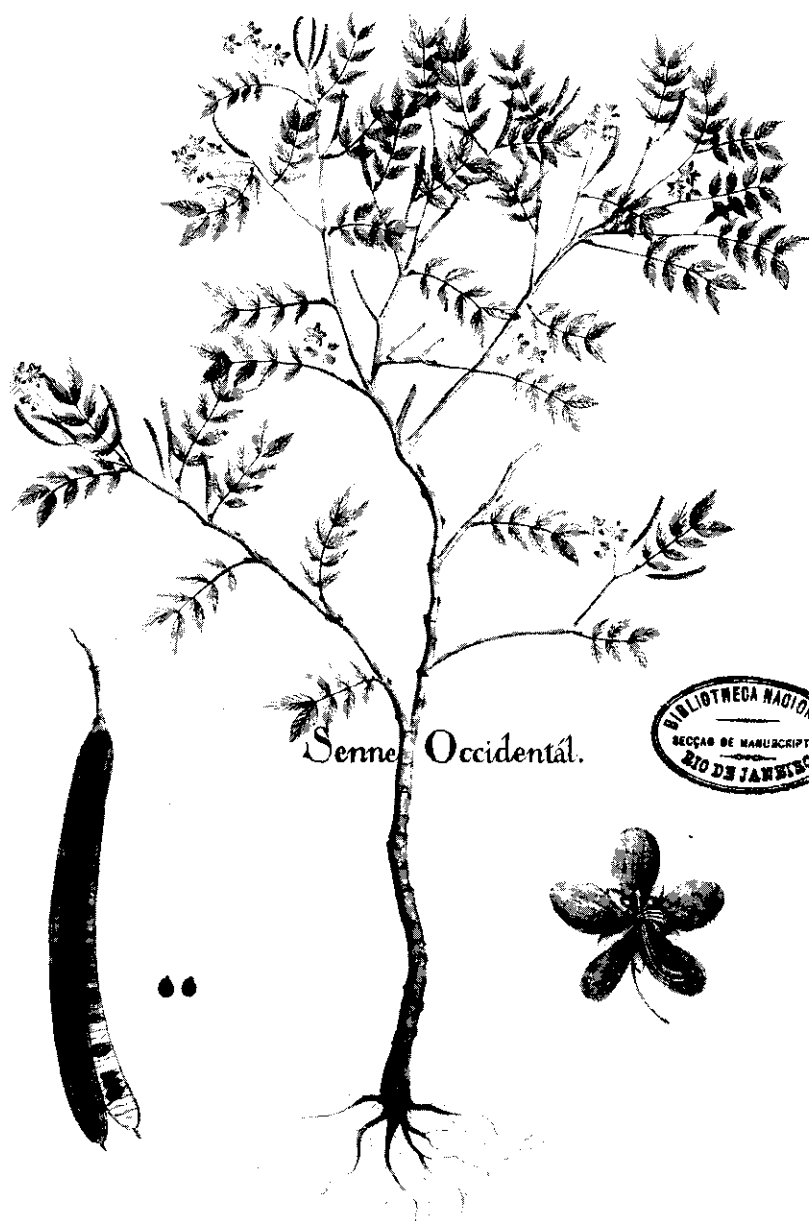
Folhas. Quinquejugas, e sexjugas, cuneiformes, inteiras, integerrimas, peciolatas, pequenas, as duas extremas maiores orladas pela circunferencia com hũ cairel amarelo. Fechão-se ao pôr do Sol, e se explicão ao sahir. A estipula entre as duas folhas, que ficão proximas á baze.

Nota.

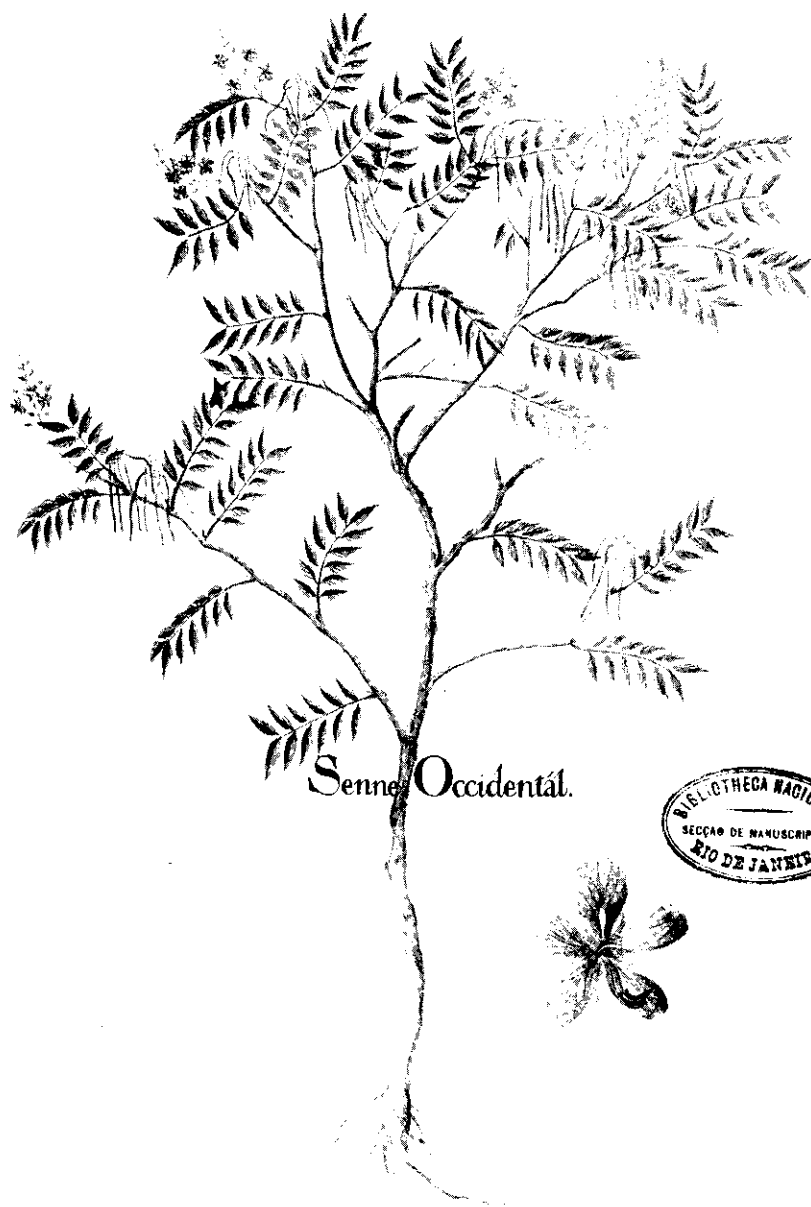
As flores não differem das antecedentes Cavias, senão em serem maiores. Da mesma Sorte os Silicos. Não sei de outro uzo, que se lhe dê, mais do que fazerem canudos para os Cachimbos dos seos talos, ou troncos, quando são estreitos, por serem vazios por dentro, isto he, sem medula. Persuado-me, que inda se não conhece na Europa esta Especie.

Decandria Monoginia.

CASSIA.

C. n. 1.

Paiómirióba.

Est. 2ª

Decandria Monogynia.

CASSIA.

Paiómirióba.

Est. 3.ª

Decandria Monogynia
CASSIA.

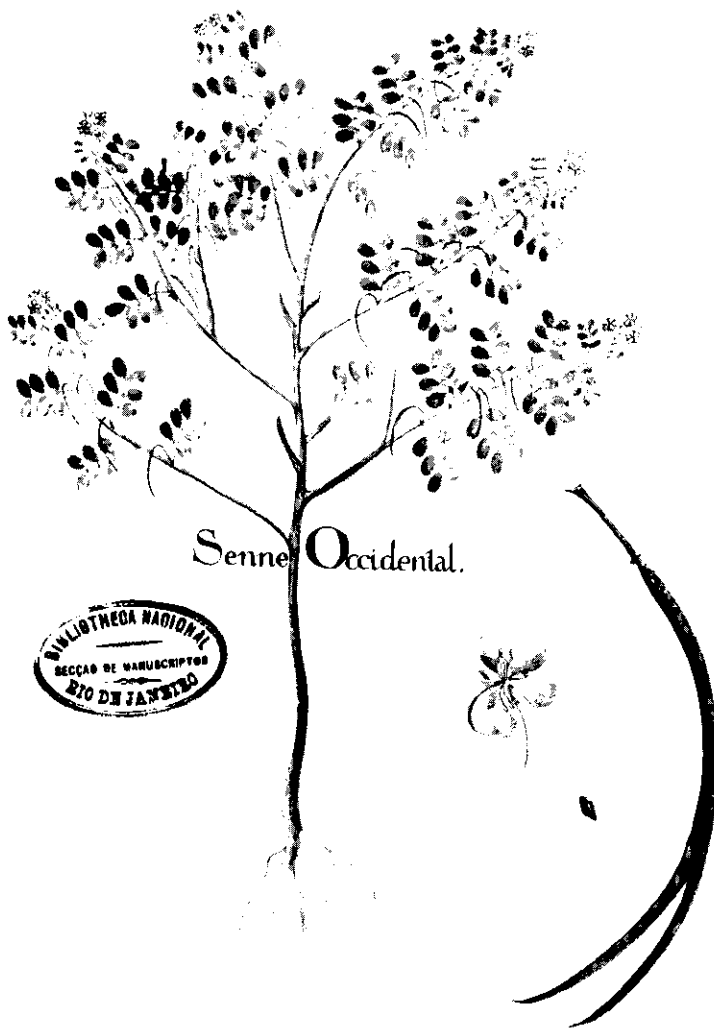
Paiómirióba.

Decandria Monogynia.

Cl. 4.ª

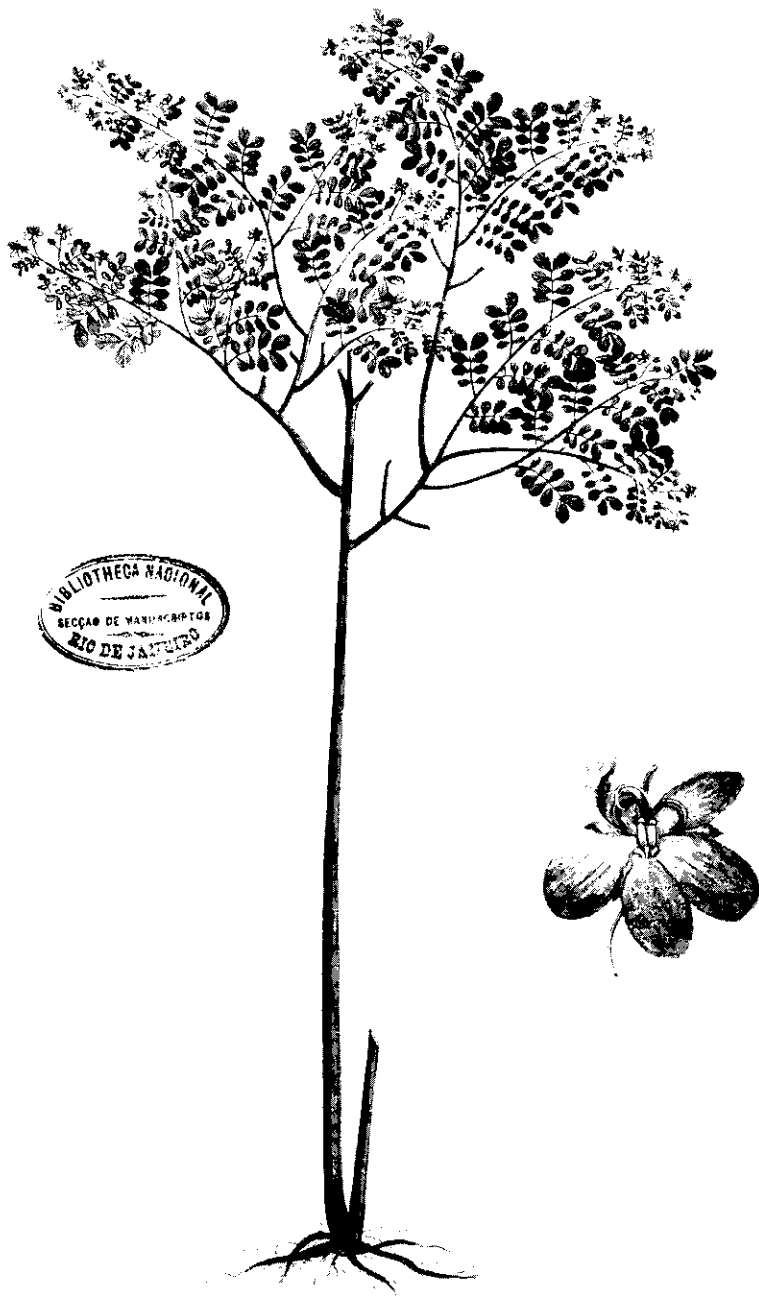
CASSIA

Paiómirióba.

Decandria Monoginia.

CASSIA.

Tarerequi.

Decandria Monoginia.

CASSIA.

Tarèrequi.

Estampa 1.ª Fig. 1.ª

Dorstenia peq.ª

Descripção.

Raiz – Tronco radical com o comprimento de meio dedo athé dous: com a grossura de huma penna de ganço: com prominencias, ou refegos, que denotaõ as folhas que annualmente cahem: subdividido pelos lados em algumas outras raizes fibrozas, Capillares. A Epiderme de huma côr tendente a vermelha: branca, e branda por dentro.

Talos – Nenhum.

Folhas – Pediculos radicaes, cilyndricos, erectos lactecentes, annuos com o comprimento de 3 a 4 dedos: com a grossura de 3 a 4 Linhas: 3, ou 4 em cada planta. As Folhas de fig. Cordata oblonga, obtuza no apice, abroquellada na adhezaõ, ou poziçaõ: com o comprimento de 4 dedos; e largura de 3 athe 3 e ½: de huma substancia membranacea: a pagina superior de huma côr verde carregada com huma mancha branca, que discorre segundo a Longitude por huma, e outra margem: a pagina inferior de huma côr verde lavada. O nervo longitudinal, e as vêas transversaes vizíveis.

Calix – Receptaculo cõmum, monophyllo, carnozo, concavo, oval, umbelliciforme, recortado sobre o pedunculo, que tem a mesma figura, e quantidade, que os pediculos.

Corolla – Nenhuma: a excepção do mesmo cõmum receptaculo. A este o douto Marcgrave chama flor similhante a flor denominada Margarita em huma especie; em outra dice, que se assimilhava a flor do Chamemelo, ou Mançanilha: Eu não vejo, que a huma, ou a outra se possa assimilhar.

Sementes – Nidulantes em o cõmum receptaculo da grandeza, e figura das Papoilas.

Nota

Suas qualidades, e forças Medicas se vejão abaixo ao depois da discripção das outras especies congeneres, por senão estar repetindo, o que se pensa ser cõmum entre todas.

Est. 1ª Fig. 2ª

Dorstenia 2ª

Raiz – Escapo radical com agrossura pouco mais avantejada, que a uncial, e o comprimento palmar até bipalmar: os refegos, ou escamas maiores, plano-conicas. (as vezes no mesmo Escapo se fórma 2º, e 3º, que igualmente lança folhas, e fructifica.) Estes escapos crescem erectos intra, e extraterraneos: são sustentados pelas raizes fibrozas, e capillares, em que lateralmente se subdivide. O rescapo principal, ou tronco radical hé premorso. Póde-se assimilhar a raiz da planta Europea chamada Dentaria. A côr externa hé atro rubra. A primeira nasce em terras maninhas, ou Campos, mas em partes sombrias isto hé por debaixo de arvores, ou frutices: esta segunda nasce em partes sombrias, mas de matos, que ainda não tenhão sido cultivadas: ama os lugares humidos, e penhascozos. O escapo hé comum a todas as especies seguintes.

Talo – Nenhum.

Folhas – Pediculos: Cilyndricos, bipalmares, brandos erectos, adherentes as folhas em o centro da baze: As Folhas: Membranaceas, recortadas, ora com 7. Lacinias, ora com 5.: estas de figura Lanceolada com os apices agudos, integerrimas na peripheria: as maiores com palmo e meio de comprimento, mais de palmo de largura.

de largura. A pagina Superior de hum verde carregado, nitido; a inferior de hum verde Lavado, aspera ao tacto.

Pedunculos - dous atté trez, radicaes, cilyndricos com a mesma longitude, e gramura dos pediculos.

Calix - Receptaculo comum, carnozo, tigular o angulato.

Sementes - Nidulantes com o feitio, e grandeza da Semente de mostardas. Quando maduras, se desprendem do comum receptaculo.

Est. 2ª Fig. 1ª

Dorstenia

Differe da immediata: 1º em ter as folhas cordatas: 2º na fructificação; por que a Placenta, ou comum receptaculo hé Oval com alguma compressaõ nos lados perpendiculares: e no Superior, e inferior arqueados, ou reflexos hum para o outro (fazem a figura de huã Sella). A face exterior hé verde, escabroza, cheia de huns pequenos filamentos, que figuraõ ser ou flosculos, ou estamines: tem em circumferencia hum cairel prominente d'huma côr roxa escura com alguãs pequenas

Lacinias,

Lacinias, ou pontas, que resaltaõ para fora: a adhezaõ ao pedunculo he abroquelada, e obliqua a sua postura.

Est. 2.ª Fig. 2.ª

Dorstenia.

Com 5. Lac. nas folhas, e o recept. oval reflexo.

Differe da precedente em ter as folhas com 5 Lacinias recortadas.

Est. 3.ª Fig. 1.ª

Dorstenia.

Com as folhas cordato auriculatas, e o receptaculo Ligulato angulato.

Differe da 2.ª Dorstenia em ter as folhas cordato auriculadas: ou como de hum coraçaõ com azas: e tambem em serem abroqueladas na sua inserçaõ. Devo advertir, que estes receptaculos Ligulato angulares tem a pagina, ou superficie superior de huã côr rôxa com algumas exerecencias, ao modo de barbas, que sahem para

para fóra: a pagina inferior, ou costas são de huma côr verde lavada.

Est. 3.ª Fig. 2.ª

Dorstenia.

Discrimina-se esta da 2.ª e 5.ª em ter as folhas cordato-oblongas. Ainda, que as Estampas, que forão copiadas sobre vivos originaes pareção mostrar outras differenças, estas são accidentaes, ou meras variedades. Todas estas plantas vão plantadas em differentes caixoeens debaixo da Letra A, que denota o genero: ea numeros Romanos, que significão a especie A-I-A-II-&c.

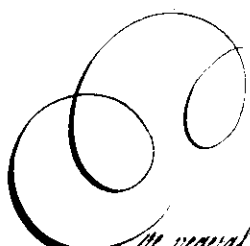
Qualidades = Quente, e secca.

Qualidades 2.as = Aromatica, e algum tanto acre consta de partes subtiz: contem muito oleo exaltado, e sal volatil.

Faculdade = Alexipharmaca, Antifebril Antivermica &c.

Uzo Medico = 1.º Applicão-se contra todos os venenos a excepção

cepção do sublimado corrozivo = 2.º = contra todas as febres diari=
as, terçans, quartans = 3.º = contra toda a sorte de despenhos do
ventre = 4.º = Contra as Lombrigas = 5.º = Contra as dores do ventri=
culo, e intestinos. Tem muitos outros uzos internos. Externa=
mente se applica = 1.º = contra as impingens = 2.º = contra os pan=
nos = 3.º = contra os furunculos, e tumores preternaturaes &c. Rec=
cho conclue dizendo: Que desta egregia planta não devia ca=
recer Officina alguma.

Uzo Economico = Nenhum.

Nota 1.ª

Fora as especies, que aqui vão estampadas, que são as
que tenho encontrado neste tracto Fluminense ainda se dá
outra especie da pequena, da qual as folhas são asperas a
o tacto, crespas, rasteiras: a raiz muito mais diminuta, e com
maior acrimonia, e cheiro mais forte. Nasce em Serra aci=
ma.

Nota 2.ª

Este

Este vegetal tem sido descripto com alguma confusaõ, por naõ terem tido huma idéa clara das suas especies congeneres. Marcgrave falla de huma das pequenas. Fernandes d'huma das grandes. Monardo a fez similhante ao Iris. Parkinsono justamente negou esta similhança. Rajo nega a Parkinsono a qualidade aromatica, que elle lhe attribue. Pedro d'Osma a descreve com as folhas da Tanchagem quinquenervea. Naõ fallou com justiça. Terrencio nega que a Tuzpatli de Fernandes seja a Drakena. M. Lineu o affirma. A razaõ, que Terrencio teve foi o ter-lhe negado Fernandes a fructificaçaõ segundo elle inferio da analogia com o Polypodio. Esta he insubsistente; porquanto ella fructifica, e a analogia de Fernandes consiste em ter as folhas recortadas.

Nota 3.ª

Lembra-me ter lido ser este o vegetal, de que se sustentaõ na Azia as Cabras Silvestres, que produzem a pedra bazar. Homologa a esta criaõ os Veados Americanos outra naquel se experimentaõ aquellas mesmas forças Medicas, que tem a erva Juasucaa, que elles anciozamente comem.

Synonimos.

Drake-

Drakena — foi imposto por Cluzio Botanico Inglez em contemplação a Francisco Drak, que foi o 1.º, que a transportou a Europa, fazendo-a lá conhecer: elle a deo a Cluzio.

Dorstenia — este nome lhe dá M. Lineu.

Tuzpatli — os Mexicanos.

Figueira Terrestre — os Portuguezes pelo cheiro, sabor, e alguma similhança, que huma das pequenas tem na folha com a Figueira domestica.

Contra-erva — os Hespanhoes alludindo ao effeito de ser prezentaneo antidoto contra todos os venenos, que antigamente chamavão em Hespanha erva; porque com ervas envenenavão nos Seculos barbaros os ferros das Settas, e das Lanças.

Cai-apiá — os Aborigenes Brazilicos porque a Dorstenia pequena, que crião os Campos apricos mediterraneos tem o peduncuło, e comum receptaculo com muita similhança ao genital masculino de huma especie de Macacos, chamados Micos.

Albafor

Albafor do Perú. Este the pozerão os primei-
ros Botanicos, que della escrevêrão com bem pouca pro-
priedade; porque em couza alguma se asimelha ao Cypero.

Authores.

Marcgrave em a sua Historia natural do Bra-
zil escreveo de huma das pequenas, que traz estampada.
Fernandes, ou Rheeco escrevêo de huma das grandes cha-
mada a Juzpatli. Lineo se lembra de quatro especies, q.
elle faz differentes. As quadrangulares, ou o não enten-
dê, ou ainda não as encontrei. As Ligulatas angula-
res na fructificação as envio como novas. Os outros Autho-
res só os vi citados.

Notas ultimas.

M. Lineu pôem estas plantas em a Clave Te-
tandria Monogynia. Como Autopta ignorante não su-
be achar as suas antheras &c.

Est. 1ª

Fig. 1ª
BIBLIOTHECA NACIONAL
SECÇÃO DE MANUSCRIPTOS
RIO DE JANEIRO
Fig. 2ª

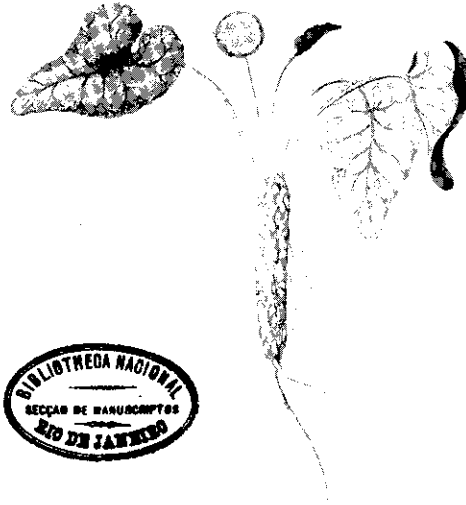



Fig. 1ª

Fig. 2ª

Est. 3.ª

Fig. 1.ª

Fig. 2.ª

Plantas Piperitas e Juliferas.

Estampa 1ª

Pimenta longa 1ª ..... Jaborandi

Classe ..... Trigynia

Descripsaõ.

Raizes = Rijas, delgadas, fibrozas, multiplicadas, subdivididas em outras, obliquas: de huma côr tendente a vermelha a sua casca: a fibra interior branca; nimiamente acre ao gosto; algum tanto ao cheiro.

Talos = Suffruticozos, ferulaceos, nodozos, da grossura do dedo minimo, erectos, cilyndricos, canellados por humas subtis linhas, que discorrem parallelas segundo a longitude; hum pouco flexiveis em-os intermedios, ou geniculos.

Ramos = Nodozos, distichos, patentes, terminaes, subdivididos em outros com-a mesma figura.

Folhas.

Folhas – Rameas, solitarias, simplices, patentes peti-
oladas, lanceoladas, integerrimas, com o apice agudo, e algum
tanto curvo para hum dos Lados: a pagina superior verde
carregado; a inferior verde lavado: lizas, planas, membrana-
ceas: nascidas em os articulos.

Pedunculo – Rameo, solitario, breve patente oppos-
to a folha.

Calix – Naõ produz qualidade alguma de flores. O
Doutor Marcgrave observou em huma das Especies desta plã-
ta certos flosculos tetrapetalos. Ignoro qual dellas seja.

Pericarpio – Nenhum. A sua fructificaçaõ con-
siste em hum Julo, que produz no lado opposto, aquelle em que
nasce a folha. Este Julo se compõem de huma Placenta, ou re-
ceptaculo cõmum; das Sementes, que saõ de figura quadrangu-
lar, envoltas em o arillo; e de certa massa, que occupa, ou enche
os intersticios, ou espaços entre humas, e outras. Julo se vê em
ponto de vista maior na Estampa. O Julo, quando está verde
occupa esta cõr cõmua; quando fica madura, hé de cõr obscura.
Eu penso, que naõ amadurecem já mais em os seos suffrutices;
que hé necessario tiralos fora. Esta reflexaõ concorda com o seo
principio, por quanto estou persuadido que nesta planta, naõ
hé a fructificaçaõ como nas outras. Quando ella lança no-
vos

grelos então com estes lança novos Tulos: ou para me explicar me-
lhor: o novo grêlo se compoem de huma folha; de hum Tulo na par-
te opposta: durão muitos annos: não há estação alguma em que
não sejão vistos; nem suffruice, que deixe de os ter. São solita-
rios, Cilyndricos, da altura de 4 a 5 dedos; da grossura de huma
penna de Pato: são nimiamente acres, e aromaticos. Entre os A-
ziaticos tem hum grande uzo.

Qualidades - Quente, e secca.

Qualidades Secundarias - Acre, e Aromatica.

Faculdade - Sialagoga, Errhina, Alexipharmaca, Ca-
thartica, Carminativa.

Uzo Medico - Applica-se na Odontalgia em lugar
do Pilitre; em pó em lugar do tabaco; em infuzão em vinho
generozo, quando se toma por antidoto (Da sua efficacia antidotal
foi testemunha Frederico Conde de Nassau: assim o diz Pizo);
nas mordeduras de cobras hé frequente o seo uzo: A massa da ra-
iz pizada, e bebida faz purgar os humores melancholicos: E
tambem os soros de que se gera a hydropezia.

Uzo Economico = Os Senhores de Engenhos fortalecem as suas aguas ardentes, quando estaõ fracas, com a infuzaõ das suas raizes. No fim se poraõ os Synonimos, e Auctores.

Estampa 2.ª

Pimenta Longa Segunda.

Aperta Ruaõ

Descripsaõ.

Raizes = Fibrozas, brandas, multiplicadas, obliquas, perennes, subdivididas em outras, aromaticas, algum tanto picantes; de huma cór tendente a ruiva.

Talos = Suffruticozos, medullozos, mais grossos que a precedente; nodozos, com alguma tortura em os internodios: direitos, cilyndricos, aphyllos, canellados, mas as Linhas parallelas, que formaõ as canellas, mais subtiz, que aque fica descripta: a Cór verde clara.

Ramos

Ramos - Nodozos, distichos, dos quaes alguns descrevem angulos obtuzos.

Folhas - Rameas, simplices, petiolatas, solitarias, integerrimas, nodozas, lanceolatas, membranaceas, venozas (tem 5, ou 6, que discorrem segundo alongitude: felpuda plana: a pagina superior verde clara, reticulada; a inferior branca, pilosa.

Pedunculos - Rameos, nodozos, cilyndricos, solitarios, breves oppostos ao lado em que nasce a folha.

Calix - Nenhum: nem parte alguma, que pertença a flor.

Pericarpio - A fructificação hé similhante a do precedente. Produz Julos do mesmo modo, e com estas differenças: são mais grossos; a semente mais miuda, e espherica; os insterticios das sementes são cheios de huns floculos brancos, os quaes com os arilhos, quando os Julos estão maduros, são de hũ sabor doce, e se comem; o arilho hé de côr verde: e tem no centro, ou apice hum signal preto; os Julos são torcidos para baixo.

Qualidades - Quente, e Secca.

Qualidades 2.as — Acre, Aromatica.

Uzo — Tem os mesmos uzos Medicos, que tem o Taborandi. Se hé menos acre, hé mais aromatica. O seu especial uzo hé banharem-se com o cozimento de suas folhas as feridas, que vulgarmente se chamaõ (por aqui) de figado bravo, pela suppoziçaõ, em que estaõ, que lhes provem de alguma destemperança do mesmo figado: Ignoro se tem algum uzo Mechanico.

Estampa 3.a

Pimenta longa 3.a

Nhandi.

Raizes — Fibrozas, rijas, grossas, compridas, obliquas: a tez da casca, ou epiderme he atro rubra; a derme, ou interior branca; grossa, quebradiça, acre, aromatica, perenne.

Talos — Suffruticozos, ferulaceos, de huma grossura maior, que os precedentes; nodozos com alguma flexibilidade em os internodios; aphyllo; com algumas pequenas protuberancias em a epiderme; a côr verde forte com manchas brancas; a altura maior do que as outras.

Ramos

Ramos – Alternos, distichos, nodozos.

Folhas – Rameas, nodozas, solitarias, simplices, inteiras, petiolatas; tem 5, ou 7 nervos, ou vêas, que nascendo em-a baze, junto ao pediculo discorrem os interiores com menor divergencia, os exteriores com maior, segundo a longitude a ajuntarem em-o apice da folha, que hé agudo, com-o nervo impar intermedio: planas, membranaceas, a linha transversal com maior largura, que as antecetas: a pagina superior verde forte; a inferior lavado.

Pedunculos – O mesmo: e tudo o mais que pertence a fructificação.

Qualidades – Quente, e secca.

Uzo – Pizo affirma: Que suas raizes, e folhas seccas, e guardadas, ainda ao depois de muito tempo, conservão a sua força Medica em-os banhos quentes, e corroborantes contra a multiplicidade de molestias, provindas de cauzas frias, pela fortaleza, e dureza, que tem: o que não se experimenta em outras ervas, que dão o mesmo Serviço: as quaes com-o tempo diminuem, ou aniquilão a sua força.

Estampa

Estampa 4.ª

Pimenta longa 4.ª

Betre.

Raizes – Fibrozas, multiplicadas, obliquas perennes subdivididas em outras Capillares; a derme grossa carnoza branda, inodora, insipida, e de huma cõr, como as outras; porem mais alva.

Talos – Suffruticozos, ferulaceos, de maior grassura, que os precedentes, mas menor altura: nodozos; os internodios mais breves; aphyllos: a Epiderme dos Estolhoens toda salpicada de pontos brancos: erectos.

Ramos – Nodozos, alternos, poucos em numero, muy poucas vezes subdivididos, patentes.

Folhas – Rameas, solitarias, simplices, inteiras, lanceolatas, carnozas, que com facilidade se-lhe póde separar a tez de huma, e outra pagina superior, e inferior lizas, resplandecentes, venozas (em cada margem das suas paginas tem mais de Sette); algumas vezes são estas vêas colorato rubras succozas: a pagina superior d'hum verde carregado; a inferior, lavado: tem propor-
ção

ção dupla na longitude, e latitude as folhas das outras especies: São insipidas, e inodoras. Os pediculos breves, debeis, colorato rubros, retorcidos, e petiolatos: a sua inserção não hé no centro, mas a hum lado da margem da folha.

Pedunculos = Nodozos, breves, debeis, solitarios, cilyndricos, oppostos ao lado das folhas, rameos, colorato rubros.

Julos = grossos, cilyndricos, a maior parte tortuozos, obtuzos no apice: a Semente preta, tetragona: o arillo branco: os interstiçios cheios d'huma massa verde transparente: quando estão maduros são de hum sabor agradavel, doce: verdes, insipidos: Comem-se. Tem sua similhança ao fructo das amoreiras brancas, isto hé, no gosto, cheiro, e ainda no feitio a excepção da placenta, que este tem, e o comprimento della. A proporção, que os seos Julos tem para os Julos das outras especies na grossura ha de ser de 4:1. A Situação local destes Julos pela maior parte hé em o lado opposto, mas inferior, aquelle em que nasce a folha.

Qualidades = Fria, e humida.

Uzo = Banha-se com o Cozimento de suas folhas as queimaduras, e sobre as feridas se poem as folhas. Hé o remedio mais efficaz, e instantaneo, que se tem encontrado para moderar as dores, e curar as feridas. O Doutor Pizo assegura: Que o Cozimento das

suas

suas folhas, e raizes hé efficaz remedio contra as dores Colicas; contra as dores dos membros; que compoem o ventre inchado por causa dos flatos; e que desmancha as inchaçoens, ou tumores dos pez provindos de cauza fria: Que estes mesmos saudaveis effeitos se experimentaõ com os seos banhos, e fomentaçoens, que com ella se fazem.

Nota.

O Doutor Pizo segue opiniaõ contraria a minha em a natureza deste vegetal. Eu dice acima, quando descrevi a sua raiz, que ella hé inodora, e insipida. Elle affirma o contrario: diz: Que naõ obstante o fructo ser fatuo, que a raiz, hé saborozissima, e celeberrima. Que transpira hum certo cheiro aromatico: e que hé emulo na côr, cheiro, e sabor da excellencia do Gengivre, espeçialmente, quando hé novo, e que entaõ apenas lhe cede a excellencia: Sendo assim claro está, que hé quente, e naõ fria. A que eu examinei naõ tinha acritude alguma. Poderia ser defeito da planta, ou do meo paladar. Era aromatica. Eu olhei para o effeito de curar as queimaduras: este ponto de vista podia naõ ser seguro; por que a Periparoba, que tambem hé prezentaneo remedio para as queimaduras, ainda naõ deixou de ser conhecida por quente: e tambem hé Piperita. O mesmo Pizo adverte: Que se dá outra especie de Betre, femea que tem os Julos mais finos, pequenos, e pendulos. Ainda o naõ reconheci.

Pizo pag. 88.

Estam:

Estampa 5.ª

Pimenta longa 5.ª

Perparoba.

Raizes – Fibrozas, obliquas, perennes, subdivididas em outras capillares, flexiveis, aromaticas, a tez, ou epiderme branca. Nasce em lugares humidos, e sombrios.

Talos – Suffruticozos, simplices, nodozos, ferulaceos, flexuozos em os internodios, cilyndricos, a epiderme assignalada com linhas tenuissimas: a côr verde.

Ramos – Alguns, nodozos, ascendentes, simplices.

Folhas – Não muitas, caulinas algumas, rameas outras, com pediculos palmares no comprimento, solitarias; com oito veas transversaes: membranaceas: algumas tem a linha transversal maior, que a perpendicular: venozas, ou reticuladas em toda a sua expansão: abroqueladas, cordatas com o apice agudo: a pagina superior verde carregado, a infrior lavado: integerrimas, reclinadas.

Pedunculos.

Pedunculos — Nodozos, cilyndricos, breves, axillares. Pedicellos muitos, cilyndricos, enfeixados. (há pedunculo, que tem em si duzias, e duzias de pedicellos) Sobre cada pedicello se vê hum Sulo cilyndrico menor assim no comprimento, como na grossura, que os até aqui descriptos: erectos. Sementes pretas da grandeza, e figura da Semente da Papoila: nidulantes em circumferencia da placenta. A cor do Sulo hé de verde lavado. Hé aromatico, sem acrimonia.

Qualidades — Quente, e secca.

Faculdades — Nimiamente aperitiva, e desobstruente.

Uzo Medico — Applica-se exteriormente por modo de Cataplasma as suas folhas pizadas sobre as partes afflictas, ou sejão por contuzão, ou por algum tumor, ou nascida: O Succo das suas folhas soccorre efficazmente aos queimados por ser de qualidade fria. O Cozimento da sua raiz bebido aproveita aos que derão quedas, levárão pancadas para descoagular o sangue, e rezolver as apostemas. Tambem pelo celebre principio dos Antigos Botanicos da Signatura está muito em uzo dar-se o Cozimento de suas folhas, e raizes aos que padecem molestias nos peitos, e nos bofes. A expansão venoza, e reticulada das suas folhas, que patenteão toda a ana

anatomaze

anastomaza, e faz parecida as bofes. Tambem se uza em os enemas em lugar das malvas, com quem pensa o Doutor Pizo, que ella comunica em forças Medicas: o que me persuade não ser certo.

Nota.

O Doutor Pizo hé o unico Botanico a meo ver, que tem tratado desta interessante planta Brazilica. Bem póde ser que Lineo trate della com outro nome. Pizo padeceo alguns enganos a seo respeito: 1º em o nome, que, diz elle, lhe dão os Aborigines, e os Portuguezes: 2º em a qualidade: 3º em o uzo Mechanico, ou Economico = Em o nome; por que já mais os Aborigines a denominárão Aguaxima em o seo idioma. A Aguaxima hé hum vegetal toto Cœlo differente: he huma especie das Brazilicas malvas conhecidas por todos: pertence a Classe Monadelphia dos Sexualistas: Menos a nomeão os Portuguezes de Malvaisco; por quanto o Malvaisco do Brazil hé outra especie de Guaxima, que tem a folha alva, e felpuda. Os Aborigines, e Portuguezes a appellidão Periparoba. Entre os ultimos alguns a denominão Caapeba. Este nome lhe não convêm; por que em ella se não vê a propriedade, do que elle significa: Caapeba transferido do idioma Brazilico para o Portuguez, quer dizer, erva rasteira. Não faltão plantas, q occupão este nome, e enchem a sua Significação. A Periparoba hé

hé suffrutice: enaõ planta rasteira. = Enganou-se arespeito da qualidade acre, ou picante, que attribuio aos seos Julos, eas suas raizes, dizendo destas = Subtili, & mordaci acore radicem Jaborandi æmulatur =; edaquelles = Saporis acris instar piperis, quod ex India adfertur. = Porquanto nem araiz, nem os Julos tem acrimonia, ou pico algum: saõ taõ somente aromaticos. = Enganou-se arespeito do uzo Mechanico, ou Economico: porque nem os Europeos, nem os Aborigines nesta parte Austral do Brazil acostumaõ recolher, ferver em agoa os seos Julos, eguarda-los para o uzo. Póde ser, que os Pernambucanos, entre os quaes escreveo Pizo asua Historia Natural, lhe dem esse uzo. O Certo hé que quer na descripsaõ desta planta, quer na descripsaõ das outras Piperitas, assim Pizo, como Marcgrave misturáraõ, econfundiraõ tudo, como notou o Sabio Rajo = = Descriptiones harum plantarum miscent, & confundunt vel Pizo, vel Marcgravius: Cæterum piper caudatum dicitur hæc planta afigura juli caudam muris referente = Dizem-me ser esta planta, assim tambem as outras, comua com-a India. Alguns Botanicos practicos lhe daõ o nome de Tussilago Americana por ter alguma das forças Medicas, que tem a Tussilago Europea. Em nada mais se ajustaõ.

Raj. Lib. 23 pag. 1343

Est-

Estampa 6.ª

Cecropia. Ambaiba.

Classe

Diecia Diandria.

Raizes –

Tronco – Cilyndrico, levissimo, erecto, a Casca exterior, ou Epiderme de côr subcinericia, cheia de Sicatrizes das folhas deciduas, assignalada com aneis lineares de Espaço em espaço: o livro, ou casca interior grossa, dobradiça, que fiada, dá hum excellente fio: o lenho branco, molle, frangivel, de mediocre grossura (naõ excede a grossura ordinaria de huma perna) concavo, concamerato por membranas transversaes: estas camaras, ou interstícios saõ semidigitaes na altura: aquellas membranas saõ furadas no meio: pelo buraco poderá caber hum grão de ervilha. Os nós imediatos ao grêllo contém huma medulla branca, succulenta, e pingue.

Ramos – Poucos, ascendentes, dispostos circularmente, como em coroa, junto a extremidade.

Folhas.

Folhas = Pediculos, cilyndricos, compridos, concavos, nodozos, junctos, ou a extremidade do tronco, ou a dos ramos = Folhas abroquelladas; recortadas com nove, ou dez Lacinias, estas de figura oval mais estreitas para a baze, mais largas para o apice obtuzo: o nervo, que corre segundo a longitude de cada huma das Lacinias, hé colorato rubro na ambaipiranga, na ambaitinga branco: da mesma sorte as veas transversaes: a pagina superior hé de côr verde carregada; a inferior lavado declinando para Subcinericia: as Lacinias para a parte superior tem a razaõ de 4:3 com as que ficaõ para a parte do apice: estas sempre olhaõ para a terra; e aquellas para o Ceo. Saõ asperas ao tacto, e a parte inferior tomentozas: tem alguma similhança com as folhas da Figueira domestica. Alguns a denominaõ Figueira do matto: e naõ faltou entre Botanicos quem a denominasse Figueira de Surinam = Ficus Surinamensis = Temos muitas outras arvores, que com melhor direito occupariaõ esse nome. Tem ultimamente as fimbrias das suas Lacinias orladas com hum cairel subcinericio.

Calix = Espatula, ou escama ovada, aguda, rumpente, caduca, continente = colorato rubro na Ambaipiranga.

Corolla = Nenhuma.

Julos = Muitos, cilyndricos, enfeixados do comprimento de 5.

de 5 até 6 dedos: de grossura uncial: os terminaes, isto hé os que se produzem nos grelos, imbricados, isto hé com duas até quatro escamas, ou espatulas: os axillares com huma unicamente: quer os terminaes, quer os axillares sempre vem sobre dous pedunculos iguaes no comprimento, e grossura, com maior largura na baze, em que elles se sentaõ; poiz naõ tem pedicellos como a Boripa-roba: cada pedunculo tem cinco Julos. Saõ brancos no exterior com muitos pontos vermelhos. O interior hé cheio de huma massa verde quando novos, quando maduros de huns viziveis floculos a semelhança de algodaõ. Sementes pretas, planas, minimas nidulantes. A Ambaipiranga naõ tem Julos terminaes, só tem os axillares.

Esta arvore em pouco tempo cresce muito: o seo grello hé desta sorte: no apice do tronco, e dos ramos continuadamente tem huma escama, ou espatula (eu melhor dicera involucro) de figura turbinada, ou conica, se bem que com alguma compressaõ nos quatro lados, que a faz ser tetragona. (na Ambaitinga este involucro hé triphyllo) Dentro da escama, ou espatula encerra huma folha plicada, novo grelo dentro de outra escama; e dous pedunculos que sustentaõ duas outras espatulas, dentro das quaes estaõ os Julos. (Na Ambaipiranga os involucros terminaes só contem a folha plicada) Aberto o novo grelo imbricado se torna a ver estas mesmas especies, mas (o que hé claro) em ponto mais pequeno. Assim se pode repetir até 4.ª ou 5.ª vez, que os olhos já naõ as distinguaõ pela pequenhez. A implicaçaõ da folha imbricada hé

do theor

do theor seguinte: Em cada Lacinia huma margem se dobra contra a outra sua opposta, ao depois cada Lacinia se deita sobre, a que lhe fica vizinha, e com huá pequena gibba inferior abaze para a parte do pediculo fica toda a Folha dobrada. Tem similhanças de hum Leque feixado.

Qualidades Segundas. Adstringente, refrigerante, Balsamica.

Uzo Medico. 1.º Uza-se do Succo dos seos grelos em as feridas novas, e velhas: 2.º do Succo das folhas tenras, renovos, e casca nova para moderar temperar as partes affectas: 3.º do Succo misturado com polvilhos de Mandioca para fazer parar os despenhos do Ventre: 4.º da sua cataplasma sobre o embigo para reprimir os mezes nimiamente fluentes ao Sexo Feminino; e tambem o virulento profluvio do Sexo masculino. Este ultimo effeito tem por testemunha ao Doutor Pizo: 5.º postos por modo de Cataplasma os seos grelos contundidos sobre qual quer rendidura do corpo humano a solda. Nesta planta se vê o principio da Signatura em a qualidade Balsamica pela côr de Sangue lavado que tem as folhas novas da Ambaipiranga. O Doutor Pizo assevera: Que esta arvore he digna de que se examinem suas Medicas forças para proveito da Sociedade.

Pizo 72.

Uzo

Uzo Economico. 1.º Com o lenho desta arvore, e expecialmente com a sua raiz, he que os Aborigines por meio da fricação de outro lenho e moto circular extrahião fogo sem pederneira, ou aço: 2.º Delle construião por ser occo os seos tamboriz: e ainda algumas baixellas. 3.º O seo livro, ou casca interna dá hum fio forte, que rezisto a agua salgada: e delle se fabricão na marinha da Prefectura de S. Vicente (hoje Capitania de S. Paulo) onde a há com muita abundancia os Copios das redes. 4.º As follas, a casca dos renovos dão huma Lixa excellente aos Artemanos para polirem as obras de Chifre &c. 5.º Administra o sustento ordinario ao Animal Brazilico chamado Preguiça. 6.º As suas Cavidades concameratas são habitadas de huma especie de formigas ruivas, e malignas.

Nota

M. Lineu colloca a esta arvore em a Classe de Diecia Diandria: diz, Que tem dous filamentos capillares, brevissimos, sahidos por dous buracos das Escamas, ou Espatulas: Que tem duas antheras compridas, e tetragonas. Linguagem simillhante a esta relativa ao Sexo Feminino profere da Diecia, que lhe pertence. Tenho a este assumpto sido Autopta cegó. Nada nellas encontrei, que me podesse obrigar a entrar nos Senti=

nos Sentimentos de Sexualista. Segui a distincaõ accidental dos Aborigines em vermelha (Ambaipiranga), e branca (Ambaitinga). Estes nomes andaõ confundidos em os dous Naturalistas Paranambucanos. Os annos, (se forem alguns n'da minha applicaçaõ) me faraõ mais illuminado, e advertido.

Nota.

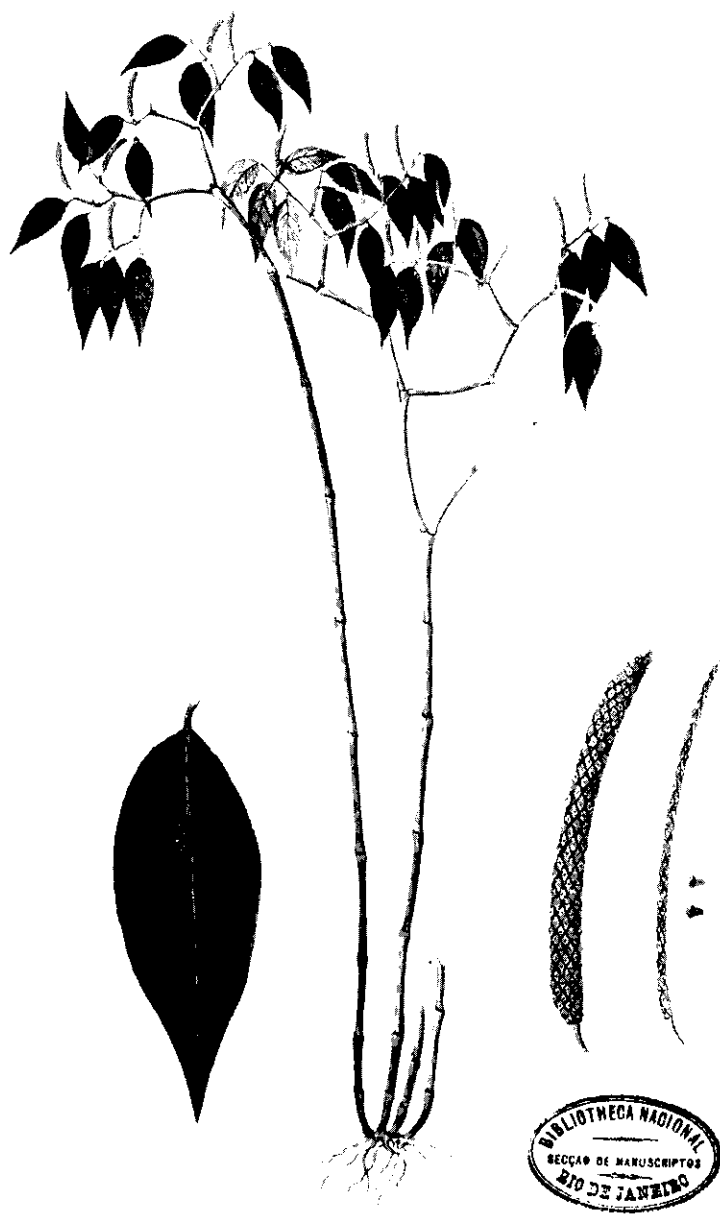
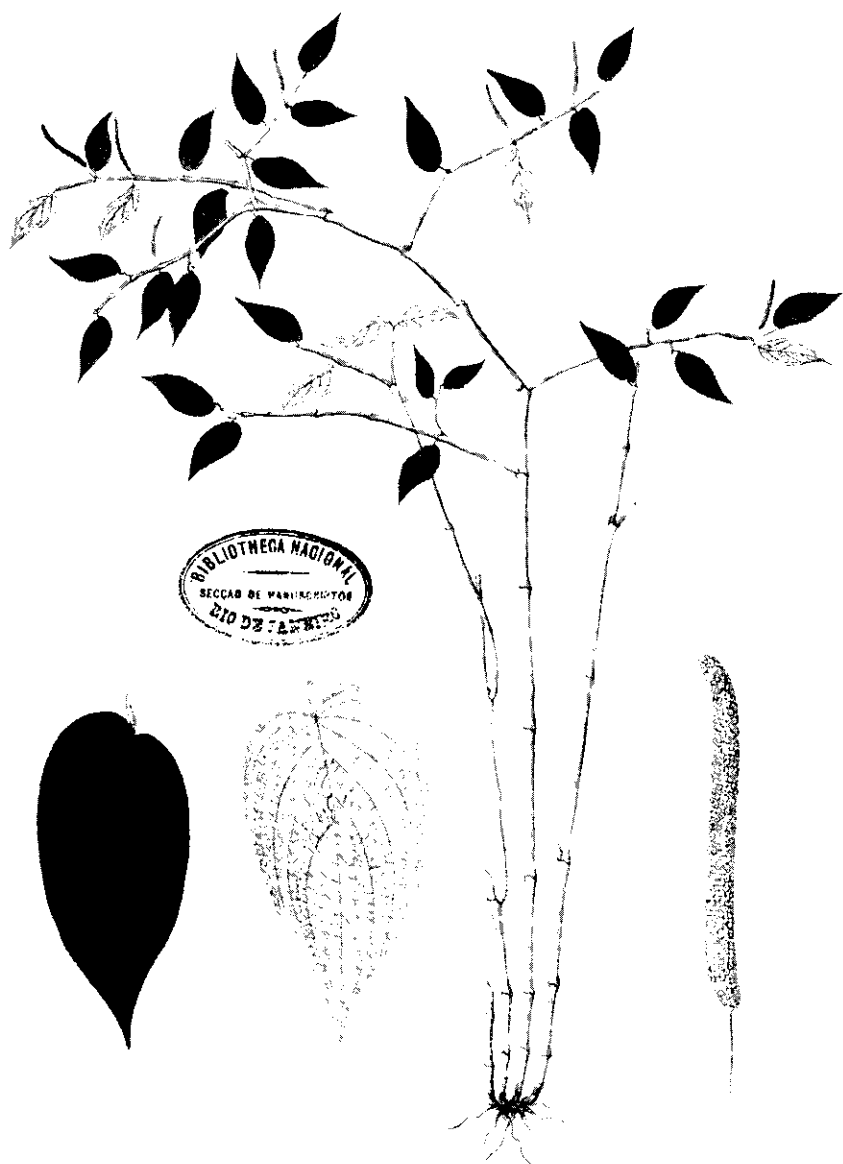
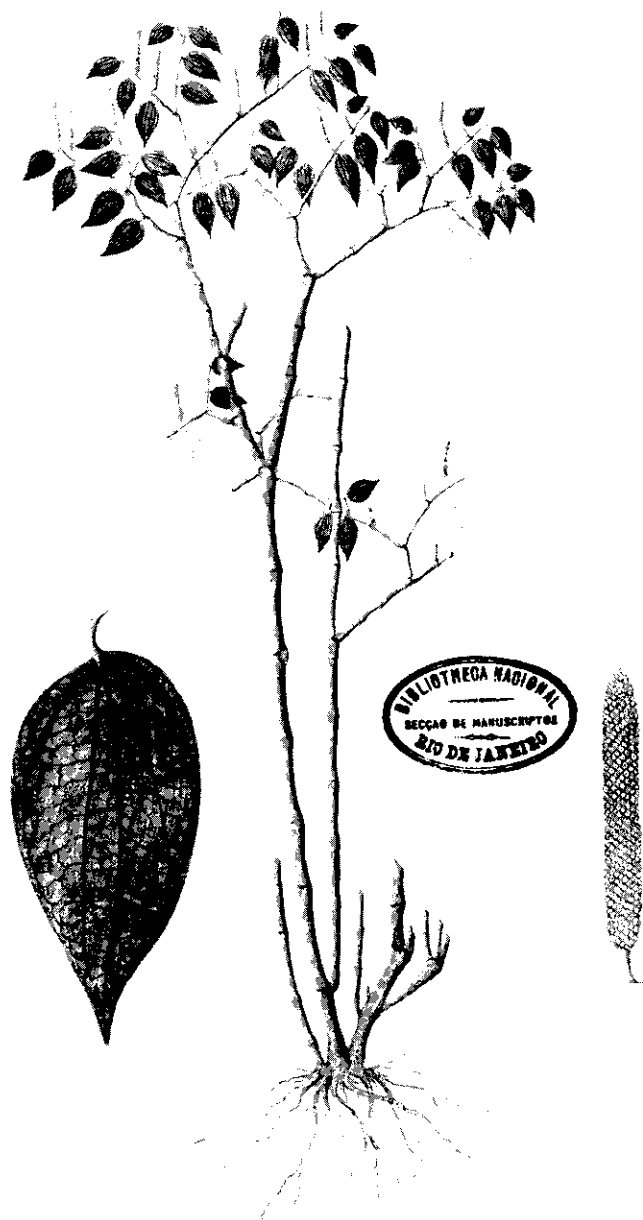
Mr. Lineu diz: Que húa, e outra Cecropia, isto hé, que quer a masculina, quer a feminina produzem Julos com a differença que a feminina só produz 4; e que a masculina produz 5. A veneraçaõ a este Principe dos Naturalistas, e as minhas curtas, e grosseiras observaçoens menaõ permittem dizer, que padeço algum engano: ainda quando naõ distingo os Sexos relative, aos quaes falla elle. Naõ terá a mesma fortuna o Doutor Marcgrave: porque direi, que se enganou, quando affirmou, que a Ambaitinga era esteril, e que naõ produzia Julos: (Elle fallava da Ambaipiranga) produz sinco mais delgados, e breves.

Synonimos.

Cecropia = Coilotopalus = Ficus Surinamensis = = Yaruma =

Authores.

D. Loefling. Itin. 272 = Brown Hist. nat. Jam. 111 = Plukenet. Almag. Botan. 146 = Sloan. Hist. plant. Jam. 45 = Euzeb. Nieremb. Nat. 330 = (omnes apud Lin.) M. Lin. Gen. plant. 514 = Spec. plant. 1449 = Syst. nat. 647 = Raj. Hist. plant. 1373 = Pizo Hist. nat. do Braz. Marcgrav Hist. nat. do Braz. &c.

Est. 1.ª

Est. 2ª

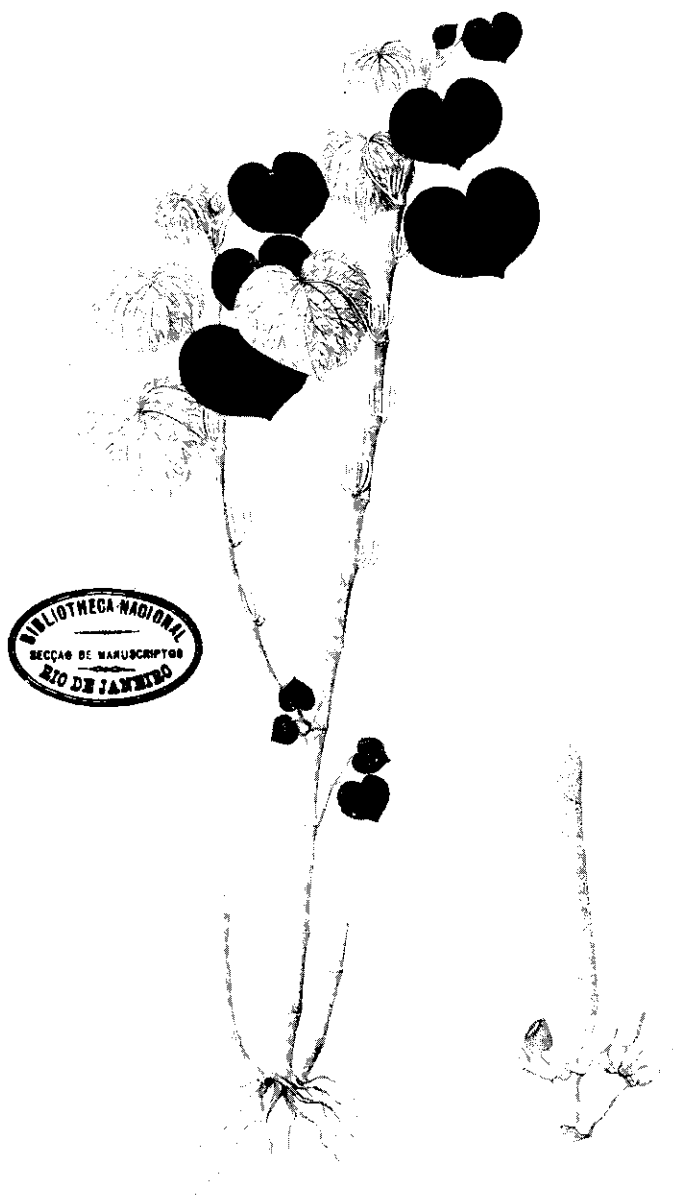
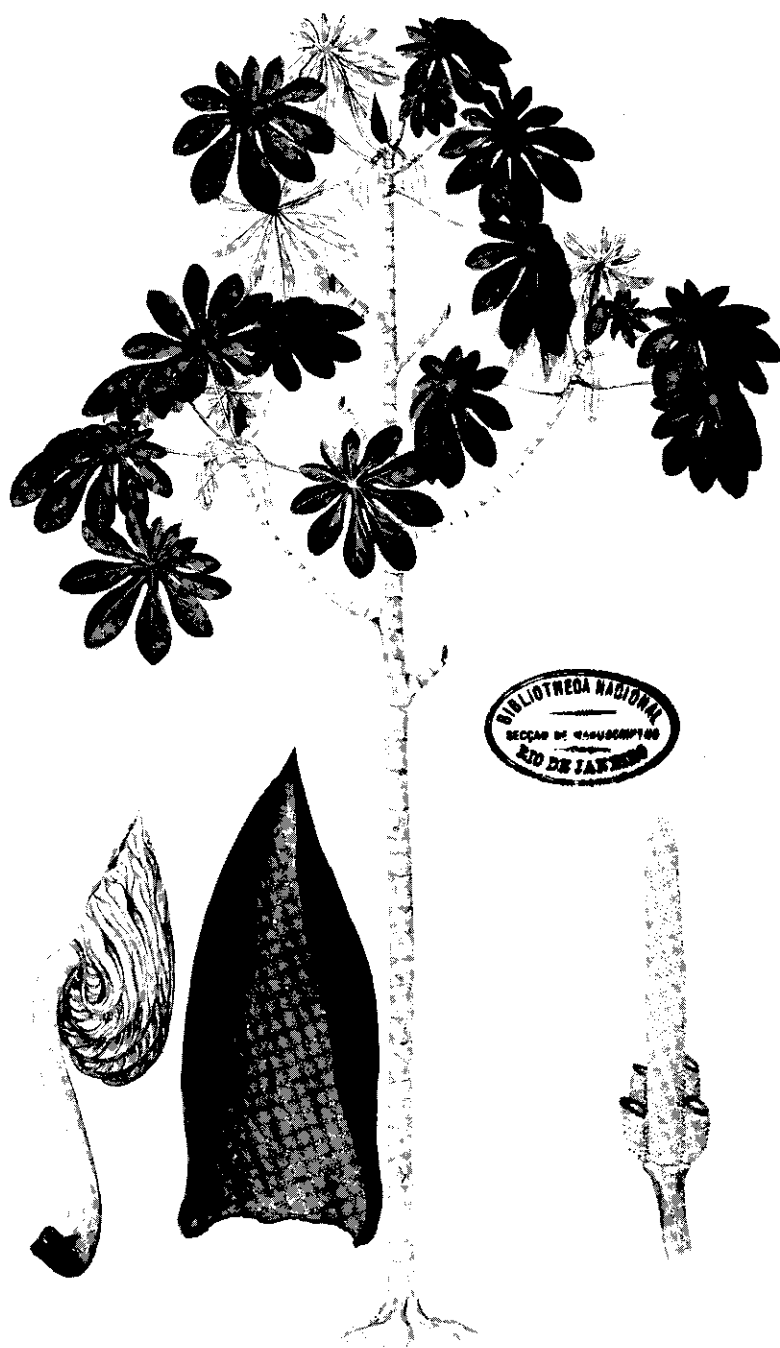
Est. 3ª

Est. 4ª

Est. 5.ª

BIBLIOTHECA NACIONAL
SECÇÃO DE MANUSCRIPTOS
RIO DE JANEIRO

Est. 6.ª

Est. 6ª

O VISCONDE DE SEPETIBA, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1840-1843)

DUAS MEMÓRIAS

EXPLICAÇÃO

As duas memórias de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho que aqui se publicam pertencem ao arquivo do historiador Tobias Monteiro, incorporado por disposição testamentária ao acervo da Biblioteca Nacional. Recolhidas por Francisco Leitão de Almeida, cunhado do futuro Visconde de Sepetiba, acompanhavam-se de documentos que ou se estragaram com o tempo ou se perderam das peças centrais. A esses documentos faz referência Aureliano tanto numa quanto noutra memória. São ambas autógrafas, apresentando a particularidade de o memorialista abandonar, às vezes, a primeira pessoa verbal, passando então a objeto do discurso, o que ocorre nas passagens laudatórias ou de valorização dos serviços prestados pelo tão combatido político.

A primeira memória está centrada na defesa que faz Aureliano de sua atuação como Ministro dos Negócios Estrangeiros (1840-43), em face da interpretação do artigo 28 do tratado comercial celebrado entre o Brasil e a Inglaterra em 5 de novembro de 1827: pretendia o governo inglês que a denúncia para caducidade do tratado, sobre a qual deveriam ainda transcorrer dois anos, se desse a partir do vencimento (1842); o governo brasileiro, ao contrário, sustentava que a denúncia se devia dar dois anos antes, para que coincidissem a dilação e o prazo contratual. Grande parte da memória é tomada pela transcrição do discurso proferido no Senado por Aureliano, em que se inserem documentos reservados a fim de esclarecer e justificar o comportamento do governo brasileiro na questão.

A segunda memória desenvolve o tema do litígio fronteiriço com a Guiana Inglesa, ou seja, o domínio da área do Pirara, já militarmente ocupada pelo Brasil e até a qual sustentava a administração inglesa estenderem-se os limites guianenses. Aduzem-se, para ilustração da defesa de Aureliano, alguns documentos que pela primeira vez se exibiam, já que eram confidenciais. A correspondência confidencial trocada entre o ministro e o representante de S.M. Britânica — embora apenas glosada — é o cerne da memória. Somente nos primeiros anos deste século é que tal documentação seria de novo utilizada, como o foi por Joaquim Nabuco ao defender perante o rei da Itália a posição do Brasil no arrastado litígio com a Inglaterra.

Segundo se depreende das memórias, Aureliano tencionava abordar diversos tópicos: nas relações com a Inglaterra, o tratado comercial, os limites com a Guiana e o tráfico de africanos; com a França, também o problema de limites ao norte do Oiapoque. Outro grupo seria: ajustes de contas com Portugal, questões referentes ao Estado Oriental e à Confederação Argentina e comércio e navegação no Paraguai. Salvo os dois primeiros tópicos, nenhum outro chegou a ser desenvolvido, ou, se o foi, perdeu-se no tempo.

MEMÓRIAS DE MEU DIGNO CUNHADO E ESPECIALÍSSIMO AMIGO O FINADO VISCONDE DE SEPETIBA

Leitão [1]

N. B. Estas memórias são apenas uma pequena parte das que este grande Servidor do Estado pretendia escrever e publicar, como ele me disse muitas vezes, pois que deviam abranger toda a sua vida pública até o momento em que ele deixou a Presidência da Província do Rio de Janeiro [2]. Pena foi que a inexorável foice da morte roubando-o tão cedo à sua família, aos seus inúmeros amigos e ao País, privasse a todos de documento tão importante, qual devia[m] ser as memórias de um brasileiro que, tendo ocupado os mais elevados cargos do Estado em circunstâncias muito difíceis, prestou os mais benéficos serviços aos seus concidadãos, como o atestam o impulso dado por ele à navegação por vapor neste Império, a criação do Monte Pio dos Empregados Públicos, a fundação da Casa de Correção, a criação das Companhias dos Ônibus e do Monte de Socorro, e muitas obras da maior utilidade na referida Província do Rio de Janeiro. É sem dúvida para lamentar tão grande perda. Cumpre-me declarar aqui em primeiro lugar, que, tendo eu achado as folhas destas memórias espalhadas por entre os documentos a que elas se referem, julguei do meu rigoroso dever, como bom brasileiro, como amigo sem limites do seu autor, e como aquele finalmente a quem ele honrou com a sua confiança, nomeando-o seu Inventariante e Testamenteiro, e Tutor de todos os seus filhos menores, coordená-las pela forma em que se acham, a fim de que possam elas para o futuro ser publicadas por algum de seus descendentes, já que as minhas circunstâncias pecuniárias me não têm permitido fazê-lo; e em segundo lugar, que alguns dos referidos documentos foram, infelizmente, destruídos pelo cupim, apesar de bem acondicionados e do meu muito cuidado na conservação de tão preciosos papéis, achando-se o resto em meu poder guardados [*sic*] em uma pasta.

MINHAS MEMÓRIAS

Motivo por que as escrevo

Sempre me tem dominado o pensamento de ser útil ao meu País: na passagem rápida por este mundo entendo que é dever de todo o homem fazer algũa coisa de bom à humanidade em geral, ou ao menos aos homens que nasceram na mesma terra que nós, ou que nela vivem conosco. É ainda este pensamento que me induz, e excita a escrever estas memórias. Registando nelas alguns atos meus, que considero serviços prestados ao País, e defendendo-me de acusações que me tem sido feitas por inimigos [3], não sou levado somente pela vaidade, ou pelo desejo, aliás natural, e justo, que tem todo o homem de apresentar-se a seus concidadãos tal qual ele é, e não tal qual querem que ele seja, é também meu intento deixar aqui a meus filhos um quadro resumido do meu modo de pensar, e dos serviços, que busquei fazer à nossa Pátria. Se todo o pai tem obrigação de dar bons conselhos a seus filhos; e de excitá-los a fazer o bem, e se é inegável que o exemplo é o mais poderoso excitamento, creio que fará ainda um serviço ao seu País o homem que tendo feito alguns, os referir a seus filhos, dizendo-lhes: "eis meus desejos, meus esforços a bem de nossa Pátria, prossegui na mesma senda, imitai-me, excedei-me nesses esforços, fazei todo o bem possível, nem esmoreçais com os contratempos, e contrariedades dos homens. Se o bem que fizerdes for tão pouco como o que eu pude apenas fazer, ainda assim o País ganhará com a soma desses bens parciais". As ações dos pais são ordinariamente espelhos, onde os filhos se revêem, e a mocidade, que em geral se entusiasma quando lê na história feitos de valia, sentindo o desejo de imitá-los, insisto mais, exalta e experimenta esse desejo, se os feitos são de seus antepassados. Quisera poder tê-los dessa ordem, porém na falta deles julgo útil ao meu intento referir coordenados esses poucos, e mesquinhos, que considero esforços feitos a bem da causa pública. Além da educação, que hei buscado dar a meus filhos, não posso deixar-lhes outro legado senão a memória de meus pensamentos, e atos como homem público, pensamentos, e atos que o espírito de partido, a inveja, ou o que quer que seja, tanto tem procurado inverter, e denegrir, apresentando-me a meus concidadãos com um caráter, e intenções bem diferentes do que na realidade tenho tido. Acresce a estes motivos ainda outro. Sempre tenho pensado que seria um serviço feito à história futura do nosso País, se todos os homens que mais, ou menos se tem achado na Administração dele, escrevessem suas memórias, onde consignassem os do cumprimento e fatos passados durante sua gestão dos negócios públicos, seriam outros tantos ma-

teriais com que eles concorreriam para um edifício tão custoso qual é a História, quando esses fatos, e documentos são deixados avulsos, e não coordenados, e quando deles se lança mão depois de muitos anos, não existindo já quem os possa contestar: a publicação dessas memórias em vida de seus autores pode trazer ũa reputação, e defesa das quais ressalte a verdade, que o historiador apanhe para referir com mais exatidão, e imparcialidade os fatos históricos, as épocas em que tiveram lugar, e as circunstâncias que os acompanharam. *Le jour où l'homme a raconté sa vie à l'homme, l'histoire est née,* diz Alfred de Vigny.

PRO-MEMÓRIA [I]

O Senhor Aureliano, e os Tratados com a Inglaterra
ou
O Senhor Aureliano, e a política externa não sábia, e ilustrada

> Ficarmos bem reputados depois da morte, é um dos prazeres que pode ter o homem vivo: é este o único bem, que não está sujeito às leis da morte.
>
> BOSSUET, *Discurso sobre a História Universal,* tom. 2.º, pág. 181.

> ... o juízo quero
> De quem com juízo, e sem paixão me leia.
> FERREIRA

O Governo do Brasil tem sido acusado, por Nacionais e Estrangeiros, de proteger o comércio ilícito de africanos, e de infringir os respectivos Tratados.

O ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Senhor *Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho*[4], com mais particularidade, foi acusado pela Imprensa: 1.º de estar fazendo um tratado de comércio com a Inglaterra; de estar mesmo vendido aos interesses desta Potência: 2.º de haver sacrificado a honra, a dignidade, e os interesses do País: 3.º de ser indolente, descuidado, e até inepto, em tratar os negócios da Repartição, de que o havia encarregado a confiança da Coroa.

Duas Comissões, ũa da Câmara dos Deputados, outra do Senado, das quais eram membros dois distintos brasileiros, que fazem hoje parte da Administração, que sucedeu à de 23 de março[5], na resposta ao Discurso do Trono, que passou em ambas as Câmaras, formularam, quase pelas mesmas palavras, um tópico, que um dos ditos membros declarou ser ũa censura, que a Comissão da Câmara eletiva quisera fazer à Repartição dos Negócios Estrangeiros: o outro membro, sendo interpelado no Senado para explicar as intenções da Comissão no emprego da frase usada no dito tópico, nada quis declarar.

A frase importava o seguinte: "nas relações exteriores o Gabinete não é dirigido por ũa política sábia, e ilustrada".

Acusações tão graves, quer sejam as que afetam o Governo em geral, quer as que têm o cunho de especialidade contra o ex-Ministro, que parece não havia perdido a confiança da Coroa, pois que esta lhe negou a demissão quan-

do ele a pediu, e só lha concedeu a instâncias, dando-a então também a todo o Gabinete, deviam necessariamente induzir a homens amigos do País, e da Justiça, a indagar os fatos, a esmerilhar documentos, por onde pudessem vir no conhecimento da verdade. O País interessa em saber, se com efeito o Governo do Brasil tem infringido os compromissos solenes, a que está ligado: o País interessa[-se] em saber, se um Ministro da Coroa, que merecia a sua confiança, que acabava de ser nomeado Senador do Império [6], sacrificava a honra, a dignidade, e os interesses da sua Pátria; se era com efeito indolente, e inepto na gestão dos negócios confiados ao seu cuidado: o País precisa ser informado se a política externa do Gabinete de 23 de março, ou (se assim se quer) do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, não era na verdade sábia, e ilustrada; e quais os pontos de variação, que tem seguido o Gabinete, que lhe sucedeu.

Profundamente convencidos de que as repetidas mudanças de Administrações são ũa grande causa dos males, que afligem o nascente Império, e retardam a sua prosperidade, procuraremos também, no interesse do País, e na 2.ª parte desta Memória [7], indagar quais as verdadeiras causas, que motivaram a retirada do Gabinete de Julho [8], e quais as que ocasionaram a queda do de 23 de março; se a oposição feita a esta Administração, que acabava de salvar de medonha crise o Trono, e as instituições, foi preparada pela Imprensa, por um pequeno círculo, somente contra o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou contra todo o Gabinete: no 1.º caso qual a razão e fundamento dela, e em ambos quais as vistas, que a dirigiram, se de interesse público; ou particular: a Nação o avaliará em presença dos fatos, e documentos, e porá então, com pleno conhecimento de causa, nos seus verdadeiros lugares, os homens que entre nós se têm achado na cena política ([a]).

Com os fatos, e importantes documentos, que procuramos, e pudemos obter, pretendemos mostrar, nesta 1.ª parte de nossa Memória: 1.º que o Governo do Brasil tem sido injustamente acusado de proteger o tráfico ilícito de Africanos, e de infringir os respectivos Tratados: que pelo contrário é ele especialmente durante o Ministério do senhor Aureliano, quem mais tem propugnado, com louvável moderação, para que tais Tratados se não infrinjam, como de fato têm sido infringidos, por alguns Agentes da Grã-Bretanha, com escandaloso abuso dos direitos os mais sagrados da Nação Brasileira, e em desvio, e prejuízo da causa abraçada pelos dois Governos: 2.º que o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Senhor *Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho,* nas circunstâncias difíceis, em que se achou, em um terreno semeado, não por ele, de espinhos, fez mais, incontestavelmente muito mais do que seus Antecessores, o que seja dito sem intenção de os ofender ([b]): encarou com profundeza os negócios da sua Repartição, e dedicou-se a eles com o zelo, patriotismo, e ilustração, que ressaltam dos variados documentos que publicamos, e dos muitos, que não podemos ainda dar à luz, porque sua publicidade traria inconvenientes à causa pública; zelo, patriotismo, e ilustração nunca desmentidos no distinto brasileiro [9], que outrora quando Ministro do Império [10] foi o primeiro a dar impulso à navegação por vapor no nosso País (vide os

---

(a) Esta memória é dividida em duas partes: *na 1.ª trataremos de fatos, e documentos relativos à política externa; na 2.ª que sairá oportunamente,* apresentaremos fatos, e documentos sobre os negócios do Rio Grande do Sul.

(b) Leiam-se todos os documentos, que publicamos, porém com mais especialidade os de N.º ...... [*lacuna*]

Diários do Governo dessa época); foi o primeiro a criar o político, e filantrópico Estabelecimento do Monte-Pio dos Empregados Públicos, e a fundar uma Casa de Correção, não obstante os insultos e calúnias, de que então foi vítima; foi o primeiro a fazer recolher aos cofres públicos não pequenas somas (quarenta e tantos contos de réis) de prêmios de loterias não reclamados que andavam por mão dos Tesoureiros: que fora do Ministério criou, montou, e pôs em regular andamento as úteis companhias dos *ônibus* e do *Monte do Socorro;* que com esta deu impulso à criação de um Banco, e que tem promovido outros melhoramentos tendentes à consolidação da ordem pública, da Monarquia Representativa, das Instituições do País: que agora mesmo nesse último Ministério promoveu com o maior afinco a introdução de braços industriosos para o Império, primeira necessidade dele, segundo nosso entender; fez entrar para os cofres Públicos, (não sem ser preciso vencer grandes resistências, como consta dos documentos que publicamos) a quantia de *oitenta e três contos* de réis, que deles sairiam infalivelmente, se não fora a vigilância, e a tenacidade do ex-Ministro em zelar, e propugnar pelos interesses da Nação. Os Documentos aí estão, que comprovam; eles falam mais alto do que todos os detratores do ex-Ministro; o qual se, não obstante, tem o infortúnio de *não merecer as simpatias do País oficial* [c], terá sem dúvida a fortuna de conservar o apreço, e a estima do País *não oficial,* e até mesmo a de ilustres estrangeiros, que com ela o têm honrado, e continuam a honrá-lo, apesar de que, segundo se verá de toda a correspondência do ex-Ministro, não foram os interesses estrangeiros que ele advogou, como se tem querido inculcar, denominando-o por *irrisão* Ministro dos estrangeiros! Depois da leitura refletida de todos esses documentos, nós perguntaremos: Que serviço fizeram ao País os que *promoveram,* e os que *coadjuvaram,* a retirada do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, dando ocasião à de todo o Gabinete de 23 de março? Que serviços fazem os que assim concorrem para a instabilidade perpétua das nossas coisas, e dão ao País uma idéia mesquinha, e desanimadora ao estrangeiro? Que serviço fazem ao País, e ao Soberano os que apoderando-se da imprensa limitada na capital a um pequeno círculo desvairam, para chegar a seus fins, a verdadeira opinião pública; enxovalham, e caluniam os melhores servidores do Estado; apóiam, e endeusam o crime, e a imoralidade; baralham enfim, e confundem todas as idéias, do justo, e do injusto, do conveniente, e do inconveniente!

Dando publicidade a muitos desses documentos nós prevemos a censura, que vamos sofrer, por divulgar correspondências de ũa Secretaria de Estado, que por muitas considerações não costuma publicar seus atos; mas além de que não somos Governo os que publicamos esta Memória com documentos, que pudemos alcançar não diremos como, e além de que nada publicamos, que possa comprometer a causa pública, respondemos de antemão, que o Governo inglês tem mandado publicar em Londres, sem o consentimento do brasileiro, correspondências deste com os seus Agentes, o que nos dá a nós, simples particulares, o direito de imitá-lo; sobretudo quando se trata de defender a honra do Governo do Brasil, e de um de seus membros caluniosamente acusado de sacrificar os interesses, e a dignidade do seu País, e de não seguir nas relações exteriores ũa política sábia, e ilustrada.

(c) Assim escrevia *O Brasil,* Jornal Ministerial, no momento de se abrirem as Câmaras Legislativas na presente sessão.

A política externa de um Gabinete, de um Ministro dos Negócios Estrangeiros, não pode ser avaliada isoladamente por um, ou outro de seus atos, desacompanhado das circunstâncias, que o precederam, que o motivaram, ou que o tornaram necessário para evitar males, que nem todos podem bem conhecer, ou prever. Demais quando a imprensa, e a Tribuna nos Governos Representativos estão dando rebate dos fatos alterando-os, e desfigurando-os, muitas vezes em prejuízos da causa pública, e da dignidade dos Governos, o que obriga aos Membros do Governo respectivo, e aos seus amigos, a pô-las na sua verdadeira luz, nenhum inconveniente encontramos em que a mesma Imprensa, logo que o pode fazer, os ponha em evidência. Sendo os princípios eternos de Justiça os que devem reger o Mundo civilizado de hoje, a causa da Justiça, e da civilização não perderá certamente com a publicação da verdade. Acresce ainda que no Brasil tem-se induzido em erro a Nação, fazendo-se acreditar que a Secretaria dos Negócios Estrangeiros é de nenhũa importância, que o respectivo Ministro nada tem a fazer, que as legações aqui, e ali são inúteis etc., cerceando-se por conseqüência ao Governo os meios indispensáveis para velar na guarda do seu território, na manutenção dos seus direitos, da sua honra, e dignidade, e para promover de todos os pontos, como muito convém, o comércio, a emigração, a indústria, fontes de riquezas para um País todo novo, mas onerado de ũa enorme dívida, que será paga tanto mais prontamente, quanto mais forem promovidos, e animados esses meios de prosperidade pública.

Quiséramos poder publicar todos os trabalhos, ordens, e instruções do ex-Ministro, que provariam toda a importância dessa Repartição, e o trabalho insano de um Ministro, que convencido dessa importância, ardendo em zelo pelo serviço do seu País, e do Soberano, em vez de passar as noites nos bailes, e companhias, ou de ocupar-se com a intriga do momento, passava-as no seu Gabinete, empregava-as na defesa da honra, da dignidade, e dos verdadeiros interesses da sua Pátria, talvez na mesma ocasião em que algum foliculário insuflado rabiscava insultos, com que tinha de mimoseá-lo pela imprensa no dia seguinte; mas a publicidade de tais, e tantos documentos, além de afastarnos do objeto principal desta Memória, torná-la-ia demasiadamente volumosa: os poucos, que publicamos, dão ũa idéia da Repartição, e do Ministro, que a dirigiu; o qual não possui, é verdade, o insigne dom de falador nas Câmaras, mas julgamos poder assegurar, que possui zelo, patriotismo, e suficiente dose de ilustração para dar conta dos negócios, de que ousa encarregar-se.

Para marcharmos com ordem, especializaremos os pontos de acusação, e chamaremos acerca de cada um deles a atenção do leitor sobre os documentos, que os destroem.

1.ª. Dissemos, que Nacionais e Estrangeiros têm acusado o Governo do Brasil de proteger o comércio ilícito de Africanos, e de infringir os respectivos Tratados. Não admiraria, que estrangeiros, que Agentes da Inglaterra, excessivamente preocupados com a sua missão, o fizessem: maravilha porém que o tenham feito, no próprio Parlamento Brasileiro, homens, que deveram estar ao fato de muitas circunstâncias, que acompanham um tal negócio; e que por seu caráter deveram primeiro que tudo ser justos para com o Governo do seu País, não lhe fazendo ũa carga, que tão graciosamente lhe fazem os estranhos interessados em fazê-la.

A essa acusação respondemos com a série de documentos, que fazem parte desta Memória, e nominadamente com os de N.º... [*lacuna*]

Eles reivindicam a honra do Governo Brasileiro nesta parte.

2.ª. Conforme os jornais do dia o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, o *Senhor Aureliano,* estava fazendo um Tratado de comércio com a Inglaterra: o Embaixador Britânico havia trazido tantas mil libras esterlinas: o Ministro *estava vendido aos interesses daquela Potência.* Um Jornal Ministerial (*O Brasil*) asseverou, que o Ministro havia incumbido a um Senador a redação do Tratado, e que um outro Ministro sabendo-o pedira ao dito Senador, que o não fizesse: no seguinte número acrescentou, que o Senador era o Senhor *Visconde de São Leopoldo* [11], e que o Ministro embaraçador era o Senhor *Paulino Joze Soares de Souza* [12]. Eis o fato: o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Senhor Aureliano, que durante sua administração foi incansável em mandar vir de Lisboa, da Espanha, da Holanda, e de outros pontos, memórias, mapas, e documentos importantes relativos aos limites do Império, e a outras questões, que pela sua Repartição se ventilavam, com os quais muito enriqueceu o Arquivo da Secretaria, procurou saber, nas proximidades da chegada do Embaixador Britânico (que era público vinha fazer proposições de um Tratado) qual a história das conferências havidas entre os Plenipotenciários, que assinaram o Tratado atual de comércio com a Grã-Bretanha (um Ministro dos Negócios Estrangeiros não a devia ignorar) ; e nada, ou muito pouco, encontrando na Secretaria a tal respeito foi informado de que o Senhor Visconde de São Leopoldo (o único Plenipotenciário desse Tratado, que ainda vive) possuía a história dessas conferências, e alguns documentos importantes relativos ao objeto: então o ex-Ministro os pediu ao Senhor Visconde motivando assim o seu pedido: "não existindo nesta Secretaria de Estado a história das conferências etc., e constando-me que Vossa Excelência a possui como Plenipotenciário, que foi etc.". Tal era porém o desejo de tornar odioso o ex-Ministro para se poder inculcar que *não merecia as simpatias do País Oficial,* e tais eram os manejos de um plano só desconhecido a quem tinha os olhos inteiramente vendados, que neste fato, aliás filho de zelo, e interesse pela causa pública, se quis enxergar "redação de um Tratado"! como se fora possível que o ex-Ministro, que tantas vezes havia declarado em Conselho perante o Soberano *"que ele não faria novo Tratado de comércio"* estivesse mandando redigir um sem acordo do Gabinete! Consta-nos que o Senhor Aureliano, lendo em conselho de Ministros aquele Jornal, e a resposta do Nobre Visconde de São Leopoldo, dissera que podia, dando-lhe publicidade, desmentir a asserção do jornalista, mas que julgava de sua dignidade não ser ele quem o fizesse: a asserção não foi desmentida ([d]).

Os documentos números... [*lacuna*] provam exuberantemente se com efeito o ex-Ministro estava fazendo um tratado de comércio com a Grã-Bretanha, e o fundamento com que um Deputado, o *Senhor Urbano* [13], fazia votos ao céu para que o sucessor do Senhor Aureliano não fizesse o Tratado, que *este pretendia fazer!* e a série de documentos que publicamos, provam como é que o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros estava vendido aos interesses da Grã-Bretanha! Em verdade, se para todo o homem honesto devem ser dolorosas

---

(d) Parece todavia que o devera ser por aquele Ministro chamado por um Jornal Ministerial como testemunha de um fato calunioso a um membro da administração, fato aliás muito importante pelo que estavam escrevendo os jornais do dia.

semelhantes acusações, quanto não o terão sido para um Ministro, que devera ter consciência do que havia feito e estava fazendo, nos interesses, e só nos interesses de seus concidadãos (Vide os documentos n.os... [*lacuna*])

Mas que importa isso aos que semelhantes aos sicários assassinam a reputação alheia!

O que porém é notável neste negócio, foi o como se converteu em amável tolerância o horror hidrofóbico, que algumas pessoas mostravam à palavra *Tratado!* Quinze dias depois da retirada do Senhor Aureliano, o Senhor Carneiro Leão [14] encetou negociações de Tratado com o Embaixador Britânico, e já então os *Tratados podiam ser vantajosos.*

Concebemos que a habilidade do novo Ministro poderia inspirar a confiança, que não inspirava a inabilidade de seu antecessor; mas obrava este porventura sem o acordo, o consenso de todo o Gabinete? Faria ele um tratado de comércio sem que todos os seus artigos fossem discutidos no Conselho de Estado, e onde se achava esse seu Antecessor?

3.ª e 4.ª acusação. Não só conforme os jornais do dia, porém segundo os discursos de alguns Representantes da Nação na Câmara eletiva, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, *sacrificou a honra, os interesses, e a dignidade do País;* foi *indolente, descuidado,* e *inepto* em tratar os negócios da sua Repartição. Examinemos.

Aparentemente deram pretexto a estas declamações, com que se buscava desconceituar o Ministro, a resolução tomada pelo *Gabinete de 23 de março,* de protestar contra a inteligência dada pelo Governo Britânico ao Artigo 28 do Tratado de 5 de novembro de 1827 [15], e de prevenir as Estações competentes de que ele continuaria enquanto os dois Governos não chegavam a um acordo sobre o verdadeiro tempo da sua terminação.

Foi esse em falta de melhor, o grande cavalo de batalha, com que se buscou guerrear, não o Gabinete de março, mas o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, como se este obrasse isoladamente sobretudo em negócio de tanta monta, e acerca do qual um dos seus colegas havia falado no Parlamento em termos, que davam alguma esperança de que o Tratado acabaria em 1842.

E como fosse esse o ponto, que mais pretextos forneceu aos ataques, e que ocasionou censura feita por duas ilustres comissões ao ex-Ministro *por não seguir nas relações exteriores uma política sábia, e ilustrada,* também sobre ele nos demoraremos mais, do que talvez fora mister.

Não podemos apresentar a questão melhor, e mais claramente, do que o fez o próprio ex-Ministro, na sessão de 26 de abril [16], defendendo no Senado esse ato do Gabinete de que fez parte:

"Senhor Presidente (disse o ex-Ministro). Naturalmente pouco amigo de falar, eu não tencionava pedir a palavra na discussão dessa resolução, que se acha sobre a mesa, e que encurta o prazo de quatro anos concedidos ao estrangeiro, que se quiser naturalizar; e muito menos esperava pedi-la para defender um ato da Administração de 23 de março, a que tive a honra de pertencer, ato passado pela Repartição dos Negócios Estrangeiros, que me coube a honra de dirigir, ato que tem sido muito invertido, e até caluniado pela Imprensa, e censurado por alguns Senhores Representantes da Nação na Câmara eletiva; mas a tanto me obrigou um incidente ocorrido na discussão de ontem, porque fez com que um nobre Senador por Minas [17], a quem tenho a honra de responder, tocasse nesse ato de uma maneira tal, que não somente o censurou, porém pareceu-me que o fez mostrando algũa indignação. Ele

disse, falando desse ato: 'O que se fez? em vez de mandar-se pôr em execução a tarifa, que a Lei ordenou se organizasse, protestou-se contra a inteligência dada pelo Governo Inglês a um Artigo do Tratado *e prorrogou-se o Tratado por mais dois anos!'* Eu, Senhor Presidente, tenho lido com uma paciência verdadeiramente de Job, verdadeiramente cristã, tudo quanto se tem dito, e escrito relativamente a esse ato de minha Administração. Pela imprensa tem-se dito: o ex-Ministro *sacrificou a honra, a dignidade, e os interesses do País;* o ex-Ministro *prorrogou o Tratado por mais dois anos,* deu mais dois anos de Tratado à Inglaterra; tem-se mesmo acrescentado: o ex-Ministro mostrou-se indolente, descuidado, e até inepto em tratar os negócios da Repartição, que esteve a seu cargo.

Até, Senhor Presidente, lembro-me de ter lido em um jornal um artigo de um *matemático,* que pretendeu com aritmética, e álgebra provar, que se o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros soubesse cálculo, não teria *sacrificado a honra, e os interesses do País,* não teria *cedido ao estrangeiro,* por que concluiria por uma fórmula algébrica, que 15+2–2=15, e não a 17. Quando isto li, eu disse comigo: *plus negare potest asinus quam probare philosophus;* e agora acrescentarei um pensamento de Bonin: *Il est plus aisé de plaisanter d'une opinion que de la combattre; car pour cela il suffit d'une certaine aisance d'esprit; au lieu que pour juger il faut savoir, il faut approfondir la question, il faut l'envisager de tous les cotés.* Antes de entrar na matéria permitir-me-á o Senado, que eu aproveite a ocasião para felicitar ao meu País, e a mim mesmo pelo que ontem tive o prazer de ouvir ao nobre Senador, a quem ora respondo. Discutindo a resolução, que aí se acha sobre a mesa, e versa sobre naturalização de estrangeiros, ele disse — que procurava aplanar o caminho para um futuro lisonjeiro; que buscava conseguir, que os brasileiros gozassem no seu solo natal de mais vantagens, ou ao menos de tantas, quantas gozam os estrangeiros — e por ocasião de um nobre Senador lembrar-lhe os Artigos perpétuos contidos no Tratado de 8 de janeiro de 1826 com a França, o nobre Senador replicou com um tom um tanto indignado: 'E por que se não hão de revogar esses Artigos? pode porventura uma Nação obrigar-se perpetuamente a outra?'

Desde logo eu concluí que uma das vistas, que tem o nobre Senador é trabalhar para a revogação desses Artigos. Ora eu, que também me prezo de ser muito amigo do meu País, e que desejo aos meus compatriotas a maior soma possível de prosperidade, exultei, e faço votos para que o nobre Senador o consiga; creio mesmo que nesse intuito, com essas louváveis vistas, é que o nobre Senador acaba de aceitar a nomeação de Plenipotenciário em um Tratado com a França; se assim é, já tem meio caminho andado, e breve chegará à *meta desejada;* se o conseguir — *erit mihi magnus Apollo* —, e terá os meus sinceros aplausos.

Vamos porém à questão. Eu disse, Senhor Presidente, que esta questão do Artigo 28 do Tratado de comércio com a Grã-Bretanha tem sido muito desfigurada pela Imprensa, e mesmo no Corpo Legislativo; tem sido apresentada de modo tal, que a Nação não tem sido esclarecida acerca dela. Eu pois buscarei, em minha justa defesa, pô-la nos seus verdadeiros termos.

Senhores, nós fizemos com a Inglaterra um Tratado de comércio, o de 5 de novembro de 1827; e no Artigo 28 desse Tratado estipulamos o seguinte: 'Este Tratado continuará em vigor pelo espaço de 15 anos a correr da troca das ratificações; *e por mais tempo* (*and further,* diz o texto em inglês) *até*

que uma das partes contratantes dê parte à outra da sua terminação. No qual caso se acabará no fim de dois anos *depois da dita parte.'* Em vista desta disposição convencional, um dos meus dignos antecessores escreveu, em data de 14 de fevereiro de 1840, ao Agente Brasileiro, em Londres ordenando-lhe, que intimasse ao Governo de S.M. Britânica, que o do Brasil, considerando o Tratado concluído em 5 de novembro de 1842, por acabarem aí os 15 anos, não estava disposto a continuá-lo. Lord *Palmerston,* então Ministro dos Negócios Estrangeiros na Grã-Bretanha, respondeu a esta intimação em termos tais, que mostrava sua grande surpresa de que o Governo Imperial desse ao Artigo em questão a inteligência, que lhe dava; e manifestava ao mesmo tempo a firme resolução, em que estava o Governo da Rainha, de não considerar aquela intimação feita senão em 1842, isto é, *no fim* de 15 anos para que daí corressem os dois anos mais de que fala o Artigo, e que eu chamarei anos de cortesia. Antes de passar adiante, permita-se-me, que eu faça aqui uma observação. Quando entrei no Ministério de 23 de julho, procurando informar-me dos negócios, que corriam pela minha repartição, e comunicando o estado deste aos meus ilustres colegas, eu acrescentei, que duvidava de que o Gabinete Britânico acedesse à nossa inteligência, conquanto ela fosse fundada na letra, e espírito do Tratado; e creio mesmo que produzi algũas razões em apoio dessa minha opinião. Quinze dias depois chegou de Londres um Paquete trazendo a resposta de Lord *Palmerston,* que eu li em conselho. O Gabinete Imperial mandou insistir na inteligência que dávamos ao Artigo: eu expedi em conseqüência as ordens necessárias, e não menos de dois Ministros Brasileiros em Londres, aos quais não se pode negar zelo, patriotismo, e habilidade, o senhor *Marques Lisboa* [18], e o *Senhor Montezuma* [19], tiveram sucessivamente de insistir por uma tal inteligência em virtude de repetidas ordens, e despachos, que eu lhes enviava por todos os Paquetes. Jamais porém puderam conseguir, quer de Lord *Palmerston,* quer de Lord *Aberdeen,* seu sucessor no Ministério de Estrangeiros, que o Gabinete Britânico concordasse na inteligência, que dávamos ao Artigo.

Qualquer espírito desprevenido, e justo, que fosse chamado como árbitro para decidir a questão entre os dois Gabinetes, vendo a insistência de ambos em sustentar suas respectivas opiniões, entendendo o do Brasil que podia mandar fazer a intimação dois anos antes de findos os 15, para que os dois anos de que fala o Artigo 28 fossem computados dentro dos 15, e entendendo o Britânico que o Governo Brasileiro não podia mandar fazer essa intimação senão no fim dos 15 anos, esse espírito desprevenido procuraria indagar qual fora a verdadeira mente, que tiveram os dois Gabinetes, quando redigiram o Artigo em questão; e não a podendo alcançar de outra forma, iria examinar os compromissos, e estipulações de natureza idêntica, que o Brasil, e a Grã-Bretanha fizeram com outras Potências, qual a forma, e estilo empregado, e qual o princípio adotado e consignado pelo Brasil, e pela Inglaterra nesses compromissos. Marchando assim esse espírito desprevenido encontraria em primeiro lugar o Artigo 23 do Tratado feito pelo Brasil com os Estados Unidos da América [20], onde se lê o seguinte: 'O presente Tratado deverá ficar em vigor por espaço de 12 anos contados da sua data, *e mais ainda* (*and further*) *até o fim do ano que se seguir depois que as partes contratantes tiverem comunicado uma à outra a sua intenção de concluí-lo* reservando-se cada ũa das partes contratantes o direito de fazer aquela participação à outra *no fim do dito prazo de 12 anos.'*

Encontraria mais o Artigo 12 do Tratado com a Prússia [21], onde se lê o seguinte: 'O presente Tratado estará em vigor durante 10 anos, *e além deste termo até a expiração de 12 meses que ũa das partes contratantes anunciar à outra a sua intenção de terminá-lo.*' Encontraria ainda o Artigo 11 do Tratado com a Dinamarca [22], onde se lê o seguinte: 'O presente Tratado estará em vigor durante 10 anos contados do dia de hoje, *e além desse termo até a expiração de 12 meses depois que ũa das partes tiver anunciado à outra a sua intenção de terminá-lo,* reservando-se cada ũa o direito de fazer à outra ũa tal declaração *no fim dos 10 anos acima mencionados.*' Eu rogo ao Senado que atenda bem a estas últimas frases.

Examinando iguais estipulações do Governo Britânico com outras Potências, encontraria o Artigo 7.º do Tratado de 16 de junho de 1828 entre a Inglaterra, e a Dinamarca, onde se lê o seguinte: 'A presente convenção terá vigor pelo espaço de 10 anos contados da sua data, e *ainda mais (and further) até o fim de 12 meses depois que ũa das altas partes contratantes* tiver notificado à outra a sua intenção de terminá-lo, reservando-se cada ũa das Altas Partes contratantes o direito de fazer tal notificação à outra *no fim do dito termo de 10 anos.*'

O mesmo encontraria no Artigo 9.º do Tratado entre a Inglaterra, e a Áustria, de 21 de dezembro de 1829: no Artigo 9.º do de 29 de setembro de 1825 com as Cidades, ou Repúblicas livres Hanseáticas: no artigo 6.º do de 2 de abril de 1824 com a Prússia; e em outros. Então aquele espírito desprevenido, chamado para árbitro na contenda, não poderia deixar de dizer: vós razoavelmente não podeis exigir que o Governo Britânico aceda à vossa interpretação; pois que vós mesmos adotastes, e consignastes *expressamente,* em estipulações semelhantes, o princípio que impugnais: vós mesmo estabelecestes que não podíeis fazer a intimação antes de findo o termo marcado para a duração do Tratado e que esses anos demais só podem correr depois de findo esse termo: vós devíeis saber, que esse mesmo princípio era adotado, e *expressamente* consignado pela Grã-Bretanha; e por conseqüência, querendo dele afastar-vos, devíeis ser expressos no Artigo 28 da vossa questão: as regras de Hermenêutica Jurídica decidem pois contra vós, porque estava da vossa parte, redigindo esse artigo, fazê-lo com a necessária clareza para mostrar que vos apartáveis do vosso próprio princípio, e do princípio da outra parte, adotado, e consignado expressamente nas vossas outras estipulações semelhantes; e desde que o não fizestes deveis sujeitar-vos às conseqüências. E tais eram, senhores, as razões em que se estribava o Governo Britânico para declarar, que não podia de modo algum anuir à inteligência dada pelo Governo Brasileiro ao artigo em questão, que a sua era *um direito, do qual não podia prescindir, ou ceder.* Ora, sabendo o Governo Imperial que alguns outros Gabinetes pensavam do mesmo modo, fundados sem dúvida na letra daquelas estipulações, já se vê que figura faríamos nós no mundo político, se, como alguém tem pretendido, chamássemos para árbitro na nossa contenda qualquer outro Gabinete, quando mesmo nisso consentisse, que não consentia, a Grã-Bretanha; e é princípio sabido que nas questões entre dois Governos, para que um terceiro decida é mister que os dois concordem em chamar um árbitro, e que esse terceiro aceite a mediação.

À vista de tudo isto, que acabo de deduzir, dado o caso que se deu, de o Governo Brasileiro insistir na sua opinião, e de o Governo Britânico não aceder jamais a ela, aproximando-se a época, em que ũa solução devera ser

dada, pergunto eu aos meus censores: que é que devera fazer o Gabinete Imperial, o Ministério de 23 de março, ou se assim se quer, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros? A resposta deu-ma ontem o Nobre Senador, a quem tenho a honra de responder. Ele disse: o Governo, em vez de mandar pôr em execução a tarifa, que a Lei ordenou se organizasse, protestou contra a inteligência dada pelo Governo Inglês, e *prorrogou o Tratado.*

Ora, Senhor Presidente, que pela Imprensa se desfigure a questão, se envenene o ato do Ministro de 23 de março; que as discussões da Imprensa baralhem muitas vezes de propósito as idéias, confundam o justo com o injusto, o conveniente com o inconveniente, não me maravilha, ela está no seu direito, segundo a frase da moda, porém maravilha-me muito, que o nobre Senador ilustrado como é, apresente a questão do modo porque a apresentou! *prorrogou o Tratado!* A resposta, que ontem me deu o nobre Senador, pois que o que disse ontem é ũa resposta à pergunta, que acabo de fazer, importa nada menos do que isto: — o Governo o que devera fazer era declarar à Inglaterra, e ao mundo civilizado, que não obstante a falta de assentimento da Grã-Bretanha à inteligência, que damos ao Artigo 28 do Tratado de 5 de novembro de 1827, nós dávamos esse Tratado por acabado desde já, e ordenávamos às nossas Alfândegas, que d'ora em diante cobrassem, não os direitos de 15 por cento de importação, estipulados no Tratado, mas sim os que nós marcássemos nas nossas tarifas, cujo máximo é, creio eu, 60 por cento; e cumpre notar, que a Lei mandou organizar uma tarifa entre um máximo, e um mínimo para ser posta em execução *quando findasse o Tratado.*

A política de um tal procedimento do Governo poderia na verdade ser a mais *sábia,* e *ilustrada;* poderia mesmo ser em apoio da honra, da dignidade, e dos interesses do Brasil; porém eu, Senhor Presidente, declaro solenemente perante o Senado, perante o mundo, que eu, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, não queria ter a glória de a seguir, embora contra mim gritassem quantos jornais, e quantos Representantes da Nação quisessem gritar; eu não quereria incorrer na responsabilidade das conseqüências de uma tal política, que não podem escapar aos olhos os menos perspicazes; eu não quereria estabelecer um precedente, que seria fatal, que destruiria pela base todo o direito convencional, que qualquer Governo deve respeitar religiosamente, e fazer com que seja religiosamente respeitado, por bem dos Povos, que governa; eu não quereria conceder à Grã-Bretanha, ou a qualquer outra Potência, com quem tenhamos, ou venhamos a ter Tratados, o direito sobre a inteligência de um Artigo, de dar-lhe a que mais lhe conviesse, e não obtendo o nosso acordo, dizer-nos: a minha inteligência é que é a verdadeira, em conformidade com ela eu vou obrar, sem me embaraçar com a vossa, nem precisar o vosso assenso, e obrando assim sigo o vosso próprio exemplo. Não! eu não seguiria uma tal política, não daria um tal exemplo, em circunstância, ou ocasião alguma, e muito menos em ũa, em que o Governo Imperial sustentava à ponta de espada uma polêmica acerca de inteligências dadas a alguns Artigos das nossas convenções sobre o tráfico ilícito de Africanos, inteligências, que a prevalecerem da forma por que alguns Agentes Britânicos têm entendido, muito sofreria o comércio lícito do Império, seria mesmo aniquilado.

O Gabinete de Março portanto reuniu no presente caso, dadas as suas circunstâncias, uma política sábia, e ilustrada, no meu entender; e não merecia a censura, que se lhe fez, e faz: ele *não cedeu ao estrangeiro, não prorrogou o tratado;* protestando contra a inteligência dada ao artigo 28 pelo Governo

de S.M.B., disse: fiquem as coisas no *estatu quo*, enquanto não chegamos a um acordo definitivo sobre o verdadeiro tempo da terminação desse tratado. O Gabinete de Março deixou assim a porta aberta ao seu sucessor para poder chegar a esse acordo.

E, Senhores, se a política do Gabinete de Março, ou, se assim se quer, do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, não foi sábia, e ilustrada porque não pôde conseguir da Grã-Bretanha, que acedesse à nossa inteligência dada ao Artigo 28, o Gabinete que lhe sucedeu não foi mais feliz: se o Gabinete de março deixou a porta aberta ao seu sucessor para poder chegar ao dito acordo, o embaixador Britânico, que aqui esteve nesta Corte, a escancarou, pois é sabido, e muitos nobres Senadores não o podem ignorar, que entre as proposições, que fez esse embaixador uma delas foi: dar o tratado desde já por concluído: E por que o não pôde conseguir o meu sucessor?...

Senhor Presidente, a negociação deixando de pender no Rio de Janeiro, foi pender em Londres, e eu faço os mais ardentes votos ao céu para que ũa política sábia, e ilustrada a faça pender em favor do Brasil. Nada mais direi a este respeito, por isso mesmo que ela pende; todavia sou tentado a ler um documento, que lança alguma luz sobre este negócio, acerca do qual tenho sido tão injustamente censurado, e atacado: não o lerei todo, mas somente a parte que julgo conveniente.

É um ofício, que no momento de deixar o Ministério eu dirigi ao meu ilustre colega da Justiça, o Excelentíssimo Senhor Paulino, remetendo-lhe vários documentos para que pudesse ficar mais habilitado a defender na Câmara, de que é digno membro, o ato da Administração de que tínhamos feito parte; é o seguinte: 'Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Tenho a honra de remeter a Vossa Excelência 32 documentos, que são o extrato, que eu havia mandado tirar da correspondência relativa ao Artigo 28 do tratado com a Grã-Bretanha. Na forma do que havíamos combinado tinha eu dado ordem ao oficial maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, que subministrasse ao exame de Vossa Excelência não só essas peças, como todas as mais que Vossa Excelência quisesse ver, relativas ao Estado Oriental, e às questões de limites com as Guianas Inglesa, e Francesa. E como eu não tinha ainda tirado cópia dessas peças, exigi que depois de Vossa Excelência as ver ele mas remetesse; o que fez, dizendo-me que Vossa Excelência desejava revê-las, por não ter tido tempo de as examinar bem. Envio-as pois a Vossa Excelência, e como Vossa Excelência tem de falar sobre o objeto na Câmara, parece-me acertado pôr a Vossa Excelência ao fato de algumas particularidades, que tiveram lugar entre mim, e o Agente Britânico nesta Corte, nas conferências verbais... [*lacuna*] À vista de tudo isto, não sei que se pudesse fazer mais do que se fez, salvo se se quisesse dar por paus, e por pedras, e estabelecer um princípio, que seria fatal. Vossa Excelência sabe, que na Nota de 6 de setembro eu quis dizer — que continuaria o tratado, enquanto os dois Governos não chegavam a um acordo — e que alguns dos nossos colegas insistiram em que se dissesse — que continuaria até novembro de 1844, se antes dessa época não chegassem os dois Governos a um acordo. Parece pois bem injusto que ora não defendam o que foi obra de todos em vista das circunstâncias.

Peço a Vossa Excelência que leia com muita atenção esses 32 documentos, e depois queira ter a bondade de os enviar com este meu ofício ao atual Senhor Ministro, meu sucessor, por me parecer conveniente, que ele saiba dessas particularidades. — Eu mandei extraí-los, não para os remeter à Câ-

mara, porque julgo que a remessa de poucos nada esclarece, e a de todos não só vai fazer dano a qualquer acordo, que ainda pende, porém também iria deitar mais lenha na fogueira; e eu creio que isso seria um grande mal, sobretudo nas circunstâncias atuais: o meu sucessor porém fará o que entender melhor: eu fico com cópias de tudo para defender-me a seu tempo, se for preciso. Deus guarde a Vossa Excelência. Rio 21 de janeiro de 1843. — *A. de Souza e Oliveira Coutinho.* — Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor P. J. Soares de Souza.'

À vista de tudo o que expus, eu tornarei a perguntar às pessoas, que têm censurado, que têm invertido, e desconceituado este ato da Administração, de que tive a honra de fazer parte, o que é que devera fazer o Governo, dado o caso que se deu? Os censores da Administração, os meus censores, a obrarem em boa fé, *somente por zelo da causa pública,* deverão dizê-lo, para que possa o País avaliar a política sábia, e ilustrada, que seguiriam, ou aconselhariam que se seguisse. Não é com declamações, e acusações vagas *'cedeu-se ao estrangeiro, sacrificou-se os interesses do País'* etc. que bem se serve ao País. Senhor Presidente, eu desejava dizer ainda alguma coisa mais acerca da censura feita ao Gabinete, ou a mim, de não seguir nas relações exteriores ũa política sábia, e ilustrada; julgo porém conveniente parar aqui."

A este discurso do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros respondeu o Senhor Senador Vasconcelos (vide suplemento do *Jornal do Comércio* n.º 117) dizendo, entre outras coisas, o seguinte: "Eu, Senhor Presidente, não achei no procedimento do nobre Senador, nesse objeto, coisa digna de censura, senão a demora, se não o segredo que houve, de maneira que a última Nota do Senhor ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros fosse dada 5, ou 6 meses depois... eu nunca disse ũa palavra a esse respeito, e também declaro, que é calúnia atribuir-se-me qualquer opinião pela imprensa contra o Gabinete de 23 de março; é ũa calúnia de que ninguém se poderá livrar...

A maneira por que o nobre Senador ultimou a contestação parece-me muito razoável, e digna de ser aprovada pelo Corpo Legislativo, e pelo Brasil... Parece-me portanto, Senhor Presidente, que o nobre ex-Ministro não teve razão de tomar a palavra sobre esta matéria, com o único fim de rebater proposições minhas, que julgou serem-lhe ofensivas. Fez porém muito bem em aproveitar-se da ocasião para responder a quem tem censurado esses atos; não a mim, porque, repito, o que notei, o que achei condenável *foi só a demora,* foi não se anunciar ao Brasil que o tratado continuava apesar das diligências, que se tinham empregado para a sua cessação no ano de 1842..."

Ao que replicou o Senhor Aureliano: "Senhor Presidente, direi muito pouco. Folguei muito de ouvir ao nobre Senador, que acaba de falar, dizer que nunca tinha censurado os atos de minha administração, que os aprovava todos [e], incluindo esse mesmo pelo qual se protestou contra a inteligência dada pelo Governo Britânico ao Artigo 28 do Tratado, e que unicamente o que não aprovava, o que achava digno de algum reparo, de algũa censura, era a demora havida em se dar essa resposta, em se dar essa solução, que se deu... O Senhor *Vasconcelos* — ...em se publicar. O senhor Aureliano — Pois bem, em se publicar a solução que se deu a essa questão. Mas eu espero que o nobre Senador aprovara ainda esse mesmo ato, e então terei de ver no nobre Senador um defensor extremo de todos os atos da minha admi-

---

(e) Assevera-nos mais de um indivíduo, que assim se exprimiu o Senhor [Vasconcelos], posto que no seu discurso se não ache essa frase: é certo porém que ele não a contestou ao Senhor A.

nistração, o que certamente não pode deixar de causar-me o maior prazer. Esta negociação, Senhores, desde a sua origem foi toda tratada diretamente com o Governo Britânico em Londres, por ordem do Gabinete Imperial, e por intermédio dos Agentes Brasileiros, como expus quando falei anteriormente. O Governo Britânico não autorizou jamais aos seus Agentes aqui para a tratarem, e discutirem, porque ele estava firme no seu princípio, na sua não aquiescência, no que ele dizia ser um direito, do qual não lhe era lícito ceder; e somente quando mandou o seu *ultimatum*, isto é, quando, declarando que não cedia do direito, informou que estava contudo disposto a dar o tratado por concluído, ũa vez que, reconhecido o seu direito, se quisesse entrar em ajustes de outro, só então é que o Agente teve ordem para se ocupar deste assunto. Ora é sabido, que em certas negociações mais melindrosas os Agentes Diplomáticos, os Governos, não querem entrar em discussão por escrito, tratam, e discutem primeiramente os negócios em conferências verbais, e só quando chegam a um resultado é que se comunicam, e respondem por escrito. Daqui já se vê qual poderia ter sido ũa das causas dessa demora, tão censurada pela imprensa, e na tribuna: eu apontei algũas outras na resposta, que foi dada a esse *ultimatum*, o qual aliás foi apresentado acompanhado de um longo projeto, que cumpria ser muito examinado, e meditado: a discussão pois continuou em conferências verbais, até que, aproximando-se o prazo, em que ũa solução devia ser dada a esse *ultimatum*, julgou-se conveniente dar-se a resposta, que se deu. Porém diz o nobre Senador, que a demora foi prejudicial ao comércio. Pensa porventura o nobre Senador, que o comércio Britânico, ou o Brasileiro deixou de fazer suas especulações mercantis pela incerteza em que estava se o tratado acabaria em 1842, ou em 1844? O Governo Britânico tinha tido o cuidado de tranqüilizar o seu comércio, fazendo publicar quase oficialmente em seus jornais, que o tratado só acabaria em 44, a não ser renovado por outro. E que ato oficial público tinha praticado o Governo Imperial para fazer acreditar, que o tratado acabaria infalivelmente em 1842? Nem o devera praticar, pois que estava em negociações sobre um ponto questionado. Senhores, a demora de uma resposta diplomática, a solução de uma questão, muitas vezes é calculada, e de propósito; não poucas vezes depende ela de informações, de respostas, que se esperam, de circunstâncias, que podem encaminhar melhor uma negociação. Eu não devo dizer a verdadeira causa, de que dependeu essa demora tão censurada; mas posso assegurar, que não foi devida à indolência, ou descuido em se tratar desse negócio: entre esse *ultimatum*, e essa resposta muitas conferências verbais tiveram lugar, e é só o que digo. Espero pois, que o nobre Senador, entrevendo os motivos, que houve para essa demora, não a julgue tão censurável, desculpe-a ao menos, atendendo a que talvez ela tivesse em vista o conseguimento desse *desideratum*, pelo qual fazíamos esforços."

Na sessão imediata (de 27 de abril) o Senhor Senador Holanda Cavalcante [21], censurando o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros porque no seu discurso parecia dar razão à Inglaterra (no que o Senhor Aureliano replicou que não fizera mais do que alegar os fundamentos, em que se estribava o Ministério Inglês) disse: "Senhor Presidente, eu já disse um dia na casa, quando apareceram aqui certas proposições, que me pareceram envolver ũa censura do nobre ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros, que se se apresentasse este debate, e se falasse com franqueza, talvez, eu me achasse do lado do nobre ex-Ministro. Com efeito a sua resposta às exigências Inglesas, resposta que foi publicada, e

que eu li, *me pareceu digna e nobre*". Eis aí caído por terra, até pela própria autoridade de duas notabilidades do Império, esse grande cavalo de batalha.

Em verdade não podemos descobrir em que é que neste negócio o ex-Ministro sacrificasse a honra, a dignidade, e os interesses do País; e muito menos, que não seguisse uma política sábia, e ilustrada. E porém não devendo nós presumir, que duas ilustres Comissões do Corpo Legislativo fizessem, sem fundamento, e em ũa peça tão importante qual a resposta à Coroa, tão grave, e injuriosa censura a um Gabinete (e que merecia a confiança do Monarca, pois que o conservava) somos levados a crer que essa censura era cabida em relação a outras questões, ou pontos de política externa. Dissemos *a um Gabinete,* porque não podemos supor que ela fosse dirigida somente ao ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros sem irrogar-se grave injúria aos outros Membros do Ministério. Se o Gabinete era solidário, se o ex-Ministro não obrava isoladamente de seus colegas, a censura injuriosa feita a um, era feita a todos; se porém o ex-Ministro, obrando isoladamente, comprometia os interesses do Estado, seus colegas tinham sem dúvida muita franqueza, muita dignidade, e muito amor ao País, para declará-lo a ele mesmo, e à Coroa; para exigir motivadamente a sua retirada, ou para se retirarem eles mesmos; para enfim acusá-lo perante a Nação: a suposição contrária é ainda ũa injúria feita aos demais Membros do Gabinete. Além disso vimos que o ex-Ministro, sem ser contestado, declarou no Parlamento, que os negócios eram tratados, e resolvidos em comum: sabemos que suas Notas, e Instruções sobre as questões mais graves eram lidas em conselho antes mesmo de postas a limpo: tudo isso tornava *de fato* o Gabinete mais solidário, e por conseqüência devendo ter parte naquela injuriosa censura. Examinemos pois se as duas ilustres comissões, inserindo ũa tal censura em ũa peça tão categórica, e a Administração atual deixando-a passar em ambos os ramos do Corpo Legislativo, foram guiadas pelos princípios de justiça, de que deveram dar o exemplo, e pela circunspecção conveniente a suas elevadas posições, e necessária para granjearem ao Governo do seu País, e a si próprios o respeito, e o apoio não de limitados círculos, mas do geral da Nação.

O ponto mais culminante da política externa do Brasil consiste em manter a paz e harmonia com todas as nações do velho, e novo Mundo, sem quebra da honra, e dignidade Nacional; em estreitar os laços de amizade, que a elas nos ligam; e em alargar as relações de comércio e indústria. Subordinados a este ponto estão: não nos intrometermos nas questões internas de outras Potências, ou Estados; não consentir que se intrometam nas nossas; procurar ganhar uma benéfica influência por toda a parte onde ela pode ser útil aos interesses do Império. Todas as questões que foram ventiladas no Gabinete de 23 de março pela Repartição dos Negócios Estrangeiros estão sujeitas a estes pontos, derivam deles, ou vão a eles dar. Para que pois, com fomento de justiça pudesse ser tachada de não sábia, e ilustrada, a política externa desse Gabinete, seria mister demonstrar, que nessas questões ele se afastara desses pontos, ou não os atendera. Nós já dissemos que a política externa de um Gabinete não pode ser avaliada por um, ou outro de seus atos, desacompanhado das circunstâncias, que o precederam, ou que o tornaram necessário para evitar males, que só o mesmo Gabinete pode bem calcular, e prever. O atual Ministro dos Negócios Estrangeiros tem hoje à sua disposição os Arquivos da Secretaria, e nós duvidamos muito que ele tenha tido tempo de os compulsar para se pôr ao fato de todas essas cir-

cunstâncias, e de toda a correspondência de seu antecessor sobre cada uma dessas questões, que se ventilaram durante sua administração, muitas das quais traziam o fio desde administrações anteriores. E se o Ministro certamente não o tem podido ainda fazer, para avaliar com justiça se a política externa do Gabinete anterior foi ou não sábia, e ilustrada, como a poderiam avaliar pessoas, que não estavam ao fato nem daquelas circunstâncias, nem da correspondência havida? As Câmaras têm sem dúvida o direito de interpelar os Ministros de Negócios Estrangeiros sobre semelhantes questões; e nos Países civilizados não só o fazem com a necessária circunspecção, como previnem mesmo o Ministro antecipadamente; tanto consideram grave o comprometimento, que pode resultar ao País, de ũa resposta dada com precipitação, sendo aliás tantos, tão variados, e melindrosos os assuntos de interesse Nacional tratados pelas Repartições de Negócios Estrangeiros. As duas ilustres comissões portanto, para não serem tachadas de obrar injusta, e precipitadamente, seguindo o eco de jornais insuflados pela ambição, e despeito, ou para não incorrerem na pecha de se conduzirem desleal, e arteiramente para com o Gabinete de Março, ou mais antes para com um de seus Membros, que na frase de um jornal Ministerial *não merecia as simpatias do País oficial,* (simpatias, que só parecem merecer meia dúzia de homens entre nós, e aqueles que por seus interesses pessoais se lhes querem escravizar, e formar a cauda) as duas ilustres comissões, dizemos, devem por bem do País provar, que em tal, e tal ponto a política externa daquele Gabinete não era sábia, e ilustrada, e que dela se afastou o Gabinete seu sucessor. Nós, não podemos adivinhar os pontos, em que aquela política teste a desventura de incorrer em tão magistral censura, e não podendo, (nem devendo) em ũa curta memória, apresentar todas as questões de política externa, que foram agitadas naquele Gabinete, as circunstâncias que as acompanhavam, e as correspondências, que sobre elas houve, e provam o como foram tratadas, limitar-nos-emos a mui poucas das mais salientes, esperando, para nova defesa do ex-Ministro, por acusações mais precisas, e em forma; e assegurando que até hoje não nos consta, que o Gabinete atual haja variado em ponto algum a política externa do Gabinete antecessor, salvo se por tal se entende a mudança de um ou outro Agente Diplomático de ũa para outra Corte [f], ou de um oficial de Engenheiros encarregado de explorações de território.

As questões mais salientes foram: 1.º com a Grã-Bretanha sobre o Artigo 28 do Tratado de Comércio, que afinal ligou-se com a de renovação de um outro sob bases um tanto diferentes do atual; sobre os limites com a Guiana Inglesa; e sobre as intermináveis questões acerca do tráfico ilícito de Africanos; 2.º com a França sobre os limites pelo lado do Oiapoque; 3.º com Portugal sobre ajustes de contas; e 4.º sobre o Estado Oriental, e Confederação Argentina; e com estas está ligada a de comércio com o Paraguai, e navegação dos respectivos Rios.

Para mostrarmos a injustiça da censura, ou antes a pequenez dela, bastaria dizermos aos censores: mostrai ao País em que é que a política externa do Gabinete de Março não foi sábia e ilustrada, e quais os pontos em que o Gabinete de Janeiro se tem dela afastado: e certos estamos ou de um silêncio vergonhoso, ou de algum *parturient montes, nascetur ridiculus mus.*

(f) Até a reforma da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, que a princípio levantou grande celeuma, foi sustentada pelo atual Ministro, e apoiada por aqueles mesmos, que prevenidos, contra ela gritavam!

Obramos porém com mais generosidade, e franqueza, e dizemos aos detratores do ex-Ministro (a quem é evidente que uns queriam ferir por cálculo, e outros feriram por fraqueza): "Aí tendes alguns documentos sobre essas diferentes questões de política externa; analisai-os, vede como o ex-Ministro as tratou, como defendeu os interesses do seu País, a honra, e a dignidade da sua Nação; e depois insultai-o, enchei-o de impropérios, persegui-o aberta, e surdamente; levai o vosso rancor até aos seus amigos, e parentes, afastai-os dos empregos, e da urna, porque homens, qual o Senhor Aureliano demonstra por todos esses documentos, não podem merecer as simpatias do vosso País oficial".

Seguem...[*lacuna*] Documentos.

Na 2.ª parte desta Memória desenvolvemos o pensamento enunciado a páginas...[lacuna]

NOTAS

1 Francisco Leitão de Almeida, cunhado de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, de cujos filhos foi tutor e cujo espólio inventariou.

2 Oliveira Coutinho presidiu a Província do Rio de Janeiro de 1-4-1844 a 2-4-1848.

3 Personagem discutida, o Visconde de Sepetiba teve grandes acusadores desde o momento em que ascendeu ao cenário político. Da polêmica em que se envolveu com Bernardo Pereira de Vasconcelos resultou o pedido de demissão da pasta da Justiça, que acumulava com a dos Negócios Estrangeiros, em janeiro de 1835.

4 Nomeado sob a Regência Trina, em 21-2-1834. Com a Maioridade, Oliveira Coutinho é novamente designado para a pasta dos Negócios Estrangeiros (24-7-1840—23-1-1843).

5 A referência permite datar o texto de logo após 1843, já que o gabinete de 23-3-[1841] foi dissolvido em janeiro de 1843. Hélio Vianna (*Estudos de História Imperial*) atribui a crise a divergências não entre os vários membros do gabinete, como geralmente julgam os comentadores políticos, mas especificamente entre Oliveira Coutinho e Paulino José Soares de Sousa.

6 Segundo na lista tríplice, fora escolhido e nomeado senador pelas Alagoas em 19-9-1842.

7 Não chegou a ser escrita, ou não subsistiu, a 2.ª parte da Memória, que apresentaria fatos e documentos sobre o Rio Grande do Sul, como diz o autor em nota.

8 Referência ao 1.º gabinete da Maioridade, constituído em 24-7-1840.

9 O texto, pelo caráter laudatório, parece escrito por outrem. Note-se que em ambas as memórias ora se usa a 1.ª, ora a 3.ª pessoa.

10 De 23-5 a 10-10-1833, cumulativamente, durante algum tempo, com a pasta da Justiça.

11 José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847).

12 Depois Visconde do Uruguai (1807-1866).

13 Urbano Sabino Pessoa de Melo, deputado por Pernambuco nas 5.ª, 6.ª e 7.ª legislaturas (1843-48).

14 Honório Hermeto Carneiro Leão (1801-1857), futuro Marquês do Paraná, sucedeu a Oliveira Coutinho na pasta dos Negócios Estrangeiros, tomando posse a 23-1-1843.

15 Celebrado em 13-3-1827. O Tratado de Comércio, que deveria durar 15 anos, só terminou em 1842.

16 26-4-1843. Oliveira Coutinho era então senador pelas Alagoas (veja-se n.º 6).

17 Alude a Bernardo Pereira de Vasconcelos, um de seus maiores inimigos.

18 José Marques Lisboa, Encarregado de Negócios e Ministro Plenipotenciário na Grã-Bretanha.

19 Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, Visconde de Jequitinhonha (1794-1870).

20 Tratado de amizade e navegação entre os dois países, ratificado por carta de lei de 12-12-1828.

21 Tratado de amizade, navegação e comércio celebrado em 18-4-1828.

22 Tratado de comércio e navegação celebrado em 26-10-1828.

23 Antônio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, senador por Pernambuco. (1797-1863).

PRO-MEMÓRIA [II]

Na primeira parte da memória justificativa dos atos do meu Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre as graves questões, que tratei, ou dirigi, eu mencionei as que diziam respeito aos limites do Império pelo lado das Guianas Francesa, e Inglesa. Desenvolvendo aqui essas questões não é meu fim somente justificar-me da pecha de *indolente, descuidado, e vendido aos interesses da Inglaterra,* de que fui acusado pela pressa de homens, que aspirando ao poder julgavam lícitos todos os meios para chegarem a ele; é também, e principalmente, meu intento consignar resumidamente nesta memória argumentos, e fatos, que comprovam o nosso indisputável direito aos limites, que nos são contestados. Nisto julgo fazer ainda um serviço ao meu País.

Acabava o Governo Imperial de sustentar seus direitos ao limite do Império com a Guiana Francesa pelo Rio Oiapoque, conseguindo que o Governo de S.M. o Rei dos Franceses mandasse evacuar o posto do Amapá, que haviam ocupado suas forças; e achava-se o mesmo Governo Imperial sustentando em Londres, e com a Legação de S.M. Britânica nesta Corte, renhidas, e intermináveis polêmicas sobre as questões do tráfico, e da inteligência dada ao Artigo 28 do Tratado do comércio de 5 de novembro de 1827, quando o Encarregado de Negócios de Sua dita Majestade, o Senhor W.G. Ouseley [1], pedindo-me uma audiência disse-me nela, que havia recebido do seu Governo ũa comunicação, e um memorandum, versando sobre o fato de haver o Presidente do Pará mandado retirar de território Britânico o Missionário Inglês o Senhor Youd [2]; que sobre esse objeto tinha de ele dirigir ũa Nota; mas que para evitar algum acontecimento desagradável entre as autoridades britânicas de Demerara, e as Autoridades Brasileiras do Pará, me pedia que desde logo escrevesse eu ao Presidente desta Província, a fim de que ele mandasse retirar do *Pirara* um tal Capitão Leal [3], que parece (dizia o Senhor Ouseley) se tem permitido a liberdade de entrar com forças pelo território do domínio Britânico. Respondi a este Agente Diplomático, que eu ia pedir àquele Presidente as necessárias informações sobre o fato, e que nada lhe podia ordenar de positivo sem que primeiro recebesse a sua Nota, e memorandum. O memorandum, replicou o Senhor Ouseley, foi-me remetido para meu governo, e informação particular dos fatos; contudo eu não porei dúvida em o comunicar ao Senhor Ministro, para o que é mister extrair ũa cópia com mais vagar; o que porém é urgente é que a autoridade do Pará faça retirar a força, que tem avançado sobre o Pirara. Alguns dias depois procurou-me novamente o Senhor Ouseley reiterando o seu pedido; e lhe respondi que ia escrever ao Presidente do Pará para que informasse sobre o fato, e evitasse no entanto

toda a contestação com as autoridades Britânicas da fronteira; e insisti pela remessa da Nota, e memorandum. Com efeito a 21 de fevereiro de 1841 me foram entregues essas duas peças diplomáticas, que vieram surpreender o Governo Imperial, não só pelo assunto, que continham, como pelo modo por que era apresentado. Dizia a Nota (datada de 20 de fevereiro): "O abaixo-assinado tem a honra de *informar* ao Senhor Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Ministro, Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros, em referência a comunicações pessoais anteriores, que a Rainha expediu comissão ao Senhor Robert H. Schomburgk[4], autorizando-o para inspecionar, e *demarcar* os limites entre a Guiana Inglesa, e o Brasil; e que o Governo de S. Majestade deu mais instruções ao abaixo-assinado *para fazer constar,* que o Governador da Guiana Inglesa *teve ordem para resistir no entanto* a qualquer *invasão* sobre o Pirara, *ou territórios, que até agora foram ocupados por Tribus Indianas Independentes.* Sem dúvida o Senhor Aureliano já deu os passos necessários, na conformidade do acordo verbal, que fez com o abaixo-assinado (nenhum acordo havia eu feito além do que fica referido) para informar as Autoridades Provinciais, e locais Brasileiras na fronteira da Guiana Britânica, *das intenções, e medidas* do Governo de S.M. *para a demarcação definitiva de limites.* Porém o abaixo-assinado agora requer a Sua Excelência, que recomende com urgência competentemente a necessidade de se observar a maior cautela em prevenirem-se quaisquer invasões por Autoridades Civis, e Militares, ou por súbditos Brasileiros, tais como aquelas, que já tiveram lugar, *até que esta matéria seja definitivamente arranjada.* O abaixo-assinado tem também a honra de remeter agora um Memorandum a respeito do estado atual dos limites da Guiana, *e dos procedimentos injustificáveis* das autoridades locais Brasileiras nas fronteiras, que pode servir para fornecer ao Governo Imperial os esclarecimentos necessários sobre a matéria, a fim de que haja de empregar a sua mais efetiva intervenção a tal respeito etc."

O Memorandum principiava anunciando, que o Governo da Rainha julgou importante definir *sem demora* os limites da Guiana Inglesa, e os *territórios contenciosos* com o Brasil, Colúmbia, Venezuela, e a Guiana Holandesa: alegava em seguida, que o Governo Brasileiro mandara em 1838 destruir ũa Povoação de Índios *Macussis* no Pirara, criada pelo Missionário Inglês Youd, a quem o Comandante Leal expulsou dali: queixava-se deste procedimento, e de conservar o Brasil esse posto avançado, dizendo que os *Índios Macussis,* eram da Tribu mais dócil, e industriosa da Guiana Inglesa, e estavam situados sobre o lago Amacú na Latitude Norte de 3°,38',30'', cujo paralelo dizia estar *claramente* dentro dos verdadeiros limites, que os Tratados designam às possessões Britânicas. Produzia também o dito Memorandum, como prova de direito a esse território, o estarem aqueles Índios a [*sic*] muito tempo em correspondência com os *Missionários Ingleses de Bartuka-Point.* Para invalidar ũa demonstração, que dos limites do Brasil fizera o Capitão Leal ao Missionário Youd, quando dali o expulsou, indicando-lhe o pau cravado de pregos posto como marco na boca do *Rio Siparuni* pela Comissão de limites do ano de 1780, alegava o Memorandum, que Leal não tinha conhecimentos científicos, e que com ele não concordaram alguns dos indivíduos, que o acompanharam nessa expedição, efetuada em 1838. Pretendia insinuar, que só depois desta descoberta é que o Brasil assumiu direitos sobre o Pirara, mandando colocar nele um destacamento de tropa, e expulsar dali o Missionário Youd, acusado pelos Brasileiros de ter alienado 500 *Macussis* súbditos

do Império, e obrigando-o a passar o *Rupununi* para estabelecer além a nova missão, que lhe impediram do outro lado. Dava a estas ocorrências o nome de usurpações feitas à Guiana Inglesa pelo Governo Brasileiro; e passava depois a referir os títulos, em que a Inglaterra se fundava para chamar seu a aquele território; e são os seguintes: 1.º ter a Grã-Bretanha tomado posse da Guiana Holandesa em 1803 tal qual havia sido devolvida à Holanda pelo Tratado de Amiens; 2.º o Artigo Adicional à Convenção de Londres de 13 de agosto de 1814, pelo qual foi finalmente cedida à Inglaterra a *Demerara, Essequibo,* e *Berbice,* que lhe dá o mesmo direito, que a Holanda tinha ao *termini* dos limites antes da sessão; 3.º não haver Tratado algum anterior àquele entre Portugal, e Holanda sobre as suas possessões da Guiana; nem fazerem menção dos limites entre o Brasil, e a Guiana Holandesa, os Tratados de Paz de Utrech, e de Viena, ou outra convenção, que os defina; 4.º que é sabido terem os Holandeses em meado do século 18, avançado postos até junção do *Rupununi* com o *Essequibo* na latitude Norte 3º, 50'; e em prova deste fato citava o Memorandum o *Journal of Royal Geographical Society,* vol. 5.º pag. 263; asseverando que os lugares, onde estiveram situados estes postos, são conhecidos, e foram encontrados por Mr. Schomburgk em 1836, e que também D. Antônio Santos [5], fala deles como tendo sido fortificados em 1775.

Outrossim, que, segundo Mr. Humboldt — *Sur quelques points importants de la Geographie de la Guyane* [6], pág. 23 e 28 — existira pouco ao Sul da junção dos Rios *Siparuni,* e *Essequibo* um posto semelhante com o nome de *Arinda;* concluindo destas citações, que elas provam a existência de postos Holandeses ao Sul do *Siparuni,* onde o Capitão Leal pretendeu ter achado o marco de limites do Brasil; o que tudo atestava os direitos de S.M. Britânica a esses territórios, dizia o Memorandum. E para mais corroborar ainda as suas asserções, referia que Schomburgk hasteou a bandeira Inglesa em as nascentes do Essequibo na Latitude Norte 0º, 41', e tomou posse dessas regiões em nome da Rainha da Grã-Bretanha; e observava por outro lado, que os Portugueses nunca estenderam para E. de São Joaquim as suas possessões do Rio Branco, para que os brasileiros possam alegar direito a esse território; no entanto que os Holandeses estiveram sempre de posse dos terrenos banhados pelos tributários que daí vêm ao Essequibo, bem como dos terrenos intermédios ocupados por *Macussis, Vapixanas, Tarumas* e *Vajais, tribus consideradas independentes* (dizia o Memorandum) *e que hoje reclamam a proteção Britânica.* Acrescentava ainda, que a pretensão do Governo do Brasil para avançar os limites até a confluência do *Siparuni* com o *Essequibo* assenta na suposição de que os Comissários da demarcação dos limites (do ano de 1780) colocaram aí um marco; e nesse conceito dizia, que tais comissários jamais tiveram o assentimento dos Governos Inglês, e Francês para decidir, que o *Rupununi* e as montanhas conhecidas com o nome de *Serra Pacaragua* (ou Pacaraima) eram os limites do Brasil por aquele lado.

Citando Humboldt (*Sur quelques points importants de Geographie* etc., pág. 33) dizia que as notícias políticas do século 19 pareciam ter influído para que o Governo Brasileiro se empenhasse tanto em possuir as planícies a E. do Rio Branco, às quais não era possível que mostrasse nenhum direito preferente ao de outras Nações, e que daí vinham os atuais esforços de fixar à Guiana Inglesa um limite *à custa de usurpações feitas ao território dessa colônia.*

E resumindo: Que em 1781 estavam as Colônias Holandesas do *Essequibo,* e *Demerara* sob a *proteção Britânica:* Que em 1783 tomaram os Franceses posse de todos os Estabelecimentos Holandeses, e os entregaram aos Ingleses em 1786; Que sendo depois devolvidos à Holanda em 1802 pelo Tratado de Amiens, tornou a Inglaterra em 1803 a tomar posse deles, até que afinal lhe foram definitivamente cedidos pelo Artigo Adicional à Convenção de Londres de 13 de Agosto de 1814: e em resultado, que durante todo o período dos trabalhos dos Comissários Portugueses para a demarcação de limites, de 1780 a 1804, eram possuídos pela Inglaterra, França, e Holanda, os territórios, que agora compõem as Guianas Inglesa, Francesa, e Holandesa; e que nenhum Comissário destas grandes Potências acompanhou os de Portugal para dar assentimento, e validade aos seus exames, e decisões.

Que o Comandante da expedição mandada ao interior em 1810 pelo Governador da Guiana Inglesa para sindicar das disputas ocorridas entre as tribos nativas, *ordenara que se plantasse um posto de limites em Pirara,* em razão de ter sido este território considerado parte da Guiana desde que se fizeram nela os primeiros Estabelecimentos. Dava como *limites prováveis* da Guiana Inglesa ao Oeste os Rios *Ruana,* e *Tacutú,* e ao Sul as nascentes do *Essequibo,* Latitude 0°, 41' (é o mesmo que no seu folheto, ou memória recentemente publicada, insinua *Schomburgk* em oposição às pretensões do Brasil de fixar os seus limites na foz do *Rupununi,* Latitude Norte 3°, 50') e seguir dali ũa linha para Este a encontrar o *Corantini,* compreendendo assim numerosas tribus de índios, que (diz-se nesse célebre Memorandum) *podem chamar-se súbditos Britânicos por extremamente afetos ao nome Inglês, e à Colônia.* Lamentava, que considerando as Autoridades Brasileiras esta questão como concluída, tenham declarado, que aqueles índios não podem ir a *Demerara* sem um passaporte seu, exercendo assim sobre eles um direito de soberania totalmente inadmissível. Como prova de que elas se têm arrogado esse direito em território de S.M. Britânica referia-se, que quando o Missionário Youd visitou o Pirara em 1840, então ocupado pelo destacamento do Capitão Leal, se hasteou a bandeira Brasileira, salvou-se com mosquetaria, e foi ele recebido pelo Padre Católico na mesma casa, que habitava quando o expulsaram dali as Autoridades Brasileiras; dando-se assim um testemunho público de que a Soberania desse distrito era sustentada pelo Brasil, ou ao menos pelas autoridades da Província. Dizia-se mais no Memorandum, que quando se mostrara a aquele Missionário as ordens do Presidente do Pará para obrigá-lo a deixar a missão, que então ocupava a Este do *Rupununi* na Latitude Norte 3°, 28' ele replicara, que semelhante prepotência da parte do Brasil jamais seria permitida pela Grã-Bretanha. Analisando o discurso do Presidente do Pará à Assembléia Provincial para mostrar que ele não conhece a geografia desta parte da Guiana, pois que dá o desaguamento do Pirara no Rupununi, que está a Este, quando ele vai para Oeste ao *Mahú* (que no Memorandum se diz ser tributário do Orenoco) deduzia daí, que a pretensão do Governo Brasileiro ao *Rupununi,* e Regiões a Este dele, procedia provavelmente desse erro, que induzira o Presidente do Pará a mandar expulsar Mr. Youd de sua nova missão na margem Este do *Rupununi,* para que tinha o Presidente do Pará tanta autoridade quanta teria Mr. Youd para expulsar do Forte de São Joaquim o Comandante Leal. Que essa missão é incontestavelmente Britânica, e se estende desde o Oeste dos Rios *Tucutú,* e *Mahú* por dilatadas planícies regadas por tributários do *Essequibo,* e que a Este deles *não será permitida nenhuma*

Alfândega Brasileira, por considerá-la oposta aos direitos, e interesses Britânicos. Supunha já retirado do Pirara o destacamento que para lá foi; mas declarava, que no caso de voltar tinha o Governador da Guiana ordem para obrigá-lo a sair dos territórios disputados, assim como para prevenir que neles se cometam quaisquer agressões, e arrebatamentos de Índios, atos que dizia serem freqüentemente praticados por súbditos Brasileiros. Finalizava o Memorandum fazendo saber, que em conseqüência de tudo o que fica exposto, ordenara S.M. Britânica, que seja levantado um mapa da Guiana Inglesa *segundo os limites delineados por Mr. Schomburgk,* acompanhado de ũa memória explicativa, e que se mande cópias de ambas essas coisas aos Governos do Brasil, Venezuela, e Holanda, *para conhecimento dos direitos da Grã-Bretanha,* pondo os Comissários entretanto marcos divisórios na linha de limites, que a Inglaterra reclama! (Estranho modo na verdade de decidir entre Nações civilizadas questões de territórios, que se dizem ora contestados, e ora neutros, *por pertencerem a tribus indianas até agora independentes, e que ora reclamam a proteção Britânica!*)

Carecendo eu de informações do Presidente da Província do Pará para poder responder satisfatoriamente a estas duas peças Diplomáticas, nas quais pela primeira vez se suscitavam ao Governo Imperial questões desta natureza por parte do Governo Britânico; não julgando conveniente entrar desde logo na questão de direito sem primeiro munir-me de títulos, e fatos que o comprovassem de ũa maneira incontestável; e nem querendo, em quanto os obtinha, guardar silêncio sobre matéria tão importante, comunicada ao Governo por um modo tão extraordinário; tendo exigido do Presidente do Pará informações sobre o fato, e de nossas legações em Portugal, Espanha, e Holanda todos quantos documentos pudessem provar nosso até então jamais contestado direito, julguei dever dirigir ao Agente Britânico uma nota (em 24 de março) em resposta à sua de 20 de fevereiro, na qual, aparentando estar persuadido de que os trabalhos incumbidos a Schomburgk não eram mais do que meros preparatórios para ũa demarcação de limites em regra, (atendidos os princípios de justiça, e a dignidade dos Estados confinantes, e precedendo discussão sobre o direito) entendi dever fazer desde logo algũas considerações mostrando-me persuadido de que elas satisfariam ao Governo de S.M. Britânica.

O Agente Britânico dando parte naquela sua primeira comunicação, *das intenções, e medidas do Governo de S.M. para a demarcação definitiva de limites; e pedindo que se prevenissem quaisquer invasões até que esta matéria seja definitivamente arranjada,* deixava ao Governo Brasileiro a possibilidade de tratar diplomaticamente a questão, e de não querer enxergar todo o hediondo do arbitrário, que ressumbra daquela Nota, e Memorandum. O estado da questão, segundo o Memorandum, e o decoro dos dois Governos, exigiam que o Ministro Brasileiro recebesse aquela comunicação como um princípio de negociação, que terminaria amigavelmente, sobretudo enquanto erigia informações mais amplas, e positivas, de que carecia.

Disse pois naquela minha Nota de 24 de março "Que conquanto matéria tão grave necessitasse de mais profundas investigações, contudo não queria demorar-me em fazer algũas observações em defesa dos interesses do Império. Não me admiraria de ver suscitarem-se questões na América por mal definidos limites, quando na Europa existem incertezas acerca da fronteira de uns com outros Estados, apesar de serem menores as distâncias, e estarem os Governos habilitados com tudo quanto pode facilitar a demarcação. Notei que ainda

assim já em meados do século passado tinham a Espanha, e Portugal concordado em enviar comissários para retificar os limites de suas possessões na América Meridional; e que o Artigo 22 do Tratado de 1750, já muito explícito a este respeito, acrescentava, que os ditos comissários à medida que investigassem a fronteira *deveriam fixar pela forma mais exata os terrenos por onde devia correr a linha de demarcação colocando marcos nos lugares, que lhes parecessem convenientes.* Que era idêntico o fim dos Artigos 12, 13, e 15 do Tratado de 1777, onde se recomendou novamente aquela medida, que foi levada a efeito, como o prova, entre outros, o marco encontrado pelo Capitão Leal, referido no Memorandum como unilateral, e arbitrário, quando procede daqueles Tratados, os quais marcaram ũa linha divisória antes mesmo de explorado o terreno, pois que, prescreveram que *ela devia seguir,* tanto quanto fosse possível, *a direção das montanhas, que se estendem entre o Orenoco, e o Amazonas.* Referi que Mr. de Humboldt, em cujo testemunho parecia apoiar-se com tanta confiança o Encarregado de Negócios de S.M.B., e que teve tantos meios de alcançar informações autênticas, é o mesmo que na obra citada no Memorandum *(Nouvelles annales des voyages)* diz à página 173 que *le Rupununi, et le village d'Aunay sont reconnus aujourd'hui comme formant dans ces contrées désertes, la limite politique entre les territoires Anglais et Brésiliens;* e tratando de ũa porção de terreno cultivado junto às montanhas *Pacaraima,* acrescenta (à página 161) *que tal terreno é dependente do Pará.* Na carta *d'Auville,* correta e publicada em 1786 por Schroembell, indica-se o limite Brasileiro no vértice de um triângulo formado pelo *Lago Amacú,* e pelos rios *Rupununi,* e *Igarapa.* Na grande carta da América Meridional de Arrowsmith (1810) o Lago *Amacú,* e o rio *Pirara* (ou Pirarara) se acham colocados nos limites do Brasil. Na carta publicada por *Lapie* em 1814 a extrema Brasileira está marcada ainda mais para o Norte. Na novíssima carta da América Meridional publicada em 1839 pelos Senhores *Brué* et *Piquet,* é a cordilheira da *Pacaraima* indicada como a extrema.

Finalmente o Senhor *Schomburgk* mesmo, no seu escrito recentemente publicado — *A description of British Guyanna* — observa, que um ponto culminante desta cadeia de montanhas (a *Roraima*) *é de máxima importância para determinar os limites da Guiana Inglesa.* E com efeito se considerarmos a direção de tais montanhas, a altura do monte *Roraima,* que segundo o Senhor Schomburgk, se eleva 7.500 pés acima do nível do mar; a divisão que ele forma entre as águas que correm de um lado para o Orenoco, e Essequibo, e do outro para o Amazonas; e a proximidade comparativa de três fenômenos geológicos tão notáveis, como a pirâmide natural de *Atairaipú* ao Sul, os três pilares gigantescos de granito do Monte *Taquiare* ao Norte, e a coluna de *Pauracapiapa,* que, afirma o mesmo viajor, se assemelha a um tronco de árvore despido de ramos, e está situada sobre ũa pequena eminência vizinha das montanhas *Pacaraima,* não se poderia seguramente encontrar um limite mais fácil de determinar, e reconhecer, ou que pudesse também justificar o princípio enunciado nos Tratados de 1750, e 1777, isto é, que para se obter o fim desejado não deviam os Comissários *reparar al poco mas ó menos del terreno, que quede à una ó outro corona.* (Artigo 9.º do Tratado de 1750; Artigo 12 do Tratado de 1777).

A declaração feita pelo Encarregado de Negócios Britânicos de que o seu Governo tinha intenção de comunicar aos Estados interessados na demarca-

ção da Guiana a carta, e memória explicativa, que mandou organizar, respondi: "que o Governo Imperial a considerava como ũa manifestação do desejo de facilitar um arranjo amigável entre as Nações limítrofes; e que do próprio Memorandum, e Nota se depreendia serem semelhantes trabalhos ũa investigação *ex parte* sobre território, que o Governo de S.M. Britânica reputava litigioso. Que nem de outro modo a podia considerar o Governo de S.M. o Imperador, porque as mais elevadas considerações de justiça, dignidade, e regras internacionais, se opunham a que se fizesse modificação algũa naquela fronteira, sem prévia inteligência com os Estados contíguos: que o Brasil era assaz vasto para não carecer de novas aquisições territoriais; e confiando no seu direito, retidão de seus princípios e moderação da sua política, não podia nenhum momento recear, que a Potência garantidora de ũa parte de suas possessões, pensasse jamais em cerceá-la por outra parte. Fundado nessa convicção, e à vista das considerações, que deixava expedidas, o Governo Imperial se aprazia em atribuir simplesmente a discussão atual a um daqueles incidentes de fronteira, tão freqüentes mesmo entre os Países mais povoados, e vizinhos do centro político dos Estados, a que pertenciam. Que parando neste ponto por me parecer prematuro um mais amplo desenvolvimento da questão, e passando ao tópico da Nota do Senhor Ouseley, que reclamava ũa resposta mais imediata, eu assegurava ao Senhor Encarregado de Negócios, que havia expedido, e reiterado ordens ao Presidente da Província do Pará para que informasse sobre os fatos alegados, e posição atual das coisas no Pirara; bem como para que evitasse toda a contestação, ou colisão tanto com os súbditos de S.M. a Rainha da Grã-Bretanha, como com os indivíduos, que porventura estivessem sob sua alta proteção etc."

Antes de passar adiante cumpre refletir aqui um incidente, conexo com esta questão. Três dias depois da entrega daqueles documentos categóricos mandou-me o Senhor Ouseley um periódico inglês "*Colonial Gazette*" acompanhado de um bilhete, em que recomendava a leitura de um artigo marcado à margem. Nesse artigo se anunciava ter saído já de Inglaterra a comissão demarcadora dos limites da Guiana Inglesa com o Brasil; dava-se a conhecer os nomes dos indivíduos que a compunham; referiam-se os títulos, que decidiram o Governo Britânico a *decretar* que a Comissão ponha marcos na fronteira imaginada por Schomburgk; desfiguravam-se os fatos, e inventavam-se outros para vilipendiar-nos atrozmente. A remessa de um tal artigo logo depois da Nota, e Memorandum, deve ser considerada como fazendo parte deste, nem outro fim podia desculpá-la. Estes, e iguais insultos prodigalizados à Nação Brasileira sobre o mesmo assunto em um artigo do [*The*] *Morning Chronicle* transcrito com censura no *Commerce,* jornal de Paris, do 1.º de janeiro de 1841, despertaram nessa ocasião o zelo de algum Brasileiro, amigo do seu País, a ponto de impulsá-lo a publicar pelo *Jornal do Comércio* de 11 de março um enérgico, e circunstanciado artigo em defesa dos direitos da sua Pátria, e combatendo o libelo famoso contra os seus concidadãos, feito pelo Jornalista Inglês. Esta publicação sensibilizou por tal forma ao Agente Britânico, que o levou ao extremo de enviar-me uma Nota *Confidencial secreta,* datada de 14 do mesmo mês, solicitando ũa reprovação daquele artigo,

e a proibição de outros iguais. Em apoio de sua solicitude dizia, que lhe era impossível fazer publicar ũa refutação; que se pretendia fazer substituir sentimentos de hostilidade à boa inteligência, que devia presidir a toda a negociação; que convinha prevenir as desagradáveis conseqüências, que podiam resultar de publicações desta natureza; alegava que, o *Jornal do Comércio* era redigido por estrangeiros interessados em despertar a susceptibilidade Nacional por meio de exposições inteiramente falsas, e abusando da boa fé do Cônsul Britânico no Pará, chamava ao Artigo memória *ex-catedra,* e perguntava ao seu autor em que planos, ou dados geográficos fundava as suas asserções a respeito dos limites da Guiana Inglesa, e o desafiava a citar trabalhos de algũa Comissão de demarcação, recente, ou antiga, em apoio do que dizia; mas que se o não fizesse olharia o artigo como o *ipse dixit* de um anônimo, a não ser que o Redator se torne solidário: E quanto à referência feita pelo correspondente do *Jornal do Comércio,* de ter o Cônsul Inglês no Pará declarado que havia instado com o Missionário Youd para sair do território brasileiro, e que as suas agressões jamais foram consentidas pelo Governo de S.M. Britânica, dizia que isto não importa um reconhecimento de limites. Em tom lastimeiro comparava o atual estado do Governo Inglês com o do Brasil, dizendo ser igual àquele em que o último se achava quando reclamou altamente contra o Governo Francês, isto é, a ocupação militar de territórios, cujas fronteiras são desconhecidas, e a extradição a mão armada de súbditos Britânicos de terrenos, e estabelecimentos junto da fronteira, cuja soberania está ainda por determinar. Em 16 do dito mês respondi a essa Nota por outra *confidencial,* começando por advertir que o Governo não teve ingerência, em tal artigo, e só teve dele conhecimento quando o leu naquele Jornal; admirava-me da extrema sensibilidade do Senhor Ouseley, e não a podia atribuir senão ao excessivo zelo com que tratava os negócios a seu cargo; pois devia refletir, que existia no Brasil a liberdade de imprensa, e que aquele assunto era já do domínio público pelos jornais Ingleses; que a intervenção exigida não tinha lugar algum, porquanto para realizar-se seria mister decretar-se a censura prévia, que era proibida pela Constituição do Império; que se um brasileiro ardente julgar dever defender o seu País, podia qualquer Inglês fazer outro tanto, sem necessidade de que ele Encarregado de Negócios se desviasse de suas ocupações, que a Imprensa Brasileira não fora a provocadora, e sim artigos violentos do [*The*] *Morning Chronicle,* e outros periódicos, tais como o que o Senhor Ouseley me enviara, o qual estava bem longe de tratar o Brasil com benignidade; lembrava-lhe o *folheto,* com que o Senhor Schomburgk se habilitou para obter do Governo Britânico a comissão; que desfrutava, no qual pouco faltou para chamar-nos canibais; e observava que jamais eu lhe fizera reclamações semelhantes, porque não ignorava o direito que assiste aos súbditos Britânicos bem como que não lhe era lícito a ele Senhor Encarregado de Negócios exigir de seus compatriotas que se calassem, e muito menos se tivessem eles sido os primeiros atacados até na sua moralidade; recordava que as impressões produzidas pelo Jornalismo Inglês não eram muito conducentes ao fim que se desejava; de resto advertia ao Senhor Ouseley, que esta correspondência, até pela sua natureza, era virtualmente só para ambos, não devendo ser considerada com a menor conexão com o assunto encetado pelo Senhor Encarregado dos Negócios.

A esta resposta replicou o Agente Britânico em 19 do mesmo mês, dizendo "Que julgava não ser entendido e nesse conceito passava a fazer algũas explicações: que ele não atribuiu o artigo a pessoa conexa com o Governo Imperial, antes tem fortes razões para supor que é escrito por indivíduo oposto à Administração; que não obrou por sua susceptibilidade, e só teve em vista buscar a cooperação do Senhor Ministro para a comum vantagem de obstar *in limine,* que se desfigurem as coisas, e excitem sentimentos hostis sobre a questão encetada; que o único meio de remediar os excessos da Imprensa, e os danos supervenientes, pertence à Autoridade do País, o que a mim como Ministro era fácil, prevenindo assim que passe a muito mais do que simples excitamento; quanto à referência por mim feita de artigos injuriosos ao Brasil em Periódicos Ingleses, dizia que estando tão longe nada influíam pelo atual estado da questão; entretanto que no lugar dela podia a publicação de artigos incendiários causar excessos e colisões, cujo resultado complique as dificuldades da questão, como sucedera acerca dos limites contestados entre as Províncias Inglesas da América do Norte, e os Estados Unidos. A este respeito chamava minha atenção sobre o procedimento das autoridades brasileiras, que sem *notícia prévia,* e sob *bases inadmissíveis* praticavam ũa imaginada indagação, a qual uma vez feita pode ser olhada como intenção *ex parte* de reforçar a pretensão da linha adotada pelo *ipse dixit;* observava que ũa força Brasileira expeliu súbdito inglês estabelecido há muito tempo em um lugar *sempre reclamado pela Grã-Bretanha* (como direito de Holanda), e em que esse mesmo indivíduo tinha edificado ũa casa; e notava que tendo o referido súbdito recorrido naturalmente à proteção do Governo, os únicos passos dados por este para contrastar as violentas medidas daquelas autoridades locais, foi anunciar oficialmente ao Governo de Sua Majestade Imperial que o de Sua Majestade Britânica não consinta em semelhantes agressões, e que passa a seu turno a fixar a fronteira, resistindo no entretanto a qualquer usurpação. E dando como assentado que o Governo do Brasil procedeu com força armada a decidir a pendente questão territorial, perguntava o Agente Britânico, se o Governo da Rainha podia ter obrado *mais benignamente.* Repetia que não é só nesta questão, mas em muitas outras, que o *Jornal do Comércio* tem procurado excitar os sentimentos desta Capital contra o Governo Inglês; e para o corroborar lembraria o sucedido com o caso dos navios "*Grecian,* e *Alexandre*". Concluía rogando-me que o desculpasse de haver recorrido aos meus bons ofícios para reprimir os abusos da imprensa pelas razões que antecipou com a mais sincera, e amigável intenção; acrescentando que sobre este assunto teria ainda de volver mais detalhadamente.

Foi ainda contestada por mim essa Nota, por outra de 31 de março, na qual mostrando-me satisfeito de que o Senhor Ouseley reconhecesse que o Governo Imperial não tivera parte na publicação de que se queixara, manifestava a minha convicção de que essa questão de fronteira jamais teria sérios resultados, não só pelo espírito de benevolência, que animava os dois Governos, como pela matéria, que em linguagem franca eu lhe havia expendido na Nota, que acabava de dirigir-lhe em 24 desse mês; e pela certeza, que tinha, de que em vista das ordens expedidas ao Presidente do Pará seriam evitados cautelosamente quaisquer conflitos entre os súbditos das duas Nações, por isso que essa questão, que eu considerava secundária, devia ser tratada, e decidida somente entre os dois Governos. Negava-me novamente

a contrariar o *Jornal do Comércio,* como o Senhor Ouseley parecia querer insistir; mas mostrava-me disposto, se nisso concordasse, a mandar publicar no *Correio Oficial* toda a correspondência havida entre nós sobre a matéria, a fim de que se conhecesse a boa disposição, que animava a ambos os Governos". Não tendo o Senhor Ouseley voltado mais a este assunto, terminou aqui a correspondência havida sobre este incidente, que como disse acima, tem toda a conexão com a questão principal. Os artigos do [*The*] *Morning Chronicle,* e do *Colonial Gazette* baseavam-se nos fatos do *Memorandum,* e eram evidentemente escritos por quem tinha conhecimento desta peça oficial; ou a dita peça baseou-se sobre o Folheto de Schomburgk anteriormente publicado em Londres. O Encarregado de Negócios Britânico afetou a minha Nota de 24 de março (e provavelmente também a correspondência *confidencial* sobre o incidente) ao conhecimento do seu Governo; e não voltou sobre a matéria, até retirar-se desta Corte, onde veio suceder-lhe o Senhor H. Hamilton [7]. Eu havia no entanto escrito em 7, e 20 de março ao Presidente da Província do Pará [8], e em diversas outras datas às nossas Legações em Portugal, Espanha, e Holanda, para obter as informações, e esclarecimentos de que carecia, a fim de tratar com segurança a questão de direito; e tinha já recebido daquele Presidente, em data de 19 de maio, um importante ofício de informação, quando o novo Ministro de Inglaterra, o Senhor Hamilton, dirigiu-me (a 10 de dezembro de 1841), ũa Nota, na qual remetendo-me a intimação, que um comissário Inglês fizera às autoridades da fronteira no Alto Amazonas, comunicava-me ter o seu Governo, em conseqüência da informação, que lhe dera o dito Comissário, expedido ordem ao Governador de Demerara para que enviasse ao *Pirara* um destacamento de tropas inglesas. A esta mui sucinta Nota dei (a 8 de janeiro de 1842) a resposta, cuja íntegra vou transcrever: "O abaixo-assinado do Conselho de S.M. o Imperador, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros, acusa o recebimento da Nota, que em data de 10 do mês próximo passado fez a honra de dirigir-lhe o Senhor Hamilton-Hamilton, Enviado Extraordinário, e Ministro Plenipotenciário de S.M. Britânica, remetendo-lhe a intimação feita em 15 de março precedente, pelo Senhor *Crichton,* aos Delegados de S.M.I. no Alto Amazonas, e comunicando-lhe haver o Governo de S.M. Britânica, em conseqüência da informação do dito Comissário, dado ordens para que fosse enviado ao Pirara um destacamento de tropas inglesas.

Para explicar a penosa impressão, que produziu no abaixo-assinado semelhante notificação, bastaria citar a primeira Nota dirigida ao Ministério Imperial sobre este assunto, e a resposta, que então lhe deu o abaixo-assinado. Essa Nota, datada de 20 de fevereiro de 1841, do Senhor W. G. Ouseley, e acompanhada de um Memorandum explicativo, propunha que se encetasse ũa negociação sobre a fixação definitiva dos limites da Guiana Inglesa com o Brasil, e anunciava que o Governo Britânico havia enviado a aquela parte confinante das duas Possessões um Comissário (o Senhor Schomburgk) para reconhecer o terreno, e levantar uma carta fundada sobre os respectivos trabalhos de investigação, a qual, juntamente com a expedição dos títulos de propriedade da Inglaterra, seria comunicada tanto ao Governo de S.M. Imperial, como ao dos Países Baixos, e ao de Venezuela; pedindo-se no entanto ao Governo Imperial, que expedisse ordem às autoridades brasileiras da fron-

teira, para que se não fizessem invasões sobre o Pirara, ou territórios ocupados por Tribus Indianas até agora independentes.

No Memorandum se continha um resumo rápido dos diversos fatos, relativos às vicissitudes políticas, por que tinham passado as Colônias Holandesas no continente Americano desde o ano de 1781 até a época, em que foram cedidas à Grã-Bretanha; das tentativas, que haviam feito os seus antigos possuidores para se estenderem para o Sul, e Oeste; e dos trabalhos de demarcação executados por ordem do Governo Português; e finalmente das discussões recentemente ocorridas entre o Governador da Guiana Inglesa, e as autoridades da Fronteira Brasileira, a respeito não só da questão territorial, como da condição das Tribus de Índios, que no Memorandum se diz serem independentes, terem sido vexados pelos brasileiros, e reclamarem a proteção Britânica. Todas essas alegações não só eram produzidas sem nenhũa prova documental, e mais como ũa narração histórica, como mesmo careciam muito de precisão, e eram por conseqüência tão pouco convincentes, que o próprio Senhor Ouseley em mais de um lugar manifestou suas dúvidas, e incertezas. O abaixo-assinado, a quem aquela Nota, e Memorandum veio surpreender, não tendo a pretensão de possuir desde logo o compacto de informações necessárias para firmar um juízo definitivo sobre a questão, que era suscitada ao Governo Imperial, mas prometendo colhê-las sem perda de tempo, lisonjeia-se contudo de que na resposta, que em 24 de março deu a essa Nota do Senhor Ouseley, se baseava em ũa convicção mais íntima, e segura do Direito do Brasil, e patenteava ao mesmo tempo a lisura, moderação, e retidão de conduta sempre invariável do Gabinete Imperial para com o de S.M.B.

Nessa resposta dizia o abaixo-assinado, que considerando a questão como um desses incidentes de fronteira, tão freqüentes nos Estados limítrofes, e esperando a carta, e dedução, que o Governo Britânico anunciava deverem ser-lhe comunicadas, não se negara a entrar na negociação proposta; e se limitava por então a observar, que se não existia, como afirmava o Memorandum, Tratado algum entre os antigos Estados Gerais da Holanda, e Portugal, relativamente às suas respectivas possessões confinantes, havia contudo dois Tratados (os de 1750, e 1775) entre Portugal, e Espanha, compreendendo estipulações, que não podiam, nem deviam perder-se de vista na presente questão, à face da pretensão, que ora parece ter a Inglaterra, desconhecendo os limites naturais recomendados naqueles Tratados. O abaixo-assinado acrescentava, que tratando-se de demarcar ũa fronteira, que fosse indicada pela natureza, era a cordilheira das montanhas conhecidas com o nome de *Pacaraimas*, a que correspondia perfeitamente a esse fim, e ia de acordo com a letra, e espírito daqueles Tratados, visto que as ditas montanhas, conforme as cartas geográficas antigas, e modernas, que o abaixo-assinado citou, *D'Auville, Arrowsmith, Lapie, Brué*, e *Piquet*, e conforme as melhores descrições, separam os rios, que deságuam no Orenoco, dos que confluem com o Amazonas, e visto que essa demarcação é verdadeiramente uma aplicação do princípio consagrado nos ditos Tratados de 1750, e 1777, isto é, *que a linha da raia devia ser endereçada quanto pudesse ser ao Norte, seguindo a direção das montanhas, que se estendem entre o Orenoco, e o Amazonas.* O abaixo-assinado notou então, posto que muito de passagem por não julgar ainda oportuna uma discussão mais aprofundada, que naquelas cartas, publicadas nos anos de 1786, 1810, 1814, e 1839, a dita cordilheira de montanhas é indicada como a extrema do Brasil;

e no território deste se acham colocados o Lago *Amacú,* e o Rio *Pirara,* ou *Pirarara.* Notou mais, que Mr. de Humboldt, a cujo testemunho o Senhor Ouseley no seu Memorandum parecia referir-se com confiança, e que teve tantos meios de alcançar informações exatas, e o mesmo que na sua obra citada no Memorandum (*Nouvelles annales de voyages*) tratando de ũa porção de terreno cultivado junto às montanhas *Pacaraimas,* diz (à página 161) *que tal terreno é dependente do Pará;* acrescentando (à página 173) *que le Rupununi, et le village d'Aunay sont reconnus aujourd'hui comme formant, dans ces contrées désertes, la limite politique entre les territoires Anglais, et Brésiliens.* Observou ainda o abaixo-assinado, que o Senhor Schomburgk (a cujas observações, e asserções vagas, publicadas em Londres, parece que o Governo de S.M.B. deu muito peso, a ponto de o nomear comissário para aquelas explorações, e demarcações, e de pôr logo em dúvida o direito do Brasil, sem o ter ouvido) o Senhor Schomburgk mesmo, à página 5 da sua descrição *of British Guyanna,* diz *"que um ponto culminante dessa cadeia de montanhas é de máxima importância para a determinação dos limites da Guiana Inglesa.* O abaixo-assinado finalmente informou em sua resposta ao Senhor Encarregado de Negócios, de S.M. Britânica, que o Governo Imperial, sempre animado do desejo de terminar amigavelmente quaisquer questões, que ocorressem com o seu aliado, cheio de confiança na justiça, e moderação da Grã-Bretanha, tanto mais quanto era ela mediadora, e garantidora de outra parte da fronteira Brasileira, havia já determinado aos seus Delegados, que não dessem motivo algum de queixa às Tribus de Índios, que porventura estivessem sob a proteção de S.M.B., e que mantivessem o estado de coisas existente conservando a melhor inteligência, e boa harmonia com as autoridades Britânicas de Demerara.

Esta promessa foi cumprida pelo Governo Imperial desde o dia 6 de março, isto é, mais de 15 dias antes da resposta dada ao Senhor Ouseley pelo abaixo-assinado, que não tem conhecimento de ocorrência algũa, que possa tornar duvidoso o exato cumprimento das ordens expedidas no sentido acima dito. No entanto não havia ainda decorrido um mês depois da Nota do Senhor Ouseley, quando já o Comissário Inglês, o Senhor *Crichton,* se achava em Pirara, e tratava pela intimidação, e com ameaças de guerra, de desviar as autoridades Brasileiras da linha de seus deveres.

O Senhor Hamilton sabe mui bem, que um mês não é espaço suficiente para fazer-se a viagem desta Capital às margens do Rio Branco: as ordens expedidas em 6 de março chegaram ao Pará em 6 de maio, e daquela cidade ao Forte de São Joaquim há a distância de 258 léguas de 20 ao grau, distância igual à que separa a Cidade do Pará de Demerara.

Não seria pois para admirar, que as intenções do Governo Imperial não fossem ainda patentes, quando o Senhor *William Crichton* se achava em Pirara; e foi certamente felicidade, que ele restringisse o seu zelo a expressar-se por uma forma cominatória.

É porém com profunda mágoa, que o abaixo-assinado observa, que tendo o Governo de S.M.B., sem dúvida em virtude do fato da retirada do Missionário Youd, e das asserções do Senhor Schomburgk, entendido conveniente fixar definitivamente os limites da fronteira da Guiana, considerando *duvidosos* os que até agora foram sempre reconhecidos, e *independentes* as Tribus In-

dianas, que habitam os terrenos do Pirara, e que *reclamam a proteção Britânica;* e tendo pedido que o Governo Imperial mandasse retirar desses terrenos qualquer força, *até que esta matéria seja definitivamente arranjada,* como se exprimiu o Senhor Ouseley na sua citada Nota, mandou, não obstante, ordem para que os mesmos lugares sejam ocupados por um Destacamento de forças Inglesas: e isto sem que houvesse tempo de chegarem aos Delegados do Governo Imperial as ordens, que lhes fossem expedidas! Não é com menos surpresa, que o abaixo-assinado observa, que o Senhor Hamilton fazendo-lhe a comunicação acima dita, nenhũa menção faz da resposta, que o abaixo-assinado dera à primeira Nota sobre este assunto, que foi dirigida ao Governo de S.M. Imperial, na qual resposta aliás não se negava o mesmo Governo à discussão do direito, e a entrar na negociação para a definitiva demarcação de limites.

E posto que ao abaixo-assinado não pareça ainda oportuna essa discussão, não pode contudo prescindir de fazer desde já algũas observações, persuadido de que elas encaminharam este negócio àquela marcha regular, da qual parece muito afastar-se. É tão duvidoso o direito da Grã-Bretanha ao território em questão, e fundado tão somente, ao que parece, nas asserções vagas do Senhor Schomburgk, que as próprias Autoridades Britânicas de Demerara, cumprindo as ordens do seu Governo o põem em dúvida. O Governador Geral da Guiana Inglesa, enviando ao Pirara o Senhor *William Crichton,* e outro Oficial, para intimar ao Missionário Brasileiro, e ao Comandante do Forte de São Joaquim, que evacuassem o território do Pirara, dirige-se às autoridades brasileiras nos seguintes termos: 'Sem dar a minha opinião sobre as pretensões do Governo Inglês, ou Brasileiro ao território do Pirara, que confina (*bordering*) com a Guiana Britânica, até aqui ocupado por Tribos de Índios Independentes, é necessário para satisfazer ao meu Governo, que Pirara, antes ocupado por um Missionário Inglês que foi expulso dali pelo Comandante do Forte de São Joaquim, seja imediatamente abandonado pelos Brasileiros, para cujo fim dei instruções a Mr. William Crichton, Inspetor Geral desta Colônia'. Esta linguagem, e o fato de não haver o dito Governador reclamado logo às autoridades brasileiras contra a expulsão do Missionário Youd, provam bem que ele, conhecedor do terreno, tinha, e tem consciência do direito do Brasil ao território em questão, ou pelo menos que é muito duvidoso o da Grã-Bretanha.

O Missionário Brasileiro, e o Comandante do Forte de São Joaquim, dando parte deste acontecimento ao Presidente do Pará, referem em seus ofícios ter dito aquele Inspetor de Polícia: que ia examinar os terrenos, *que Mr. Schomburgk diz pertencerem a Demerara,* e ele Inspetor *julgava terreno neutro:* que o seu Governo dava quatro meses para se decidir a questão, e se nesse tempo não se apresentasse ninguém por parte do Brasil em Demerara *para se ver demarcar,* os ingleses o fariam pela sua parte. Na comunicação, que o mesmo Senhor Crichton fez ao Comandante do Forte de São Joaquim, assevera ele ter ordem para fazer entender às Autoridades Brasileiras daquela fronteira, que durante a começada demarcação, que S.M. Britânica mandara fazer para fixar os limites da Guiana, *e as negociações seguidas a respeito* entre o Governo Inglês, e Brasileiro, não permitirá aquele usurpações no Pirara; e que tem ordem para se opor a que esse terreno seja ocupado excepto pelos *Índios independentes, até que se determine pela demarcação, e negociações, a qual dos respectivos Governos deve pertencer;* e (acrescenta o Senhor Crichton) que instruções iguais a estas foram comunicadas pelo Representante

de S.M.B. no Rio de Janeiro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil.

O Cônsul de S.M.B. no Pará, em ofício que dirigiu ao Presidente desta Província em 17 de Agosto de 1840, aludindo às medidas tomadas por essa Presidência para expulsar do Pirara o Missionário Youd, declara *ter feito quanto estava ao seu alcance para que o dito Youd saísse dali;* nega que seja apoiado por algũa associação, ou autoridade e, assevera *que os procedimentos desse indivíduo serão vistos pelo Governo de S. M. Britânica com o desagrado, que eles inspiram.*

Por toda a parte pois, desde o mesmo Senhor Schomburgk, a cujas publicações se pode atribuir o ser hoje suscitada esta questão, até às próprias Autoridades Britânicas, se observa *incerteza de direito* da parte da Grã-Bretanha. Por outro lado ũa série de fatos, e argumentos irrecusáveis, dos quais por ora prescinde o abaixo-assinado, provam a longa posse *bona fide* da parte do Brasil; e bastaria esta para que ele não pudesse ser dela esbulhado violentamente, *até que se decida a quem deve pertencer a coisa possuída,* como parece pretender-se; porque, segundo os princípios de Direito Público, de conformidade com os preceitos do Direito Civil, o possuidor goza *beatitudine possessionis,* isto é, da vantagem de não ser perturbado na sua posse antes de sentença, que o condene a largá-la: e nem é obrigado a exibir, e comprovar os seus títulos. Watel (Livro 2.º capítulo 18 § 337) tratando do direito do possuidor em matéria duvidosa diz: *C'est au demandeur de prouver son droit, car il doit faire voir qu'il est fondé à démander une chose, qu'il ne possède pas. Il lui faut un titre, et on n'est obligé d'avoir égard à son titre, qu'autant qu'il en montre la validité. Le possesseur peut donc demeurer en possession jusqu'à ce qu'on lui prouve que sa possession est injuste. Tant que cela n'est pas fait, il est en droit de s'y maintenir, et même de la récouvrer par la force s'il en a été dépouillé. Par consequent, il n'est pas permis de prendre les armes pour se mettre en possession d'une chose, à la quelle on n'a qu'un droit incertain, ou douteux.*

E se essa incerteza, e dúvida ressalta em mais de um lugar das comunicações sobre este objeto, como fica acima notado, ela desaparecerá totalmente para dar lugar a firmar-se o direito do Brasil, se se examinar o Tratado de *Amiens,* e se trouxer à memória a parte, que representou a Inglaterra, a respeito de Portugal, nas negociações de 1801, e 1802. Então obrava o seu Governo convicções diametralmente opostas às que parece ter presentemente. O abaixo-assinado abstém-se de examinar se Lord Hawkesbury, e Lord Cornwallis, tinham por parte de Portugal poderes suficientes; mas em qualquer suposição o Artigo 7.º do Tratado de Amiens estipulou, que os limites da Guiana Francesa seguiriam *o Rio Arawary desde a sua embocadura a mais remota do cabo do Norte, até a sua origem, e depois em linha reta tirada desta origem até o Rio Branco, para Oeste.* Por conseqüência não julgava o Governo Britânico em 1802, depois de seis anos de posse das Colônias Holandesas, ter tido direito ao terreno, que atualmente reclama, nem ter suposto que pertencia anteriormente aos Holandeses, quando pelo mesmo Tratado lhes restituiu Demerara, Essequibo, e Berbice; salvo se se pretender fazer-lhe a injúria de presumir, que, prevendo a pouca duração, que teria a paz, que um dos seus Ministros qualificara de — *experimental peace* — quisesse preparar de antemão, a expensas de Portugal, um engrandecimento no caso eventual de

recaírem as Colônias Batavas, pela fortuna das armas, em poder da Grã-Bretanha.

O abaixo-assinado pudera dispensar-se destas observações prematuras, quando por parte da Inglaterra não se tem apresentado sobre este objeto, até este momento, senão asserções vagas, e desejos de entrar em negociações de fixação de limites; porém além de que elas podem conduzir ao fim desejado, o abaixo-assinado não hesita em comunicá-las ao Senhor Hamilton como preliminares; anelando patentear nesta, como em todas as ocasiões a séria atenção, que o Governo de S.M. Imperial dedica a tudo o que diz respeito às suas relações com o de S.M. Britânica, bem como a subida consideração, que tributa a tudo o que emana da sua parte.

À vista portanto do que fica expendido, parece evidente que o direito de posse somente *bona fide*, e não perturbada, do terreno em questão, dava ao Governo Imperial bem fundado motivo para esperar da retidão do Governo da Rainha, que, embora se procedesse a trabalhos preparatórios para uma demarcação definitiva, e se ventilasse a questão de direito: e embora mesmo se considerasse no entanto esse terreno *neutro*, e *independentes as Tribus, que o habitam* para ser adjudicado afinal a quem de direito fosse, houvessem os súbditos brasileiros de ser respeitados, e não expelidos pela força, como são ameaçados de o ser; contra o que o abaixo-assinado, em nome do seu Governo, e com pesar, se vê na necessidade de protestar altamente em defesa dos direitos, e dignidade da Coroa Imperial. Entretanto tal é o espírito de moderação, que anima o Governo de S.M. o Imperador do Brasil, e tais são os desejos, que nutre de não alterar jamais as relações de amizade e boa inteligência existentes entre as duas Coroas, que o abaixo-assinado não duvida propor ao Senhor Hamilton um acordo semelhante ao que a Inglaterra, e os Estados Unidos adotaram depois de muito mais prolongadas discussões, em um negócio, que tem com este algũa analogia. Este acordo parece mesmo achar-se implicitamente significado na primeira Nota do Senhor Ouseley sobre este objeto, quando denomina *independentes* as Tribus indianas do Pirara, *que reclamaram* a proteção Britânica; e quando pede, que não sejam incomodados *até que esta matéria seja definitivamente arranjada;* e se acha mais explicitamente indicado na recente comunicação do Senhor Hamilton, e na intimação do Senhor Crichton, que a acompanhou, e fez parte dela.

Nessa intimação se encontra ũa explicação, que deixa ao Governo de S.M.I. a possibilidade de não desprezar jamais os meios conciliatórios, que são adequados para produzirem um ajuste amigável sem comprometimento de seus direitos, e dignidade. O abaixo-assinado acha essa explicação no último parágrafo da carta do Sr. Crichton e na linguagem de que se serviu na presença do Comandante do Forte de São Joaquim, e do Missionário Católico. O Senhor Crichton disse então, que o Pirara *era um terreno neutro;* e na dita carta se expressa nos seguintes termos: Sua Excelência o Senhor Governador da Guiana Inglesa recebeu ordens do seu Governo para opor-se a que se prolongue a ocupação do Pirara, ou que pretenda qualquer Nação ocupar pontos do território contíguo, e litigioso, *salvo as tribus de Índios Independentes, até que se determine por meio de explorações, e de negociações, a qual dos respectivos Governos aquele território deve para o futuro pertencer.* Segue-se destas palavras, e das da Nota do Senhor Ouseley, que o terreno em questão é constituído pela Grã-Bretanha em estado de neutralidade, até o

êxito da negociação acerca dos limites definitivos entre o Brasil, e a Guiana Inglesa. Se o Governo Imperial não estivesse disposto a testemunhar a maior moderação, poderia seguramente encontrar nas circunstâncias, que lhe são peculiares, razão suficiente para procrastinar a adoção de uma semelhante deliberação, posto que não seja definitiva, protestando no *interim*, e conservando-se na expectativa do cumprimento das primeiras aberturas do Governo de S.M.B., isto é, a comunicação dos títulos de propriedade da Inglaterra, e o resultado dos trabalhos executados pelos Comissários, que devem estudar a questão respectiva sobre o terreno. Contudo, quanto menos o Governo Imperial duvida do seu direito, tanto mais propende a prodigalizar as provas de constante contemplação, que lhe merece um vizinho, e aliado, com o qual se compraz em cultivar relações de amizade.

Reservando pois todos os seus títulos para os validar em tempo oportuno, concorda em fazer retirar os seus Delegados, e qualquer Destacamento Militar do Pirara, e em reconhecer provisoriamente a neutralidade d'aquele lugar, sob a condição, enunciada pela Grã-Bretanha, de ficarem as Tribus de Índios independentes, e de posse exclusiva do terreno até a decisão definitiva dos limites contestados; e que por conseqüência nenhũa força inglesa possa igualmente permanecer nos mesmos pontos, onde somente se poderão achar os Eclesiásticos das duas Religiões Católica, e Protestante, empregados na civilização dos Aborígines, e os súbditos (sem caráter militar) de ũa, e outra Coroa, que porventura seja mister empregar-se na manutenção das propriedades particulares, ou em medidas de jurisdição, ou superintendência, e relações, que podem originar-se do estado provisório de coisas, que se trata de estabelecer: e sobre estes pontos podem os dois Governos entender-se por meio de seus Plenipotenciários.

O abaixo-assinado não julga necessário protestar contra qualquer conseqüência, ou indução, que talvez possa deduzir-se do favor assim outorgado aos Aborígines, quer independentes, quer já inteiramente sujeitos ao domínio Brasileiro. O Direito das Gentes, as máximas de todas as Potências que possuem colônias, e a unanimidade da Sociedade Cristã, garantem suficientemente os direitos inerentes às Nações civilizadas, quanto às Tribus selvagens colocadas nas Regiões descobertas pelos Europeus, e introduzidas no grêmio da civilização. A Inglaterra mesma, por conveniência própria, tem máximo interesse em contrastar as exagerações de ũa cega filantropia; e se há pronunciado tão explicitamente contra os títulos de propriedade, que a cobiça, ou a ambição pretendia basear sobre contratos de permuta celebrados com Tribus selvagens, para que se faça mister precaver-se o Brasil junto ao Governo ilustrado, e previdente de S.M. Britânica contra um precedente, que atacaria pelas bases toda a ordem social firmada fora da Europa.

Não podendo o abaixo-assinado duvidar, em conseqüência de tudo o que fica exposto, de que a proposição enunciada, que é meramente o desenvolvimento lógico das aberturas apresentadas pela Grã-Bretanha, satisfaça completamente ao Governo de S.M.B., e tendo a honra de o comunicar por esta forma ao Senhor Hamilton, cumpre somente ao abaixo-assinado, de ordem de S.M. o Imperador, rogar-lhe, que se sirva concordar com o abaixo-assinado sobre os meios de execução, a fim de prevenir quaisquer acidentes, que ambos os Governos desejam igualmente obviar por meio de medidas, que a sua sabedoria pode adotar.

O abaixo-assinado confia, que encontrará também nesta discussão o espírito de retidão, e de conciliação, com que o Senhor Hamilton costuma tratar os negócios de interesse recíproco das duas Nações, e que tanto pode concorrer para o bom êxito deles, e para a conservação da boa harmonia, e inteligência subsistente entre as duas Coroas; e por esta ocasião renova com prazer ao Senhor Hamilton os protestos da sua perfeita estima, e distinta consideração.

Palácio do Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 1842 — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho."

NOTAS

1 William Gore Ouseley (1797-1866), diplomata que serviu em vários níveis da legação britânica no Rio de Janeiro entre 1834 e 1842. Fez explorações geográficas no Rio da Prata.

2 João Antônio de Miranda, que, tendo tomado posse em fevereiro de 1840, governou a Província por menos de um ano.

3 Antônio de Barros Leal, comandante do Forte de São Joaquim do Rio Branco. Investigou a atuação do missionário Thomas Youd na fronteiriça região de Pirara, então litigiosa. A contestação à soberania do Brasil sobre a área motivou farta literatura, como já ocorrera no incidente com a Guiana Francesa.

4 Robert H. Schomburgk (1804-1865). Geógrafo designado para explorar a Guiana Inglesa, escreveu e publicou vários estudos a respeito dos encargos que tivera.

5 Explorador comissionado pelo governo do reino de Nova Granada.

6 F. H. A. Humboldt (1769-1859) publicou essa memória em 1837.

7 Hamilton-Hamilton, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. M. Britânica, chegou ao Brasil em 1841.

8 A essa altura, o presidente João Antônio de Miranda já fora substituído por Tristão Pio dos Santos

MANUSCRITOS
SOBRE A ÁFRICA E A ÁSIA*

* Excluem-se os documentos referentes aos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias.

EXPLICAÇÃO

Este levantamento de manuscritos sobre a África e a Ásia existentes na Biblioteca Nacional não pretende ser exaustivo. Nele se incluem os documentos que, dizendo respeito à história e aos costumes de lugares e populações daqueles continentes, ofereçam real interesse para o pesquisador, deixando-se de lado quanto de circunstancial ou irrelevante se tenha recolhido durante a preparação do elenco. O exame dos verbetes mostrará que, coincidentemente, se equilibra a documentação, balanceada em números bem próximos entre uma e outra região. De certo modo, esse equilíbrio reflete a dispersão dos interesses portugueses por ambas as partes, evidenciando claramente a duplicidade da penetração lusitana em distantes terras: na África, pela conveniência do tráfico escravagista e na Ásia pela sedução do comércio de especiarias. Daí a dominância, numa parte, da documentação negra, e noutra, da documentação respeitante à administração da Índia e terras adjacentes.

O inventário levanta papéis em alguns dos mais valiosos fundos da Biblioteca Nacional: Moreira da Fonseca, J. A. Marques, Júlio B. Ottoni, Morgado de Mateus, Conde de Linhares, Augusto de Lima, entre outros, e, naturalmente, a Real Biblioteca.

Provindo, em grande parte, de papéis avulsos, os verbetes mostram, entretanto, pela própria matéria, a riqueza de diversos códices de que também provêm: *Cartas e Privilégios, Rendas da Índia, Rendas do Ultramar, Roteiros para diferentes partes..., Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão* etc.

O fato de que grande parte dessa documentação se relacione com a história do Brasil explica a freqüência da citação do CEHB (Catálogo da Exposição de História do Brasil); mas não se pôde estender a todo o levantamento a pesquisa sobre peças eventualmente éditas, nem indagar quantas delas figurariam já em inventários publicados por outras instituições.

Motivos de ordem técnica não permitiram que este inventário se acrescesse com os manuscritos de assunto afro-asiático existentes na coleção factícia de folhetos de Barbosa Machado, em depósito na Seção de Livros Raros da Biblioteca Nacional, o que se fará em próximo suplemento, se assim o aconselhar a matéria. Outra, entretanto, foi a causa da não inclusão, neste arrolamento, dos papéis referentes aos arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, nela concorrendo considerações de ordem geopolítica suficientes para superarem os critérios puramente geográficos. Levantados que foram, merecerão também, oportunamente, inclusão nos *Anais* desta Biblioteca.

I. ÁFRICA

1 "Regimento do Oficio de Thezoureiro Geral e Escrivão das fazendas dos Defuntos, e auzentes de Guiné, Mina, Brazil, Ilha dos Assores, e mais partes Ultramarinas que rezide nesta Cidade de Lisboa". Lisboa, 1 ago. 1515.
Letra do séc. XVIII. 108 p.
Col. Moreira da Fonseca.

I-12,3,16

2 Certidão passada em nome do Almirante de França, proibindo a ida de navios à Guiné e ao Brasil. S.l., 28 jun. 1532.
Cópia moderna. 4 p.
CEHB *, 19.580.

7,3,1 n.º 27

3 Alvará sobre a vinda de escravos de São Tomé para o Brasil. Lisboa, 29 mar. 1559.
Cópia moderna. 2 p.
CEHB, 15.150.

12,2,5 n.º 3

4 Cartas de el-rei Filipe I e do regente cardeal Alberto a Dom Francisco de Almeida, governador de Tânger e da conquista de Angola, tratando de assuntos administrativos. Lisboa, 20 set. 1582 — 2 abr. 1592.
Letra do séc. XVII. 17 docs.

I-14,2,18 n.os 73-89

5 "Sumario, e Descripção do Reino de Angola, e do descobrimento da Ilha de Loanda, e da grandeza das Capitanias do estado do Brazil. Feito por Domingos de Abreu de Brito, Portuguez. Dirigido ao muito alto, e poderoso Rey Dom Philippe Primeiro deste Nome, Pera augmentação do Estado, e renda de sua Coroa. Ano de 1592".
Cópia moderna. 203 p.
CEHB, 19.289.

3,1,24

---

* Biblioteca Nacional. *Catalogo da Exposição de Historia do Brazil. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.* v. 9, t. 1, 2 e supl. 1881-83. 3 v.

6 "Contrato de Angola que se fez com Duarte diaz Anriquez por tempo de oito annos que começarão por São João Baptista do anno prez.te de 1608 em diante".

Letra do séc. XVII. 14 p.

No cód. *Contratos e privilégios.*

4,2,10 n.º 14

7 "Contrato da Ilha de São Thome q' se fez com Jorge Roiz da Costa por tempo de dez annos que começarão por São João de seiscentos e oito".

Letra do séc. XVII. 27 p.

No cód. *Contratos e privilégios.*

4,2,10 n.º 15

8 "Outro contrato de Sancthome que se fez com fernão Jorge p.r tempo de 6 anos q começarão em 16 de Nov.bro 611".

Letra do séc. XVII. 21 p.

No cód. *Contratos e privilégios.*

4,2,10 n.º 16

9 "Relação dos Sucessos de Angola de 1623 a 1624". S.l., 1623-1624.

Original. 10 p.

Col. Moreira da Fonseca.

R.22.934/46

10 Carta de Mateus Cardoso a Manuel Severim de Faria, tratando das incursões holandesas nas colônias portuguesas da África. S.l., 10 dez. 1624.

Autógrafo. 4 p.

Col. Moreira da Fonseca.

R.22.935/46

11 "Relação da 2.a ida que o Padre Matheus Cardoso fez ao Reino de Congo". Congo, 14 set. 1625. É uma carta dirigida provavelmente a Manuel Severim de Faria.

Original. 10 p.

Col. Moreira da Fonseca.

R.871/49

12 "Copia das Proposiçoens, e Seg.da alegação que o D.or Francisco de Andrade Leitão... presentou á cerca da Restituição da Cid.e de S. Paulo de Loanda em Angola, e da Ilha, e Cidade de S. Thomé, acerca da Ilha, Cid.e e destricto do Maranhão, e outros lugares, Cid.es, fortalezas, Náus, e navios guerreados, uzurpados, e tomados por os Vasalos delles, despois do tratado da paz renovada com os ditos Sr.es. Ordens g.es em 14 de Junho de 1642 — Em Lisboa Na Oficina de Lourenço de Anv.es — Anno de 1642". É cópia do impresso.

Letra do séc. XVIII. 36 p.

Da Real Biblioteca.

I-31,25,5

13 "Viagem que fez o P.e Ant.o Gomes da Comp.a de Iesus, ao Imperio de Manomotapa, & assistencia q' fes nas ditas terras de Algũs annos".

Fotocópia. O ms. original, acompanhado de carta autógrafa datada de "Varcâ, terras de Salcete, em 2 de Jan.ro de 1648", pertence à coleção de folhetos da biblioteca de Barbosa Machado — "Not. das missões do Oriente", t.I (Biblioteca Nacional, Seção de Livros Raros.)

Publ. em *Studia,* 1:3 (1959), por E. A. Axelson.

I-45,17,42

14 "Noticia de hum levantamt.o em Angolla". São Paulo de Assunção, 13 fev. 1667. Letra do séc. XVIII. 11 p.

No cód. *Papéis Vários,* t.I.

1,3,11 n.o 7

15 Patente de capitão-de-mar-e-guerra da fragata São Bento concedida a Mateus de Almeida, por serviços prestados no reino de Angola. Bahia, 10 out. 1678.

Cópia. 2 p.

No cód. *Cartas patentes...* 1644-1678.

CEHB, 5.826.

1,2,9 n.o 35

16 Cartas (7) de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, governador do Estado do Brasil, a S.M., comunicando a morte do governador da Índia, D. Rodrigo da Costa, a arribada de naus da Índia, a remessa de cavalos para Angola e tratando da proibição de se vender sabão proveniente de São Tomé e do pagamento de seis mil cruzados a Nicolau Pedro por haver levado a São Tomé o governador e o ouvidor geral. Bahia, 7 jun. 1691 — 24 jul. 1692. No livro de registro da correspondência (1691-1693).

CEHB, 5.843.

Publ. em *Docs. Históricos* *, v. XXXIII, p. 338 e sgtes.

1,2,33 n.o 5 e sgtes.

17 Carta régia de D. Pedro II a D. Álvaro da Silveira e Albuquerque, governador do Rio de Janeiro, sobre o uso da moeda de cobre de Angola. Lisboa, 10 fev. 1704.

Cópia moderna. 1 p.

II-34,23,1 n.o 60

18 Carta de Lourenço de Almada, governador do Estado do Brasil, a S.M, sobre a recusa dos mestres das embarcações que navegam para a Costa da Mina, de tomarem o porto de São Tomé. Bahia, 6 fev. 1711.

Cópia moderna. 4 p.

15,3,29 n.o 3

19 "Regimento do que hão de uzar os Provedores Thezoureiros e mais Officiais das fazendas dos Defuntos e Auzentes de Guiné, Mina, Brazil e Ilhas dos Assores e mais partes Ultramarinas. Lisboa, 12 de Maio de 1712".

Cópia moderna. 36 p.

CEHB, 16.609.

11,2,13 n.o 1

---

* Biblioteca Nacional. *Documentos Históricos.* Rio de Janeiro, 1928- 110 v.

20 Carta do governador de Angola a el-rei, queixando-se de desatenções e pedindo se lhe tirasse residência com maior brevidade. Luanda, [10] jun. 1716.
Cópia da época. 4 p. Sem assinatura.
Col. J.A. Marques.
I-25,29,2 n.º 2

21 Memória sobre o comércio de negros no Brasil e África. S.l., 1717.
Cópia. 5 p.
I-29,15,5

22 Registro de cartas, provisões e alvarás régios relativos ao Reino de Angola. Lisboa Ocidental, 1717-1761.
Cópia moderna. 220 docs.
Col. Moreira da Fonseca.
I-12,3,31 n.os 1-220

23 Carta de Diogo de Mendonça Corte-Real ao Marquês de Angeja, governador do Estado do Brasil, referindo-se ao embarque de ciganos para Angola, Benguela, São Tomé, e outras partes, com proibição de voltarem ao Reino. Lisboa Ocidental, 15 abr. 1718.
Cópia moderna. 1 p.
9,2,28 n.º 133

24 Carta régia de D. João V, determinando que os ciganos não devem desembarcar no Rio de Janeiro, mas serem conduzidos a Angola e Benguela. Rio de Janeiro, 15 abr. 1718.
Cópia moderna. 1 p.
II-34,23,1 n.º 2

25 Carta régia de D. João V a Vasco Fernandes César de Meneses, vice-rei do Estado do Brasil, sobre a contratação do sabão da Ilha de São Tomé. Lisboa Ocidental, 5 mar. 1721.
Cópia moderna. 3 p.
9,2,28 n.º 274

26 "Memorias particulares da Jornada que fez o Serenissimo Senhor Rey Dom Sebastião de Glorioza Memoria E Outras que justificão a sempre lamentavel perda da sua [vida] e Exercito nos campos de Africa". S.l., 1722.
Cópia da época. 282 p.
I-13,3,13

27 Consulta feita ao governador do Rio de Janeiro, sobre a conveniência de irem para as minas só os negros de Angola. Lisboa, 18 set. 1728.
Cópia moderna. 4 p.
In cód. *Consultas do Conselho Ultramarino. Rio de Janeiro. 1674-1731.*
Publ. em *Docs. Históricos,* vol. XCIV, p. 28-30.
Col. Carvalho.
15,4,16

28 Carta do Conde de Sabugosa ao Secretário de Estado, referindo-se ao estado político da Costa da Mina. Bahia, 10 out. 1729.
Cópia moderna. 2 p.
15,3,29 n.º 87

29 "Copia da carta q' S. Mag.e (que Deos guarde) escreveo, ao Emperador de Marrocos e Rey de Mequinez, p.a dar resgate aos captivos, nomeando nella por Embaxador a Jozé Antonio Soares de Noronha". Lisboa Ocidental, 28 fev. 1735.
Cópia autenticada. 3 p.
No cód. *Memórias Históricas.*
Col. Benedicto Ottoni.
10,3,26 fls. 177-178

30 "Copia da carta que El Rey de Maquinez e Emperador de Marrocos escreveo a S. Mag.e que D.s G.e em resposta de duas que lhe forão entregues por Jozé Ant.o Soares de Nor.a no anno de 1735". Maquinez, 12 set. 1735.
Cópia autenticada. 2 p.
No cód. *Memórias Históricas.*
Col. Benedicto Ottoni.
10,3,26 fl. 179

31 Carta de André de Melo de Castro a S.M., sobre os insultos que faz o Rei Daomé Costa da Mina aos portugueses da feitoria de Ajudá. Bahia, 14 maio 1737.
Cópia moderna. 3 p.
9,2,28 n.º 240

32 Parecer de Paulo José Correia sobre o acrescentamento das consignações da Casa de Ceuta. Lisboa, 18 jul. 1750. Ocorre minuta de decreto.
Original. 5 p.
Col. Benedicto Ottoni.
10,3,21 fls. 179

33 Carta do Conde de Atouguia, vice-rei do Estado do Brasil, a Diogo de Mendonça Corte-Real, referindo-se ao embarque de mantimentos e armamentos para o Reino de Angola. Bahia, 10 dez. 1750.
Cópia moderna. 4 p.
9,2,28 n.º 200

34 Carta do Conde de Atouguia a S. M., comunicando o falecimento do governador da Ilha de São Tomé, Antônio Rodrigues Neves. Bahia, 13 out. 1751.
Cópia moderna. 6 p.
9,2,28 n.º 214

35 Ofício de D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, a Tomé Joaquim da Costa Corte-Real, referindo-se a medidas tomadas em relação aos navios de escravos que faziam viagem para Angola e portos da África. Bahia, 7 set. 1758.
Original. 3 p.
II-33,29,31

36 Correspondência de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho com D. Luís Antônio de Sousa. 1765-1774. Acompanha o diário da viagem de Sousa Coutinho a Angola.
Originais. 40 docs.
Col. Morgado de Mateus.
Lista I, 4455-94

37 Informação de João Pilarta da Silva a José Vieira de Araújo, capitão-mor de Benguela, sobre a viagem terrestre ao Cabo Negro, em companhia de José dos Santos. S.l., 1770.
Cópia da época. 14 p.
Col. Martins.
I-28,28,28

38 Carta de Manuel da Fonseca Silva a seu irmão Antônio da Fonseca Silva, sobre o comércio com as colônias, Angola especialmente. Lisboa, 7 jul. 1772.
Original. 3 p.
II-31,13,24

39 "Summario da Instrucção expedida de Ordem de Sua Mag.[de], na datta de 10 de Julho de 1772, a Dom Antonio de Lancastro, Governador, e Capitão General dos Reinos e Estados de Angola". Paço, 10 jul. 1772.
Impressos e cópias mss. 83 docs.
I-12,4,34

40 "Tratado de Paz, Commercio e Navegação entre o Snr. Rey D. José Primeiro de Portugal e Mahomed, Ben Muley Abdalla, Ben Muley Ismael, Rey de Marrocos, de Fez, e Mequinez". Palácio de N. S.[a] da Ajuda, 13 nov. 1774.
Cópia da época. 12 p.
Col. Linhares.
I-29,15,11

41 "Instrucção em q' se mostra a formalidade do Commercio do Reyno de Angola, e Benguella, e o quanto tinha florecido desde o seu principio athé o anno de 1760 em q' principiou a sua ruina..." S.l., post. a 1775.
Cópia da época. 42 p. Incompleta.
Col. J. A. Marques.
I-25,29,4 n.º 2

42 "Discripção da Negociação, q' os Francezes fazião em Moçambique, Ilha do Oybo, e Querimba, com a compra de Escravatura, e Marfim para conduzirem á Ilha Mauricia, por João Sebastião Roffe em 1783".
Cópia moderna. 14 p.
I-13,1,47

43 "Descrição da Cassa q' sobre a Costa de Argel deo a Esquadra Portugueza... a hum Corsario... e algumas refleçoens sobre a mesma referida ação". S. l. [1789.]
Cópia da época. 7 p.
Col. Linhares.
I-29,16,42

44 Ofício do Barão de Mossamedes ao governador general da Bahia, comunicando que os navios que dali partissem para Angola deveriam, devido à sublevação de negros, levar os mantimentos que necessitassem para a volta. São Paulo de Assunção, Lisboa, 3 set. 1790.

Original. 1 fl.

II-33,32,29

45 "Diario da Expedição q' p.r ordem do Ill.mo e Ex.mo Snr. Gen.al Barão de Mossamedes, se destina a castigar os Dembos rebeldes cituados ao Norte de Luanda, feito pelo segundo Comm.de da m.ma o Sargt.to Mór do Regimento de Infantr.a da Cid.e de São Paulo de Assump.m Christovão Jozé Pinhr.o de Vas.los". 12 jun. — 10 nov. 1790" (Interrompido).

Cópia da época. 57 p.

I-25,29,9

46 "Relação dos Escravos vindos da Costa da Mina em direitura, e pelas Ilhas do Princepe e Santo Thomé, que se Despacharão, e pagaram Direitos nas Alfandegas da Cidade da Bahia, e ditas Ilhas, nos 5 annos que decorrerão do 1.o de Janeiro de 1785 ao ultimo de Dezbr.o de 1790". [Bahia, s.d.]

Original. 1 p.

Assinado por José Rodrigues de Figueiredo.

CEHB, 15.155.

7,3,15 n.o 2

47 "Relação dos Escravos q' se despacharão na Alfandega da Cidade da Bahia vindos da Costa da Mina em direitura, e pelas Ilhas do Princepe, e Santo Thomé nos 5 annos que decorrerão do 1.o de Janeiro de 1796 ao último de Dezembro de 1795". Bahia, 16 jun. 1796. Ocorre outra via, cujos valores diferem.

Original. 1 fl.

Assinado por José Rodrigues de Figueiredo.

CEHB, 15.156.

7,3,15 n.os 3-4

48 "Mapa e Rendimento dos Direitos de 3:500, e 1$rs. e 2:500 que paga cada hum Escravo que vem da Costa da Mina em cinco a.s susecivos de 1791 a 1795, sendo o primr.o aplicado aos filhos das folhas Ecleziastica, e Civil das Ilhas de Santo Thomé e do Principe, de sorte que o pagão nas mesmas Ilhas se os Nav.os vão a ellas, ou o pagão na B.a vindo em direitura: o Segundo p.a as despezas da Fortaleza Cezarea de Ajuda, e o terçr.o de Donativo Voluntário estabeleçido em 1756". [Bahia, 1796.]

Na mesma folha: "Mappa dos Escravos q' nos mesmos sinco a.s entrarão na B.a e não pagarão Direitos p.los haverem pago p.r sahida nas Alfandegas d'Angola e Banguela onde forão Despachados a 8:700 rs. cada hum, alem das Crias de peito e em pé". [Bahia, 1796.]

Original. 1 fl.

CEHB, 15.157.

7,3,15 n.o 6

49 Ofício de Manuel de Almeida e Vasconcelos ao Conde de Resende, referindo-se ao comércio de escravos. Luanda, 17 fev. 1796.
Original. 3 p.
I-25,29,11 n.º 1

50 Cartas do Vice-Rei do Estado do Brasil ao governador de Angola, D. Miguel Antônio de Melo. Rio de Janeiro, 1 set. 1797 – 29 nov. 1800.
Cópia moderna. 63 p.
Col. Moreira da Fonseca.
22,2,49

51 "Noticia de São Filippe de Benguella e Costumes dos Gentios habitantes naquelle Sertão. Luanda, 10 nov. 1797.
Cópia da época. 15 p.
Col. Martins.
I-28,28,29

52 Minutas de ordens da Rainha D. Maria I, expedidas para o Reino de Angola e demais domínios. S.l., 1797-1801.
Cópia da época. 72 docs. 126 p.
Col. Linhares.
I-29,13,27 n.º 2 a 70

53 "Balanço da Importação, e Exportação deste Reino de Angola, nos Anos de 1795, 1796 e 1797".
Original. 2 p.
Col. Linhares.
15,3,33 n.º 1

54 "Relaçoens das Fazendas, Generos, e mais Objectos de Importação, que entrarão nesta Cidade de São Paulo d'Assumpção, Reino de Angóla nos Annos de 1795, 1796, e 1797, segundo o que consta dos Livros d'Alfandega, com declaração dos valores das mesmas Fazendas, e Generos, arbitrados por pessoas práticas, para se conhecer com a possível exacção a importancia de tudo o que entra, e tem consumo neste Reino".
Originais. 4 docs. 35 p.
Col. Linhares.
15,3,33 n.os 2-5

55 "Mappa de que se mostra o Numero dos Escravos, que se despacharão na Alfandega de São Paulo d'Assumpção Reino de Angóla, para os Portos do Brazil, nos trez annos de 1795, 1796, e 1797".
Original. 1 p.
Col. Linhares.
15,3,33 n.º 6

56 "Mappa das quantidades da Cera, que foi exportada deste Reino de Angóla, nos trez annos de 1795, 1796, e 1797".
Original. 1 p.
Col. Linhares.
15,3,33 n.º 7

57 "Mappa de que se mostra o valor do Marfim, que foi exportado deste Reino de Angola, nos trez annos de 1795, 1796, e 1797".
Original. 1 p.
Col. Linhares.

15,3,33 n.º 8

58 "Mappa dos Escravos Exportados desta Capitania de Benguela p.ª o Brazil, desde o anno de 1762 té o de 1796..." Assin. pelo governador Alexandre José Botelho de Vasconcelos. Post. a 1797.
Original. 1 p.
Col. Martins.

I-28,31,47 n.º 14

59 "Instrucçoens, e Diário de Viagem q' fez ao centro d'Africa, o Governador q' foi dos Rios de Sena Francisco José de Lacerda e Almeida, no anno de 1798". S.l.
Cópia da época. 67 p. Com 23 mapas aquarelados.
Col. Martins.
Publ. em *Diários de Viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida.* Inst. Nac. do Livro, Rio de Janeiro, 1944.

I-28,29,13

60 "Memoria sobre a Viagem, que fez Francisco José de Lacerda e Almeida, Governador dos Rios de Senna, para procurar, e averiguar a Communicação das duas Costas Oriental, e Occidental de Africa". Tete, 10 mar. 1798. Compreende uma informação sobre os caminhos para Angola e dois depoimentos sobre a morte de Lacerda e Almeida.
Cópia da época. 6 p.
Col. Martins.

I-28,29,12

61 "Diario da Viagem de Mossambique para os Rios de Séna feito pelo Governador dos mesmos Rios o D.or Francisco José de Lacerda e Alm.da". Tete, 21 mar. 1798. Com ofício de encaminhamento a D. Rodrigo de Sousa Coutinho.
Originais assinados. 52 p.
Col. Martins.
Publ. em *Diários de Viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida.* Inst. Nac. do Livro, Rio de Janeiro, 1944.

I-28,28,8 n.os 2-6

62 "Documentos pertencentes á tentativa da communicação da Costa Oriental de Africa com a Occidental de Angola pela via de Terra". Tete, 27 fev. 1798 – 19 mar. 1799. Referem-se à viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida.
Cópia da época. 13 docs. 28 p.
Col. Martins.

I-28,31,47 n.os 1-13

63 Carta de Mahomed Ben Otthoman a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em nome do imperador do Marrocos, relatando a acolhida dispensada naquela corte ao embaixador português. Fez, 26 maio 1798. Em árabe, com tradução portuguesa.
Cópia da época. 3 p.
I-25,29,14

64 Aviso de D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao Bispo de Pernambuco, determinando que mandasse anualmente para Angola e Benguela os vadios e delinqüentes de Pernambuco, com o objetivo de desenvolver o povoamento desses domínios. Lisboa 16 set. 1799.
Original. 1 fl.
I-33,6,25

65 Petição de Antônio Caetano Lopes para que seja efetivado no posto de capitão-tenente da Real Armada em virtude de serviços prestados em Moçambique. S.l. [1799.] Acompanham várias atestações.
Original. 3 p.
Col. J. A. Marques.
I-25,29 n.º 1

66 Ofícios de D. Miguel Antônio de Melo, Governador de Angola, a Rodrigo de Sousa Coutinho, tratando de assuntos administrativos. São Paulo de Assunção de Luanda, 17 set. 1799 — 31 maio 1801. Faltam os 105 primeiros ofícios. O n.º 128 expõe um longo "Plano para a organização, disciplina, e governo das tropas do Reino de Angola". (3 fev. 1800.)
Cópias. 99 docs. 442 p.
22,2,50

67 Informe do Conselho Ultramarino sobre a ação de corsários franceses nas costas de Benguela, conforme ofício do governador daquela capitania. Lisboa, 7 jan. 1800.
Cópia moderna. 3 p.
No cód. *Consultas do Conselho Ultramarino.* 1741-1805.
Publ. em *Docs. Históricos,* v. XCV, p. 143-144.
Col. Carvalho.
15,4,17 n.º 169

68 Exposição de Joaquim Pereira da Costa sobre o comércio da Bahia com a Costa da Mina. Lisboa, 1.º maio 1800.
Cópia da época. 4 fls.
CEHB, 13.288.
I-31,30,83

69 "Mappa de Exportação dos produtos da Capitania da Bahia para Portugal, e outros Portos em 1802". S.l. Refere-se aos portos de Ilha da Madeira, Costa da Mina, Angola, São Tomé, Rio Grande e Goa.
Cópia da época. 1 p.
Col. Linhares.
I-29,19,23

70 Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a Francisco da Cunha e Meneses, enviando cópia de conta prestada por João Batista e Silva, governador da Ilha de São Tomé, referente ao comércio entre essa ilha e os reinos de Gabão Grande e Gabão Pequeno. Palácio de Queluz. 16 jan. 1802 (1.ª e 2.ª vias.)
Original. 5 docs. 7 p. I-25,29,15-16

71 Relação dos presos, que seriam transportados à Bahia e de lá ao Reino de Angola. S.l., 16 set. 1804.
Cópia. 1 fl.
CEHB, 6.380. I-31,30,60

72 "Observações sobre o Ensaio Fizico, e Politico da Ilha de S. Nicolao feito em 1803, com algũas providencias, q' a dita Ilha exige para o seu milhoram.to ... tudo isto feito por Antonio Pusich... Intendente da Marinha das Ilhas de Cabo Verde em 1805".
Original. 13 p. I-25,29,6

73 Ofício de D. Fernando José de Portugal ao Visconde de Anadia, remetendo mapas de exportação e importação da Capitania do Rio de Janeiro, em que se relacionam portos do Brasil, Portugal e África. Rio de Janeiro, 20 mar. 1805.
Original. 3 docs. 3 p.
CEHB, 13.302. I-32,14,5 n.os 1-3

74 Ofícios enviados pelo Visconde de Anadia a Francisco da Cunha e Meneses, relativos à visita dos embaixadores do rei do Daomé. Queluz, 30 jul. 1805.
Originais. 8 docs. 16 p.
Publ. na *Revista Trimestral* do I.H.G.B., t. 59, pte. I, p. 413-417.
II-34,5,4

75 "Mappa de Importação que fez Portugal, Feitorias da Costa de África e Portos do Brasil sobre a Bahia em todo o anno de 1807". S.l., 1807.
Original. 1 fl.
CEHB, 13.295. I-17,12,6

76 Requerimento de Pedro Rodrigues Bandeira, negociante na praça da Bahia, ao Príncipe Regente, sobre o apresamento de uma sua embarcação que negociava escravos na costa da África. S. l. [1808.].
Original. 2 p.
Col. Linhares. 15,3,32 n.º 10

77 Nota circunstanciada de Manuel Henriques de Carvalho sobre o regimento da Praça de Bissau e gêneros transportados para os portos do Maranhão, Pará e América Portuguesa. Rio de Janeiro, 16 mar. 1809.
Original. 2 p.
CEHB, 13.193.
I-32,13,13

78 Ofício do Conde de Aguiar à Junta da Real Fazenda da Capitania da Bahia, determinando o envio a Londres de peças de marfim oriundas de Angola, para que ali fossem vendidas. Bahia, 19 ago. 1809. Acompanha fatura de compra em Angola e recibo de embarque para Londres.

Cópia da época. 3 docs. 3 p.

Col. Linhares.

15,3,32 n.º 25

79 Ofício de Francisco Gomes de Sousa a D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, ministro de Portugal em Londres, referindo-se à venda de peças de marfim oriundo de Angola, à corte de Londres. Bahia, 31 out. 1809.

Original. 2 p.

Col. Linhares.

15,3,32 n.º 62

80 "Relação da Viagem q' eu F.r José de S.to Antonio Moura fiz a Argel em Maio de 1810, para servir de Interprete ao Enviado James Searnichea, Cap.am de Mar e Guerra, conferencias sobre a paz e resgate dos Captivos, e resultado das mesmas". S.l., 20 maio — 23 jul. 1810.

Cópia da época. 28 p.

Col. Linhares.

I-29,16,5

81 Carta régia do Príncipe Regente ao governador de Angola, José de Oliveira Barbosa, censurando-o por arbitrariedades cometidas no exercício do cargo. Rio de Janeiro, 20 dez. 1810.

Cópia da época. 28 p.

Col. Linhares.

I-25,29,4 n.º 1

82 "Entrada ou Tabela dos Direitos que pagam mercadorias vindas de portos alem do Cabo da Boa Esperança para entrada ou importação nos portos da Coroa de Portugal aquem do dito Cabo pelo Alvará de 4 de fevereiro de 1811". S.l., 1811.

Originais. 5 docs. 19 p.

Col. Linhares.

I-29,13,26

83 Ofício do Conde das Galveias ao Conde dos Arcos, governador da Bahia, sobre propostas comerciais trazidas pelas embaixadas do Daomé que se encontravam no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2 ago. 1811.

Original. 6 p.

II-33,29,23

84 Requerimento dos negociantes portugueses dirigido ao Conde dos Arcos, pedindo providências contra a hostilização ao comércio português na Costa da Mina. Bahia, 22 maio 1812. Acompanha ofício de encaminhamento ao Conde das Galveias.

Original. 6 p.

Col. Augusto de Lima.

I-3,15,6 n.º 12

85 "Corografia Historica das Ilhas de São Thomé, Principe, Anno Bom, e Fernando Pó... por Raimundo José da Cunha Matos". S. l., 1813. Incompleto.

Original. 37 p.

Publ. na *Revista Literária,* t. 8 e 9, Porto, 1842.

I-25,29,10

86 Ofício do Conde das Galveias ao Príncipe Regente, referindo-se a uma nota de Lord Strangford, que propõe à Corte do Brasil a compra de terras de Bissau e Cacheu. Rio de Janeiro, 24 jan. 1813.

Original e cópia. 2 docs. 11 p.

Col. Augusto de Lima.

I-34,3,4 n.os 1-2

87 Breve do Papa Pio VII, nomeando Frei Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré bispo titular de Leontópolis e prelado de Moçambique, na diocese de Goa. Roma, 13 set. 1815.

Cópia da época. 2 fls.

I-31,1,14

88 Carta régia do Príncipe Regente ao ouvidor da comarca de Angola, referindo-se aos despachos e portarias indevidamente colocados nos autos de José da Costa Batista e José Francisco Braga. Rio de Janeiro, 20 dez. 1816.

Cópia da época. 3 p.

I-25,29,5 n.º 2

89 Ofício de José Cristino de Andrade, capitão-mor do Presídio de Cambambe, ao rei de Portugal, solicitando o hábito da Ordem Militar de São Bento de Aviz, por serviços prestados na África. Luanda, 20 dez. 1820.

Original. 17 p.

II-19,34,18

90 Representação dos presos degredados para Moçambique e Angola ao Príncipe Regente, solicitando alistamento como praças nos regimentos de linha. Rio de Janeiro, 1821.

Original. 1 p.

II-34,25,16

91 "Tratado Médico sobre o clima e enfermidades de Moçambique, por Luís Vicente De Simoni". S.l., 1821.

Original. 375 p.

I-47,18,6

92 "Ligeiro esboço, ou breve Memoria sobre os melhoramentos, que se devem fazer nas Ilhas de Cabo Verde". Lisboa, 1 set. 1822. Assinado por João da Mata Chapuset, coronel governador da província de Cabo Verde.

Original. 20 p.

I-25,29,8

93 "Sequestro feito na Província de Benguella aos subditos rebeldes do chamado Imperio Brazilico". Benguela, 1823-1829. Trata-se de correspondência trocada entre os governadores de Angola e Benguela e a Corte.
Cópia da época. 9 docs. 18 p.

II-31,2,11 n.º 1

94 Relatório remetido pelo governador de Cabo Verde, João da Mata Chapuset, ao ministro dos Negócios do Império do Brasil, tratando da situação daquela província em face da sucessão no trono português. Ilha de São Tiago de Cabo Verde, 20 jun. 1826. Acompanha uma proclamação sobre a morte de D. João VI e vários documentos da câmara local.
Cópias autênticas. 28 p.

I-12,3,22 fls. 220-233

95 Discurso pronunciado perante o Imperador do Brasil pelo deputado de Cabo Verde Alfredo de Santa Catarina Braga, manifestando a lealdade e obediência daquela província ao legítimo sucessor da dinastia portuguesa. [Rio de Janeiro, 22 set. 1826.] Ocorre também o discurso de despedida, pronunciado a 5 de outubro.
Cópias autênticas. 8 p.

I-12,3,22 fls. 234-236

96 "Memoria ou Dissertação sobre o Anil, Indigofera, e Plantas Colorantes produzidas pella Ilha de S.to Antão. . . por Ignacio Lazaro de Sá Vianna". Quartel da Vila da Praia, 5 abr. 1828.
Original. 56 p.

I-13,2,54

97 Ofício do Conde do Rio Pardo a José Antônio de Oliveira Leite de Barros, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, pondo à sua disposição 400 resmas de cartuchames, e prevenindo que se expediu ordem para fornecimento do material à Ilha de São Tiago de Cabo Verde. Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra, 5 set. 1828.
Original. 1 p.
Col. Martins.

I-28,30,17

98 Relatório de Joaquim Xavier Dinis Costa ao governador de Moçambique sobre o estado geral das relações comerciais da província. Moçambique, 9 out. 1829.
Original. 29 p.
Col. Martins.

I-28,31,17

99 "Affaires de L'Inspecteur des douanes à Angole". S.l., set. 1833.
Cópia moderna. 2 p.
Col. Wallenstein.

I-28,17,15 n.º 3

100 Conhecimento de carga embarcada no brigue Orozimbo por José Justino Pereira de Faria Sobrinho, com destino a Pungo Andongo, em Angola. Rio de Janeiro, 22 ago. 1840. Assinado pelo capitão Matias José de Carvalho.
Original. 1 fl.
I-33,9,86

101 Ofício de Leonardo de Souza Leite Azevedo, ministro de Portugal no Uruguai, a Nicola Vásquez, Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, referindo-se à captura da barca francesa Charles et Georges, que praticava o tráfico de escravos na costa da África Oriental Portuguesa. Montevidéu, 20 dez. 1858.
Original. 3 p.
Col. Rio Branco.
I-30,26,17

102 "Esbôço da planta do Forte Portuguez de S. João Baptista d'Ajudá (na Costa da Mina). Pelo 2.º Tenente da Armada Carlos Eugenio Corrêa da Silva, Commandante da Escuna Napier. Março de 1865".
Original. 1 fl.
Oferecido a Estanislau Xavier d'Assumpção e Almeida, governador geral da Província de São Tomé Príncipe.
Col. J. A. Marques.
I-25,29,4 n.º 4

103 "Memoria dos motivos que teve El Rey Dom Sebastião para intentar a guerra de Africa e dos aprestos e sussesso da sua jornada". S.l., s.d.
Cópia do séc. XVIII. 44 p.
No cód. *Papéis Vários,* t. IV.
I-13,2,6 n.º 23

104 Representação do Cabido da Sé de Luanda, Reino de Angola e Congo, ao Príncipe Regente, pedindo a graça de poderem seus membros serem admitidos como cavaleiros, logo que providos nas cadeiras da dita Sé. S.l., s.d.
Original. 1 p.
I-25,12,6 n.º 4

105 "Memoria sobre huma forragem originaria da Africa, tirada da Nova Inglaterra e das Ilhas da America". S.l., s.d.
Cópia moderna. 7 p.
Col. Linhares.
I-29,15,42

106 "Expédition de Laird dans l'intérieur de l'Afrique par le Niger et le Quora". Nota de punho de Jules Wallenstein. S.l., s.d.
Original. 1 p.
Col. Wallenstein.
I-28,17,20 n.º 18

107 "Analize sobre a justiça do comersio do resgate dos escravos da Costa da África. Por Jozé Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho". S.l., s.d. Com petição à rainha D. Maria I.
Original. 43 p.
Col. Linhares. 13,3,25

108 "Lembranças sobre a questão de abolir o commercio dos escravos nas Costas de Africa". [Londres, 1814.] É de punho de Ambrósio Joaquim dos Reis. Acompanham duas cartas do autor a destinatário ignorado, datadas de Londres, 10 e 23 ago. 1814.
Originais. 21 p.
Col. Linhares. I-29,18,8 n.os 1-4

109 "Aduertencias q' de necessidad forçada importa al serviçio de S. Mag.d, q' se consideren en la recuperacion de Pernambuco, y del justo, Verdadeiro y Christiano arbitrio de un millon, duzientos, y sincoenta mil ducados, en q' se deue fundar la conseruacion del Estado del Brasil, la restauracion del comercio de la Mina, y Guinea, y el señorio, y desinfestacion de nuestros Mares. Hechas por Luys Alvares Barriga, Cavallero Portoguez". S.l., s.d.
Cópia do séc. XVII. 57 p.
Col. Linhares. 9,1,8

110 Nota sobre a Ilha de Fernando Pó. S.l., s.d.
Letra do séc. XIX. 2 p. I-25,29,13

111 Foral de D. Pedro II, rei de Portugal, para ser usado nas alfândegas da Cidade de Santiago, Ilha de Cabo Verde e anexas. S.l., s.d.
Cópia do séc. XVII. 22 p. 2,3,1 n.o 39

112 Traslado de ordens régias mandadas ao governador e à câmara da Ilha de São Tomé. Lisboa, 1602-1761.
Letra do séc. XVIII. 74 docs. I-25,29,7

113 Notas sobre produtos naturais de Angola. S.l., s.d.
Cópia moderna. 11 p. I-15,4,21 n.o 11

114 "Noticia do Estado actual da Fabrica, e Rica mina de Ferro do Reyno de Angola, fundada pelo Exm.o S.r D. Francisco Innocencio de Souza Coutinho, e hoje em abandono". É obra de José Álvares Maciel. S.l., s.d.
Original. 11 p. I-15,4,21 n.o 12

115 Petição de Manuel Dantas Lima, Vigário Geral do bispado de Angola, ao Príncipe Regente, contra procedimento do cabido daquele bispado. S.l. [séc. XIX.]
Cópia da época. 13 p. I-25,29,12

116 Petição de José Dias... (*deteriorado*) ao ouvidor da comarca de Angola contra o sargento-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva. S.l., s.d.
Original. 6 p.

I-25,29,5 n.º 3

117 "Discursos sobre os interesses, q' se podem tirar de Moçambique". S.l., s.d. Cópia do séc. XVIII. 13 p.
Col. Martins.

9,2,24 n.º 4

118 "Noticia sobre a Ilha de São Lourenço". S.l., s.d.
Cópia do séc. XVIII. 9 p.

1,3.11 n.º 10

119 "Descrição dos rios de Senne e Senamma, na Costa de Cafraria, Africa Oriental". É de José Joaquim de Alencastro. S.l., s.d.
Letra do séc. XIX. 2 p.

I-25,21,5 n.º 2

120 Representação dos negociantes de escravos do Rio de Janeiro ao Príncipe Regente, pedindo que os escravos em boa saúde possam desembarcar imediatamente dos navios que os tragam da África. Rio de Janeiro, s.d.
Original. 7 p.

II-34,27,15

121 Estudo de uma subcomissão portuguesa sobre relações mercantis entre Portugal, Brasil e África. S.l., post. a 1822.
Original. 7 p.
Col. J. A. Marques.

I-25,29,4 n.º 3

II. ÁSIA

122 Relação de capitães-mores e armadas que foram de Portugal às Índias. S.l., s.d. Abrange o período de 1497 a 1632.
Letra do séc. XVIII. 286 p.
CEHB, 5.637.

8,1,4

123 "Rellação dos capitães-mores, e os Barcos que do Reino se tem vindo a India". S.l., s.d. Abrange o período de 1497 a 1696.
Letra do séc. XVIII. 21 p.
Col. J. A. Marques.

I-25,28,2 n.º 1

124 "Lista dos Retratos dos V. Reis e Goverd.res da India que estão na Salla Real da fortz.a da Cidade de Goa, e na Salla da Rainha com seus Letreiros". S.l., s.d. Abrange o período de 1505 a 1686.
Letra do séc. XVIII. 13 p.

I-25,28,2 n.º 2

125 Carta de D. João de Castro, governador da Índia, a D. Rodrigo Pinheiro, bispo de Angra, falando de sua vida, seus trabalhos e vicissitudes naquele governo. Diu, 22 jan. (?) 1546.
Letra do séc. XVII. 3 p.

I-14,2,18 n.º 101

126 "Treslado da memoria q' se achou na India, em hua pedra q' Dom João de castro mandou a este reino o ano de 1547 — e elrrei a mandou ler p.r fr.co de Souza q' a declarou —" S.l., s.d.
Letra do séc. XVII.
Da Real Biblioteca.

I-14,2,30 n.º 55

127 Carta-patente de capitão de navio passada por D. Sebastião a D. Antônio das Poucas, para fazer duas viagens da Índia ao Porto Paqueno de Bengala. Almeirim, 12 mar. 1568.
Pergaminho assinado.
Col. Benedicto Ottoni.

I-3,18,14

128 "Rellação que trouxe da India no anno de 1585 o Viso Rey Dom fran.^{co} maz'. que foi Conde de Villa Dorta e despois de Santa cruz. De rendim.^{to} e despesa de todo o Estado da India". S. l., s.d.

Letra do séc. XVII. 64 fls.

No cód. *Rendas da India.*

2,2,19 n.º 16

129 "Titulo das propriedades q' tem os Religiosos das ordens, de São Domingos; São Fran.^{co}, e de Nossas S.^{ra} da Graça; e da Companhia de Jesus, e do Collegio de São Paulo nesta Cidade de Goa, e suas Ilhas e nas mais adjacentes a ellas, e nas terras de Salsete e Bardez, q' mandou o Conde de Vidigr.^{a} no anno de 1596, feita p.^{lo} D.^{or} Manoel d'Abreu Mousinho Dez.^{or} de Goa". S.l., s.d.

Letra do séc. XVII. 12 fls.

No cód. *Rendas da India.*

2,2,19 n.º 17

130 Coleção de cartas, provisões, ordens, etc., mandadas de Lisboa para as diferentes partes do Reino e colônias, e relativas à Inquisição. Séc. XVII-XVIII.

Letra do séc. XVIII. 9 v. ca. 1.900 docs.

I-25,22-26

131 "Breve, e Rezumida Relação destas Ilhas de Solor, e Timor assy do Temporal, como do Spiritual que offereço a V. Ex.^{ia} p.^{a} como Principe e Snor' por os olhos no dezemparo dellas, e remedoalas. Praya de Liphao, 4 de mayo de 1607 annos".

Letra do séc. XVII. 13 p.

I-25,28,2 n.º 3

132 "Diálogo do Soldado Practico, que tracta dos enganos e desenganos da India, feito por Diogo do Couto, Chronista e Guarda Mor da Torre do Tombo da India".

Cópia do séc. XVIII. 320 p.

Da Real Biblioteca.

I-14,3,5

133 "Relação de todo o rendim.^{to} e despesas do Estado da India feita por fran.^{co} Pays Prov.^{or} dos Contos de Goa feita poucos annos antes do anno de 1612". S.l., s.d.

Letra do séc. XVII. 45 fls.

No cód. *Rendas da India.*

2,2,19 n.º 18

134 "Venda geral de todas as fortalezas e off.^{os} da India q' s. mg.^{e} mandou fazer no anno de 1616".

Letra do séc. XVI. 38 fls.

No cód. *Rendas da India.*

2,2,19 n.º 4

135 "Lista dos cargos que estão por vender na cidade de Goa, e na sua jurisdição & mais fortalezas Deste estado em q' vai a margem o ordenado q' cada hum vence por anno". S.l. [1616.]
Letra do séc. XVII. 4 fls.
No cód. *Rendas da Índia.* 2,2,19 n.º 5

136 "Relação e orsam.to do q' montão as ordin.as e despeza que se faz da faz.a real com as coatro religiõis que ha no estado da India em tempo de hum anno pouco mais ou menos... A quoal imviou a S. Mg.d o dezembarg.or Antonio Simões a quem se lhe cometeo". S.l. [ca. 1618.]
Letra do séc. XVII. 3 fls.
No cód. *Rendas da Índia.* 2,2,19 n.º 2

137 "Relação das Rendas que a faz.a de S. Mg.e tem em cada hum anno no Estado da India Oriental e dos ordenados, ordinarias tenças e soldos q' em cada hum anno se pagão nas ditas Rendas, e de outras despezas que dellas se fazem, e dos sobejos q' ficão". S.l., ca. 1622. Feita, segundo nota, pelo Dr. Simão Soares, do Conselho da Fazenda de S. M.
Letra do séc. XVII. 49 fls.
No cód. *Rendas da Índia.* 2,2,19 n.º 1

138 Carta do Padre Manuel da Costa [a Manuel Severim de Faria?], em que se dá conta da penetração missionária em terras da Ásia. Bacaim, 16 jan. 1625.
Original. 2 fls.
Col. Moreira da Fonseca. R.22.935/46

139 "Relação de algũs avizos tocantes a fazenda Real de S. Mag.de nos contos deste estado e outras advertenças particulares pello Provedor delles Balthezar Marinho". S.l. [1627?]
Letra do séc. XVII. 7 fls.
No cód. *Rendas da Índia.* 2,2,19 n.º 15

140 "Folha do asentam.to das rendas de Goa Salsete e Bardes e Ilhas adjaçentes não entrando ho rendim.to da Alfandega da ditta Cidade". (Relação que mandou o Conde da Vidigueira em 1627.)
Letra do séc. XVII. 10 fls.
No cód. *Rendas da Índia.* 2,2,19 n.º 9

141 "Treslado do caderno geral q' o s.r conde Almirante, Vizo Rey da India, mandou fazer de todas as Rendas, e foros q' S. Mag.de tem nesta Cidade, e Ilha de Goa, e adjaçentes, e as terras de Salçete, e Bardes, no quoal mandou asentar, e declarar todas as Religiões, Prelados, Menistros do Santo officio, Relação, e contos, e mais pessoas q' tem ordinados, ordinarias, e tenças,..." S.l. [1627.]
Letra do séc. XVII. 25 fls.
No cód. *Rendas da Índia.*
2,2,19 n.º 10

142 Carta sobre o Estado da Índia. S. a., s. destin. Goa, 5 mar. 1627. Em espanhol.
Cópia. 10 p.

I-13,2,1, n.º 1

143 "Treslado do contracto, que André Simões como Procurador de Dom Di.s Coutinho: E Dom Phellippe Mascarenhas, e dos mais Armadores fez com a faz.a Real para mandar hũa naveta da Cidade de Cochim, para o Reyno por tempo de tres annos não mandando Sua Mag.d o contr.º". Lisboa, 25 set. 1628.
Letra do séc. XVII. 4 fls.
No cód. *Rendas da Índia.*

2,2,19 n.º 14

144 Relação de algumas cartas vindas da Índia, feita por Francisco Ferreira de Andrade e Francisco de Seixas, para que o Conselho da Fazenda resolvesse sobre seu conteúdo. S.l. [1628-1638.]
Letra do séc. XVII. 74 fls.
No cód. *Rendas da Índia.*

2,2,19 n.º 3

145 "Despezas que se fazem das rendas da Cidade de Goa, e suas Ilhas adjacentes que se podem escuzar como desneçess.ras & fantasticas..." Lisboa, 29 dez. 1630. Traz, no fim, o nome do autor: Diogo Lobo Pereira.
Letra do séc. XVII. 8 fls.
No cód. *Rendas da Índia.*

2,2,19 n.º 6

146 Resolução do Conselho de Estado sobre contas do vice-rei da Índia, o Conde de Linhares, examinadas pelo Conselho da Fazenda. Lisboa, 10 jan. 1631.
Letra do séc. XVII. 3 fls.
No cód. *Rendas da Índia.*

2,2,19 n.º 8

147 Informação de Diogo Lobo Pereira e resolução do Conselho da Fazenda sobre a relação das rendas da Índia mandada pelo vice-rei Conde de Linhares em fevereiro de 1630. Lisboa, 30 jan. 1631.
Letra do séc. XVII. 3 fls.
No cód. *Rendas da Índia.*

2,2,19 n.º 7

148 "Copia da Escriptura da entrega de Bombaim que fizerão o Vedor da Fazenda Luis Mendes de Vasconss.os e o Doutor Sebastião Alvres Migõs Chanceller da Rellação de Goa, p.r ordem de V. Rey Antonio de Mello de Castro a Inofre Cooque Governador da Gente da Guerra do serenissimo Rey de Gram Bretanha, em dezoito de Fvr.º de 1665 annos".
Letra do séc. XVIII.
Da Real Biblioteca.

I-13,2,1 n.º 3

149 "Discurso sobre se poderem transplantar todas as plantas, que na Azia, na nossa América, e conveniencias, que disso podem rezultar ao Reino". Paris, 15 mar. 1675. É de Duarte Ribeiro de Macedo.

Cópia moderna. 31 p.

CEHB, 12.901.

10,1,29 n.º 2

150 Carta-patente de El-Rei D. Afonso de Portugal, dando poder a Diogo Lopes Ulhoa para em seu nome tratar com os Países Baixos sobre a restituição das praças de Cochim e Cananor, tomadas pela Companhia Oriental. Lisboa, 15 mar. 1677.

Original assinado.

C. 338,5 n.º 30

151 Carta régia dirigida ao Vice-Rei da India, D. Francisco Távora, determinando que se estabelecesse assento da Inquisição para os escravos destinados a Coromandel. Lisboa, 8 mar. 1684.

Cópia da época, autenticada. 2 p.

I-25,26,1 n.º 6

152 "Rellação. Demonstraçoens de piedade, e justiça, que se fizerão na Cidade de Goa, pello execrando sacrilegio, commettido na Igreja Parochial de São Mathias da Ilha de Divas em 15 do mez de Julho do anno de 1685". É de Paulo Lopes Aires de Figueiredo.

Letra do séc. XVIII. 48 p.

No cód. *Papéis Vários,* t. XII.

2,3,4 n.º 21

153 "Conquista Temporal e Espiritual de Ceylão, ordenada pelo Padre Fernão de Queyroz, da Companhia de Iesus, da Provincia de Goa, com muytas outras proveytosas noticias pertencentes á disposição, & governo do Estado da India". Goa, 1.º out. 1687.

Original. 14 + 321 fls. a 2 col.

Ded. a D. Francisco Távora assin. pelo autor.

Com licença da Companhia de Jesus.

Da Real Biblioteca.

I-14,2,31

154 "Relaçam das Ilhas de Timor e Solor e da viagem que fes Manoel da Sylva de Att.e... a aquellas Ilhas depois de muytos annos estarem rebelladas... no anno de 1695".

Cópia da época. 91 p.

I-13,2,1 n.º 2

155 "Planta da Ilha de Mombaça, e descrição do principio do seu serco atê o fim delle pera ver o S.or Conde de Avinte ou meu Irmão o S.or Conde das Galveas q' mando por curiozid.e pera se ver o como se perdeo essa Praça". [Goa, 1696.]

Original (?) 27 p.

I-25,28,2 n.º 5

156 Carta de João Teles da Silva a el-rei, dando conta da situação em que se encontravam as rendas do Estado da India. Goa, 8 jan. 1700.
Original. 4 p.
Col. J. A. Marques.
I-25,27,2

157 Carta do Vedor Geral da India ao Provedor-mor da Bahia, justificando a bagagem que traziam tripulantes da nau Princesa do Céu. Goa, 18 dez. 1704.
Cópia moderna. 1 p.
I-19,17,2 n.º 542

158 "Parecer do Marquez da Fronteira sobre a Navegação da India". Lisboa Ocidental, 27 dez. 1722.
Cópia da época. 3 fls.
No cód. *Papéis Vários,* t. I.
I,3,11 n.º 4

159 "Treslado de huma Carta de S. Fran.co Xavier, escripta do Estado da India ao Serenissimo Rey de Portugal, D. João o 5.º na monção do anno de 1723 sobre a venda do d.º Est.º". S.l.
Cópia da época. 37 p.
I-15,3,6 n.º 6

160 "Memoria das reçõens militares do Estado da India sucedidas do primr.º de Janeiro de 1728 athé o Ultimo de Dezembro do dito anno". Goa, jan. a dez. de 1728.
Cópia da época. 4 fls.
No cód. *Papéis Vários,* t. II.
I,3,12 n.º 24

161 "Manifesto de Zacarias Stephanus sobre o que lhe tem feito injustamente o Ren.eiro da Alfandega desta Cidade de Goa, Gunnea Camotim por inducção de seus inimigos". [Goa, 1731.] Ocorre uma cópia também assinada.
Original. 10 p.
I-25,28,3 n.os 1-2

162 Relação histórica das possessões portuguesas na Ásia. S.l. [1737-1738.]
Cópia da época. 140 p. Incompleta.
I-14,3,18

163 "Carta que ao Fideliss.mo Rei D. João 5.º escreveu da India, D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, depois 1.º Marquês de Alorna, achando-se por vice-rei daquele Estado... Dando conta ao dito Monarca do q' havia praticado para observância da R.al Instrução que lhe foi dada quando partio e foy mandado para aquele Governo E justam.te propondo o arbitrio de huma nova Companhia de Commercio em Goa p.a aquelles portos da Azia, para augmento do d.to Estado na decadencia que ao prezente se acha". Goa, 27 dez. 1745.
Cópia. 65 p.
I,1,13 n.º 5

164 Carta do Marquês de Castelo Novo a S.M., dando conta de campanhas realizadas na Índia contra Bonsulo. Rarim, 17 dez. 1746.
Cópia da época. 18 p.

I-25,28,3 n.º 4

165 "Relação das Vitorias, q' na Azia alcançarão as armas Portuguezas contra o levantado, e pirata Bounsulo ou Queima Saunto no anno de 1746; e as felizes consequencias, q' se seguirão ao Estado, sendo V. Rey, e Capitão geral da India o Illmo. e Exmo. Marquez de Castello novo que depois da tomada d'Alorna S.M. lhe trocou o titulo no de Marq' d'Alorna". S.l., s.d.
Cópia moderna. 32 fls.

1,2,16 n.º 2

166 Carta do Conde das Galveias a S.M., referindo-se à chegada à Bahia da nau São Francisco Xavier, proveniente da Índia, que trazia valiosa carga de diamantes e outros produtos. Bahia, 9 jun. 1747.
Cópia moderna. 4 p.

15,3,30 n.º 38

167 "Continuação dos Sucessos da India no anno de 1747". S.l.
Cópia da época. 72 p.

1,2,16 n.º 1

168 "Continuação dos sucessos da India no anno de 1748". S.l.
Cópia da época. 58 p.

1,2,16 n.º 2

169 Instruções expedidas a Francisco Xavier Assis Pacheco e Sampaio, ao partir para Pequim, como embaixador de Portugal. S.l., 1.º fev. 1752.
Cópia. 12 p.

I-25,18,4 n.º 9

170 Alvará do Rei de Portugal, D. José I, declarando a forma com que se há de abrir a sucessão do governo da Índia. Lisboa, 20 mar. 1754.
Original. 2 p.
Col. Benedicto Ottoni.

10,3,21 fls. 262-263

171 "Relation des voiages par mer et des découvertes faites par les Russes le long des cotes de la mer glaciale et sur l'Ocean Oriental vers le Japon et l'Amerique". São Petersburgo, 1758. É trabalho de G. F. Muller, da Academia das Ciências de São Petersburgo, extraído de obra maior. E anexo: "Nouvelle carte des decouvertes faites par des vaisseaux russes aux Côtes inconnues de l'Amerique Septentrionale avec les pays adjacents..." S.d.
Original assinado. 198 p.

4,2,12 n.os 1-2

172 Relatório do capitão de mar e guerra Bernardo Carneiro de Meacuva, relatando a viagem de ida e volta que fez a Goa, e o recolhimento de 127 padres da Companhia de Jesus, que trouxe para o Reino. Fragata Con-

ceição, 20 maio 1761. Relaciona a matalotagem dos padres e traz vários anexos relacionados com as atividades dos jesuítas em Goa.

Originais. 8 docs. 28 p.
Col. Benedicto Ottoni.
10,3,21 fls. 200-222

173 "Extracto da Informação, e mais Papeis q' chegarão da India sobre as culpas, e crimes de Frei Antonio da Purificação, denominado Bispo de Halicarnasso". S.l. [1772.]

Original. 23 p.
I-25,28,3 n.º 5

174 "Rellação do Rendimento da Caza da India, Sahida do Pau Brazil, do 4 por C.to do Donativo, e Rendimento do Conssulado da Sahida e Entrada, da mesma Caza, do Anno proximo passado de 1774". S.l., 1774. Assin. por José Joaquim Lobo da Silva, Provedor da Casa da Índia.

Original. 1 p.
CEHB, 13.182.
I-31,30,97

175 Pastoral do bispo de Macau, Alexandre da Silva Pedrosa Guimarães, sobre a proibição da prática de ritos orientais. Colégio de São José, 18 mar. 1774.

Cópia da época. 16 p.
I-25,27,8

176 Carta de despedida de Frei Manuel, Bispo de Beja, ao Bispo de Pequim, em que faz considerações sobre o ânimo dos chinas. Beja, 27 fev. 1783.

Cópia moderna. 11 p.
Col. Benedicto Ottoni.
10,1,17 f. 6-11

177 "Plan Ultérieur pour l'Amelioration de la Direction des Affaires de la Compagnie des Indes-Orientales qui embrasse le Plan arreté le 30 Decembre 1784, par une Resolution des Etats Provinciaux de Hollande et de Weste Frise en date du même jour". S.l., 1784 (?).

Cópia da época. 14 p.
Col. Linhares.
I-29,15,16

178 "Mappa demonstractivo do Rendimento Geral da Thezouraria da Caza da India, e Mina, desde o 1.º de M.so de 1794 té fim de Dezembro de 1809". Lisboa, 10 jan. 1810.

Original. 1 p.
Col. Linhares.
I-29,20,2 n.º 137

179 "Discripção da Ilha de Timor, causa da sua decadencia, e projecto do seu augmento". Lisboa, 1.º dez. 1795. Assin. por João Marinho de Moura.

Original. 2 p.
I-25,27,13

180 "Extractum Litterarum D: Episcopi Pekinensis ad D: Episcopum Caradrensem". Pequim, 15 ago. 1797.
Cópia da época. 20 p.
Da Real Biblioteca.

I-15,3,10

181 Carta de José Correia da Serra [a D. Rodrigo de Sousa Coutinho,] referindo-se às atividades da Companhia da Índia e à agricultura de Bengala. Londres, 6 fev. 1798.
Cópia da época. 2 p.
Col. Martins.

I-28,24,10 n.º 2

182 "Noticia dos progressos do Estabelecimento da Agricultura das Ilhas de Goa, e Provincias de Bardes, e Salcete, das providencias que se tem dado para o seu aumento, ...tudo devidido pellas Aldeas das ditas Ilhas, e Provincias com hum Mapa rezumido do fim de todo o tempo, que tem decorrido, desde o primeiro de Janeiro athe o fim de Dezembro de 1798". Goa, 31 dez. 1798. Assin. por Pedro de Morais Correia.
Original. 42 p. + 3 mapas.

I-25,28,6

183 "Noticia do progresso do Estabelecimento da Agricultura das Ilhas de Goa, e Provincias de Bardes, e Salceite, ... com hum Mapa rezumido no fim de todo o tempo q' tem decorrido desde o 1.º Janr.º, te o fim de Dezembr.º de 1799". Goa, 30 dez. 1799. Assin. por Pedro Morais Correia.
Original. 44 p. + 3 mapas.

I-25,28,7

184 "Mapa dos Habitantes das Aldeas das Ilhas de Goa e suas Adjacentes do anno de 1799... com as devisoens determinadas". Goa, 31 dez. 1799. Assin. por Pedro de Morais Correia.
Original.

I-25,28,8

185 "Mapa dos Habitantes das Aldeas da Província de Salcete do anno de 1799... com as divizoens determinadas". Vila de Margão, 13 fev. 1800. Assin. por José Maria da Cunha Gusmão.
Original.

I-25,28,12

186 "Mapa dos Habitantes das Aldeas da Provincia de Bardes do ano de 1799... com as divisoens determinadas". S.l., 15 fev. 1800. Assin. por Tomé Joaquim Salinas da Guerra Carneiro e Melo.
Original.

I-25,28,11

187 "Mappa da População da Forttaleza de Dio, e do seu Destrito, dado pello Cast.am Governador da mesma". Fortaleza de Dio, 2 mar. 1800. Assin. por Cândido de Mourão Gonçalves Palha.
Original.

I-25,28,9

188 "Mappa da População da Praça de Damão, do Forte de S. Jeronimo, de Damão Pequeno, e das Aldeas da sua Jurisdição do prezente Anno, dado pelo Governador da mesma". Damão, 20 mar. 1800. Assin. por Caetano de Sousa Pereira.
Original.
I-25,28,10

189 Carta de Iao Té Guam, mercador da Província de Cantão, a D. João, Príncipe Regente, agradecendo a ajuda e proteção que tem recebido. S.l., 13 mar. 1808. Em chinês.
Original e tradução. 5 p.
I-9,27

190 Carta de José Anastácio da Costa e Sá a Lucas José de Alvarenga, governador de Macau, informando sobre a invasão de Lisboa pelos franceses após a saída da família real para o Brasil. Lisboa, 30 maio 1809.
Rascunho autógrafo.
I-13,3,25 n.º 20

191 "Memoria Politico-economica, q' sobre o estado actual das Finanças do Estado da India, offerece ao Ill.mo e Ex.mo Snr. Conde de Sarzedas, Vice Rey do Estado, o Dez.or, Pr.dor da Coroa, e Fazenda Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque em o 1.º de Junho do anno de 1809". S.l.
Cópia da época. 14 p.
Col. J. A. Marques.
I-25,28,5 n.º 2

192 Extrato da carta régia de 2 jun. 1810, que isentava de direitos de entrada nas alfândegas e portos do Brasil os gêneros e mercadorias exportados diretamente para aquele Estado pelos negociantes de Macau. S.l., s.d.
Cópia moderna. 1 p.
II,2,17 n.º 19

193 Carta do Príncipe Regente D. João ao Rei de Bornéu, referindo-se aos estreitos laços que existiam entre Portugal e Brasil. Rio de Janeiro, 20 dez. 1810. Em mau estado.
Cópia da época. 1 p.
I-25,27,10

194 "Preços Correntes dos Trigos etc. que do Mar Negro se vendem em Constantinopla em segunda mão". S.l., 25 jul. 1811.
Original. 3 p.
Col. Linhares.
I-29,14 8 n.º 1

195 "Roteiro sobre a navegação do Mar da China, para servir de instrucção nas derrotas em Contra-monção,... por Joaquim Bento da Fonseca..." Macau, 1819.
Original. 10 p.
I-25,27,9

196 Petição dos chineses domiciliados no Rio de Janeiro e seus distritos, no sentido de que S.M. nomeasse o compatriota Domingos Manoel Antônio para servir-lhes de intérprete. Rio de Janeiro, 6 set. 1819.
Original. 3 p.
Publ. por Carlos Francisco Moura: "Os chineses do Rio de Janeiro requerem a D. João VI um cônsul e intérprete". Macau, 1974.
II-34,27,4

197 "Estado da India, que ainda hoje chamão o Magestôzo pela grandeza a que chegou". Lisboa, 3 jan. 1822. É de João Osório de Castro Sousa Falcão.
Cópia da época. 26 p.
I-25,27,11

198 Carta régia de D. João VI ao Senado da Câmara de Macau, participando a nomeação do Major Francisco Pedro Arbuez Moreira para governador de Macau e Ilhas de Solor e Timor. Palácio de Queluz, 18 set. 1822.
Original. 1 p.
I-25,27,5

199 Ofício de Joaquim Monteiro Torres ao Senado da Câmara de Macau, referindo-se ao restabelecimento da ordem naquela cidade. Palácio de Mafra, 24 mar. 1825.
Original. 2 p.
I-25,27,6

200 Ofício do Barão de Eschwege a Manoel Antônio de Noronha, mostrando as vantagens da exploração do cobre nas minas de Macau. Lisboa, 16 maio 1827.
Original. 4 p.
Col. Martins.
I-28,29,24

201 "Index do principio, e estabelecimento, e Continuação da Caza de S. Irmandade da Cidade de Goa, e seos Pios institutos por seria cronololia, e esclarecimentos de Estatistica pela maneira seguinte". Goa, 20 dez. 1827. Por Francisco Augusto Monteiro Cabral.
Original. 1.ª via. 53 fls.
I-14,2,27

202 Carta de Savay Bassavalinga, Rei de Sundá, ao Ministro de Estado de Portugal, pedindo interferência de Portugal contra os desacatos do tirano Aidar-Aly. Palácio de Bandorá [Goa,] 27 jan. 1828.
Original. 3 p.
I-25,27,7

203 Carta de Savay Bassavalinga, Rei de Sundá, ao Secretário dos Negócios de Marinha e Ultramar do Reino de Portugal, queixando-se do descaso com que era tratado. Palácio de Bandorá, Goa, 8 mar. 1829.
Original. 7 p.
I-25,27,3

204 Carta de Joaquim José da Costa e Macedo ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, em que declara o interesse da Academia das Ciências em receber uma cópia da *Conquista Espiritual e Temporal do Ceilão,* do P.e Fernão de Queirós. Lisboa, 14 abr. 1842.

Autógrafo. 2 p.

Col. Benedicto Ottoni.

I-3,9,46

205 "Breve noticia sobre o clima e cultura da China; caracter, habitos e constituição de seus habitantes". Lisboa, 20 out. 1846.

Cópia da época. 16 p.

I-25,7,1

206 "Noticia sobre o Chá, sua cultura, e manipulação, extrahida das Cartas escriptas da India, e da China nos annos de 1815 a 1835, por José Ignacio de Andrade". [Lisboa, 1846.] Andrade, entenda-se, é autor das Cartas, não da Notícia.

Cópia. 16 p.

I-25,27,2 n.º 1

207 Parecer do Conselho de Estado sobre requerimento de Mateus Ramos, que pedia concessão de privilégio para organizar uma companhia comercial de navegação entre o Brasil e a Ásia. S.l., 7 jan. 1850.

Cópia. 5 p.

I-48,33,45

208 "Rendimentos de Seminario de S. José de Macau". S.l., 13 dez. 1869.

Original. 1 p.

I-25,28,5 n.º 3

209 Carta de Paul Alexandre von Elgg a D. Pedro II, Imperador do Brasil, oferecendo cópias fiéis, feitas à mão, de talismãs e selos de diversos príncipes e sacerdotes maometanos da Ilha de Bornéu. Culemberg, 2 dez. 1874.

Autógrafo. 2 p. + 8 des.

I-16,2,16

210 Documentos da missão especial ao Celeste Império confiada à direção do Barão de Ladário. 1893-1894. Compreende a correspondência, notas e recortes de jornais.

Originais. 382 docs.

20,2,5

211 "La Asia de Joan de barros. De los hechos que los Portugueses hizieron e' nel descubrimiento y conquista de los mares y tierras del oriente. Ympresa e'n lengua Portuguesa... y Agora Nuebamente traducida en nuestra Lengua Castellana Por Luis Alvarez de la torre, natural de la Villa de Valderas De Campos". S.l., s.d.

Letra do séc. XVI. 3 vols. 224 e 393 fls.

O 1.º v. é cópia tardia; não faria parte do conjunto original. O 2.º e o 3.º v. apresentam leves variantes no enunciado do título.

Cofre.

212 "Roteiros para differentes partes da Asia, China, Japam e outras..." S.l., s.d.
Letra do séc. XVII. 196 fls.
Col. Moreira da Fonseca.
Estudado por Avelino Teixeira da Mota ("Um manuscrito náutico seiscentista reencontrado") nas *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, t. XVIII (1976).

I-12,3,6

213 "Relação dos Estados e Commercio em os Portos da Asia". S.l., s.d.
Letra do séc. XVIII. 34 p.

I-25,28,5 n.º 1

214 "Demonstração sobre a utilidade do Comercio d'Azia feito por hua competente Direção". S.l., s.d. É de Domingos Vandelli.
Letra do séc. XIX. 48 p.

3,1.16 n.º 4

215 "Historia da India no tempo em q' a governou o Visorrey Dom Luis de Atayde, composta por Ant.º Pinto Pereira. 1.ª Parte". S. l., s.d.
Cópia. 1.ª parte. 127 fls.
Col. J. A. Marques.

I-14,2,16

216 Memória sobre a preferência do pagamento de letras da Ásia contra as de Lisboa pela Casa da Índia. S.l., s.d.
Cópia moderna. 23 p.
Col. Moreira da Fonseca.

R. 22.930-46

217 Relações de equipamentos, cargas, apetrechos individuais e outros dados relativos à gente embarcada nas naus da Índia. Cód. em mau estado. S.l., s.d.
Letra do séc. XVIII. 176 fls.

8,1,18

218 "Fala que fez fr.co pereira pestana a el Rei dom J.º o 3.º vindo preso da India". S.l., s.d.
Letra do séc. XVIII. 10 p.

I-14,2,30 n.º 35

219 "Relação das Viagens que ha de Goa para outras fortalezas de S. Mag.de e para outros Reinos estranhos". S.l., s.d.
Letra do séc. XVII. 4 fls.
In cód. *Rendas da Índia*.

2,2,19 n.º 12

220 Discurso sobre a transplantação das plantas Indiáticas na América. S.l., s.d.
Cópia moderna. 11 p.
Col. Martins.

9,2,24 n.º 2

221 Notas várias sobre igreja e jesuítas em Goa, compreendendo cartas, quesitos e respostas. S.l., s.d.
Letra do séc. XIX. 56 p.

I-25,28,4 n.º 1

222 Regimento que levou [Rui Freire de Andrade,] capitão-mor da armada que foi à Pérsia para averiguar a existência de feitorias inglesas no Cabo Jasques. S.l., s.d.
Letra do séc. XVII. 3 p.

I-14,2,18 n.º 372

223 Carta régia ao capitão da fortaleza de Ormuz sobre providências destinadas a expulsar os ingleses do Cabo Jasques e assegurar o comércio da seda da Pérsia. S.l., s.d.
Letra do séc. XVII. 6 p.

I-14,2,18 n.º 373

224 "Des arabes, dans les temps qui ont précedé Mahomet, ou, comme ils s'expriment eux-mêmes, dans les temps d'ignorance; leur histoire, leur religion, leurs sciences et leurs coutumes". S.l., s.d.
Letra do séc. XIX. 42 tiras.

I-46,15,14

225 "Apontam.tos p.a huma Dissertação sobre o costume e origem das Viuvas Indostanes se queimarem Vivas nas fogueiras que conssomem os Corpos de seus Maridos Defuntos". S.l., s.d.
Letra do séc. XIX. 27 p.

I-25,27,4

226 Parecer contra a nomeação das sedes episcopais de Nanquim e Lequim pela Congregação de Propaganda sem o consentimento régio. S.l., s.d.
Original (?). 4 p.
Da Real Biblioteca.

I-14,3,13

227 Caracteres chineses antigos (117 ideogramas).
Cópia moderna.

Cofre.

228 Relação da importância de Macau no comércio do Oriente. S.l., s.d.
Atribuída a Jorge da Silva.
Letra do séc. XVII. 1 fl.
In cód. *Rendas da India.*

2,2,19 n.º 11

229 "Memoria sobre Macao, por José de Aquino Guimarães e Freitas". [Lisboa.] S.d.
Letra do séc. XIX. 70 p.
Col. Martins.

I-28,28,1

230 "Histoire complète de tous les martyrs Japonais de la Compagnie de Jésus, d'après le R. P. Mathias Tanner, de la même Compagnie. Par E. Didelot, auteur de la *Vie Sanctifiée*". S.l., s.d. [séc. XIX.]
Cópia. 572 p.
Col. Martins.

231 Romance, com il. a cores e a ouro.
Ms. japonês do séc. XIX.
Rolo.

232 Narrativa il., a cores, sem texto.
Ms. japonês do séc. XIX.
Rolo.

233 Mapa topográfico da costa do Japão.
Ms. japonês do séc. XIX.
Rolo.

III. ÁFRICA E ÁSIA

234 Cartas, provisões e instruções de el-rei D. Sebastião para o vice-rei da Índia, governadores de fortalezas e juízes, vereadores e procuradores de cidades de África e Ásia. Lisboa e Almeirim, fev.-mar. 1572.
Letra do séc. XVII. 58 p.
I-14,2,18 n.os 5-62

235 "Relação das Rendas que a fazenda de S. Mag.e tem em cada hum anno neste Reyno & nas partes de Ultramar..." S.l., 1619-1632.
Letra do séc. XVII. 18 + 206 fls.
No cód. *Rendas do Ultramar.*
4,2,9

236 Projeto para se formar uma sociedade de mercadores destinada a negociar exclusivamente nas cidades, portos e mais estabelecimentos portugueses de Índia e África. S.l., 7 abr. 1748.
Rascunho. 30 p.
Col. Linhares.
I-29,18,11

237 Relações (2) dos materiais e paus de pinho de Flandes para mastros, remetidos dos armazéns de Guiné e Índia para a Cidade da Bahia. Lisboa, 22 nov. e 2 ago. 1752.
Cópia moderna. 8 p.
9,2,28 n.os 223-224

238 Ofício de Custódio Dias de Sousa a [Martinho de Melo e Castro (?) ,] referindo-se a produtos naturais de Goa e Moçambique e remetendo três sementes de legumes que supunha desconhecidos na Europa: jugo, quiabos e macuana. Moçambique, 24 out. 1787.
Original. 3 p.
I-25,29,3

239 "Mappa da exportação dos effeitos da Capitania da Bahia para os Portos de fora do Continente do Brazil, no presente anno de 1789". S.l., 1789.
Original (?) 1 fl.
Col. Linhares.
I-29,19,9

240 "Discurços sobre varios artigos interessantes ao Reyno de Portugal e suas Colônias, por Francisco Lopez Rodrigues..." Arraial do Cantagalo, 20 jan. 1798.
Original. 152 p.
Col. Linhares.

9,1,23

241 "Mappa dos Navios que entrarão, e sahirão do Porto da Capitania da Bahia em 1800". Refere-se, entre outros, aos portos de Angola, Benguela, Costa da Mina, Macau, São Tomé e Príncipe.
Cópia da época. 1 fl.
Col. Linhares.

I-29,19,30 n.º 1

242 "Mappa da Exportação dos produtos da Capitania da Bahia p.ª Portugal, e outros Portos em 1800". Refere-se, entre outros, aos portos de Costa da Mina, Angola, São Tomé e Goa.
Cópia da época. 1 fl.
Col. Linhares.

I-29,19,30 n.º 2

243 "Memorias sobre o Commercio das Costas de Africa Occidental, e Oriental, e da Asia, escriptas por D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho..." S.l., 1800 (ano da cópia.)
Cópia moderna. 128 p.
No cód. *Documentos raros e curiosos — Portugal.*

13,2,10 n.º 13

244 Ofício de Manuel Moreira de Figueiredo, Secretário da Junta do Comércio do Rio de Janeiro, ao Conde das Galveias, sugerindo a exportação de certos produtos para a Ásia e África. Rio de Janeiro, 24 fev. 1811.
Original. 13 p.
Col. Martins.

I-28,28,38

245 "Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com o Reino do Brazil, Dominios, e Nações Estrangeiras, No Anno de 1819". Contadoria da Superintendência Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos, 29 nov. 1820. Assin. por Maurício José Teixeira de Morais.
Original. 142 fls.

10,4,10

246 "Memoria sobre algumas Produçoens naturaes das Conquistas e Dominios de Portugal, as quaes ou são pouco conhecidas, ou não se aproveitão". S.l., s.d. É de Domingos Vandelli.
Letra do séc. XIX. 56 p.
CEHB, 11.297.

3,1,11 n.º 2

247 "Memoria sobre alguns generos das Colonias". S.l., s.d. É de Domingos Vandelli.
Letra do séc. XIX. 23 p.
CEHB, 13.187.

3,1,16 n.º 2

248 "Memoria sobre o commercio de Portugal e suas Colonias". S.l., s.d. É de Domingos Vandelli.
Letra do séc. XIX. 48 p.
CEHB, 13.187

3,1,16 n.º 3

249 Relação dos domínios de Portugal nos vários Continentes. S.l.,s.d. Fragmento.
Cópia moderna. 4 p.

I-29,18,18

RELATÓRIO DA DIRETORA DA BIBLIOTECA NACIONAL

A BIBLIOTECA NACIONAL EM 1976

JANNICE MONTE-MÓR
Diretora

Através de suas unidades executivas, a Biblioteca Nacional desenvolveu, em 1976, as atividades a seguir descritas, obedecendo ao planejamento global do órgão, resultante, por sua vez, dos projetos prioritários e específicos do Ministério da Educação e Cultura e do Departamento de Assuntos Culturais.

1 — INTEGRAÇÃO NO PLANO SETORIAL

De conformidade com o Plano Setorial de Educação e Cultura 75/79 (1), as atividades da área da cultura estão consubstanciadas em dois projetos, a saber: *Projeto 28,* que trata do incentivo à criação e difusão no âmbito da cultura, e *Projeto 29,* que diz respeito à preservação e defesa dos bens de valor cultural.

1.1 — *Divulgação da cultura*

1.1.1 — Atividade editorial

Por meio de um programa editorial, executado anualmente, pode a Biblioteca Nacional proporcionar o conhecimento das peças que compõem seu valioso acervo, fazendo publicar textos comentados, reproduzidos fac-similarmente ou não. Também a divulgação da bibliografia brasileira corrente é uma das atribuições da BN, dentro do seu trabalho de edições culturais.

Assim, em 1976, foram publicadas quinze obras, entre as quais dois volumes dos Anais da Biblioteca Nacional (2), os de n.º 94 e 95.

O primeiro (3) desses volumes reúne: "Catálogo de documentos sobre a Independência do Brasil", desenvolvendo um inventário de manuscritos já anteriormente divulgado pela BN; "Registro de santos da Coleção Augusto de Lima Júnior", estampas religiosas sob a guarda da Biblioteca; "Relação sumária das cousas do Maranhão", em reprodução fac-similar.

Quanto ao v. 95 (4), publicado em dois tomos, contém a edição completa do famoso códice do Padre João Daniel S.J. "Tesouro descoberto no Rio Amazonas", que é, desde 1810 — salvo uma das versões da 5.ª parte e a 6.ª

parte, que se encontram em Évora —, peça integrante do valioso acervo de manuscritos da BN.

Vale, ainda, ressaltar, entre as obras publicadas em 1976, a edição de luxo e a em "off-set" (5) da coleção de estampas da antiga Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego, em Lisboa. Tal coleção reproduz 50 originais de uma série de pranchas em cobre, gravadas na extinta Oficina, no Século XIX, e trazidas para o Brasil por ordem de D. João VI. A iniciativa visou a comemorar o transcurso do centenário da primeira grande reforma da BN, a que lhe atribuiu, em 1876, um novo regulamento e, portanto, uma estrutura. Outro importante álbum de estampas — "Plantas Fluminenses" (6) (com duas tiragens) — também foi editado no exercício findo e apresenta a reprodução de 15 desenhos, a cores, originais do pintor João Francisco Muzzi, que serviram de trabalho preliminar para a "Flora Fluminensis", de Frei Conceição Veloso, no Século XVIII.

O "Índice do Correio Braziliense" (7) veio facilitar a consulta à obra de Hipólito José da Costa e os catálogos das exposições denominadas "Movimentos de vanguarda na Europa e o Modernismo brasileiro (1909-1924)" (8) e "25 anos de enriquecimento do acervo da Seção de Iconografia" (9) registraram o valor do material exposto na ocasião.

Esses sete trabalhos aqui mencionados tiveram recursos especiais, providos pelo Programa de Ação Cultural, do MEC, como referido no relatório anterior das atividades da Biblioteca Nacional (10).

Porém, além dessas publicações, outras completaram a atividade editorial da BN, em 1976, como o catálogo coletivo de jornais brasileiros, existentes sob microformas, no Brasil ou no Exterior (11) e o catálogo da exposição sobre Afrânio Peixoto (12). Do *Boletim Bibliográfico* (13), a Biblioteca editou o fascículo correspondente ao último trimestre de 1975 — v. 20, n. 4 — e dois fascículos relativos aos primeiros trimestres de 1976 — v. 21, n. 1 e 2. O ano de 1976 abriu novo capítulo na história dessa publicação: a fase de processos automáticos. Elaborado, agora, por computador, em decorrência do trabalho realizado pelo Centro de Informática do MEC, o *Boletim Bibliográfico* utiliza parcialmente o CALCO (catalogação legível por computador), a adaptação brasileira do Projeto MARC II, e é o primeiro resultado da colaboração que o CIMEC vem propiciando à BN, estudando meios de controlar, mais facilmente, o registro da bibliografia brasileira corrente.

1.1.2 — Exposições de peças e coleções

As exposições de obras pertencentes ao acervo bibliográfico da Biblioteca Nacional constituem outra modalidade de divulgação cultural, oferecendo ao público em geral oportunidade de ver, em vitrines e painéis especialmente montados, peças de valor intrínseco e extrínseco e, muitas vezes, raras.

No decorrer de 1976, a BN montou, em seu recinto, seis dessas exposições, quatro das quais tiveram particular colaboração de outras entidades.

A intitulada "Movimentos de vanguarda na Europa e o Modernismo brasileiro (1909-1924)" destinou-se a proporcionar visão retrospectiva das grandes realizações literárias da época, ligadas ao assunto enfocado, e a que se propôs a recordar o centenário de nascimento de Afrânio Peixoto demonstrou

a produtividade desse escritor nos vários campos a que ele se dedicou, principalmente poesia, novela e romance.

A mostra "Education Today" foi promovida pelo United States Information Service e contou com o patrocínio do Departamento de Assuntos Culturais do MEC e do Departamento de Cooperação Cultural do Itamarati.

Houve duas outras exposições de livros estrangeiros: uma, sobre Erasmo de Rotterdam, por solicitação do Consulado dos Países Baixos no Rio de Janeiro, e outra, a pedido do British Council, relativa a obras de referência publicadas na Grã-Bretanha. O mesmo British Council tornou possível à BN exibir "Edifícios de bibliotecas nacionais", num conjunto de painéis previamente organizados para o Colóquio Internacional de Edifícios de Bibliotecas Nacionais, realizado em Roma, em 1973.

1.1.3 — Intercâmbio bibliográfico

Por legislação específica — Decreto n. 20.529, de 16 de outubro de 1931 — a Biblioteca Nacional desempenha, para o Brasil, o papel de centro nacional de permuta internacional, cujas finalidades são a promoção do intercâmbio e da doação de publicações, o que também constitui, sem dúvida, forma de difusão da cultura.

Durante o exercício de 1976, suas atividades de intercâmbio com instituições do País e do Exterior resultaram na remessa, por permuta (isto é. recebendo e redistribuindo publicações estrangeiras, ou encaminhando publicações oficiais brasileiras ou da própria BN), de 8.961 peças bibliográficas. A esse expressivo total deve ser acrescentado o que representa o movimento das peças enviadas em doação: 7.305 unidades.

Cabe, aqui, mencionar a participação da Biblioteca Nacional na comissão que, junto à Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, está encarregada de estimular a implementação das recomendações do 1.º Seminário sobre Publicações Oficiais, que teve lugar em Brasília, em 1975, por ocasião do 8.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação. Das reuniões realizadas pela citada comissão, ficou decidido seu desdobramento em várias subcomissões, a fim de atender melhor aos problemas levantados, com relação às publicações oficiais, tais como: comercialização, bibliotecas depositárias, catálogos de periódicos, indexação, microfilmagem, intercâmbio etc. Na pessoa de sua Diretora, a BN é membro da Comissão, que, em 1976, reuniu-se por três vezes. A Subcomissão de Intercâmbio de Publicações Oficiais, presidida pela representação do Ministério das Relações Exteriores, vem se mantendo em estreito contato com a Biblioteca Nacional, objetivando estudos para racionalização da atividade de permuta, de modo geral, principalmente quanto ao custo operacional correspondente.

1.1.4 — Serviços reprográficos e de assistência ao leitor

Uma das maneiras de facultar aos usuários o acesso aos documentos que compõem o acervo da BN é lhes facilitar a obtenção de cópias. Assim, consulentes de todos os tipos solicitam, freqüentemente, seus serviços reprográficos, do que resultou, no decorrer do exercício de 1976, o fornecimento — para uso de pesquisadores e estudiosos diversos — de 94.716 cópias xerográficas e 27.876 cópias em microfilmes.

Em seus salões, a Biblioteca atendeu a 60.316 consulentes, fazendo circular 195.519 obras dadas à leitura, e realizou, mediante pedidos específicos, 3.705 pesquisas bibliográficas.

O setor de atendimento a informações bibliográficas respondeu — por via postal ou telegráfica ou por telex — a solicitações recebidas de 12 Estados brasileiros (na maioria, oriundas de São Paulo) e de 27 países, liderados, em número, pela Grã-Bretanha.

1.2 — *Preservação do patrimônio cultural*

1.2.1 — Enriquecimento do acervo

Como no exercício anterior, a chamada "contribuição legal" foi, em 1976, a maior fonte de enriquecimento do acervo, pois o setor do respectivo registro consignou a entrada de 65.086 peças.

Quanto à numeração padronizada internacionalmente, para individualizar qualquer publicação (o ISBN — International Standard Book Number), e que dará à BN mais um recurso de controle do cumprimento da "contribuição legal", pôde a Biblioteca elaborar, em colaboração com o Convênio MEC/CNPq, um projeto de implantação a ser executado em 1977, possivelmente. Logo no início do próximo exercício, deverão ser providenciados formulários adequados, bem como ser preparado um folheto de divulgação a respeito.

Por compra, após seleção criteriosa feita pela competente Comissão, foram adquiridas 1.936 peças, sempre com a intenção de reunir obras que bem representem a produção intelectual em todos os campos do conhecimento humano. Vale ressaltar, entre as compradas no ano que passou, E. BENEZIT — Dictionnaire des peintres et sculpteurs, 10 v.; J. WAKEMAN — World authors, 1950/70; BELLANGER — Histoire générale de la presse française, 5 v.; manuscritos musicais de Luís Cosme; álbum de serigrafias, de Sérvulo Esmeraldo. E alguns documentos antigos, como: bulas papais (Alexandre VII, Paulo V, Inocêncio X e Gregório XV); cartas geográficas do Brasil, impressas nos Séculos XVII e XVIII (incluindo quatro cartas náuticas das costas brasileiras); gravuras relacionadas com as lutas holandesas no Nordeste.

Em casos de compra de peças como esses documentos, a Comissão, após verificar o interesse da BN no material a adquirir, estuda a cotação de trabalhos semelhantes no mercado internacional e conclui por uma avaliação que propõe ao vendedor.

Do livreiro especializado J.A. Telles da Sylva, de Lisboa, a Biblioteca Nacional adquiriu, em fins de 1976, uma coleção de obras raras sobre o Brasil, compreendendo 58 peças. A aquisição, que dependeu de autorização ministerial, por se tratar de operação no mercado externo, foi feita com recursos concedidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

A propósito de aquisições no Exterior, a Biblioteca tentou promover um levantamento destinado a coligir informações que possam enriquecer os argumentos cabíveis, no caso de necessidade de uma exposição do assunto. Consciente de que todas as bibliotecas brasileiras vêm enfrentando, com maior ou menor intensidade, problemas relativos à compra de publicações editadas fora do Brasil, a BN — a braços, também, com essas dificuldades — sentiu-se no dever de envidar esforços para procurar atenuar tais problemas. Através de

um questionário, encaminhado às principais bibliotecas gerais e especializadas do País, colheu elementos para realizar um estudo geral das medidas adotadas pela maioria delas e das conclusões a que a experiência de cada uma poderá levar.

Outro aspecto das atividades de aquisição de material bibliográfico é o que diz respeito à permuta e doação. Em 1976, a BN enriqueceu seu acervo, mediante permuta, de 10.319 peças, e, por doação, 2.890. Entre as peças doadas, figuram documentos vários referentes ao compositor brasileiro Antônio Carlos Gomes, como manuscritos, fotografias, partituras etc. e xilogravuras de Oswaldo Goeldi, no total de 68 peças, das quais 38 são estampas originais, de tiragem póstuma, e 30 são matrizes.

1.2.2 — Tratamento técnico do acervo

De todas as peças adquiridas em 1976, a qualquer título, foram registradas na BN, como fase preliminar do tratamento técnico, 62.669.

O levantamento estatístico acusou, no exercício, 17.837 peças catalogadas, tendo sido classificadas 9.284 (Sistema Decimal de Dewey).

Prosseguiram os trabalhos de automação dos processos técnicos da BN, graças à colaboração resultante do Convênio MEC/CNPq. Assim, cerca de 23.000 títulos de periódicos (jornais e revistas) que representam o acervo da BN já estão codificados e processados por computador. Com base nas listagens produzidas e de acordo com o cronograma previsto, cujas fases para 1976 foram cumpridas, deverá ser feito, em 1977, o inventário físico dos mesmos periódicos, para possibilitar, em 1978/79, a publicação do respectivo catálogo geral do acervo de periódicos da Biblioteca Nacional.

1.2.3 — Conservação do acervo

Para proteger determinadas peças do manuseio excessivo, a BN as microfilma e, em 1976, o desenvolvimento do programa de microfilmagem foi auspicioso, pois nada menos que 195.776 fotogramas foram produzidos, com esse objetivo. Cabe destacar o projeto de microfilmagem de jornais brasileiros, em virtude de suporte financeiro oferecido pela Fundação Ford.

No que tange à restauração de peças, foram restauradas 48.827 peças e quanto à encadernação de obras, os dados estatísticos acusam um total de 4.111 peças.

Em 1976, foram as seguintes as principais providências tomadas pela Direção da BN, relativamente à ocorrência de repercussão negativa já registrada no relatório do exercício de 1975 [10], consubstanciada no possível furto de 25 volumes de uma das coleções do *Correio Braziliense*: ofício BN n. 29/76, da Direção da BN à Direção do DAC, encaminhando cópia do relatório da Comissão de Inquérito designada pela Portaria n. 35/75, para apurar a ocorrência e, entre outras medidas, sugerindo a abertura do competente inquérito criminal; ofício BN n.º 85/76, dirigido ao Superintendente Regional da Polícia Federal (após solicitar ao DAC a necessária assessoria jurídica, através do Ofício BN n. 51/76), pedindo a abertura do inquérito criminal. Sempre com a assessoria jurídica do DAC, a Biblioteca Nacional vem acompanhando o caso e, no findar o ano, aguarda sua solução oficial.

Em decorrência desse problema, tornou-se inadiável a realização de um inventário geral da Seção de Obras Raras, razão pela qual a BN, embora reconhecendo que seu acervo é fundamental para pesquisas referentes ao Brasil, viu-se na contingência de mantê-la fechada, até 31 de dezembro, para que pudesse ser inventariada.

No entanto, é importante esclarecer que os leitores que procuram a Biblioteca, em busca de informações só obteníveis naquela Seção, foram atendidos de duas maneiras: se o material que desejavam ler era passível de cópia em microfilme, esta podia ser encomendada, rotineiramente, através do serviço competente; se, por um boletim de consulta, os usuários identificavam suficientemente as obras de que necessitavam, estas eram deslocadas para a Seção de Iconografia, onde se fazia, normalmente, o atendimento. O trabalho de inventário atingiu, em 31 de dezembro, 17.032 livros e folhetos, conforme mapas levantados mensalmente. Relatório pormenorizado será encaminhado oficialmente ao Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais, para conhecimento do Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura, tão logo se verifique o término do trabalho.

1.2.4 — Programa do Anexo e manutenção do edifício-sede

Para a elaboração do programa do futuro Anexo da BN, a Comissão designada pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura e presidida pela Diretora da BN, encaminhou ao IPHAN, em setembro de 1976, os elementos fundamentais para possibilitar às autoridades competentes a decisão apropriada, em relação ao local ideal para sua construção.

Se for dado à BN elaborar, definitivamente, programa para detalhamento do projeto arquitetônico de um Anexo, certamente todos os requisitos de ordem técnica resultantes de estudos preliminares feitos, inclusive no transcorrer de 1976, serão levados em consideração, tais como recomendações internacionais relativas à guarda e tratamento técnico de material bibliográfico, emanadas da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários, da Organização Internacional de Normalização e da própria UNESCO.

Continuaram, em 1976, os entendimentos entre a Justiça Federal e o MEC, objetivando o aproveitamento conjunto do terreno hoje ocupado pelo edifício que abrigou o Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro, conforme registram processos específicos da área MEC/DAC.

A manutenção do edifício-sede constituiu outra importante preocupação da BN. Assim, entre outras iniciativas tomadas, no transcorrer de 1976, vale ressaltar que, com o apoio do DAC, e tendo em vista o auxílio financeiro da Caixa Econômica Federal, através do FNDE, a BN, em 22 de dezembro, cumpridas as formalidades legais de praxe, assinou, finalmente, com a empresa vencedora da respectiva tomada de preços (IBEC — ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, LTDA.), a carta-contrato, visando à reforma geral das coberturas e restaurações complementares, no edifício.

Os serviços de reparo das instalações elétricas e de atualização do sistema energético, objeto de licitação e empenhamento em 1975, tiveram seu término em outubro de 1976. A documentação relativa à realização da obra constitui o Processo BN n. 735/75. Cópias das plantas estão arquivadas na Seção de Iconografia.

2 — PROJETOS ESPECIAIS

Fora de sua programação habitual, levada a efeito com os recursos orçamentários, a BN, contando com outros recursos derivados de auxílios de diversas entidades, tais como a Fundação Ford, o próprio DAC e o Serviço de Atendimento Remunerado, por Convênio com o IPHAN, planejou e/ou executou diversos projetos especiais.

2.1 — *Grupo de Documentação em Ciências Sociais*

Em 1976, esse Grupo, cuja estrutura contava com três Subgrupos: História Oral, Preservação e Restauração de Documentos, e Guia de Fontes de História do Brasil, passou a ter mais um Subgrupo, o de Biblioteca, Bibliografia e Informação.

O GDCS, presidido pela Diretora da BN, desenvolveu intensa atividade, sendo oportuno lembrar as seguintes iniciativas: através do Subgrupo de História Oral, participou do planejamento do II Curso de História Oral no Brasil, que deverá ter lugar na Universidade de Brasília, no primeiro trimestre de 1977.

Além disso, através do Subgrupo de Preservação e Restauração de Documentos, o GDCS — a par de outras iniciativas para cuja coordenação colaborou — promoveu estudos de viabilidade, para duplicação, através de microfilmagem, do acervo da BN, e desenvolveu trabalhos específicos, objetivando a realização do 1.º Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos, como parte integrante do 3.º Congresso Brasileiro de Arquivologia. A reunião teve lugar no Rio de Janeiro, em outubro de 1976, por iniciativa conjunta BN/GDCS, e contou com a presença de renomados especialistas estrangeiros.

Ainda dentro da programação do 3.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, o GDCS, através do Subgrupo de Guias de Fontes da História do Brasil, promoveu o 1.º Seminário Brasileiro sobre Fontes Primárias de História do Brasil, tendo a BN, por meio do seu representante nesse Subgrupo, colaborado com importante trabalho sobre o tema: "Elaboração de um guia preliminar de fontes para a História do Brasil", que será feito à base de levantamento dos instrumentos de pesquisa, existentes nos acervos do País e do Exterior.

O Subgrupo de Biblioteca, Bibliografia e Informação planejou a execução de um *Boletim Informativo e Bibliográfico,* destinado a ser um instrumento de comunicação, através do qual se organize uma rede de intercâmbio e cooperação entre instituições e pessoas, que sejam membros da comunidade nacional de cientistas sociais.

Finalmente, tendo em vista que os montantes dos auxílios recebidos pelo GDCS, em 1976, entre eles o da Fundação Ford, praticamente se esgotaram, vêm sendo tomadas as providências cabíveis, objetivando obter novas fontes de recurso, para prosseguimento dos trabalhos, em 1977.

2.2 — *Assistência técnica da UNESCO*

Dando continuidade ao programa de apoio à BN, de conformidade com plano anterior traçado em 1974, pela especialista Dra. Maria Di Franco [14], visando à restauração e conservação do acervo da BN, a UNESCO concedeu,

em 1976, duas bolsas para pesquisadores — um bioquímico e um biólogo — que, por força de convênio firmado em março, foram transferidas para a UFRRJ. Por motivos vários, as referidas bolsas tiveram seus prazos adiados para o exercício de 1977.

2.3 — *Bolsistas estagiários*

Com o concurso de universitários contratados pela BN, como bolsistas estagiários, teve pleno desenvolvimento o Projeto Museus II, da Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social — MUDES.

A duração do programa foi prevista para 10 meses, de 21 de junho de 1976 a 21 de abril de 1977.

Assim, durante 1976, foi possível contar com a colaboração de 14 elementos, de diversas áreas de formação, aproveitados em atividades a elas correspondentes na BN, sob orientação dos técnicos do órgão.

Sempre que possível, foi feito remanejamento dos bolsistas pelos diversos setores da BN em que se desenvolvem os projetos do Programa, em benefício do treinamento profissional dos estagiários.

2.4 — *Programação cultural com apoio do DAC*

Em 1976, com apoio especial do DAC, a BN tomou diversas iniciativas relativas à sua programação cultural, impossíveis de realizar somente com os seus recursos orçamentários habituais.

Com o auxílio financeiro concedido, já empenhado no exercício de 1976, serão editadas, no próximo ano, algumas publicações. Uma delas será a bibliografia "O conto brasileiro e sua crítica, 1841-1974", em dois volumes; outra é uma edição, como separata, do v. 95 dos *Anais* (4), em dois tomos. O catálogo de uma das futuras exposições — "Imagens e documentos: iconografia" — também virá a público graças a esses recursos já empenhados.

2.5 — *Convênio BN/UFRRJ*

Em 1976, foi assinado convênio entre a BN e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — UFRRJ, com a interveniência do DAC.

Tal convênio visou a formalizar o apoio que a UFRRJ prestará ao projeto de conservação e restauração do acervo bibliográfico da BN e que se concretizará no desenvolvimento de pesquisas nos laboratórios do Instituto de Biologia e no de Bioquímica do Instituto de Ciências Exatas daquela Universidade, segundo planos específicos já apresentados, nas áreas de Fitopatologia e Entomologia, Bioquímica e Química Orgânica (15) (16).

3 — PRESENÇA NO CONTEXTO CULTURAL

A UNESCO recomenda insistentemente aos Estados Membros que, até fins de 1978, organizem, em âmbito nacional, seus sistemas de informações (NATIS), dos quais, enfatiza, devem participar não só serviços e centros de documentação e/ou informação científica e tecnológica, mas também arquivos, bibliotecas públicas, escolares etc. Em conseqüência dessa orientação, vem a Biblioteca Nacional procurando definir sua posição no contexto nacional como

órgão de apoio indispensável e, ao mesmo tempo, eqüidistante de todo e qualquer sistema e subsistema, que se venha a constituir, para maior racionalização e eficiência do controle bibliográfico nacional, objetivando a transferência da informação a nível nacional e internacional.

Assim, a Diretora da BN, participando do 1.º Encontro Nacional de Cultura, na cidade de Salvador, em julho de 1976, apresentou trabalho intitulado "A Biblioteca Nacional e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas", e, no 3.º Congresso Brasileiro de Arquivologia, o trabalho "Sistemas Nacionais de Informação (NATI)".

No País, participou, ainda, a BN, do Seminário de Cultura organizado pelo Fundo Internacional para Promoção da Cultura, em colaboração com o DAC; do Seminário de Secretários de Cultura, organizado pelo MEC em Brasília; de reuniões técnicas da Comissão Permanente de Publicações Oficiais, também em Brasília; do Grupo de Trabalho para estabelecimento de normas de catalogação em âmbito nacional (GT-ENCAN); e, finalmente, da Conferência de Classificação, organizada pelo IBICT e a Associação Profissional dos Bibliotecários do Rio de Janeiro.

Para completar exposições e divulgar publicações editadas pela BN, foram promovidas mais de uma dezena de conferências a cargo de proeminentes figuras da cultura nacional.

Por outro lado, lançamentos de publicações da BN foram objeto de convites especiais, que levaram a Diretora e altos funcionários da BN a Manaus, Salvador e São Paulo.

Na pessoa de sua Diretora, a Biblioteca foi ainda distinguida com outros convites especiais, entre eles os seguintes: do Presidente do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq —, para integrar um dos Comitês Assessores daquele Conselho; do Ministro da Agricultura, para integrar grupo de trabalho incumbido de planejar a transformação da Biblioteca Central daquele Ministério em Biblioteca Nacional de Agricultura; do Instituto de Investigações Bibliográficas do México, para integrar o Consejo Permanente, que atribuirá o Prêmio Anual "Rafael Heliodoro".

Em 1976, a BN recebeu, em várias oportunidades, a visita do Presidente do Conselho Federal de Cultura, do Diretor Geral do DAC, do Presidente da Academia Brasileira de Letras, e do próprio Ministro da Educação e Cultura, este, para fazer o lançamento de três das mais importantes publicações do ano: Tesouro Descoberto no Rio Amazonas (4); Arco do Cego (5) (estampas), e Plantas Fluminenses (6) (também estampas).

Há a citar, ainda, as visitas do historiador Dr. Daniel Boorstin, insigne "Librarian" da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, e a de Sua Eminência o Cardeal Dom Eugênio de Araújo Sales, em 22 de dezembro, ocasião em que, a convite do Professor Manuel Diégues Júnior, celebrou missa no salão principal de leitura, com o duplo objetivo de comemorar a passagem do Natal na BN, no ano em que esta celebrava o centenário de sua primeira reforma e, mais, de expressar o regozijo de todos pelo transcurso do tricentenário da criação da Diocese do Rio de Janeiro.

Na oportunidade, a BN organizou mostra especial de suas mais importantes peças de cunho religioso, tais como: Bíblia de Gutemberg, Bíblia de Mogúncia, livros de horas, coleção de Santos de Augusto de Lima Júnior, e manuscritos que documentam a fundação da Diocese do Rio de Janeiro.

4 — CONDIÇÕES INFRA-ESTRUTURAIS

4.1 — *Recursos financeiros*

Os recursos orçamentários recebidos pela BN, em 1976, foram da ordem de Cr$ 4.400.000,00. As despesas com pessoal correm por conta de recursos alocados ao DAC, não estando, portanto, incluídos no referido total.

Com outros recursos, resultantes de auxílios diversos, inclusive de instituições do Exterior, a BN conseguiu acrescer suas disponibilidades de Cr$ 7.926.393,00, a saber: Cr$ 325.000,00 (do DAC); Cr$ 663.228,00 da Fundação Ford; Cr$ 6.850.000,00 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Cr$ 88.165,00 do Convênio IPHAN/BN (SAR).

É oportuno esclarecer que a parcela de Cr$ 663.228,00 corresponde ao saldo transportado de 1975, para atender despesas com a realização da programação do GDCS, em 1976.

Verifica-se, portanto, que o somatório dos recursos orçamentários, mais os outros recursos concedidos à BN, em 1976, corresponde ao total de Cr$ 12.326.393,00.

4.2 — *Recursos humanos*

O Quadro da BN, atualmente, é constituído de uma lotação correspondente a 360 cargos, dos quais apenas 281 estão preenchidos. Há, portanto, 79 vagas a preencher.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 1976, a força de trabalho da BN era de somente 229 funcionários, equivalente a 2/3 da lotação da casa, o que tem contribuído para dificultar a execução, com o grau de otimização desejável, das inúmeras tarefas que lhe estão confiadas, na conformidade do seu Regimento Interno.

4.3 — *Estrutura organizacional*

Em 1976, a BN executou toda fase de planejamento, tomando medidas destinadas a implantar, gradualisticamente, a partir de 1.º de janeiro de 1977, sua nova estrutura organizacional, conforme previsto no seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial n. 470, de 18 de outubro de 1975.

5 — CONCLUSÕES

Mediante a divulgação de seus relatórios anuais, acredita a Biblioteca Nacional estar possibilitando às autoridades, aos seus leitores e ao público em geral um conhecimento mais estreito dos objetivos a que se destina e dos problemas que enfrenta na execução das tarefas que lhe cabem.

Este, aqui difundido, parece à BN mais um elo da cadeia de aproximação com seus legítimos usuários, que, através da leitura destas páginas, melhor aquilatarão os serviços de que dispõem na instituição.

O conjunto de realizações positivas oferece um saldo realmente animador, apesar de faltarem à BN, ainda, muitas das condições propiciadoras de desempenho e desenvolvimento à altura de suas finalidades e dos consulentes que a procuram.

Terminado mais um exercício de trabalho constante e vencida mais uma etapa, crê a Biblioteca Nacional que, como nos anos anteriores, muito há ainda por alcançar, para que considere realizadas, satisfatória e condignamente, suas metas no plano da cultura nacional.

6 — CITAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

(1) BRASIL. Ministério da Educação e Cultura — *Plano Setorial de Educação e Cultura, 75/79*. Brasília, 1974. 2 v. em 3.

(2) ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, 1876- .

(3) ——— — v. 94, 1974. Rio de Janeiro, 1976. 212 p.

(4) DANIEL, João — *Tesouro descoberto no Rio Amazonas*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1976. (Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional. Anais, v. 95, 2 t., 1975)

(5) RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional — *Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego, Lisboa;* estampas. Notícia histórica por Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro [Ed. Fontana] 1976. 24 p., 50 est.

(6) VELOSO, J.M.C., sac. — *Plantas fluminenses*. Desenhos de Muzzi. Introd. de Darcy Damasceno. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1976. 18 p., 15 est. color.

(7) RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional — *Índice do Correio Braziliense (1808-1822)* Rio de Janeiro, 1976. 420 p. + 1 f. (Coleção Rodolfo Garcia. Sér. B — Catálogos e bibliografias).

(8) RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional — *Movimentos de vanguarda na Europa e modernismo brasileiro (1909-1924)*. Catálogo da Exposição organizada pela Seção de Exposições e inaugurada em março de 1976. Rio de Janeiro, 1976. 84 p., il.

(9) ——— — *Imagens e documentos: Iconografia*. Catálogo da Exposição organizada pela Seção de Iconografia e inaugurada em dezembro de 1976. Rio de Janeiro, 1976. 26 p., il.

(10) MONTE-MÓR, J. — A Biblioteca Nacional em 1975. *Anais da Biblioteca Nacional, 95* (2):443-57, 1976.

(11) RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional — Jornais brasileiros em microformas; catálogo coletivo. Edição preliminar. Rio de Janeiro, 1976. 31 p.

(12) ——— — *Afrânio Peixoto, 1876-1947*. Exposição comemorativa do centenário do nascimento. Catálogo da exposição organizada pela Seção de Exposições e inaugurada em julho de 1976. Pref. de Pedro Calmon. Rio de Janeiro, 1976. 103 p., il.

(13) BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, 1918- .

(14) DI FRANCO, M. — Bibliothèque Nationale de Rio de Janeiro. Paris, UNESCO, 1974. 7 p. (3059/RMO.RD/CLP)

(15) ROBBS, C. — Preservação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional — *Bibliotecas nacionais e atividades de pesquisa* [Anexo I] 20 p. mimeogr. [trabalho apresentado ao 8.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Brasília, 1975]

(16) CONTARDO DA FONSECA, C.L. — Estudo químico e bioquímico de agentes patogênicos em documentos bibliográficos; análise dos defensivos. In: RIO DE JANEIRO. Biblioteca Nacional — *Bibliotecas nacionais e atividades de pesquisa* [Anexo II] 20 p. mimeogr. [trabalho apresentado ao 8.º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Brasília, 1975]